



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DEVORADORES DA TERRA: Apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional no sul de Goiás

Leon Martins Carriconde Azevedo

Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DEVORADORES DA TERRA: Apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional no sul de Goiás

Leon Martins Carriconde Azevedo

Orientador: Juscelino Eudâminas Bezerra

Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DEVORADORES DA TERRA: Apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional no sul de Goiás

Leon Martins Carricone Azevedo

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovada por:

Prof. Dr. Juscelino Eudâminas Bezerra (Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - PPGEA/UnB

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (Titular Externo)
Programa de Pós-Graduação em Geografia - IESA/UFG

Prof. Dr. Sérgio Sauer (Titular Externo)
Programas de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPG-Mader UnB

Brasília - DF, 28 de Agosto de 2019.

AZEVEDO, LEON MARTINS CARRICONDE

Estudo do processo de apropriação de terras e recursos territoriais pelo Capital monopolista internacional no Sul de Goiás. p.260, 297 mm, (UnB-GEA, Mestre, Política e Gestão Ambiental e Territorial, 2019).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Geografia

1. Apropriação de terras 2. Imperialismo

3. Território 4. Capital monopolista internacional

5. Mesorregião Sul Goiano

I. UnB-GEA.

II. DEVORADORES DA TERRA: Apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional no sul de Goiás

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Leon Martins Carriconde Azevedo

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho às várias gerações de homens e mulheres que se lançaram na luta pela terra em nosso continente latino-americano. A todos os insurgentes, os povos indígenas, os povos africanos aos camponeses e trabalhadores rurais, pois são esses que fazem tão gloriosa a nossa história e, principalmente, o nosso presente e futuro. A cada batalha nova, a cada luta contra a exploração e a dominação, eles renascem no seio da massa, renascem no coração de um filho do povo.

Dedico especialmente aos bravos camponeses goianos, aos camponeses de Jataí e Catalão que pude compartilhar ideias e experiências, e que apesar de enfrentarem todos os dias as piores opressões e todo tipo de enganação, mesmo assim seguem enfrentando a “onça” e libertando o território. O futuro ainda pertence ao povo que luta. E tenho a profunda convicção que esse futuro está sendo forjado nesse instante... nos chapadões, nos córregos, matas e baixadas das profundezas do Cerrado, do Brasil e da nossa América Latina.

AGRADECIMENTOS

A todos/as os/as amigos/as, camaradas, familiares que de alguma forma contribuíram com a minha construção intelectual e minhas concepções de vida. Agradeço ao meu pai, Alger, e minha mãe, Mônica, principalmente pelos valores que sempre cultivaram nas relações familiares. Também agradeço à minha vó Gilda e a Conceição que ajudaram numa fase crítica da escrita, me acolhendo com tanto carinho em sua casa.

Agradeço ao meu amor, Savinha, uma mulher tão importante na minha vida e no meu processo de formação, seja nos momentos de dificuldade ou nos de alegria, não apenas para me consolar, mas para orientar teoricamente, sempre dando o exemplo como mulher guerreira, inteligente, carinhosa e sua notável graciosidade. Certamente, não conseguiria chegar ao final dessa jornada sem suas críticas, revisões, troca de ideias.

Agradeço também aos meus irmãos, Mari e Rafa, especialmente ao Ariel, por tudo que me ensinou e segue me ensinando a cada dia. À Bruni e Márcia, pessoas queridas, que também sempre estiveram presentes, ajudando de várias formas. Aos não-humanos, Meg e Joe, por seu carinho, lealdade e amizade.

O trabalho de campo, sem qualquer apoio financeiro externo, não seria possível sem as valiosas companhias e apoios sinceros que recebi. Agradeço ao casal maravilhoso de amigos, Guilherme e Wilma, que me acolheram em sua casa durante o período que estive em Jataí. Também ao amigo Marcos da Macaúba, camponês que do início ao fim da pesquisa em Catalão me guiou pelos caminhos no interior das comunidades camponesas e territórios em disputa. Aos camponeses da Macaúba, Coqueiros e Mata Preta que me receberam tão bem.

Ao professor e orientador Juscelino, ao qual sou grato pelos momentos formais e informais de aprendizados, nos quais pude a cada dia ir me localizando e avançando na pesquisa acadêmica. Aos professores Marcelo Mendonça e Sergio Sauer pelas contribuições, críticas e sugestões que muito me ajudaram no desenvolvimento da pesquisa.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos do Poder (NEP/UFRRJ), que tem contribuído consideravelmente para a reconstrução do paradigma teórico anarquista (bakuninista) de análise da realidade, especialmente ao camarada e professor Andrey Cordeiro Ferreira, com o qual tive o prazer de debater textos, receber conselhos e ouvir palestras.

A todos os camaradas e amigos que se forjaram a ferro e fogo ao meu lado, nas batalhas da vida, do trabalho e da luta. Pelo convívio com esses grandes camaradas pude compreender na

prática o valor da confiança, da seriedade, da abnegação, e também a importância da fraternidade. Enfim, aos meus amigos, irmãos e camaradas Ariel, Laranjinha, Ana Valéria, Rodrigo Pams, Órion, Savinha, Tadeu, Marcello, Manu, Esdras, Elaine, Marina, Selmo, Rômulo, João, Luís, Raquel, Raphael, Iara, Macarrão, Priscila, e tantos outros e outras que estão ombro a ombro comigo e que considero como uma família, pois tenho por cada um, um carinho e confiança enorme.

RESUMO

A partir do século XXI iniciou-se uma nova onda global de apropriação de terras pelo Capital e pelos Estados, que recoloca a questão agrária e ambiental no centro das disputas geopolíticas, especialmente no chamado “sul global”. No Brasil e na América Latina, esse processo foi levado a cabo por uma variedade de alianças entre governos e empresas monopolistas nacionais e internacionais. Tais governos latinoamericanos assumiram as tarefas históricas do desenvolvimento capitalista a partir de um modelo que ficou conhecido como neoextrativismo ou neodesenvolvimentismo. Esse modelo indicou uma determinada inserção subordinada no sistema mundial capitalista, amplamente apoiado em políticas do Estado, em novas ideologias legitimadoras e novos padrões técnico-gerenciais. Esse contexto teve relações diretas com a questão agrária e ambiental em Goiás, mais especificamente na mesorregião Sul Goiano, que experienciará uma expansão significativa da territorialização de grandes projetos do capital e do Estado para a produção de commodities agrícolas, minerais e energéticas. Dessa forma, a dissertação tem por objetivo geral analisar a atuação do capital monopolista internacional no processo de apropriação de terra e recursos territoriais na mesorregião Sul Goiano. Para alcançar esse objetivo, buscou-se identificar diferentes mecanismos e estratégias de apropriação de terras; desenvolver uma análise intersetorial que integrasse analiticamente o agronegócio, grandes projetos de mineração e usinas hidrelétricas; identificar mudanças na territorialização do negócio da agro-hidro-mineração no Sul Goiano no contexto da atual onda colonialista global de apropriação de terras e recursos territoriais. Para tal, a metodologia da pesquisa envolveu pesquisa bibliográfica, trabalho de campo em Jataí (GO) e Catalão (GO) envolvendo entrevistas e conversas informais com os sujeitos (camponeses, lideranças sindicais e patronais, etc.), diário de campo, fotos e participação de atividades nas localidades.

Palavras chave: Apropriação de terras - Imperialismo - Território – Capital monopolista internacional - Mesorregião Sul Goiano

ABSTRACT

From the 21st century started a new global wave of land grabbing started by the Capital and States, bringing the agrarian and environmental issue back to the center of geopolitical disputes, especially in the so-called “global south”. In Brazil and Latin America, this process has been carried out by a variety of alliances between national and international governments and monopolistic companies. These Latin American governments took on the historical tasks of capitalist development from a model that became known as neo-extrativism or neo-developmentalism. This model indicated a certain subordinate insertion into the capitalist world system, largely supported by state policies, new legitimizing ideologies, and new technical-managerial standards. This context had direct relations with the agrarian and environmental issue in Goiás, more specifically in the Sul Goiano mesoregion, which will experience a significant expansion of the territorialization of large capital and state projects for the production of agricultural, mineral and energy commodities. Thus, the dissertation aims to analyze the role of international monopoly capital in the process of appropriation of land and territorial resources in the South Goiano mesoregion. To achieve this goal, we sought to identify different mechanisms and strategies for land grabbing; develop an intersectoral analysis that analytically integrates agribusiness, large mining projects and hydroelectric plants; To identify changes in the territorialization of the agro-hydro-mining business in the South of Goiás in the context of the current global colonialist wave of land grabbing. To this end, the research methodology involved bibliographic research, fieldwork in Jataí (GO) and Catalão (GO) involving interviews and informal conversations with the subjects (peasants, union and employer leaders, etc.), field diary, photos and participation of activities in the localities.

Keywords: Land grabbing - Imperialism - Territory - International monopoly capital - South Goian Mesoregion

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE IMAGENS	14
LISTA DE MAPAS	15
LISTA DE TABELAS	16
LISTA DE QUADROS	17
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	18
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE GOIÁS E A QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL	37
1.1 – A sociobiodiversidade do Cerrado goiano e o processo de apropriação de terras e modernização capitalista	39
1.2 – Minas dos Goyases: colonização, ascensão e queda do primeiro ciclo da mineração goiana.....	48
1.3 – A política desenvolvimentista de integração nacional em Goiás de meados do século XX	53
1.4 – A modernização capitalista da agro-hidro-mineração em Goiás a partir dos anos 1970	59
CAPÍTULO 2 – SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO DE TERRAS E RECURSOS TERRITORIAIS	75
2.1 – Um breve balanço crítico das teorias do imperialismo, do colonialismo e do monopolismo.....	76
2.2 – Neoextrativismo e <i>land grabbing</i> : as determinações multiescalares das apropriações de terras..	93
2.3 –Ideologias legitimadoras, poder e luta de classes na apropriação de terras e recursos territoriais	116
CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA INTERNACIONAL NA MESORREGIÃO SUL GOIANO	128
3.1 - Apropriação de terras pelo agronegócio no Sul Goiano	135
3.2 - A territorialização da empresa monopolista Raízen em Jataí (GO)	150
CAPÍTULO 4 – APROPRIAÇÃO DE TERRAS PELA MINERAÇÃO NO SUL GOIANO....	176
4.1 – A territorialização das mineradoras multinacionais em Catalão (GO)	190

CAPÍTULO 5 – APROPRIAÇÃO DE TERRAS POR USINAS HIDRELÉTRICAS NO SUL GOIANO	217
5.1 – A territorialização da Usina Hidroelétrica Serra do Facão em Catalão (GO)	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS	253

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Cerca dividindo atividades de criação de gado e plantação de cana-de-açúcar no município de Jataí (GO)	165
FOTO 2 – Grande extensão de terra pertencente à fazenda Rio Paraíso, com plantação de cana-de-açúcar para o abastecimento da Usina da Raízen, Jataí (GO)	172
FOTO 3 – Moradia camponesa derrubada e casarão centenário ameaçado pelo avanço da mineração sobre a comunidade camponesa de Coqueiros, Catalão (GO)	200
FOTO 4 – Moradia camponesa derrubada e casarão centenário ameaçado pelo avanço da mineração sobre a comunidade camponesa de Coqueiros, Catalão (GO)	200
FOTO 5 – Vista do interior da Mina Boa Vista e depósito de rejeitos da Mina Boa Vista observada da varanda de uma casa na comunidade Coqueiros, Catalão (GO)	204
FOTO 6 – Vista do interior da Mina Boa Vista e depósito de rejeitos da Mina Boa Vista observada da varanda de uma casa na comunidade Coqueiros, Catalão (GO)	204
FOTO 7 – Visita técnica da Câmara de Vereadores e “paredão” da barragem de rejeitos da Mina Chapadão da Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO)	212
FOTO 8 – Visita técnica da Câmara de Vereadores e “paredão” da barragem de rejeitos da Mina Chapadão da Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO)	212
FOTO 9 – Placas e cercas em propriedade das mineradoras, indicando o exercício do controle sobre o território nas comunidades camponesas de Catalão (GO)	214
FOTO 10 – Placas e cercas em propriedade das mineradoras, indicando o exercício do controle sobre o território nas comunidades camponesas de Catalão (GO)	214
FOTO 11 – Usina Hidrelétrica Serra do Facão, Catalão (GO)	234
FOTO 12 – Placa com os financiadores na entrada da UHE Serra do Facão; Propriedade camponesa as margens do reservatório no Vale do Rio São Marcos	243
FOTO 13 – Placa com os financiadores na entrada da UHE Serra do Facão; Propriedade camponesa as margens do reservatório no Vale do Rio São Marcos	243

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução do Preço Real de Minerais Seleccionados (alumínio, cobre, ouro, prata) – 1960 – 2010 (US\$, ano base, 2005)	99
GRÁFICO 2 – Quantidade de Área Plantada de Milho (Ha) em Jataí, Rio Verde e Sorriso (2004-2017)	154
GRÁFICO 3 - Área Plantada de Cana-de-açúcar (Ha) de 2004 à 2017 em Jataí e Rio Verde	158

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Territorialização de Empresas do Agronegócio de Acordo com a Origem do Capital – Brasil, 2015	143
IMAGEM 2 – Territorialização de Empresas do Agronegócio com Capital Internacional de Acordo com a Atividade Agrícola – Brasil, 2015	144
IMAGEM 3 - Área Plantada de Cana-de-açúcar (Ha) no Ano de 2004 em Goiás	156
IMAGEM 4 - Área Plantada de Cana-de-açúcar (Ha) no Ano de 2017 em Goiás	157

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Biomas brasileiros, com destaque para a localização geográfica do Bioma - Território Cerrado, Brasil	43
MAPA 2 – Polígono do agrohidronegócio no Brasil, 2013.....	47
MAPA 3 - Mesorregiões Geográficas do Estado de Goiás (2014)	129
MAPA 4 – Município de Jataí (Go)	151
MAPA 5- Goiás, Legendas Espaciais dos Grandes Empreendimentos de Mineração, 2013.....	177
MAPA 6 – Apropriação do Subsolo no Estado de Goiás	189
MAPA 7 – Catalão e Ouvidor: Localização Geográfica (2014)	191
MAPA 8 – Goiás: Produção de Energia Elétrica por tipo de Usina em Operação (2010),	223
MAPA 9 - Vale do Rio São Marcos/Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos	235

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Apropriação e Controle do Subsolo pelo Capital Estrangeiro em Goiás (1986)	66
TABELA 2 – Exportação dos Principais Produtos Goianos por Volume e Receita – 2001 e 2013	131
TABELA 3 – Principais Mercados de Destino Segundo Volume e Receita das Exportações, Goiás – 1996, 2003 e 2013	132
TABELA 4 - Área Plantada com Cana-de-açúcar, 1990 – 2015 (Unidade: Hectares)	149
TABELA 5 – Destaque em Goiás: Dez Maiores Municípios em Relação ao VA da Agricultura (2010, 2015 e 2016)	153
TABELA 6 – Produção e Valor Comercializado, por Minério e Municípios em Goiás – 2004, 2008 e 2012	185
TABELA 7 – Apropriação do Subsolo nos Municípios de Catalão/Ouvidor (Go) pela Empresa Anglo American – Fosfato, Nióbio – 2015.....	206
TABELA 8 – Apropriação do Subsolo nos Municípios de Catalão/Ouvidor (Go) pela Empresa Vale Fertilizantes – Nióbio, Titânio, Fosfato – 2015	209

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Empresas do agronegócio com capital internacional atuantes em Goiás (2015)	140
QUADRO 2 - Empresas monopolistas internacionais com operações no setor de minérios em Goiás (2018)	181
QUADRO 3 - Empresas monopolistas internacionais com operações no setor hidrelétrico em Goiás (2019)	226

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM - Archer Daniel Midland

ADCAC- Associação dos Docentes do Campus Catalão

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

APROSOJA - Associação Brasileira dos Produtores de Soja

ARPRA-AHESF - Associação dos Proprietários Rurais Atingidos pelo AHE Serra do Facão

BA - Bahia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CANG - Colônia Nacional Agrícola de Goiás

CBA - Companhia Brasileira de Alumínio

CBOT - Chicago Board of Trade

CCT - Corte, Carregamento e Transporte

CDE - Conselho de Desenvolvimento

CEMIG - Central Elétrica de Minas Gerais

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CHESP - Companhia Elétrica do Rio Pardo

CIG - Consejo Indígena de Gobierno

CME - Chicago Mercantile Exchange

CMOC - China Molybdenum

COMEX - Commodities Exchange

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CPW Sa - Cereal Partners Worldwide

CTG - China Three Gorges Corporation

DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra

DEM - Democratas

DIMIC - Distrito Mínero-Industrial de Catalão

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

DPA - Dairy Partners Americas

EDF - Electricité de France

EIA - Estudos de Impactos Ambientais

EUA - Estados Unidos da América

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás

FCA - Ferrovia Centro Atlântica

FES - Formação Econômica Espacial

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FOSFAGO - Fosfatos de Goiás S.A.

GO - Goiás

GP - General Partners

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

ICP - Inquérito Civil Público

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IUM - Imposto Único sobre a Mineração

LDC - Louis Dreyfus Company

LP - Limited Partners

LSPA - Levantamento Sistemático de Produção Agrícola

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

METAGO - Metais de Goiás S.A.

MG - Minas Gerais

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério de Minas e Energia

MORENA - Movimiento Regeneración Nacional

MRN - Empresa Mineração do Rio do Norte

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

NYMEX - New York Mercantile Exchange

ONGs - Organizações Não-Governamentais

PA - Pará

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAM - Produção Agrícola Municipal

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEN - Partido Ecológico Nacional

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PI - Piauí

PMB - Produção Mineral Brasileira

PND - Programa Nacional de Desestatizações

PNFCA - Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola

PP - Partido Progressista

PPL - Partido Pátria Livre

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido Republicano

PR - Paraná

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PRP - Partido Republicano Progressista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PV - Partido Verde

RAW - Raízen and Wilmar

RIMA - Relatórios de Impactos Ambientais

RO - Rondônia

RS - Rio Grande do Sul

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SC - Santa Catarina

SD - Partido Solidariedade

SEFAC - Serra do Facão S.A.

SGCC - State Grid Corporation of China

SP - São Paulo

SPEs - Sociedades de Propósitos Específicos

SPIC - State Power Investment

STER - Sindicato dos Trabalhadores Empregados Assalariados Rurais de Jataí

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TO - Tocantins

UFJ - Universidade Federal de Jataí

UHE - Usina Hidrelétrica

UHs - Usinas Hidrelétricas

ÚNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

USELPA - Usina Elétrica de Paranapanema

VHP - Very High Polarization

WWF - World Wide Fund for Nature

INTRODUÇÃO

A geografia não é outra coisa senão a história no espaço, assim como a história geografia no tempo. (Élisée Reclus)

A insurreição do pensamento é assim um ato de ruptura com o poder e busca pela ciência, que longe de adquirir sua cientificidade da neutralidade, produz essa cientificidade pela sua relação de antagonismo/engajamento ou não nas estruturas de poder e regimes de verdade que esta estrutura impõe ou invisibiliza, e com os planos do real e do vivido que apreende e no qual se institui. (Andrey Cordeiro Ferreira)

A partir do século XXI iniciou-se uma nova onda global de apropriação de terras pelo capital e pelos Estados, que recolocou a questão agrária e ambiental no centro das disputas geopolíticas, especialmente no chamado “sul global”. Não apenas no caso do Brasil, mas da América Latina, esse processo foi ainda mais contraditório e complexo já que promovido por uma variedade de governos “progressistas” e de “esquerda” em aliança com empresas monopolistas nacionais e internacionais.

Sob diferentes aspectos tais governos assumiram as tarefas históricas do desenvolvimento capitalista a partir de um modelo que ficou conhecido como neoextrativismo ou neodesenvolvimentismo. De todo modo, tal modelo indicou uma determinada inserção subordinada no sistema mundial capitalista, amplamente apoiado em políticas do Estado e em novas ideologias legitimadoras da modernização e processos de apropriação de terras e recursos territoriais¹. Todo esse contexto terá relações diretas com a questão agrária e ambiental no estado de Goiás, mais especificamente na mesorregião Sul Goiano, recorte espacial de estudo da presente dissertação.

A partir de dados preliminares coletados ao longo do mestrado foi possível identificar a relevância do avanço do agronegócio nos territórios ao sul de Goiás e, posteriormente, de outros grandes empreendimentos capitalistas do setor de mineração e hidroeletricidade. Tais empreendimentos, tendo como perfil em comum os investimentos do que definimos aqui como

¹ De acordo com Perpetua (2016, p.130), recurso territorial “é tudo aquilo que existe num dado território cuja posse e uso possuem papel fundamental na reprodução das relações sociometabólicas nele estabelecidas, sejam elas capitalistas ou não capitalistas, propiciando solucionar o problema basilar da existência continuada (ou reprodução) da sociedade nos mesmos moldes. Os recursos territoriais não são dados a priori, isto é, não possuem valor e utilidade em si mesmos; tais características lhes são relegadas pelas e nas diferentes relações de intercâmbio entre a(s) sociedade(s) e a natureza, num dado momento e num certo lugar. Uma mesma matéria pode assumir a forma de diferentes recursos, a depender da forma social que dela se apropria, assim como pode ser um recurso valioso para uma e não ter validade alguma para outras. Algumas delas, contudo, embora assumam significações e utilidades completamente díspares entre distintas formas de intercâmbio sociometabólico, são igualmente imprescindíveis, tornando-se objeto de disputa e causa de conflitos territoriais”.

capital monopolista internacional, conformaram diversos territórios integrados regionalmente através da apropriação de terras e recursos territoriais a partir do século XXI.

Apesar da apropriação de terras não ser um fenômeno novo na história do capitalismo, e nem mesmo de outras experiências imperiais e coloniais, diversos pesquisadores (SAUER e BORRAS Jr., 2016; FREDERICO e GRAS, 2017; dentre outros) se atentaram a um novo ciclo (ou onda) global de corrida por terras, também sintetizado por processo global de *land grabbing*.

A partir de leituras sobre o imperialismo e o colonialismo (HARVEY, 2003; FERREIRA, 2018; LEVIEN, 2014; dentre outros), e dos processos de territorialização inerentes, chegamos também ao debate sobre uma nova onda mundial de colonização (FERREIRA, 2018). Essa nova onda global colonialista de apropriação de terras não seria apenas uma reedição das anteriores por possuir novos elementos constitutivos em relação a aspectos políticos (órgãos multilaterais internacionais, mudança no papel do Estado-nação, etc.), econômicos (papel preponderante das corporações monopolistas internacionais, do sistema financeiro, bolsas de valores, mercados de futuros, etc.), e ideológicos-discursivos (novos enunciados que legitimam a missão civilizatória do capital e dos Estados no atual contexto de imperialismo e colonialismo, tal como o ambientalismo, a democracia, o desenvolvimento e o multiculturalismo).

Todas essas características da atual onda de apropriação de terras possuem expressões particulares em cada formação socioespacial. O estado de Goiás, e mais especificamente a mesorregião Sul Goiano, estando no Bioma-Território Cerrado, apresentam particularidades histórico-geográficas que o torna parte integrante da atual trama geopolítica do imperialismo e colonialismo contemporâneos.

A mesorregião Sul Goiano adentra o século XXI apresentando atrativos para os investimentos capitalistas e para a expansão territorial, desde aspectos naturais (topografia, clima, hidrografia, solo e subsolo), passando por aspectos de localização próxima a grandes centros econômicos (principalmente São Paulo, e deste para o mundo), garantido por redes técnicas de transporte e energia, até aspectos políticos e financeiros relativos aos diversos esferas governamentais (federal, estadual e municipais). Os distintos níveis de governo se mostraram disponíveis para agirem como “parceiros” da modernização capitalista e expansão colonialista no território, tal como nos relataram camponeses e pesquisadores entrevistados durante o trabalho de campo em Jataí (GO) e Catalão (GO).

É dessa forma que os territórios goianos e cerradeiros chegam à atualidade com uma expressiva participação na produção capitalista nacional de *commodities* agrominerais e de hidroeletricidade. Seja pela já consolidada territorialização dos monocultivos latifundiários dos setores de grãos (especialmente soja e milho) e de carnes, territorializados e intensificados na modernização conservadora desde a década de 1970. E, portanto, já amplamente debatidos teoricamente, mas também pela atual expansão sem precedentes da cana-de-açúcar nos territórios goianos a partir do século XXI. Tudo isso sem nenhuma diminuição da expansão territorial dos setores agroindustriais de grãos e carne.

Seja também pela importante modernização e territorialização dos grandes projetos de mineração no sul do estado de Goiás, estando em Catalão (GO) e Ouidor (GO) um dos grandes projetos da indústria extrativa mineral de exploração de nióbio e fosfato. Por exemplo, em relação ao nióbio, um metal estratégico para as novas tecnologias eletrônicas e militares, o Brasil responde por mais de 98% da produção mundial, e os principais municípios produtores são Catalão (GO) e Araxá (MG). Não por acaso, as duas empresas que exploram o nióbio e o fosfato em Catalão (GO) são grandes empresas estrangeiras, uma norte-americana (Mosaic Fertilizantes) e outra chinesa (China Molybdenum - CMOC). A expansão desses projetos de mineração tem significado a desterritorialização de comunidades camponesas, a superexploração do trabalho e a destruição da natureza.

Concomitante aos investimentos no agronegócio e na exploração mineral destaca-se o processo de construção das usinas hidrelétricas. Mediante o alagamento de vastos territórios camponeses e comunidades locais para a formação dos reservatórios de água da usina, tem sido mais uma força a atuar na apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital e pelo Estado com fins de exploração e dominação capitalista da natureza e do trabalho.

Em Goiás, e em especial na mesorregião Sul Goiano, uma série de usinas hidrelétricas foram instaladas especialmente a partir dos anos 2000 apropriando-se de vastas extensões territoriais e servindo de fonte energética para outros setores capitalistas também envolvidos em processos expropriatórios, tal como o agronegócio e a mineração.

Nesse sentido, essa temática, e mais especificamente a abordagem intersetorial e multiescalar, fazem-se necessárias para compreender o atual processo de apropriação de terras e recursos territoriais na mesorregião Sul Goiano. Concordamos com a reflexão de Gonçalves (2016) de que a Geografia Agrária e a Geografia do Trabalho legaram importantes contribuições sobre a questão agrária brasileira, mas deixaram a desejar na elaboração sobre o papel que

cumpra a apropriação de minérios, água, energia e demais recursos territoriais². Buscamos dessa forma contribuir com a teoria geográfica dos conflitos por terra e por territórios em Goiás e no Brasil.

A abordagem geográfica e crítica da questão agrária e ambiental possibilita trazer uma reflexão científica das relações de poder a partir da categoria território, e os processos de territorialização, desterritorialização e apropriação de recursos territoriais. Além disso, trazemos aqui uma proposta de análise, com base em abordagens descoloniais e anarquistas, que busca romper com as fragmentações entre os meios físico-naturais e sociohistóricos, compreendendo as múltiplas relações e determinações entre sociedade e natureza, ambas inseridas nas tramas de poder das atuais relações de dominação, exploração e resistências no sistema mundial capitalista.

A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar a atuação do capital monopolista internacional no processo de apropriação de terra e recursos territoriais na mesorregião Sul Goiano. Para alcançar esse objetivo, buscamos identificar diferentes mecanismos e estratégias de apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional; também buscamos desenvolver uma análise intersetorial que integrasse analiticamente o agronegócio, aos grandes projetos de mineração e as usinas hidrelétricas; bem como identificar mudanças na territorialização do negócio da agro-hidro-mineração no Sul Goiano no contexto da onda global de apropriação de terras.

Para tal, foi necessário pensar as múltiplas escalas de determinações da apropriação de terras e recursos territoriais pelo imperialismo e pelo colonialismo no sistema mundial capitalista, assim como identificar os principais agentes do capital monopolista internacional que atuam na apropriação de terras na mesorregião Sul Goiano. Por fim, compreender as relações de multicausalidades econômicas, políticas e discursivas da atual onda colonialista global de apropriação de terras e recursos territoriais.

A pesquisa foi organizada a partir de algumas etapas, sendo a primeira delas a revisão bibliográfica sobre temas relacionados à dissertação: Land Grabbing, Imperialismo e Sistemas Mundiais, Questão Energética/Ecológica, Reestruturação Produtiva e relação Estado-Capital.

² Sobre a questão agrária contemporânea, Gonçalves (2016) irá apresentar uma proposta analítica, à qual aderimos, onde, “[...] o negócio da agro-hidro-mineração é ilustrativo da questão agrária contemporânea, não fragmentando as dimensões dos conflitos pela água, terra e subsolo” (GONÇALVES, 2016, p.198).

Também recorreremos à pesquisa e análise de documentos oficiais visualizando e enumerando as principais políticas públicas e empresariais relacionadas.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de trabalhos de campo na mesorregião Sul Goiana durante o mês de fevereiro de 2019, com a realização de 20 entrevistas semi-estruturadas com representantes de instituições políticas, empresariais e sociais, bem como com sujeitos diretamente envolvidos (trabalhadores, camponeses, patrões, pesquisadores, etc.) no tema de estudo. Realizamos a pesquisa de caráter qualitativo, com o objetivo de levantar informações que qualificassem, principalmente, as estratégias de apropriação de terras e recursos territoriais das empresas monopolistas internacionais, assim como os dispositivos políticos, econômicos e ideológicos de tais processos.

Além das entrevistas, realizamos centenas de registros fotográficos dos territórios estudados. Das paisagens tomadas pelo agronegócio e pelos reservatórios de água-mercadoria das Usinas Hidrelétricas às alterações no relevo e na paisagem (chamada de “geomorfologia do capital” em um trabalho de campo guiado pelo professor Ricardo Gonçalves) levadas a cabo pelos grandes projetos de mineração. Também registramos os territórios camponeses pelos quais adentramos em Jataí e em Catalão (GO), momentos de reuniões, de festa, de futebol, de pamonhada, de produção e de resistência. Mais ainda do que os registros fotográficos, a vivência nos territórios camponeses foi fundamental para compreender e sentir a profundidade da questão da apropriação de terras e recursos territoriais para tantas comunidades, pessoas, rios, animais, enfim, para a biodiversidade do Cerrado.

Durante o trabalho de campo, também realizamos duas visitas técnicas à empreendimentos capitalistas em Catalão (GO). A primeira foi à Usina Hidrelétrica Serra do Facão, momento em que realizamos uma entrevista com um diretor e também visitamos as instalações da usina. A outra visita técnica que realizamos foi à barragem de rejeitos da empresa norte-americana Mosaic Fertilizantes (ex-Vale), momento em que fui escolhido pelo grupo para realizar os registros fotográficos da visita. Essa visita à Mosaic foi realizada em um momento de comoção e pressão nacional contra os crimes cometido pela Vale S.A em Brumadinho (MG). A barragem que visitamos havia sido construída a muitos anos atrás pela própria Vale no mesmo sistema da de Brumadinho, a montante, e é ainda maior do que aquela. A visita foi organizada pelo GT sobre mineração da Câmara de Vereadores que reúne políticos, pesquisadores, movimentos sociais e representantes das empresas.

Também participamos no dia 14 de fevereiro de 2019 do encontro “Do Campo A Cidade: Cenário Macroeconômico para 2019” que aconteceu em Goiânia organizado pela Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG). O encontro reuniu diferentes setores vinculados ao agronegócio nacional e goiano (sindicatos rurais, associações patronais, representantes de empresas nacionais e estrangeiras, representantes do governo e da bancada ruralista). Na abertura do encontro um representante da FAEG e da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) anunciou que estávamos vivendo “um novo tempo para o agronegócio”. Nos surpreendeu pela sinceridade e pelo conteúdo colonialista. Afirmou que tinha voltado de um evento de colheita de soja em 10 mil hectares de terras indígenas em Campo Novo dos Parecis (MT)³. Segundo ele, “nós fomos lá para libertar essa gente [...]. Precisamos desburocratizar se uma estrada precisar passar por cima de uma terra indígena”.

Os dados quantitativos obtidos, por sua vez, foram um importante instrumento de análise macro do movimento de apropriação de terras pelo capital monopolista internacional. No entanto, foi importante refinar essa pesquisa e, principalmente, ir à campo para captar outros “olhares” e “questões” que uma análise mais distanciada não permitiria identificar. Por exemplo, ver os conflitos socioterritoriais (seja entre os setores capitalistas ou entre estes e populações locais e trabalhadoras) que são afetados pela quantidade dos investimentos, quantidade de terras apropriadas, bem como os diversos tipos de atividades de exploração e especulação dos recursos territoriais, ainda que esses aspectos ainda não permitam mecanicamente definir de maneira o caráter ou a própria existência do conflito socioterritorial.

Foi fundamental, durante o trabalho de campo, a percepção da cultura política e a organização local; saber ouvir e aprender com os movimentos sociais e camponeses; reconhecer a diversidade de identidades e noções de pertencimento das populações locais, os modos de produção e reprodução da vida de diferentes sujeitos. Assim como foi importante durante o trabalho de campo, por meio de entrevistas a representantes patronais e visitas técnicas guiadas em estabelecimentos capitalistas, identificar formas de ação específica do capital monopolista internacional, dos agentes empresariais e estatais, dentre outros aspectos que não poderiam ser compreendidas sem esse contato “olho no olho”.

Cabe ressaltar um fato que aconteceu no trabalho de campo em Catalão (GO). Em um dia de pesquisa no Complexo Mínero-Industrial, estávamos tirando fotos das instalações

³ O evento de colheita de soja em Campo Novo dos Parecis (MT) aconteceu no início de fevereiro de 2019 e contou com representantes do governo federal, de entidades do agronegócio e das etnias indígenas envolvidas.

industriais, do lado de fora das propriedades das empresas, ou seja, da pista que passa em frente a estas. Foi nesse momento que um agente de uma empresa de segurança privada, contratada pela CMOG, disse que não podíamos tirar aquelas fotos. Argumentamos, no entanto, que as fotos estavam sendo tiradas de um local público, e que não havia nada de errado. Nada aconteceu naquele momento. No entanto, cerca de dois dias depois uma pessoa da família do pesquisador recebeu uma ligação de um suposto agente da polícia civil de Catalão (GO), que tentou intimidar e interrogar por telefone os pretensos motivos das fotos, chegando a ameaçar e insinuar relações absurdas com roubo de explosivos e terrorismo. Após isso, nenhum outro contato foi feito pelo suposto agente da polícia civil. Dessa forma, os mecanismos de poder e coerção das grandes mineradoras sobre os territórios, em articulação com o Estado, foram sentidas diretamente durante o trabalho de campo com tentativas de intimidar a realização da pesquisa científica.⁴

O método teórico e filosófico ao qual nos propomos realizar essa pesquisa é materialista e dialético. No entanto, cabe aqui uma breve explicação, já que este método não se inscreve nas abordagens marxistas (ainda que agreguemos importantes contribuições desse campo já consolidado nas ciências sociais), mas dentro de uma abordagem anarquista ou coletivista. A teoria anarquista, e seu método de análise da realidade, vem sendo retomada em diferentes campos de estudo, nos estudos de História (SILVA, 2017), na Sociologia e Antropologia (FERREIRA, 2016), na Filosofia (BRITO, 2016) e também na retomada das importantes contribuições teóricas da Geografia Social, de Eliseé Reclus (ZAAR, 2015).

Tal como demonstra Brito (2016), o pensamento anarquista foi, em grande medida, marginalizado pelas escolas de pensamento hegemônicas na academia, que estabeleceram sistemas de poder-saber para impedir ou distorcer um debate mais fidedigno em relação à teoria e política anarquista. Resgatando as contribuições do anarquismo clássico, principalmente Joseph-Pierre Proudhon e Mikhail Bakunin, Brito (2016, p.2) afirma que este regate “proporciona a constituição de uma teoria multidisciplinar materialista e um método dialético particular”. De acordo com Ferreira (2016, p.57), o paradigma da teoria anarquista clássica seria caracterizado por,

- 1) uma ontologia naturalista (que concebe a natureza numa relação de continuidade e descontinuidade com a sociedade); 2) uma dialética negativa e serial (categorias que

⁴ É importante destacar também, que os crimes protagonizados pela mineradora Vale S/A nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho, que ceifaram cerca de 300 vidas humanas, incontáveis formas de vidas não-humanas, e levaram a desterritorialização de cidades e comunidade inteiras, especialmente povos camponeses e indígenas, tiveram um impacto sobremaneira em nossa pesquisa e nos sujeitos e processos analisados.

se englobam e acumulam pela negação das anteriores); 3) uma posição crítica frente aos poderes científicos e político-econômicos, representada no plano do saber pelo anti-idealismo, que aparece como a negação da religião e metafísica (criacionismo, contratualismo ou qualquer explicação antinaturalista e anti-histórica para a origem da sociedade).

A abordagem teórica anarquista, assim, irá desenvolver uma crítica radical aos diversos tipos de “centralismos” e relacioná-los, sendo que o centralismo político, econômico e epistemológico, se retroalimentaria por meio dos sistemas de poderes, de dominação e exploração. Por isso, para a crítica do Estado (centralismo político) e do Capital (centralismo econômico), também se desenvolveu uma crítica aos centralismos epistemológicos (FERREIRA, 2016). A partir desse último, desenvolveu-se no âmbito do anarquismo uma crítica profunda ao idealismo, ao teologismo, ao liberalismo e também ao marxismo. Todos esses teriam desenvolvido uma teoria e uma política centralistas, na medida em que elegeram ou buscaram “causas primeiras/últimas” ou “centros organizadores” da vida social e/ou natural.

A partir dessa crítica ao centralismo epistemológico, Ferreira (2016) apresenta uma diferenciação que haveria entre as abordagens anarquistas e marxistas, na qual esta última, a partir de uma centralidade do “econômico em última instância” criaria um estatuto organizador e centralista para pensar a realidade e, principalmente, a relação sociedade-natureza. De acordo com Ferreira (2016, p.58-59),

Mais uma vez o tema volta a ser colocado no plano da filosofia e da ontologia através de um problema: o centralismo. A crítica do centralismo não se resume à política; ela expressa uma nova ontologia social, pois o que se critica é, de um lado, o conceito de um “centro” na natureza, de uma ordem real que deriva de um conceito; e, de outro lado, a ideia de uma causa primeira, de uma pré-determinação. E é essa a raiz da verdadeira e radical diferença entre o materialismo de Bakunin e do coletivismo *versus* a concepção de Marx e Engels que, considerando a economia como determinante em última instância, expressa a ideia de que na natureza existe uma pré-determinação que leva à necessidade de um centro organizador. Ao contrário do materialismo histórico, o conceito de natureza no materialismo sociológico não é a produção, mas sim ação e transformação. A natureza não é uma causa primeira, mas produto e produtora de causas e efeitos particulares. A relação entre o particular e o geral não é concebida como um particular que é manifestação do universal, mas de um universal que é produzido pela combinação de causas particulares e vice-versa. A natureza, nesse sentido, é que cria a sociedade com todos os desenvolvimentos passados, presentes e futuros. Dessa proposição é que são sistematizados os conceitos de natureza, mundo social e mundo natural (natureza exterior). O mundo natural, ou natureza exterior, é o mundo com o qual o mundo social humano se relaciona. O homem extrai sua vida e realiza a luta pela vida contra a natureza exterior (ambiente, ecossistema) e não contra a “natureza em si”, da qual nunca sai. Desta forma, o homem cria o seu mundo social que é diferente das sociedades animais em razão de duas capacidades formais: o pensamento-fala e o trabalho.

Dessa forma, as relações entre sociedade e natureza, universal e particular, política e economia, serão profundamente modificadas no materialismo sociológico, através de um método multicausal de análise da realidade. Como dito anteriormente, esse materialismo estaria

marcado por uma ontologia naturalista, onde a natureza em si não pode ser “dominada” pelas sociedades humanas, sendo estas mesmas sociedades, apenas uma ínfima parte da Natureza, que não possui início nem fim, nem causa primeira nem qualquer sentido teleológico.

Além disso, cabe ressaltar, uma crítica de Ferreira (2016) à noção nas ciências naturais e sociais de Ordem Absoluta⁵ e Desordem Absoluta. Ferreira (2016) estabelece uma crítica teórica tanto aos pressupostos das teorias marxistas e positivistas, quando às teorias pós-modernas. De acordo com Ferreira (2016, p.48), se apresentam como “uma das formas do pensamento hegemônico do capitalismo flexível, que retoma elementos do paradigma irracionalista e das escolas liberal psicológica e econômica”. À abordagem teórica anarquista apresenta uma crítica radical à pós-modernidade e a sua apologia da “desordem absoluta”, que basearia-se nos seguintes pontos:

1) o pós-modernismo é entusiasta do progresso tecnológico, mostrando um grande grau de adesismo à ideologia da “modernidade”. A diferença crucial é sua apologia do conhecimento/informação como mercadoria estratégica, como valor de troca, e a subordinação da ciência a essa condição e, conseqüentemente, ao mercado. Há assim um “determinismo informacional”; 2) a negação das metanarrativas (reduzidas de uma pluralidade à dualidade funcionalismo/marxismo) oculta o fato que o próprio pós-modernismo se coloca como uma meta-narrativa oculta e, por isso, acima de qualquer questionamento; 3) a negação da verdade e defesa da complexidade se dá por meio de processos operatórios simplificadores: questionando as totalidades universais, se fala “do filósofo”, “da ciência”, sem qualificar ou justificar esses usos, reduzindo a diversidade de práticas e concepções a uma unidade simplificadora; 4) por fim, questionando os projetos de legitimação racionalista (da busca pela verdade em si) e da emancipação, reduz-se as possibilidades de legitimação dos “relatos” ao mercado, lugar de produção e troca do saber-mercadoria, e lugar da verdade. Conseqüentemente, tal posicionamento apenas reifica o poder do mercado, que é tratado como um “pequeno relato” (FERREIRA, 2016, p.48).

Dessa forma, para a teoria anarquista, os centralismos epistemológicos em suas mais variadas manifestações, são teorias e políticas sobre o mundo social e natural em que as suas realizações (parciais ou totais) sustentariam, mais cedo ou mais tarde, sistemas de poderes igualmente hierárquicos e centralistas em termos políticos, culturais e/ou econômicos. Como

⁵ “[...] o conhecimento filosófico, até a primeira metade do século XIX, esteve assentado sobre uma concepção centrada num conceito de ordem, derivada em grande medida do conceito de Deus ou Espírito Absoluto, que foi a base da formação de todas as escolas filosóficas desse contexto. O conceito de Deus foi então tomado como sinônimo de causa necessária, ordenadora e criadora, ou seja, como absoluto. A emergência do capitalismo concorrencial e da ciência não foi linear nem implicou na desaparecimento do pensamento religioso e do poder da Igreja, por mais enfraquecido que este estivesse quando comparado à Idade Média, mas criou as condições para uma revolução científica ou inversão do sistema cognitivo. Essa tradução do conceito de Deus como ordem criadora passou por um movimento de “laicização”, de forma que progressivamente o conceito de Deus/Absoluto deu lugar ao conceito de Espírito/Absoluto e logo ao de “Razão/Ordem Absoluta” e de Estado como ente da razão. [...] Mas o que nos interessa aqui é exatamente observar como o conceito de ordem absoluta foi passando por diversas transmutações dentro de escolas de pensamento, de forma que assumiu em escolas mesmo antagônicas, como o marxismo e o positivismo, a forma de reificação do Estado como encarnação da “ordem” contra a “desordem imanente da sociedade ou economia”, e, através dessas escolas, moldou as matrizes disciplinares” (FERREIRA, 2016, p.44-45).

explica Brito (2016, p.4), de acordo com a teoria proudhoniana, “não há, na totalidade do real, qualquer sentido de ordem única e crescentemente manifesta”. Logo, isso implica, dentro da teoria anarquista, em “afastar-se da idealização de um objetivo final do desenvolvimento humano, o que implicará na negação de qualquer forma de determinismo histórico em suas elaborações teóricas acerca da sociedade, da economia e da política” (BRITO, 2016, p.4).

Em relação ao método dialético do anarquismo, é importante retomar a pontuação de Brito (2016, p.7), “é preciso frequentemente lembrar ao mundo acadêmico que considerar a dialética como algo circunscrito exclusivamente à ortodoxia do pensamento hegeliano e marxiano significa operar um reducionismo grosseiro”. Dessa forma, Brito (2016) irá buscar, principalmente, nas sistematizações de Proudhon e Gurvitch os fundamentos da dialética serial, parte constituinte do método anarquista de análise da realidade. Ainda que identifique diferenças profundas nas abordagens dialéticas, Brito (2016, p.8) irá sintetizar os traços comuns dos principais tipos de dialéticas:

1) direcionamento simultâneo aos conjuntos e seus elementos constitutivos, relacionando unidade e multiplicidade; 2) negação das leis da lógica formal, dos procedimentos meramente discursivos, acessíveis apenas pela abstração e não relacionados a algo de concreto; 3) combate à estabilidade artificialmente estabelecida, tanto para o real quanto para o conceitual; 4) manifestação das contradições e oposições, expressas em termos de antinomias ou polaridades.

Dessa forma, a dialética serial de Proudhon também apresentaria esses elementos. No entanto, segundo Brito (2016), Proudhon criticou e recusou a dialética hegeliana. Em um caminho oposto ao pensamento dialético de Hegel, o método proudhoniano propõe “uma dialética *antinômica, antiteológica, antiestática, anticonformista, revolucionária*” (GURVITCH, 1971, p.139). Dessa forma, a dialética proudhoniana seria de caráter negativo e antitético, através da identificação de contradições internas aos fenômenos sociais e naturais, que seriam as antinomias. Porém, de acordo com Brito (2016, p.8),

Proudhon não admite a resolução das antinomias, o que significaria a morte de ambos os polos opostos, cuja condição de existência é sua concomitância em um equilíbrio permanente, variável e instável, equilíbrio este que não se realiza em função da existência de um terceiro elemento que promove a síntese da natureza conflitante dos dois outros elementos, mas é, na verdade, fruto da ação recíproca dos dois elementos.

Dessa forma, segundo o próprio Proudhon, “Os termos antinômicos não se resolvem, da mesma maneira que os polos opostos de uma pilha elétrica não se destroem” (PROUDHON apud GURVITCH, 1987, p.99), sendo o movimento do real uma eterna relação entre as partes, e das partes com o todo, formando novos “equilíbrios” entre as partes, incessantemente

variáveis, segundo as próprias condições históricas e sociais⁶. É a partir dessa compreensão do materialismo sociológico e da dialética serial que Ferreira (2016, p.68) apresenta uma relação específica entre Parte-Todo, externamente pertinente para a pesquisa: “Uma sociologia dialética não pode nem perder a análise microsociológica dos grupos, indivíduos, etc., nem a dimensão macrosociológica da estrutura social global e das classes sociais”. Dessa forma, para Ferreira (2016, p.68), “esse método é assim anti-hegemônico exatamente porque ele nega a lógica do absoluto da ordem, da desordem e o impulso de ambos de negar as contradições de classes”.

Continuando na abordagem teórica de nossa pesquisa, a ciência geográfica apresenta uma importante contribuição e reflexões sobre a formação dos territórios que nos foi muito cara nesse trabalho, tendo em vista especialmente nosso recorte espaço-temporal. De acordo com Gonçalves (2016, p.118), “o território é produzido como resultado da luta de classes permeada por interesses distintos, o que gera conflito e disputa, revelados na leitura geográfica da sociedade”. Assim, os territórios não podem existir sem o conflito (ou fora dele), e por outro lado, os conflitos sociais e políticos possuem necessariamente um rebatimento material no espaço geográfico que ocorre exatamente através da formação dos territórios, portanto, essa é uma questão central para a análise das relações de poder e da luta de classes. Compreende-se, assim, que “o território é uma categoria essencial para os geógrafos e, sem dúvida, se constitui na materialização concreta das contradições expressas pela relação capital x trabalho, onde o trabalho, historicamente, subsumido ao capital necessita se emancipar”. (MENDONÇA, 2004, p.144). A apropriação da terra e da natureza tampouco podem ser menosprezadas como parte constitutiva dos territórios.

O território, entendido dessa forma, deve excluir necessariamente as concepções positivistas que historicamente buscaram naturalizar a formação dos espaços geográficos, especialmente o Estado territorial – como se fossem estes a expressão natural (étnica, biológica, etc.) da unidade de um povo. Na verdade, por uma análise materialista, vemos que todos os Estados modernos se formaram historicamente pela opressão de nacionalidades e classes sociais, ou seja, pelo conflito social e pela colonialidade do poder e do saber (PORTO-GONÇALVES, 2017).

⁶ Eliséé Reclus, geógrafo anarquista clássico, participante da Comuna de Paris de 1871, desenvolveu estudos no âmbito da dialética serial (ZAAR, 2015), sendo que a epígrafe no início dessa introdução aponta uma forma de relacionar o espaço e o tempo, bem como os seus campos de conhecimento (Geografia e História), a partir de um par dialético antinômico.

Quanto à questão nacional, Fernandes (2005, p.27) afirma que: “o espaço geográfico de uma nação é o seu território”. No entanto, este nunca é homogêneo ou total (apesar de poder ser hegemônico), existindo dentro de um mesmo território nacional-estatal territórios-outros que não o hegemônico, que podem ou não disputar essa hegemonia em diversas escalas. Além disso, tal como ressalta Porto-Gonçalves (2017) não são apenas “os de baixo” que disputam essa hegemonia do Estado nacional territorial, mas também (e às vezes principalmente) as grandes empresas multinacionais, organismos multilaterais:

A reconfiguração do estado territorial nacional tradicional, ao mesmo tempo, que reconhece diferentes territorialidades em suas fronteiras internas está imerso naquilo que Jairo Estrada muito apropriadamente chamou constitucionalismo supranacional (Estrada, 2006; Porto-Gonçalves, 2006), onde ganha curso as determinações emanadas das organizações multilaterais, sobretudo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.46).

Essa reflexão será importante ao longo da nossa dissertação ao abordarmos os conflitos territoriais envolvendo uma série de sujeitos, desde as empresas monopolistas internacionais, aos governos, as instituições científicas, as comunidades camponesas atingidas, dentre outros. Sendo, portanto, fruto de relações sociais (e destas com a natureza), o território é o espaço *a posteriori*, ou seja, uma decorrência da própria dinâmica sociedade-natureza que cria e recria diferentes tipos de espaços, dentre eles o território. Segundo Fernandes (2005, p.28):

O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência.

No entanto, apesar de ser parte das relações socioespaciais mais amplas, o território forma-se também como uma totalidade própria. Estes se formam sempre em sua diferenciação própria em relação ao “Outro”: outras classes ou grupos sociais, outros países, outras concepções teóricas, etc. diferenciação esta que se define pelas fronteiras e limites (materiais, sociais, simbólicos, teóricos) estabelecidos entre os sujeitos em luta, e que, por sua vez, definem e criam os próprios sujeitos “em si” (FERNANDES, 2005).

Esta conceituação de território é importante para o pensarmos como um espaço em disputa, ou seja, não apenas fruto de relações sociais em geral (tal como o definimos até aqui), mas relações sociais que possuem necessariamente conflitos engendrados por grupos ou classes sociais que se materializam no espaço através de fronteiras, cercas, códigos, simbologias, terra, etc. Nesse sentido, o território possui uma relação direta com as conflitualidades e as relações

de poder em nossa sociedade, e mais especificamente, poderíamos dizer, com a apropriação de terras.

Em relação à organização do texto a pesquisa está organizada em seis capítulos. No primeiro, busca-se apresentar uma abordagem sobre a formação socioespacial e histórica de Goiás com o objetivo de evidenciar os diferentes ciclos e estratégias de colonização que integraram os territórios cerradeiros e interioranos, que hoje formam o estado de Goiás, aos processos mundiais de acumulação capitalista.

No segundo capítulo nós realizamos uma discussão sobre a relação entre a apropriação de terras e recursos territoriais e as diferentes abordagens do imperialismo, colonialismo e monopolismo. Através de um debate com pesquisadores da Geografia, Sociologia e Economia, com diferentes contribuições para a temática. As contribuições da teoria da dependência, do novo imperialismo, do neoimperialismo, do colonialismo interno, do capital monopolista, do processo de land grabbing e das distintas teorias críticas da acumulação primitiva, serão articulados teoricamente em nossa abordagem, e, a partir desta, indica-se as novas características conjunturais da atual onda colonialista global de apropriação de terras e recursos territoriais.

No terceiro capítulo tem destaque a análise sobre a inserção dos territórios goianos nessa nova onda colonialista global, desde o início dos anos 2000 até a atualidade. Para tal, recorreu-se à realização de trabalhos de campo para a análise dos casos de apropriação de terra e recursos territoriais associados à três importantes setores da economia goiana: agroindústria, grandes projetos de mineração e as usinas hidrelétricas. De modo a identificar casos concretos que pudessem evidenciar a representatividade dos respectivos setores e sua incursão territorial decidiu-se por eleger três estudos de casos.

No quarto capítulo abordamos o setor sucroenergético no município de Jataí (GO), através da territorialização da empresa monopolista internacional Raízen S/A. No quinto capítulo, abordamos o Complexo Mínero-Químico nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO), através da territorialização das empresas monopolistas internacionais Mosaic Fertilizantes e CMOC. Por fim, no sexto capítulo, analisamos a territorialização das Usinas Hidrelétricas e as estratégias de apropriação de terras e recursos territoriais pelas mesmas, com ênfase na UHE Serra do Facão em Catalão (GO), e o consórcio formado pelo capital monopolista, estatal e privado.

Dessa forma, durante a pesquisa buscou-se contribuir com a análise geográfica de processos relevantes para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo e do estatismo (FERREIRA, 2014) no Brasil e em Goiás. Eles também se apresentaram como processos de grande complexidade, especialmente por estarem ainda em curso, gerando assim uma gama de informações, conflitos e disputas que permeiam a atual agenda política do governo brasileiro em torno à mineração, agronegócio e construção de novas hidrelétricas.

1 O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE APROPRIAÇÃO DAS TERRAS E RECURSOS TERRITORIAIS EM GOIÁS

A história do território brasileiro é, a um só tempo, uma e diversa, pois também é a soma e a síntese das histórias de suas regiões. (...) O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho – sociais e territoriais. De um ponto de vista genético, as variáveis são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo (Milton Santos e Maria Silveira, 2008).

Para compreender a realidade brasileira, em suas dimensões política, econômica e social, é necessário estabelecer suas relações externas, ou seja, com o sistema mundial de acumulação capitalista e interestatal (ARRIGHI e SILVER, 2001; FIORI, 2008; OSÓRIO, 2010), e suas internalizações e particularidades. Tal processo diz respeito a análise dialética Parte-Todo, necessária à busca teórica da totalidade que se comprometa com uma análise dinâmica e histórica da realidade.

Atualmente possuímos contribuições teóricas importantes sobre esse tema na Geografia. Milton Santos (1977), Ruy Moreira (1985) e David Harvey (2004), cada um à sua maneira (e inclusive, muitas vezes utilizando conceitos e pontos de vista diferentes), buscou explicar a importância do espaço geográfico para a compreensão do desenvolvimento histórico, bem como, inversamente, a vinculação intrínseca da análise do espaço ao tempo-histórico, ou seja, o espaço como “processo”, como “formação”, como “desenvolvimento”, e não apenas como forma estática e cristalizada.

Milton Santos, em seu texto “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método” (1977), apresenta o conceito de Formação Sócio-Espacial, uma contribuição para a análise dialética da realidade. Abordando o conceito marxista de Formação Econômica e Social (FES), o geógrafo apresenta uma reflexão sobre o papel secundarizado do espaço nesta caracterização. Propõe uma modificação no conceito de FES para abarcar a importância do espaço nele contido. Segundo Santos (1977), a noção de FES é indissociável da realidade concreta, com sua diversidade e particularidades próprias, tendo ela sido utilizada por Lênin exatamente para analisar a realidade particular da Rússia.

Essa concretude da realidade só pode ser pensada, considerando o espaço e o desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004). As diversidades e desigualdades, grafadas no espaço por meio de formas-conteúdo próprias (rugosidades), frutos da divisão

técnica e social do trabalho, das diferenças culturais e políticas dos povos, frutos de diferentes relações com a natureza e entre si, modificam, relativamente, as tendências gerais de uma determinada sociedade. Segundo afirmou Milton Santos, “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (1977, p.87). Nesse sentido,

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um de seus momentos (SANTOS, 1977, p.89).

Isso significa que a análise da realidade não pode levar em conta apenas um enfoque histórico, a-espacial, onde os modos de produção (primitivo, escravista, feudal, capitalista) se sucedem na história metafisicamente. Na verdade, “a História não se escreve fora do espaço” (SANTOS, 1977, p.81). É no espaço que as sociedades se diferenciaram historicamente uma das outras e que, a partir da formação histórica das classes sociais, passaram a transformar tais diferenças geográficas em desigualdades sociais, opressão e resistências. Ao fim e ao cabo, um dos principais elementos que possibilitam essas reflexões é a ruptura com as concepções teóricas “mecanicistas” e arbitrárias, geralmente vinculadas a um marxismo ortodoxo que pensa a realidade como uma sucessão linear de modos de produção.

O geógrafo Ruy Moreira, em seu livro “O movimento operário e questão cidade-campo no Brasil- Estudos sobre sociedade e espaço” (1985), ao passo que vai analisando a própria realidade brasileira apresenta uma importante reflexão teórica sobre a formação sócio-espacial:

No seu plano geral, cada forma de estrutura espacial, configurativa da divisão internacional do trabalho que lhe está na raiz, ordenará sistemas de contradições mundiais temporalmente próprias, por isso diferindo umas das outras. Todas têm em comum, todavia, o fato de serem a territorialização da tríade dialética universalidade-particularidade-singularidade. Isto é: o imperialismo (universalidade) se territorializa em formações econômico-sociais (particularidade) que diferem umas das outras por suas estruturas de classes próprias (singularidade). O elo que faz das formações econômico-sociais formas particulares de realização do imperialismo é o fato de se organizarem sobre a base de forças produtivas organizadas crescentemente em nível mundial (MOREIRA, 1985, p. 33).

Harvey (2004) propõe sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual, com uma reflexão sobre a combinação e formação das distintas escalas da realidade. O imperialismo também é objeto central da reflexão geográfica de Harvey. No entanto, a escala não é algo dado, totalmente natural. As diferentes escalas são produzidas de acordo com as “mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e lutas políticas” (HARVEY, 2004,

p.108). Apesar de serem também influenciadas pelo meio natural (ecossistemas, etc.), as diferenças escalares que possibilitam a ação humana são fruto especialmente dos avanços tecnológicos (especialmente nos transportes e comunicações, ou seja, o princípio geográfico da conexão), bem como das várias condições político-econômicas (comércio internacional, conquistas e alianças geopolíticas, etc.).

É com base nessas reflexões, que pretendemos analisar a formação socioespacial de Goiás. Analisar a apropriação de terras e territórios goianos é significativo para compreender não apenas as relações de exploração e dominação capitalistas no Brasil, mas também no mundo, já que os territórios goianos foram e são marcados pelos processos de reprodução multiescalares dessas relações assimétricas de poder, mundiais, nacionais, regionais e locais.

1.1 A SOCIOBIODIVERSIDADE DO CERRADO GOIANO E O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DE TERRAS E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

O Cerrado é o mais antigo de todos os ambientes do Planeta Terra (BARBOSA, 2015). Isso revela, antes mesmo dos aspectos propriamente culturais, uma importante riqueza biológica e geológica. Revela também os distintos efeitos das ocupações humanas e as formas com que cada uma delas se relacionaram com esse ambiente.

A história recente da Terra começou há 70 milhões de anos, quando a vida foi extinta em mais de 99%. A partir de então, o planeta começou a se refazer novamente. Os primeiros sinais de vida, principalmente de vegetação, que ressurgem na Terra se deram no que hoje constitui o Cerrado. Portanto, vivemos aqui no local onde houve as formas de ambiente mais antigas da história recente do planeta, principalmente se levarmos em consideração as formações vegetais. No mínimo, o Cerrado começou há 65 milhões de anos e se concretizou há 40 milhões de anos. O Cerrado é um tipo de ambiente em que vários elementos vivem intimamente interligados uns aos outros. A vegetação depende do solo, que é oligotrófico [com nível muito baixo de nutrientes]; o solo depende de um tipo de clima especial, que é o tropical subúmido com duas estações, uma seca e outra chuvosa. Vários outros fatores, incluindo o fogo, influenciaram na formação do bioma – o fogo é um elemento extremamente importante porque é ele que quebra a dormência da maioria das plantas com sementes que existem no Cerrado (BARBOSA, 2015, p. 1).

Gonçalves (2016) ressalta a importância hídrica do Cerrado dentro do território nacional, e sua interrelação com outras realidades socioambientais e biomas brasileiros. Tal

característica é vinculada a representações do Cerrado como “berçário das águas” ou “país das águas”⁷, como aponta Bernardo Élis (1987, p.3):

Aqui é o país das águas, claras águas que formam os rios do Brasil. Araguaia de suaves praias em curvas feminis; o Tocantins sisudo e duro como um velho comerciante, escachoando soturno no leito fundo; o Paranaíba ligeiro e vigoroso, transformando em luz e energia pelas muitas catadupas. Goiás dá de beber a todas as terras do Brasil.

Dialogando com a obra de Bernardo Élis, Gonçalves (2016, p.205), afirma, por sua vez, que, afora as metáforas e o lirismo da escrita literária, existe de fato uma “[...] importância do Cerrado e do Planalto Central enquanto berçário das águas de bacias hidrográficas como o Paranaíba, o Araguaia, o São Francisco e o Tocantins”. Como também demonstra o próprio Ministério do Meio Ambiente (2012, p.108),

O Cerrado Brasileiro, por abranger zonas de planalto, abriga diversas nascentes e importantes áreas de recarga hídrica, contribuindo para grande parte das bacias hidrográficas brasileiras. Seis das oito grandes bacias hidrográficas brasileiras têm nascentes na região: a bacia Amazônica (rios Xingu, Madeira e Trombetas), a bacia do Tocantins (rios Araguaia e Tocantins), a bacia Atlântico Norte/Nordeste (rios Parnaíba e Itapecuru), a bacia do São Francisco (rios São Francisco, Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaiá, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande), a bacia Atlântico Leste (Rios Pardo e Jequitinhonha) e a bacia dos Rios Paraná/Paraguai (rios Paranaíba, Grande, Sucuriú, Verde, Pardo, Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Aquidauana). Com relação à importância relativa do Cerrado no sistema hídrico, este abrange 78% da área da bacia do Araguaia-Tocantins, 47% do São Francisco e 48% do Paraná/Paraguai.

A riqueza hídrica do Cerrado pode ser exemplificada também através da ocupação territorial desenvolvida pelos camponeses ao longo dos séculos XIX e XX nas beiras dos córregos, e a importância que esses últimos possuíam e possuem nas estratégias de existência e resistência⁸. Segundo Thomaz Júnior (2010, p. 98) a interação entre terra e água não é importante apenas para o capital “por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.)”, mas também para a classe trabalhadora do campo. Sobre essa interação da terra, água e as classes trabalhadoras e

⁷ Porto-Gonçalves (2008), em carta aberta ao Ministro do Meio Ambiente em defesa do Cerrado, afirma que “Guimarães Rosa foi quem, melhor do que ninguém, soube transcriber a riqueza cultural desses povos ao afirmar que os gerais são ‘uma caixa d’água’ e com isso, mais do que os cientistas, iluminou a leitura de nossa geografia aos nos fazer ver que os nossos rios nascem nos Cerrados”. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1826>. Acesso em 11/05/2019.

⁸ Além disso, é importante ressaltar a transformação dos córregos em unidade sociopolítica de resistência, como exemplifica a revolta camponesa armada nos municípios goianos de Trombas e Formoso nas décadas de 1950-1960, onde os insurgentes se organizaram durante mais de uma década através dos chamados “Conselhos de Córregos”, destituindo os poderes estatais e latifundiários e escrevendo uma das páginas mais belas da história de resistência e libertação popular em Goiás. Para mais detalhes da revolta de Trombas e Formoso, ver Azevedo (2013).

camponesas no Cerrado, Gonçalves (2016, p.215) explica que: “[...] Etnias indígenas, quilombolas, geraizeiros, comunidades camponesas e vazanteiros, por exemplo, detêm um vasto conhecimento tradicional da sociobiodiversidade do Cerrado”. Esses saberes populares são utilizados para a extração de alimentos e espécies de uso medicinal, assim como para a lida com a terra, os rios, sementes, fauna, flora e características específicas do Cerrado como as queimadas nos períodos de seca.

Contraditoriamente, a riqueza hídrica, junto com a sociobiodiversidade do Cerrado, também tem sido uma das características centrais para o avanço da apropriação de terras pelo capital monopolista internacional. Segundo Gonçalves (2016, p.212), essa riqueza hídrica tem favorecido “a territorialização das atividades econômicas altamente dependentes da água em seus processos produtivos, como o agrohidronegócio e a mineração”.

É buscando apresentar uma abordagem territorial do Cerrado, que inclua tanto o bioma e os ecossistemas, assim como as referências às classes sociais, a cultura e aos amplos significados simbólicos, que Chaveiro e Barreira (2010) irão definir o Cerrado como um Bioma-Território¹⁰. A partir dessa compreensão, o Cerrado precisa ser compreendido como “domínio das disputas – e dos conflitos – próprias da estrutura econômica que preside os usos e os interesses dos atores que hegemonomizam o seu controle econômico e territorial” (CHAVEIRO e BARREIRA, 2010, p.16).

Aproximando-se da abordagem teórica anarquista e reclusiana (apresentadas anteriormente na introdução) sobre a relação sociedade-natureza¹¹, o conceito de Bioma-Território apresenta uma proposta de pensar teoricamente o Cerrado de forma integrada, se constituindo em crítica à visão positivista e determinista ambiental de muitas abordagens teóricas da geografia tradicional (CHAVEIRO E CALAÇA, 2013). Ainda sobre o Cerrado, segundo Gonçalves (2016, p.208),

¹⁰ Gonçalves (2016) também irá desenvolver sua pesquisa com base no conceito de Bioma-Território. Para Gonçalves (2016, p.206): “As interpretações sobre o Cerrado, sua história evolutiva e as formas de ocupação, assim como a cultura dos sujeitos que habitam seus territórios, reúnem pesquisadores de distintas matrizes epistemológicas. Diante disso, parte-se da compreensão do Cerrado como um Bioma-Território (CHAVEIRO, 2010; CHAVEIRO et.al, 2011; CHAVEIRO e BARREIRA, 2010; CHAVEIRO e CALAÇA, 2013)”.

¹¹ O método anarquista, materialista e dialético, compreende a realidade sem as separações mecânicas entre sociedade-natureza típica da ciência positivista e do centralismo epistemológico (FERREIRA, 2016; BRITO, 2016). De acordo com Zaar (2015), Elisee Reclus apresentou uma visão sobre a relação sociedade-natureza que pode ser resumida na célebre frase “o homem é a natureza que adquire consciência de si própria”. Representa o pensamento dialético proudhoniano entre sociedade e natureza, “a partir do qual defende o cuidado da sociedade e da natureza como partes de um mesmo sistema, cuja relação deve ser indissolúvel” (ZAAR, 2015, p.14).

Chaveiro (2008) demonstra que qualquer análise do Cerrado e de seus ingredientes - como os usos do solo e do subsolo, a estrutura demográfica, a relação entre economia, relevo e geologia, a intervenção do Estado na organização de infra-estrutura logística e as manifestações culturais - são constituídas por ações de representação que justificam os diferentes tipos de sua exploração. Perceber que sua apropriação substancia interesses que inserem o Bioma-território na economia global enquanto importante produtor de commodities, forja uma visão economicista que imprime suas potencialidades naturais e sociais nos limites da produção capitalista.

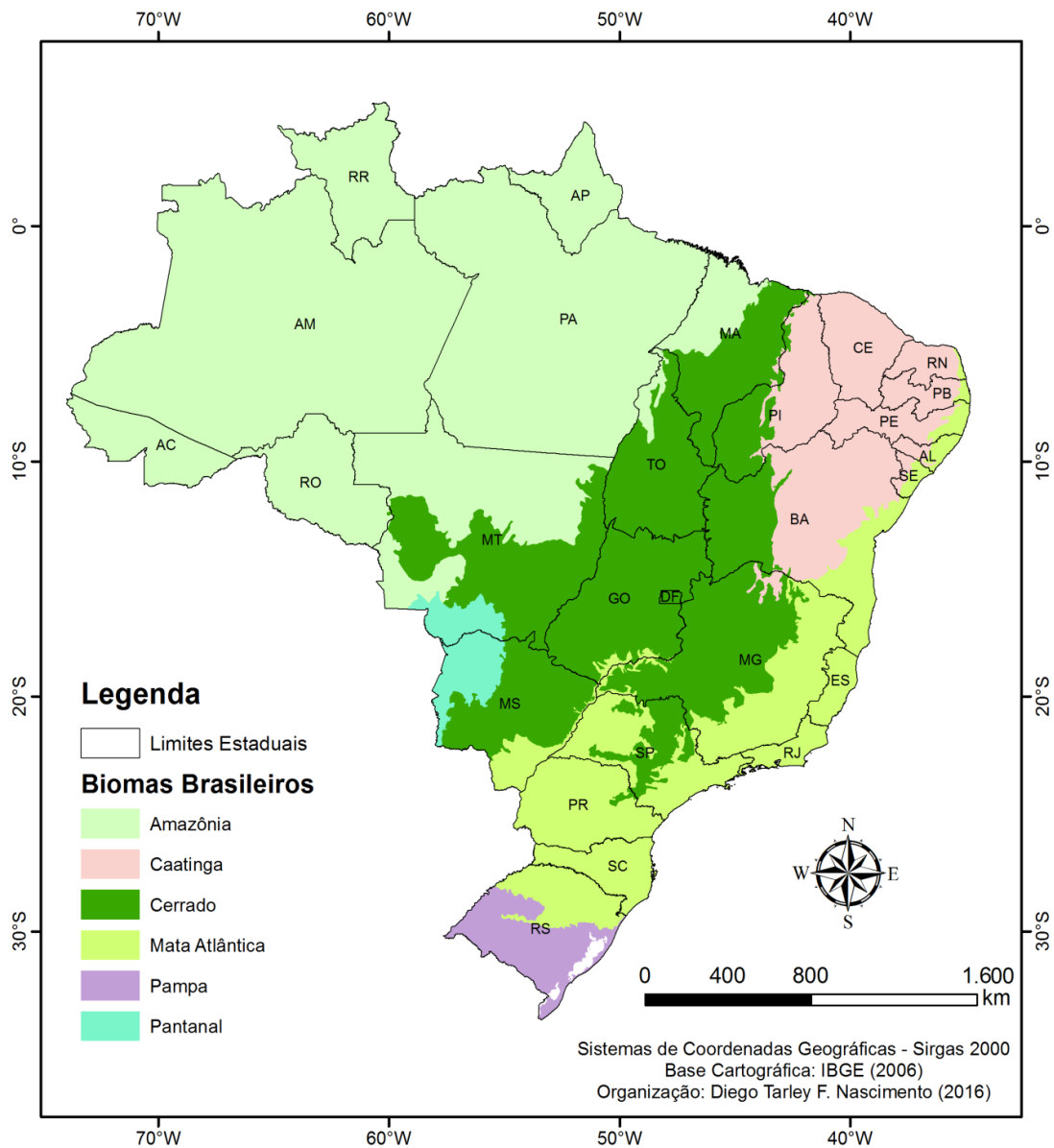
A problematização das abordagens teóricas sobre o Cerrado, ganham relevância para uma análise da apropriação da terra e recursos territoriais¹² no estado de Goiás, quando trazemos à tona, também, o dado natural de que da área total de 340.079,00 km² do estado de Goiás, 329.587,00 km² são formados pelo Bioma-Território Cerrado, ou seja, 96,92% de toda a sua área (MMA, 2012). Além disso, incluindo as áreas de transição, o Cerrado ocupa 2.036.448 km², o que equivale a aproximadamente 23%, do território nacional. Em relação aos estados brasileiros, o Cerrado abrange como área contínua Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, parte dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo. Também ocorre em áreas disjuntas ao norte nos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, e ao sul, em pequenos “manchas” no Paraná. (WWF, 2011).

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, atrás apenas da Amazônia, que também tem sido alvo sistemático da pressão nacional e internacional pela apropriação capitalista de terras e recursos territoriais¹³. Desse modo, o Cerrado compreende um vasto território localizado no Planalto Central. Essa importância estratégica e geopolítica do Cerrado se evidencia também através das formas de ocupação territorial pelo Estado e pelo Capital. No Cerrado houveram, ao longo do século XX, três capitais planejadas: a capital do estado de Goiás, Goiânia, na década de 1930, a capital do Brasil, Brasília, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, e a capital do estado de Tocantins, Palmas, na década de 1980.

¹² Sobre o conceito de Recursos Territoriais, ver Gonçalves (2016).

¹³ Atualmente, existe uma ameaça do governo Bolsonaro/Mourão (PSL) em promover um amplo e articulado processo de colonialismo interno na Amazônia, com apropriação de terras e recursos territoriais em larga escala (inclusive com mercantilização das terras indígenas e interferência estrangeira norte-americana) que possivelmente terá efeitos dramáticos para as atuais comunidades territorializadas formadas por uma diversidade de povos indígenas, camponeses, seringueiros, quilombolas, ribeirinhos e outros. (ver: <https://www.valor.com.br/politica/6202927/bolsonaro-promete-rever-demarcacoes-e-quer-explorar-amazonia-com-eua>, acessado em 14/07/2019). Além disso, tal como sempre agiu o capital historicamente, ele não precisa anunciar ou referendar “democraticamente” todas as suas estratégias, e é nesse sentido que já aumentaram os desmatamentos de vastas áreas na Amazônia (268% em relação a 2017, segundo o INPE), pois esse processo de territorialização e modernização capitalista na Amazônia (legal ou ilegalmente) já está em pleno curso. (ver: <http://amazonia.inesc.org.br/destaque/desmatamento-saida-do-acordo-de-paris-a-amazonia-no-governo-bolsonaro/>, acessado em 14/07/2019).

Mapa 1 – Biomas brasileiros, com destaque para a localização geográfica do Bioma - Território Cerrado, Brasil.



Fonte: Gonçalves (2016).

Ao longo do século XX, o Cerrado passa, de um bioma apresentado como “inóspito”, “rude” e “distante”, para se abrir à cobiça mundial das grandes empresas monopolistas. A imagem do Cerrado, portanto, modifica-se após as décadas de 1960 e 1970 junto aos processos de modernizações técnicas e gerenciais dos *negócios da agro-hidro-mineração*, e chega no século XXI com a imagem associada aos altos índices de produtividade do agronegócio, a exploração moderna e industrial das riquezas minerais, às redes técnicas de transporte e energéticas que garantem e territorializam os processos de acumulação de capital. Sobre o conceito de agro-hidro-mineração, Gonçalves (2014, p.60) afirma que,

[...] o acesso e controle da terra, da água e do subsolo promovem o acirramento dos conflitos no Brasil e especialmente nos territórios cerradeiros em Goiás. Com ênfase na água, diante da expansão de grandes empreendimentos (construção e hidrelétricas, projetos de mineração, do agronegócio etc.) as disputas se acirram e geram ações de resistência, violência e expropriação. Com objetivo de alinhar a interpretação desse processo a partir da apreensão contemporânea da questão agrária brasileira, percebe-se que a dimensão dos conflitos pela água não estão fragmentadas dos conflitos pela terra e pelo subsolo. Portanto, ambos representam novas estratégias de territorialização-desterritorialização-reterritorialização no campo, compõem os interesses do capital e suas novas fronteiras de lucros diante da apropriação da terra, da água e dos minérios por setores como o agronegócio e a mineração. A compreensão desse processo resultou no que é chamado na tese de negócio da agro-hidro-mineração.

Assim, de acordo com Gonçalves (2016, p.158), o conceito de negócio da agro-hidro-mineração não é apenas uma questão semântica, mas, “uma ferramenta conceitual capaz de garantir a apreensão integrada do processo de apropriação de terra, água e subsolo em Goiás, sem perder de vista as múltiplas dimensões das disputas territoriais”. Logo, esses pressupostos compõem a questão agrária e a luta de classes, revela estratégias do capital e também dos trabalhadores e comunidades na construção coletiva de (Re)Existências”.

Segundo Mendonça (2015) o Cerrado “(...) até meados do século XX era considerado um bioma com solos pobres e improdutivos, vegetações deformadas e feias e o lugar dos tempos lentos, que deveriam ser transformados conforme as necessidades das ondas modernizantes” (MENDONÇA, 2015, p.9). Além disso, “a predicação negativa sobre o Cerrado e suas gentes foi construída pelo imaginário economicista [...]” (MENDONÇA, 2015, p.10).

Determinado pelas novas ideologias e estruturas de poder/saber do imperialismo, ou *neoliberalismo* nas palavras de Ferreira (2018), que abordaremos melhor no próximo capítulo, o discurso ambiental aparece como forma de legitimar as novas formas de territorialização do capital e mercantilização da natureza. O Cerrado não está deslocado dessa abordagem teórica, ao contrário, está no “olho do furacão”, é peça chave nas engrenagens mundiais de acumulação de capital. Segundo Chaveiro, esse processo de “valorização” ideológica do Cerrado se dá concomitantemente, e contraditoriamente, exatamente quando o mesmo está sendo destruído: “A palavra Cerrado – e o sentido que se dá a ela – se enriquece exatamente na situação em que o mesmo bioma perde mais espécies de sua população vegetal, ou que os seus mananciais e córregos geram recordismos em termos de territórios de rios secos” (CHAVEIRO, 2008, p. 75).

A sociobiodiversidade do Cerrado goiano, portanto, é apropriada por diferentes agentes de forma desigual e combinada. A riqueza natural dos rios, minerais, vegetação e solos do Cerrado se tornam, contraditoriamente, a grande maldição e pesadelo para os povos que estão territorializados na fronteira de expansão dos processos de modernização capitalista¹⁴. Em um artigo recente, Acosta (2016, p.53) fala sobre a “maldição do neoextrativismo”, e aborda o fenômeno que ficou conhecido mundialmente como “doença holandesa”. Resumindo seria:

[...] um processo que infecta o país exportador de matérias-primas quando seu elevado preço ou o descobrimento de uma nova jazida desatam um boom de exportação. A distorção na economia se materializa na estrutura relativa dos preços. Os investimentos fluem para os setores beneficiados pela bonança, entre os que se encontram os bens não comercializáveis no mercado internacional, como o setor da construção, por exemplo. Paralelamente se produz uma deterioração acelerada da produção dos bens comercializáveis que não se beneficiam do boom exportador, uma vez que podem ser importados, inclusive por causa da revalorização da moeda nacional. Depois do auge, como consequência da rigidez na revisão de preços e salários, os processos se tornam muito complexos e dolorosos: outro sintoma da doença.

Portanto, o rápido enriquecimento alcançado pela descoberta ou *boom* nos processos globais (como foi o caso da colonização ibérica nas Américas ou o caso do boom das commodities nos anos 2000) gera uma pilhagem de recursos territoriais e exploração do trabalho que não se sustenta a longo prazo, levando a uma deterioração dos termos de troca daquele produto no mercado internacional. Acosta (2016, p.70) fala também que a “maldição da abundância de recursos naturais traz consigo, com muita frequência, a maldição do autoritarismo”, erigindo um modelo de “Estados que, ao monopólio da riqueza natural, acresceram o monopólio da violência política”. Os recursos territoriais também se apresentam para os diferentes sujeitos em conflitos, com diferentes significados de maldição, bênção, morte, cobiça, pesadelo, sonho, poder, fraqueza, territorialização e desterritorialização.

O processo de modernização capitalista e apropriação de terras possui, segundo Castilho (2014), uma relação de dependência intrínseca da estruturação de redes técnicas (ferrovias, rodovias, redes de distribuição de energia elétrica, portos, etc.) para viabilizar e/ou aumentar a

¹⁴ No caso da mineração, Gonçalves (2016, p.108), explica a relação entre a distribuição desigual das reservas minerais descobertas no subsolo e os processos expropriatórios e conflitivos envolvendo empresas capitalistas, Estado e comunidades locais: “Nem todas as regiões do Brasil se destacam como possuidoras de jazidas minerais de significativa produtividade. A distribuição desigual dos minérios na crosta terrestre agudiza disputas por territórios. Há uma relação intrínseca entre a geologia e a intervenção das grandes empresas mineradoras no controle e na exploração de territórios que possuem reservas minerais, mesmo estas estando localizadas em lugares já ocupados por populações preexistentes, como os indígenas, quilombolas e camponeses”.

acumulação de capital. Essas redes técnicas possuem efeitos profundos na (re) estruturação dos territórios, paisagens, lugares e regiões. Segundo Acselrad (2013, p. 158):

As grandes obras governamentais destinadas à criação de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos agropecuários, de exploração mineral e de transformação industrial constituem os vetores da integração de crescentes porções do espaço nacional a padrões de ocupação nucleados pela dinâmica capitalista. Ferrovias, rodovias, represas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações sociais constituídas sobre as bases espaciais até então prevalentes.

A territorialização dos grandes projetos de monocultivos agrícolas, exploração minerais e hidrelétricos não pode ser atribuída somente à monopolização das terras, mas também ao acesso e controle de outros meios, garantindo a viabilidade econômica capitalista dos empreendimentos. A relação da terra e da água também se torna essencial nesse processo.

Sobre a questão da água, Thomaz Junior (2010) apresenta uma reflexão importante sobre o papel da apropriação da água na questão agrária brasileira, o levando à conceituação de “agrohidronegócio”. A dependência e uso excessivo de água pelo padrão técnico e industrial da atual exploração agrícola,

[...] o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, assim como as demais etapas da cadeia produtiva, comercialização etc. De forma consorciada, dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97).

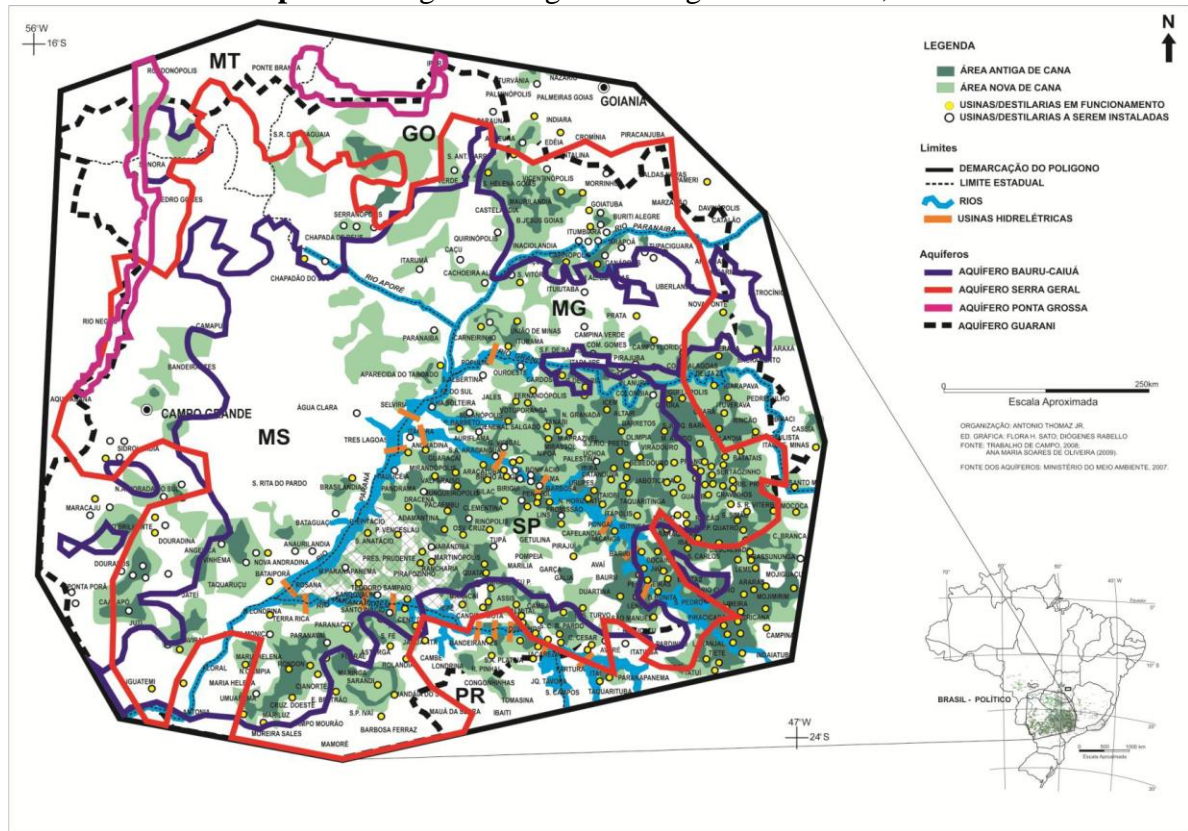
Avançando analiticamente na compreensão da relação entre terra e água na consolidação do agrohidronegócio, Thomaz Junior (2010, 2013) apresenta a formulação de “Polígono do Agrohidronegócio”. Designa por Polígono do Agrohidronegócio uma vasta demarcação territorial, que atravessa diferentes estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde percebe-se a expansão contemporânea da cana-de-açúcar e outros monocultivos altamente dependentes de água e energia:

Essa demarcação territorial contempla diferentes formas de expressão do agronegócio (soja, milho, eucalipto), nessa porção do território brasileiro e da Bacia do Paraná, a contar com o Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás, representa a maior plantação de cana-de-açúcar, também de concentração de plantas agroprocessadoras, e de produção de álcool e de açúcar do país (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 95).

O Mapa 2 apresenta a territorialização do Polígono do Agrohidronegócio. O território demarcado em Goiás compreende exatamente o recorte espacial de nossa pesquisa, a

Mesorregião Sul Goiano. No estado de Goiás podemos ver que as áreas com novas lavouras de cana-de-açúcar são maiores que as antigas lavouras de cana, o que coloca também a importância do recorte temporal, os diferentes ciclos de apropriação da terra pelo agronegócio canavieiro e suas configurações espaço-temporais.

Mapa 2 – Polígono do agrohidronegócio no Brasil, 2013.



Fonte: THOMAZ JUNIOR (2015).

Segundo indicado pelo relatório da CPT “Conflitos no Campo – Brasil 2016” o Cerrado é a “principal área de expansão/invasão do agronegócio”, obviamente não apenas o Cerrado goiano, mas também da região de expansão do agronegócio denominada de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O Cerrado “detém 14,9% da população rural do país, mas registrou 24,1% do total das localidades envolvidas em conflitos, o que lhes dá um índice de 1,67, ou seja, o número de conflitos é relativamente maior (67%) do que sua população” (CPT, 2017, p.79).

Dessa forma, os conflitos no Cerrado não são gerados somente pela terra como fator de produção, e sim por uma variedade de fatores de produção e de poder. Apresentamos na dissertação uma análise da apropriação pelo capital monopolista internacional da terra, água, energia e subsolo. É o que faremos agora de acordo com o processo de desenvolvimento

histórico-geográfico de Goiás e os distintos ciclos de acumulação e expansão territorial capitalista, reflexão importante para compreender a formação dos territórios goianos estudados, a formação das classes e dos conflitos socioambientais atualmente.

1.2 MINAS DOS GOYASES: COLONIZAÇÃO, ASCENSÃO E QUEDA DO PRIMEIRO CICLO DA MINERAÇÃO GOIANA

Por ouro, ferro, níquel, nióbio, cobre e tantos outros minérios, além da água, petróleo e gás natural, cujas reservas estão em estado de dormência nas profundezas do subsolo, ou localizadas e exploradas em pontos estratégicos de países e continentes, acordos geopolíticos, guerras, invasões, brutalidade policial, e crimes sangrentos contra civis já foram e são cometidos, povoando territórios de medo e insegurança. No Brasil, mesmo ultrapassados dois séculos após a independência colonial, os minérios continuam sendo alvos dos interesses privados arquitetados por capitalistas nacionais e transnacionais, resultando na apropriação desigual dos bens comuns. Isso ocorre sob a própria condescendência do Estado que se alia aos interesses hegemônicos e se posiciona a serviço da classe dominante, sobrepondo aos interesses da coletividade comunitária de cada território onde são extraídos. (GONÇALVES, 2014, p.245)

A história da colonização do território goiano está profundamente, e até os dias de hoje, marcada pelos atos de violência das primeiras empresas coloniais e primeiros bandeirantes paulistas que aqui invadiram. Os conceitos de genocídio, ecocídio e epistemicídio¹⁵, tão estudados na academia, aqui tiveram materialidade como um prolongado pesadelo para os povos indígenas que originalmente habitavam estas terras, depois para as populações negras escravizadas e também para os camponeses pobres oprimidos e expulsos de suas terras pelos posteriores, contínuos e compulsórios, ciclos colonialistas.

A mineração possuiu a capacidade de gerar, nos últimos séculos, consequências dramáticas para sociedades e indivíduos que estavam “no lugar errado e na hora errada”. Como afirma Gonçalves (2016), a relação entre a mineração (sua promessa de enriquecimento rápido, sua distribuição irregular no espaço, dentre outros fatores) e as relações de poder assimétricas são diretamente responsáveis por diversos atos de violência, guerras, golpes de Estado, crimes humanitários, no passado e na atualidade. Portanto, primeiramente, ao falar sobre o processo

¹⁵ Sobrinho e Pires (2018, p.20) se referem a ecocídio como “[...] a expressão empregada para significar a violência considerada crime contra espécies de animais ou vegetais do Planeta em razão da ação humana que opera em nome do capitalismo, alavancando a ampliação de limites territoriais. Já o conceito de epistemicídio é defendido por Santos (2009) como a destruição de conhecimentos, saberes e culturas.

de colonização de Goiás é importante ressaltar que essas terras já eram habitadas por povos indígenas há milhares de anos¹⁶.

A descoberta de ouro em Goiás, no início da década de 1720, gerou um novo impulso exploratório na empresa colonial do século XVIII, depois de Minas Gerais, em 1696, e Mato Grosso, em 1719. O território até então ocupado por povos indígenas, chamados de goyases, receberá o título que duraria por quase um século de “Minas de Goyases”. Este foi o título de existência e de identidade de Goiás no interior da divisão territorial do trabalho do império colonial português (GONÇALVES, 2016).

Sobre a expansão da empresa colonial e os discursos colonialistas associados à esta, Gonçalves (2016, p.288) afirma que,

O conteúdo aterrador, invasivo e violento da empresa colonial e dos desbravamentos dos solos na extração dos metais preciosos, não respeitando as terras sagradas ou profanas dos povos originários deste território e utilizando-se das moedas da escravidão negra, nem sempre ganharam as páginas dos livros, transformando invasão e saque em coragem e aventura, apanágio dos desbravadores a serviço da coroa imperial portuguesa.

O período entre 1721-1748, marcou a criação da Capitania de Goiás. A nova bandeira usurpou tudo que foi possível das Minas dos Goyazes, especialmente o ouro. A primeira capital de Goiás, Cidade de Goiás, teve seu surgimento marcado diretamente por esse ciclo exploratório aurífero. Quem já caminhou pelas suas ruas, observou os padrões arquitetônicos das residências, lojas e galpões, a igreja matriz e a praça no antigo centro da cidade, concentrados no que hoje se chama de “centro histórico”, transmitem o passado de pujança econômica colonial, da hoje interiorana e pequena cidade de Goiás¹⁷.

Consequentemente, acrescenta Gonçalves (2016, p.292), “[...] pode-se dizer que a existência de Goiás, como dado territorial legitimado pela racionalidade do Estado, deve-se a mineração aurífera”. Essa racionalidade estatal, que remodela as fronteiras de acordo com seus interesses políticos, que impõe leis, normas jurídicas e códigos de conduta, assim como a racionalidade do capital, que estabelece a hegemonia da propriedade privada e as relações de exploração do ser humano e da natureza.

¹⁶ Devemos refutar as metáforas colonialistas “Goiás está nascendo”, ou “o começo de Goiás” tão presentes no senso comum, assim como àquelas vinculados a colonização do Brasil através da noção de “descoberta”.

¹⁷ Segundo Chaul (2010, p. 34), “o Arraial de Sant’Ana foi fundado por Bartolomeu Bueno em sua terceira visita ao sertão goiano, numa viagem que durou seis meses de São Paulo até aqui. Erguido às margens do Rio Vermelho, o arraial receberia, mais tarde, o nome de Vila Boa, localidade que viria a ser a futura capitania de Goiás”.

Tudo isso não poderia ser aceito pacificamente pelos povos originários destas terras. Somente através da imposição, “de cima para baixo”, aos povos e à natureza, é que tal racionalidade pôde se estabelecer como dominante no/do território e nas relações sociais. Conforme Gonçalves (2016, p.293): “[...] a mineração além de fazer o elo de Goiás com a metrópole cumpriu o dever de gerar os rudimentos do Estado por meio da violência”. Ao ser incorporada à racionalidade e à ordem estatal e capitalista nacional, Goiás é inserido também no sistema mundial de acumulação capitalista¹⁸

A violência tinha, assim, uma ligação geopolítica que culminou com um dispositivo ideológico baseado numa espécie de bloqueio cultural tratando o índio como selvagem e um bloqueio moral no qual o extermínio indígena tornou-se um crime silenciado. A guerra étnica causada pela mineração com fins econômicos procedeu a um domínio do poder pela força, o que, posteriormente, veio caracterizar a política de Goiás após a queda da mineração (GONÇALVES, 2016, p.294).

Lourenço (2011, p.19), em sua narrativa sobre a invasão dos bandeirantes em Goiás, descreve da seguinte maneira as novas terras a ser desbravadas: “retiros selvagens em que feras, índios e moléstias são os guardiões perpétuos das fronteiras. Onde Deus está muito alto e El-rei muito distante”. Em decorrência disso, o sertão goiano se torna um “lugar propício para se torcer a vara da justiça e abusar da jurisdição para que o desmando firme suas jurisprudências” (LOURENÇO, 2011, p. 19). As relações de poder desenvolvidas no primeiro ciclo da mineração goiana são tudo menos “heróicas”, representadas melhor como as ações de mercenários e assassinos estimulados pelos fluxos geopolíticos de dominação e exploração no interior do sistema mundial capitalista.

O contato inicial dos colonizadores bandeirantes com os povos indígenas que viviam no Cerrado goiano, bem como os conflitos subjacentes às lógicas que orientavam essas sociedades, são sintetizados por Barbosa (2009, p. 48)

Talvez com exceção do Tupiguarani, os representantes das outras tradições viveram no território durante séculos sem muita movimentação, como numa terra que era deles; entre 70 e 100 gerações de horticultores sem maiores mudanças [...]. E assim viviam, até o dia em que irromperam na área, em grandes destacamentos armados, homens diferentes, não interessados em plantar, colher e caçar, nem em construir aldeias entre o Cerrado e a mata, ou à beira da lagoa ou do rio. Queriam levar gente,

¹⁸ De acordo com Octávio Ianni (1995, p.135-136): "Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. [...] Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global".

pedras brilhantes e ouro. Para muito longe. Primeiros anos do século XVIII. Era o caos. As roças foram pilhadas, as aldeias demolidas, as mulheres violentadas, as terras de cultivo invadidas, as pessoas morrendo de doenças desconhecidas. A guerra foi a solução ditada pelo desespero. A derrota, o aldeamento, a desmoralização, a extinção ou a fuga, as consequências.

Os primeiros núcleos urbanos de Goiás vão se formando vinculados à mineração colonial. Na medida em que novos leitos auríferos iam sendo descobertos, arraiais eram fundados pelos colonizadores, construídos pelos braços escravos de negros e indígenas¹⁹, e benzidos pela Igreja Católica. Muitos arraiais que depois se transformariam em cidades, como Goiás e Pirenópolis.

Sendo assim, a mineração foi fundamental para a ocupação e povoamento do território goiano. O padrão de ocupação e povoamento legados pela mineração, no entanto, criou uma “urbanização dispersa” e um “modelo puntiforme” no qual as ascensões e quedas dos aglomerados urbanos estavam diretamente relacionados ao “tempo do minério, e quando este se esgotava, a maior parte da população local retornava para a vida nômade, a cata de novos veios de ouro” (GONÇALVES, 2016, p.294).

De acordo com Gonçalves (2016), o “século do ouro” foi um longo período marcado por uma economia baseada na exploração aurífera intensiva “por meio de técnicas rudimentares e uso de trabalho escravo, transformando as margens dos córregos e rios auríferos em ‘aluviões de homens’, cuja força de trabalho foi esgotada, assim como as pepitas do metal precioso” (GONÇALVES, 2016, p.282). A formação socioespacial de Goiás era, assim, influenciada por relações comerciais e de poder internacionais que se internalizavam através de relações sociedade-natureza específicas, que iriam criar um padrão urbano e socioespacial muito particular desse período de extrativismo colonial escravista.

A economia da mineração não estimulava o comércio entre as recém fundadas cidades e arraiais, nem estimulava a dedicação das populações para a produção de gêneros alimentícios. Nesse modelo de ocupação e povoamento da mineração colonial os tropeiros desempenharam uma função importante no incipiente comércio pelo sertão goiano. Os gêneros agrícolas transportados no lombo de animais, vinham principalmente de São Paulo ou de Portugal. “Essa

¹⁹ Bertran (2010, p. 23) descreve as condições de superexploração do trabalho dos escravos no ciclo da mineração: “as principais causas de mortalidade entre os escravos mineradores derivavam das condições de trabalho. Seminus, passavam o dia todo com os pés na água fria e o torso exposto ao sol, propiciando o surgimento de pneumonias fatais. Não raro, o acúmulo de charcos e de barragens (entaipavas), decorrentes dos serviços de mineração, desequilibravam o meio ambiente, fazendo proliferar milhares de insetos, transmissores de epidemias como o tifo, o cólera, a maleita e a dengue, algumas delas letais. A História de Goiás registra mais de 50 mortes nas lavras”.

atividade, todavia, não criava uma rede de ligações de cidade com cidade. O que se tinha era o estímulo, a partir da ‘lei da necessidade’, de atividades paralelas, como a criação de gado de forma extensiva” (GONÇALVES, 2016, p.293). Portanto, apesar de não ser atividade econômica central no início da colonização de Goiás, a pecuária já estava presente como estratégia de sobrevivência.

No final do século XVIII e início do século XIX ocorre o declínio da mineração aurífera dominada pela empresa escravista. Bertran (2010, p.1), afirma que “as minas de ouro que nos bons anos 1750 lavravam 25 mil quilos de metal a cada ano, nos anos de 1780 não desterroavam mais do que uns 8 mil quilos, a terça parte do que brotava na geração antes”. A crise do primeiro ciclo da mineração goiana estava associada a: 1) o uso de técnicas rudimentares de extração e exploração do ouro de aluvião; 2) a escassez de braços para fomentar maior extração (tendo em vista o fim da escravidão); 3) a carência de capitais e; 4) uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto²⁰. Dessa forma, no início do século XIX, “já se ouvia a batida das últimas bateias da grande empresa escravista em Goiás” (GONÇALVES, 2016, p.283).

No entanto, Gonçalves (2016) reforça que a mineração não desaparece completamente da realidade goiana. Ela passa de atividade econômica principal, estruturante e apropriadora dos territórios e modos de vida, para uma ocupação esporádica e espontânea. Ela desaparece como prática das classes dominantes, associada à empresa escravista e colonizadora, para se manter viva na faiscação e garimpos fortuitos, “praticados por trabalhadores livres e até mesmo quilombolas, que alternavam a cata do metal com a pequena agricultura de auto-consumo” (GONÇALVES, 2016, p.298). Sendo assim, mesmo deixando sua intensidade e mudando profundamente seu significado nas estruturas de poder e de classe em relação ao primeiro ciclo de exploração mineral, “o esgotamento dos aluviões auríferos explorados pela grande empresa escravista, não significou o banimento do garimpo da sociedade e da cultura em Goiás” (GONÇALVES, 2016, p.301).

O fato é que, como o minério “dá apenas numa safra” (GONÇALVES, 2016), o ciclo da extração e exploração do ouro de aluvião como principal estruturante da política e economia goiana chegava ao fim, o território passava a ser organizado predominantemente pela

²⁰ O quinto era um imposto colonial cobrado pela metrópole portuguesa sobre o ouro encontrado em suas colônias. Sobre o quinto e a crise da mineração, Chaul (2010, p. 35) afirma que “o declínio da mineração pode ser observado por meio da arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 em 1808 e, enfim, para mísera 0,5 arroba em 1823”.

agropecuária. Palacin (1976, p.15), aborda a questão dos “ciclos do ouro” de uma forma geral no mundo,

No século XVIII, assiste-se no Brasil a esse processo que depois se repetiria na Califórnia, África do Sul, Austrália e Alaska. Suas fases são quase fatais: descobrimento, um período de expansão febril, caracterizado pela pressa e semi-anarquia; depois, um breve, mas brilhante, período de apogeu, e, imediatamente, quase sem transição, a súbita decadência, prolongada, as vezes, como um lenta agonia. Tal é o ciclo do ouro.

A decadência em Goiás levou a movimentos de êxodo populacional para outros estados e cidades do país, porém, também levou a um profundo reordenamento das atividades econômicas das classes dominantes e das classes trabalhadoras. Nesse momento histórico, é quando Goiás inicia a sua suposta “vocação agropecuária”²¹,   quando a questão agrária aparece de forma mais clara através da transforma o da terra em propriedade privada e mecanismo estruturante das rela es de poder político e econ mico, através do “cativeiro da terra” (MARTINS, 1990).   esse período histórico e seus impactos socioterritoriais que debateremos agora.

1.3 A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE INTEGRA O NACIONAL EM GOIÁS DE MEADOS DO SÉCULO XX

Uma elite econômica e política se formara nos tempos de auge do *eldorado* em Goiás. No período de crise da minera o, na transi o do século XVIII para o século XIX, essa elite se tornar  uma elite latifundiária, especialmente vinculada   cria o de gado. Apesar de ambas possuirem rela es diretas com as estruturas de classes e de domina o colonial, a atividade mineradora e a atividade agropecuária possuir  diferenças significativas em rela o aos seus efeitos socioespaciais.

²¹ Sobre a ideologia da “voca o agropecuária”, Gonçalves (2016, p.284) argumenta criticamente que, “Isso possui ra es históricas, que remontam o período colonial. Após o esgotamento dos aluviões auríferos explorados pela empresa escravista em Goiás, no final do século XVIII e início do século XIX, convencionou-se afirmar que a partir de então, o território goiano passou a exercer, definitivamente, a sua voca o natural para a agropecuária. [...] Assim, defende-se que pode a Geografia e os geógrafos, caírem num canto ideológico ao limitar a crítica ao agronegócio para ler o território goiano. Assim procedendo estarão enfatizando uma das cunhagens ideológicas mais resistentes e duradouras: a de que Goiás tem uma voca o agrícola natural. Adesão vocacional advinda de uma ‘metafísica religiosa’ e que parece contrastar com o que   mais disputado, ou seja, a rela o entre economia e território, capital e trabalho. O território não tem um dom natural, conseqentemente, as rela es sociais têm não. O direcionamento das atividades econ micas de um território, em Goiás ou no Brasil, tem sido dado pela sua apropria o e controle. Portanto, não se trata de voca o em face disso”.

Gonçalves (2016) explica que, mais do que a agricultura, a pecuária se tornou a opção que teve maior capilaridade em termos de espaço ocupado no território goiano, diante da situação de descrença no ouro de aluvião. Foi essa atividade que passou a redefinir as principais características da Capitania de Goiás e das atividades econômicas de produção e exportação. Assim, uma mudança geográfica profunda ocorreu com a crise na mineração goiana:

A mineração de ouro possuía uma ação vertical e a população mineira estabelecia uma relação desenraizada com os arraiais e cidades. A riqueza sonhada com o ouro mantinha as populações nestas localidades. Com a pecuária, ao contrário, ocorreu um processo de lastreamento da população no território. A fazenda enraizou a população na terra. Isso teve como desdobramento outra observação, ou seja, a pecuária e a agricultura não se tratam de duas atividades em sequência linear no mesmo espaço anteriormente ocupado pela economia mineradora. Enquanto a ocupação do território pela mineração criava um modelo populacional puntiforme, a fazenda propagava o povoamento do território. Em outras palavras, constituía o “território lastreado” da fazenda (GONÇALVES, 2016, p. 299).

Segundo as análises de Teixeira Neto (2009, p.21), “a população dos mineiros-garimpeiros era inquieta, deslocando-se constantemente de um lugar para outro”, diferente daqueles que trabalhavam como criadores de gado e agricultores, produzindo o básico, para abastecer as minas. Comparando os dois tipos de atividades econômicas e modos de vida, Teixeira Neto (2009, p.21) afirma que as fazendas são em Goiás (e Tocantins), “o principal fator de povoamento e, direta ou indiretamente, de urbanização do território. Não há quase nada por aqui que não tenha relação com a atividade agro-pastoril”. De forma que, se ela não foi, em muitos casos, o fator inicial que deu origem a esta ou àquela cidade, foi graças a ela que se garantiu a sustentação e o desenvolvimento a médio e longo prazo das cidades goianas, principalmente após a crise da mineração.

Como fenômeno de povoamento e urbanização ela foi mais expressiva no sul do território goiano-tocantinense que no norte. No começo, foram os espaços amplos e disponíveis que atraíram as populações de regiões já deprimidas de Minas Gerais e do Nordeste. Depois, com a expansão da fronteira agrícola, as correntes migratórias se dirigiam mais para Goiás que para o Tocantins – sempre mais intensamente na região sul –, resultado de uma política de envergadura nacional – a “Marcha para o Oeste” a que nos referimos – que visava, dentre outras coisas, a ocupação de faixas pioneiras (TEIXEIRA NETO, 2009, p.21).

A atividade agropastoril, como redefinidora hegemônica dos espaços em Goiás, trouxe uma nova configuração campo-cidade, uma nova inserção da Capitania (e depois do estado de Goiás) no sistema capitalista nacional e internacional, bem como uma nova relação da sociedade e dos indivíduos entre si e com a natureza. Desde esse período, Teixeira Neto (2009) ressalta o sul do território goiano como alvo das principais correntes migratórias, de processos de modernização e urbanização.

Dessa forma, o estado de Goiás no início do século XX está marcado por uma estrutura socioespacial interna que o colocava novamente, relativamente isolado, do restante do país, após o surto da mineração, em relação a intensidade e densidade de fluxos comerciais estabelecidos com o exterior nacional e internacional. Segundo Borges (1990, p.51), “as condições geográficas de Goiás, como Estado interiorano quase que isolado do resto do País pela falta de meios de transporte, faziam com que a economia regional se encontrasse, na sua grande parte, estagnada depois do esgotamento das minas”.

Apenas a pecuária mantinha uma produção mercantil em termos regionais e nacionais, exportava regularmente gado para os mercados do Centro-Sul e Norte-Nordeste, garantindo assim as parcas divisas obtidas pelo Estado (BORGES, 1990). A apropriação de vastas extensões de terra pela elite goiana para a atividade pecuarista, conformam as bases do grande latifúndio e do sistema de poder político e simbólico no início do século XX em Goiás.

A agricultura manteve-se, durante o século XIX, praticamente estagnada, em termos capitalistas, pela falta de redes técnicas interestaduais de transporte que escoassem a produção de forma economicamente viável. A produção agrícola em Goiás manteve-se como “atividade secundária ou como subsidiária da produção pecuarista” (BORGES, 1990, p.51). Portanto, não possuindo, naquele espaço e tempo, a agricultura goiana viabilidade como atividade capitalista, desenvolve-se em bases essencialmente camponesas, e paulatinamente com os novos ciclos modernizantes vão sendo vinculadas à lógica capitalista de acumulação (destruídas e/ou subordinadas por esta) com a aproximação da metade do século XX.

Nas décadas de 1940 e 1950, o projeto estratégico do Estado brasileiro teve uma importante mudança com o projeto nacional de desenvolvimento do capitalismo e do estatismo pelo governo de Getúlio Vargas. Iniciava-se em nosso país um período marcado por um forte discurso governamental e uma forte ideologia das classes dominantes no sentido do “nacionalismo”²² e do desenvolvimento capitalista. Essa ideologia estatal se traduziu pela via da geopolítica nacional, visando a instrumentalização do espaço para fins político-militares e da modernização capitalista, o que no caso do Estado brasileiro indicava a importância da unificação das redes técnicas nacionais (transportes e energia), especialmente através da colonização civil, mercantil e estatal do território. Os chamados “espaço vazios” deveriam ser,

²² Vale ressaltar aqui que, a partir da análise do capitalismo latino-americanos desenvolvida por Marini (1978), as ditaduras militares (do Brasil incluída), com diferenças de graus e particularidades, foram a expressão da dependência econômica e política frente ao sistema imperialista.

não apenas preenchidos, mas, principalmente, conectados e centralizados geograficamente através das redes técnicas nacionais e internacionais do sistema mundial capitalista.

A política de Getúlio Vargas de “marcha para o Oeste”, que visava a unificação do território nacional, tinha no estado do Goiás um ponto estratégico de ligação da Amazônia com o restante do país. Essa política modificará profundamente a configuração econômica e política (portanto, da luta de classes) na região central do país (CUNHA, 2007).

Segundo Santos e Silveira (2008), a primeira metade do século XX pode ser considerada como um período²³ de transição na história territorial brasileira, entre a época colonial (em que o território é organizado “para fora”) e a integração nacional, em que a produção e modernização capitalista passa a se realizar com um mercado consumidor nacional cada vez mais significativo. Essa questão está diretamente relacionada ao debate que faremos no próximo capítulo sobre o colonialismo interno e o papel assumido pelo Estado e pela burguesia brasileira (até os dias atuais) diante da necessidade de expansão territorial do capital.

Esse período foi marcado pelo desenvolvimento de uma rede brasileira de cidades e o estabelecimento de uma forte hierarquia entre elas, com a construção de rodovias e ferrovias conectando o território e o mercado nacional, criando, contraditoriamente, por um lado novas colônias e cidades no interior, e por outro concentrando cada vez mais a população nos grandes centros urbanos e nacionais, especialmente São Paulo. Segundo Santos e Silveira (2008, p.31), “Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais”.

Essas grandes transformações econômicas, políticas e territoriais tiveram um forte impacto sobre diferentes características da vida nacional. Segundo dados trazidos pelo estudo de Santos e Silveira (2008), há um alto crescimento da população total do país, passando de 30 milhões em 1920, para cerca de 83 milhões em 1965. Além disso, inicia-se um processo histórico de êxodo rural, em que a população urbana passa a crescer muito mais que a população rural (está última chegando a ficar estacionária nos anos de 1950 e 1960), fato esse oriundo “muito menos à existência de emprego nas cidades que à persistência de uma estrutura agrária

²³ Segundo Santos e Silveira (2008, p.24), o conceito de período histórico está relacionado a “pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período”.

defeituosa na maior parte do território brasileiro” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.40). As transformações ocorridas nesse período desenvolveram a integração no sentido da expansão do controle do capital e do Estado sobre o território e sobre as massas trabalhadoras do campo e da cidade, reproduzindo assim, sob novas técnicas e arranjos espaço-temporais, as velhas estruturas sociais.

Em 1941 é fundada a Colônia Nacional Agrícola de Goiás (Cang) no meio-oeste goiano, mais especificamente na região de Ceres. Os objetivos econômicos e de povoamento tinham como pano de fundo a integração de Goiás à economia nacional, a ligação da região central do país com a Amazônia e ampliação do mercado consumidor e produtor agropecuário (CUNHA, 2007). Porém, segundo Cunha (2007), as colônias agrícolas de povoamento e produção não tinham apenas uma função de integração territorial, mas também “aliviar as tensões que as correntes migratórias ocasionavam nos centros urbanos” (CUNHA, 2007, p.154).

Essa política estatal de colonização, enquanto maneira de controlar as classes trabalhadoras do campo e da cidade é ressaltada também por Ruy Moreira (1985) com o conceito de “fronteira em movimento”. Segundo Moreira (1985), a fronteira em movimento apresenta o movimento geográfico de territorialização – desterritorialização – reterritorialização do campesinato no interesse das classes dominantes. Isso aconteceu especialmente por que impôs uma “contra-reforma agrária”, visando atenuar o conflito camponês nas áreas mais dinâmicas da economia capitalista, mandando o campesinato abrir novas fronteiras agrícolas na periferia agrária, para depois serem novamente expropriados (pois dificilmente conquistavam os títulos das terras) ou subjugados aos interesses do capital. Em ambos os casos, o campesinato é desterritorializado, pois perde o controle efetivo sobre sua própria reprodução social. E em ambos os casos estão resguardados os interesses do Estado e do capital na integração nacional.²⁴

O conceito de “fronteira em movimento” contribui para compreender esse movimento geral de acumulação capitalista em Goiás nas décadas de 1940 e 1950, e do desenvolvimento

²⁴ Segundo Ruy Moreira (1985, p.128): “O que importa observar em toda essa dinâmica da ‘fronteira em movimento’ como forma de manifestação das lutas de classes é que sua face agrária, deslocando as tensões camponesas para os centros de gravidade territorial do monopólio da terra para a ‘periferia’, enfraquece o poder de confrontação camponesa a este monopólio e reduz o potencial que o campesinato pode levar para uma aliança com o operariado urbano consistente. Os levantes camponeses em áreas de ‘fronteira externa’, embora fortes, só tangencialmente afetam o monopólio fundiário e tendem a manterem-se como movimento de ‘fronteira’. Contrariamente, os levantes camponeses em áreas de ‘fronteira interna’ são de impacto estrutural imediato porque atingem o monopólio no seu centro territorial. Todavia, o campesinato da ‘fronteira externa’ é mais livre, ao passo que o campesinato da ‘fronteira interna’ é mais controlado em suas ações e independência, esta quase inexistente”.

da luta de classes no Brasil. A ideologia e o projeto nacional-desenvolvimentista foi impondo um ritmo mais acelerado de avanço e interiorização das relações de mercado capitalistas, tendo como “trunfo” a urbanização e conexão territorial do estado de Goiás.

Na década de 1940 a extração e exploração mineral teve um novo impulso. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro firmou acordo com os Estados Unidos para a venda, com fins militares, de minerais estratégicos como diamante, quartzo, manganês, mica, tantalita, colômbita e tungstênio. Os minerais foram extraídos nos garimpos dos municípios de Pium (hoje parte de Tocantins) e Cristalina, além de serem extraído também em Minas Gerais e Bahia. As minas quartzílicas para a guerra mundial chegaram a reunir nesses estados 50 mil homens trabalhando (PÓVOA NETO, 1998). A produção mineral em Goiás e no Brasil, mais uma vez, compunha peça no xadrez geopolítico mundial, vinculado diretamente aos interesses militares de grandes potências imperialistas, bem como do Estado brasileiro e dos capitalistas nacionais.

Durante a década de 1960 iniciou-se também os arranjos técnicos e institucionais para uma nova fase capitalista da mineração goiana, que ganhou intensidade nas décadas posteriores, possuindo efeitos significativos até os dias atuais. Com a criação em 1961 da empresa estatal Metais de Goiás S.A (METAGO) e pelo modelo de exploração industrial e moderno, chegou ao fim quase um século de “dormência do subsolo” (GONÇALVES, 2016), o fim da exploração mineral intensiva, que havia marcado o período desde a crise da mineração goiana no século XIX.²⁵

Sobre o processo de integração regional, dos anos 1950 até o final da década de 1980, entre as regiões goianas e entre Goiás e as demais regiões e estados brasileiros, Arrais (2007, p.7) pontua as seguintes características:

O aumento no número e na população das cidades, a substituição da agricultura de subsistência por culturas intensivas, a intensificação do tráfego rodoviário que possibilitou o escoamento de mercadorias primárias, foram possíveis diante da consolidação do pacote rodoviário, cuja BR-153 (Belém-Brasília), BR-060 (Brasília-Cuiabá), BR-020 (Brasília-Fortaleza), BR-040 (Brasília-Rio de Janeiro) e BR-050 (Brasília-São Paulo) são os exemplos mais impactantes. De 1949 a 1960 a extensão da rede rodoviária goiana mais que dobrou, passando de 20.585 km para 42.800 km, a maior parte concentrada no Centro-Sul goiano (BORGES, 2001). Também a rede

²⁵ Gonçalves (2016, p.332) caracteriza esse período das décadas de 1960, 1970 e 1980 como o início de uma “nova era” da mineração goiana: “Em Goiás, a criação da METAGO e a territorialização de grandes empreendimentos de extrativismo mineral nos municípios de Niquelândia, Barro Alto, Catalão, Minaçu etc., nos anos 1960, 1970 e 1980, e que resultaram na extração de minérios como o amianto, nióbio, fosfato, calcário agrícola e níquel, inauguraram uma “nova era” da mineração no território goiano”.

ferroviária, desde o início do século XX, concentrou-se no Sudeste goiano, em função de uma opção do Estado em associação com o capital privado. À infraestrutura de transporte somou-se a de energia elétrica, com a consolidação de Cachoeira Dourada, já na década de 1960. Dessa forma, podem-se identificar dois processos concomitantes que são a integração interna do território (a partir da hegemonia político-econômica do Centro-Sul goiano e da Capital do Estado) e a integração ao Centro-Sul do país (reforçando a relação de subordinação econômica e política a São Paulo). Essa integração regional diferencial também foi um dos argumentos que alimentou, desde a época colonial, o movimento separatista que culminou com a criação do Estado do Tocantins em 1988. (*grifos nossos*)

Dessa forma, a mesorregião Sul Goiano possui transformações importantes nesse período, que, no entanto, aprofundam a sua relação assimétrica de dependência em relação a região centro-sul do país, especialmente São Paulo. Outro marco importante ressaltado por uma série de pesquisadores da questão agrária em Goiás são as transformações quantitativas e qualitativas levadas a cabo a partir da década de 1970 (ARRAIS, 2007; CASTILLO, 2007; MENDONÇA, 2015). Segundo Arrais (2007, p.2): “Na genealogia do território goiano a década de 1970 aparece em destaque nas abordagens econômicas e geográficas”. Pelo menos quatro indicadores dessas mudanças seriam destacados por Arrais (2007): 1) demográfico – aumento da população acima da média nacional; 2) migração campo-cidade / urbanização; 2) modernização da agricultura; 3) construção de Brasília. É o que iremos debater agora.

1.4 A MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DA AGRO-HIDRO-MINERAÇÃO EM GOIÁS A PARTIR DOS ANOS 1970

Do século XIX até os processos de modernização da agricultura e da mineração nas décadas de 1960, 1970 e 1980, ocorrerão nos territórios goianos inúmeras disputas e conflitos sociais, profundamente marcados pelas resistências à lógica estatal e capitalista de modernidade²⁶. Ao longo do tempo, e nos processos de (re)existência, os povos camponeses lograram construir seus próprios territórios e territorialidades (quilombos, aldeias, revoltas

²⁶ Sobre a modernidade capitalista, Martins (2013, p. 19) afirma que “a modernidade anuncia o possível, embora não o realize. A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar. Mistifica desmistificando porque põe diante da consciência de cada ser humano, e na vida cotidiana de cada um, todo o imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado. Basta ter os recursos para consegui-lo. Mistifica desmistificando porque anuncia que são coisas possíveis de um mundo possível, mas não contém nenhum item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real. [...] A modernidade é justamente este momento da história contemporânea em que a consigna não é acobertar as injustiças, a exploração, a degradação humana dos que foram condenados a carregar nos ombros o peso da História. A modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo: é constitutiva dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam”.

armadas, guerrilhas, ligas camponesas, sindicatos), e não só em termos de organização política como também uma resistência em suas formas produção e reprodução da vida (no associativismo e práticas de ajuda mútua profundamente arraigadas na cultura e religiosidade camponesa, nas racionalidades do trabalho e da natureza, na preservação das sementes crioulas e da biodiversidade).

As resistências indígenas, negras e camponesas pelos territórios de existência são marcas constitutivas deste chão e dessa gente (MARTINS, 1983; MENDONÇA, 2015; AZEVEDO, 2013). Tais poderes e saberes dos *Povos Cerradeiros*, como diz Mendonça (2004), só poderiam ser disciplinadas e destruídas em nome da racionalidade estatal e capitalista através de uma nova expansão colonialista, por um regime político de bases autoritárias que não medisse esforços no uso sistemático e inescrupuloso da violência contra os seus opositores sociais ou naturais, tal qual a empresa colonial e escravista vinculada à Coroa portuguesa. Foi o que ocorreu durante a ditadura civil-militar brasileira. Para derrubar barreiras sociais e naturais, com vistas a liberar os recursos necessários à modernização capitalista (recursos naturais e força de trabalho), era necessário um novo projeto geral colonialista por parte do capital e do Estado.

Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), 8.350 indígenas foram assassinados durante a ditadura civil-militar, afora outras formas de dominação e violência comprovadas no relatório, como torturas, estupros, agressões, escravização, muitas destas praticadas diretamente, ou com a colaboração de grandes latifundiários e agentes do Estado, e muitas destas em contextos de projetos de “colonização agrícola”.

Além disso, de acordo com Mendonça (2015), a tradicional fazenda goiana, de base camponesa, é também uma das vítimas da apropriação de terras dessa nova onda modernizante e autoritária. É, então, do meio pro final do século XX que ocorre uma nova mudança qualitativa na formação socioespacial de Goiás, com os programas de colonização agrícolas, o planejamento e construção de Goiânia e de Brasília, a repressão via ditadura civil-militar e as mudanças produtivas e tecnológicas da modernização da agricultura e da indústria extrativa.

Segundo Gonçalves (2016), nos distintos processos de modernização capitalista no Cerrado, há uma continuidade nas estratégias coloniais de expulsão dos indígenas, quilombolas e camponeses de suas terras e territórios:

Há uma relação entre a formação dos latifúndios e a apropriação violenta das terras indígenas, camponesas e dos trabalhadores da terra em Goiás. Mesmo passado os séculos da conquista colonial, estratégias baseadas na violência e expulsão dos trabalhadores do campo ainda são reproduzidas. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, após a década de 1970 contou com novas estratégias e agentes, como a ação do Estado, os programas agrícolas e presença do capital transnacional. Porém, práticas como a grilagem, a expropriação e a violência continuaram e continuam sendo disseminadas (GONÇALVES, 2016, p.236).

De acordo com Mendonça (2004, p.39), “a modernização capitalista é o resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes”.²⁷ No caso de Goiás, a modernização capitalista se materializou através da modernização conservadora da agricultura (MENDONÇA, 2004), por meio da expropriação dos camponeses e povos originários dos seus meios de produção e existência, ou por meio da subordinação da sua produção camponesa à lógica do capital nacional e internacional. A apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital é peça chave da modernização capitalista. Os atingidos não são apenas os camponeses, mas também os povos indígenas, populações quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros setores da classe trabalhadora.

Mais especificamente, sobre o processo de modernização da agricultura e apropriação de terras no Cerrado, Mendonça (2015, p.4) afirma que:

A modernização do território, intensificada com a expansão da fronteira agrícola no Cerrado goiano, denominada modernização da agricultura, a partir dos anos (19)70, provocou a adoção de maquinarias e implementos agrícolas, inovações técnicas e tecnológicas apoiadas nas políticas governamentais (crédito, fiscal, tributária etc.) que redundaram numa intensa mecanização, quimificação, expulsão de milhares de famílias do campo, inchaço urbano, concentração fundiária e impactos ambientais. Estabeleceu-se um novo padrão agrário no país, baseado na “modernização conservadora”, em que o Centro-Oeste, precisamente Goiás, tornou-se um imenso laboratório para as novas exigências do capital agroindustrial e financeiro, que investido de técnicas e tecnologias, transformaram as paisagens cerradeiras, num celeiro agrícola, implementando relações capitalistas de produção em todo o circuito produtivo.

Existe, portanto, uma mudança econômica e política, mas, também, uma mudança ecológica com a chamada “revolução verde”. De acordo com Sauer (2012) a revolução verde foi uma alteração da base produtiva agropecuária, através da adoção de mecanização intensiva, uso de fertilizantes químicos e de sementes selecionadas. A adoção desse pacote tecnológico,

²⁷Arrais (2007) define modernização da seguinte forma: “(...) por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro. Essa modernização ocorreu tanto pela ampliação da área plantada, quanto pela intensificação da produtividade, por meio da utilização de maquinário e insumos agrícolas, o que causou profundos impactos na estrutura fundiária, aumentando o êxodo rural” (ARRAIS, 2007, p.2).

conduzido pelo Estado ditatorial, levou a uma maior concentração fundiária, “renovando o caráter conservador do modelo agrário e agropecuário brasileiro” (SAUER, 2012).

Segundo Sauer (2012), o principal instrumento para conduzir essa mudança na base produtiva da agropecuária foi o crédito subsidiado, possibilitando a capitalização dos grandes latifundiários para investirem em máquinas pesadas, semestres, fertilizantes, etc. Além disso, houveram uma série de subsídios fiscais, oferta de assistência técnica, promoção de pesquisas e ensino com a criação de cursos universitários e técnicos, voltados a atender as demandas da modernização conservadora da agropecuária. De acordo com Sauer (2012), esse processo “teve dupla função econômica, ou seja, aumentou a produção e a produtividade no campo e, ao mesmo tempo, criou um mercado consumidor de máquinas e insumos, aquecendo a indústria”.

Castillo (2007), concordando com a periodização da década de 1970 como início de um novo modelo de acumulação no campo goiano e brasileiro, afirma que este período foi marcado por uma “forte presença do Estado na articulação entre os agentes envolvidos nos circuitos produtivos modernos” (CASTILLO, 2007, p.22). Durante a ditadura, o Estado não foi um agente passivo ou fraco, mas presente e estratégico nos processos econômicos e sociais no Brasil.

Ainda, é importante ressaltar que, a modernização capitalista durante o período ditatorial nas décadas de 1970 e 1980, não desencadeou apenas uma apropriação de terras para fins agrícolas, mas também vinculada à exploração mineral e energética. Como veremos ao longo desse trabalho, não por acaso essas décadas são marcos importantes da territorialização, em Goiás e no Sul Goiano, de grandes projetos de extrativismo mineral e usinas hidrelétricas. Dessa forma, a formação socioespacial goiana expressou um novo ciclo de acumulação de diferentes setores capitalistas, determinada pela sua nova inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pelas “novas condições materiais e tecnológicas de produção, do avanço cumulativo e desigual da modernização do território” (GONÇALVES, 2016, p.283).

Portanto, a ditadura civil-militar está diretamente relacionada à modernização capitalista da agricultura e da mineração. No entanto, acreditamos que ainda existe um debate preso em maniqueísmos, do tipo estrangeirização-nacionalização e industrialização-reprimarização, que dificultam a compreensão mais completa das modificações na estrutura de classes e da inserção do Brasil no sistema mundial capitalista, geradas no interior do Estado ditatorial.

Um exemplo é a concepção de Carvalho (1988), onde a deposição de Mauro Borges do governo do estado de Goiás teria desvanecido todas as lutas em defesa do subsolo e das jazidas minerais goianas, como o níquel e o amianto, para dar lugar a políticas repressivas e subordinada aos interesses estrangeiros. O questionamento é se, de fato, o governo Mauro Borges possuía tamanha importância para as lutas em defesa do subsolo. Por outro lado, também nos parece uma simplificação da relação nacional-estrangeiro em relação às bases de sustentação da ditadura civil-militar. As palavras do ex-governador Mauro Borges, em seu livro “O Golpe em Goiás: história de uma grande traição”, deixam explícita uma narrativa estatista e industrialista,

[...] somente uma entidade de estrutura estatal poderia encontrar condições de fazer frente ao poderio dos trustes internacionais e iniciar – pelos menos no meu Estado – a real dinamização de nossas riquezas. Foi assim que surgiu a Metais de Goiás S.A, [...] que viria abalar a tranquila segurança daqueles que se consideravam os donos do nosso subsolo, no seu entender reservas estratégicas internacionais para serem utilizadas apenas no momento que lhes parece mais oportuno. (BORGES, 1965, p. 63).

Nessa citação de Mauro Borges, podemos ver que a luta de classes passa longe de sua reflexão como político. Se referindo aos grandes “trustes internacionais”, com ares triunfalistas afirma que a METAGO viria abalar a tranquila segurança destes, não reconhecendo, no entanto, que, na verdade, os verdadeiros donos da terra e do subsolo não são as empresas estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, são os povos originários e as classes trabalhadoras. São exatamente estes últimos que verdadeiramente perderam sua segurança, suas vidas e suas terras ao longo de todo esse processo histórico. Nos governos de Mauro Borges foi quando a METAGO cumpre o papel inicial de abertura dos territórios, para a posterior transferência dos grandes projetos mineradores ao capital monopolista privado.

Se faz necessário, ao nosso ver, uma outra explicação sobre a configuração de classes para compreender as apropriações de terras e recursos territoriais nesse período. Em relação ao projeto da ditadura brasileira e a estrutura de classes nacional e internacional que lhe deu sustentação, é pertinente resgatar contribuições de Ruy Mauro Marini, em “O Estado de Contrainsurgência” de 1978.

Segundo Marini (1978), a América Latina, na metade do século XX, viveu um período de contrarrevolução burguesa, que se manifestou por meio de diversos golpes militares na região, mas não só. Se deu também pela reestruturação dos aparelhos de Estados formalmente democráticos (podendo democracias burguesas serem caracterizadas também como Estados de

contrainsurgência), e também na transformação estrutural das “burguesias crioulas” e do movimento de massas. Para nossa discussão, importa-nos ressaltar o segundo aspecto, a transformação estrutural das “burguesias crioulas”.

De acordo com Marini (1978), a base objetiva dessa transformação das burguesias latinoamericanas foi a “integração dos sistemas de produção latino-americanos no sistema imperialista, através de investimentos diretos de capital estrangeiro, subordinação tecnológica e penetração financeira”. A consequência disso foi o surgimento, principalmente a partir da década de 1960, de uma burguesia monopolista nacional intimamente vinculada à burguesia imperialista, especialmente norte-americana. Esse processo, junto com a superexploração do trabalho, leva a uma profunda centralização do capital e proletarização da pequena-burguesia nos países latinoamericanos.

Como resultado desse processo, Marini (1978) argumenta que ocorre uma ruptura na forma de Estado latinoamericano, no sentido de um Estado preocupado “principalmente com os interesses das frações monopolistas, nacionais e estrangeiras, e estabelece, portanto, mecanismos seletivos para favorecer sua acumulação”, e não mais de um “estado populista, isto é, o ‘Estado de toda a burguesia’”. Dessa forma, a conformação do Estado de contrainsurgência e os golpes militares na América Latina atenderam não apenas objetivos externos, mas as tendências de acumulação das próprias burguesias e Estados nacionais.

A análise de Marini (1978), leva a concluir a importância das determinações da estrutura de classes e de poder internamente aos países e regiões e suas relações com o sistema imperialista. Não existe uma única determinação (exterior) para o golpe militar brasileiro, as explicações teóricas e políticas baseadas nessa concepção desconsideram que o golpe e a ditadura brasileira tiveram uma base social de sustentação, não apenas numa “classe média” ideologicamente conservadora, mas nas relações e alianças de classe do grande capital monopolista, nacional e estrangeiro, e das Forças Armadas.

Analisada, então, a partir dessa base teórica fundamentada na luta de classes, e não das bases teóricas nacionalistas e desenvolvimentistas, a ditadura e seu projeto burguês e autoritário ganham outro significado. Isso terá impacto direto na interpretação que damos aos Planos Nacionais de Desenvolvimentos, o projeto Nação-Potência, descentralização industrial, o fortalecimento de empresas estatais e privadas da agroindústria, indústria mineral e química, dentre outros.

Gonçalves (2016) também apresenta os importantes efeitos da política econômica de mineração da ditadura militar. Sobre as políticas da ditadura militar para a METAGO, Gonçalves (2016, p.320) resume da seguinte forma,

[...] a METAGO experimentou um período de reestruturação entre os anos 1964 e 1968, na conjuntura de alterações políticas impostas pelo Regime Militar, cujo resultado mais significativo se refere aos *royalties* que passou a receber da SAMA e, em 1969 o recolhimento da cota-parte do Imposto Único sobre Minerais (IUM), permitindo que a empresa estadual montasse, na década de 1970, toda uma estrutura técnica e administrativa, se transformando em uma das maiores e principais empresas estaduais de mineração do Brasil.

A reestruturação da METAGO, no final da década de 1960, possui forte impacto na mineração em Goiás. Segundo Gonçalves (2016, p.320), além de investir em pesquisas que “resultaram nas descobertas de jazidas minerais, a empresa contribui para a implantação de grandes empreendimentos extrativos no estado, investiu na modernização tecnológica e qualificação de seus profissionais”. Um deles foi o Imposto Único sobre a Mineração (IUM), criado pela Constituição de 1967, que, segundo Teixeira Neto (1998, p.46), “estabeleceu que a taxa sobre os minerais seria um imposto único e que estes recursos fossem aplicados no desenvolvimento do setor mineral de cada estado”. Isto possibilitou, que em 1968, fosse criada uma legislação interna em Goiás, transferindo para a METAGO o valor integral desse imposto.

A mineração em Goiás conheceu a sua retomada no crescimento e expansão territorial através do capital privado nacional e internacional, e do capital estatal. No decorrer das décadas de 1970-1980, podemos citar alguns exemplos de empresas nacionais que exploravam minérios em Goiás: Grupo Votorantin, produzindo cimento em Corumbá e níquel em Niquelândia; Grupo Brumadinho, explorando cassiterita; Grupo Paranapanema, dedicado a exploração de vermiculita em São Luiz de Montes Belos; Grupo Prometal, explorando nióbio em Catalão; Grupo Paraíso, produzindo cimento em Palmeiras; Grupo Pousada do Rio Quente, apropriando o potencial de águas termais de Caldas Novas (GONÇALVES, 2016).

Além disso, durante a década de 1970, a mineração em Goiás teve novo impulso do governo militar, materializado no apoio do Estado ao grande empreendimento privado da indústria extrativa Fosfatos de Goiás S.A (FOSFAGO), implantado em Catalão/Ouvidor.

As empresas de capital estrangeiro também ampliaram a exploração mineral em Goiás nessas décadas, como por exemplo: SAMA (franco-belga) com o amianto crisotila em Minaçú; Codemin (sul-africana) com o níquel em Niquelândia; Mineração Catalão de Goiás (sul-africano/brasileiro) com o nióbio em Catalão; Minerasul (canadense), com prospecção e

pesquisa; Baminco (alemão- canadense), níquel em Barro Alto; Unigeo (sul-africano) dedicada ao trabalho de prospecção e pesquisa; Mineração Colorado (australiano) dedicada ao trabalho de prospecção e pesquisa; British Petroleum (inglês) também dedicada ao trabalho de prospecção e pesquisa; Brascam (canadense), prospecção e pesquisa; Mineração São José (norte americano), prospecção e pesquisa; Mineração Serra Grande (canadense/sul africano) explorando ouro em Crixás; Western Mining Corp (australiano), atuando na exploração de ouro em Paraúna; Shell/Bilitton (anglo-holandês), envolvida em trabalhos de prospecção e pesquisa (GONÇALVES, 2016).

Esse processo de modernização capitalista da mineração teve, desde o início, forte presença do capital estrangeiro, e essa presença tendeu a se ampliar com o passar do tempo. A apropriação do subsolo em Goiás chegou a ter mais de 50% da área nas mãos de empresas multinacionais estrangeiras, ao fim da ditadura civil-miliar. Os dados da participação do capital estrangeiro no conjunto dos direitos minerários em Goiás, em 1986, revelam a hegemonia dos interesses estrangeiros pelo subsolo goiano (Tabela 1).

TABELA 1 – APROPRIAÇÃO E CONTROLE DO SUBSOLO PELO CAPITAL ESTRANGEIRO EM GOIÁS (1986).

Grupo	País	Nº de Áreas	Nº de Km²
Arbed/Broken Hill	Multinacional	709	14.017
BP/Brascan	Multinacional	909	9.087
INCO	Canadá	475	9.026
Anglo American / B. Simonsen	África do Sul	402	6.435
BRGM (SEREM)	França	25	1.943
Western Mining Corp.	Austrália	181	1.759
Royal Dutch Petroleum / Shell (Billitton)	Multinacional	148	1.633
Fluor Corp. (St. Joe Min.)	Estados Unidos	100	1.055
Outros	-	133	2.529
Total de Grupos Estrangeiros	-	3.082	47.487
Total de Grupos Econômicos	-	4.679	85.314
Participação do Capital Estrangeiro	-	66%	55%

Fonte: Carvalho (1988, p. 45).

Org.: Carvalho (1988).

A apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital internacional em Goiás nos anos 1970-1980 contribui para revelar que os interesses pelo subsolo fomentaram as estratégias de apropriação e controle das jazidas minerais. Os grupos formados por capital estrangeiro

chegaram a controlar 66% do número de títulos minerários e 55% da área (em Km²) dos mesmos no estado (GONÇALVES, 2016).

É fundamental, portanto, destacar, as relações entre a apropriação da terra, água e subsolo nos ciclos de modernização capitalista. Por isso, não basta falar de modernização da agricultura em Goiás, é importante falar também da modernização da mineração e da exploração da energia elétrica, sem a qual a primeira não seria possível ou não teria a profundidade que teve no Cerrado.

Exemplo disso é o calcário agrícola e o fósforo, usados como “corretivos”²⁸ dos solos ácidos do Cerrado. De acordo com Gonçalves (2016, p.333), “o calcário agrícola [...] revela a aproximação entre a expansão produtiva deste minério em Goiás com o momento de modernização agrícola nos territórios do Cerrado”²⁹. O autor complementa que, a fronteira da mineração coincide com a fronteira agrícola, e no caso específico de Catalão/Ouvidor, os grandes projetos de extrativismo mineral “foram precedidos pelas empresas rurais modernas”³⁰, que nos 1980 se consolidaram e se expandiram no Sudeste Goiano” (GONÇALVES, 2016, p.335), microrregião pertencente à mesorregião Sul Goiano.

O Estado ditatorial articulou, durante a década de 1970-1980, a burguesia nacional e internacional para um projeto de modernização capitalista no Brasil. O projeto de “Nação-Potência”, integração e colonização territorial, bem como a política de desconcentração

²⁸ “O emprego do termo ‘correção’ é ilustrativo da visão de que é possível alterar o Cerrado, uma vez que a natureza o fez ‘feio’, ‘fraco’ e ‘raqúitico’ (utilizando-se de expressões correntes à época), para transformá-lo no moderno ‘celeiro agrícola’, como almejavam e almejam instituições de pesquisa agrícola e as sociedades representativas dos grandes agricultores. Nesse termo subjaz uma fé incondicional na ‘racionalidade’ da tecnologia e dos seus processos sociais e políticos embutidos” (PIRES, 2000, p. 112).

²⁹ Sant’Ana (2012, p.185) diz que “em novembro de 1974, por recomendação do Conselho de Desenvolvimento (CDE), foi aprovado pelo presidente Ernesto Geisel o I Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), um dos planos para o setor de insumos básicos decorrentes do II PND. O I PNFCA detalhava as diretrizes do II PND e estabelecia as metas concretas para a produção de fertilizantes em 1980, assim como definia os principais empreendimentos a serem construídos e o volume de capital necessário. Os principais objetivos do Programa era buscar a autossuficiência em fertilizantes, ‘suprir uma demanda de alimentos consideravelmente crescente e expandir as exportações de modo a gerar a necessária capacidade de importar’. De acordo com o I PNFCA, a expansão da produção agrícola geraria uma demanda de cerca de 4 milhões de toneladas de fertilizantes em 1980, que deveria ser suprida pela produção nacional”.

³⁰ “As empresas rurais se constituem em modernas formas administrativas e gerenciais, territorializadas nas áreas de chapadas, com grandes investimentos em máquinas e implementos agrícolas, apresentando diversas atividades agroindustriais consorciadas, além de terem condições adequadas de armazenamento e beneficiamento na unidade produtiva e-ou nas proximidades. Também apresentam uma paisagem uniformizada – cultivos mecanizados – e utilizam parca mão de obra, a não ser em algumas culturas que demandam maior utilização de trabalho vivo”. (MENDONÇA, 2004, p. 237).

industrial presente no II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram peças chaves dessa modernização, como aponta Gonçalves (2016, p.334):

Articulado aos interesses do capital, as ações do Estado ditatorial na década de 1970 são reveladoras das estratégias de ocupação dos territórios e integração nacional, imbricado com a política de desconcentração industrial do II PND, dentro do projeto ditatorial de Nação-Potência. No interior das intenções geopolíticas canalizadas pelo capital e o Estado, os grandes empreendimentos de extrativismo mineral serviram de base para a estratégia de implementar grandes projetos nas diferentes regiões brasileiras. Exemplo disto se deu por meio da instalação dos polos minero-industriais de bens intermediários no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Pará, Sergipe, Bahia e Espírito Santo, dispostos ao longo da periferia do Sudeste industrial.

Já no final da década de 1980 e 1990, com o fim da ditadura civil-militar, um novo período será marcado pelo neoliberalismo e ampliação da presença de grandes empresas privadas do agronegócio e mineração, através de fortes planos de privatização. Segundo Castillo (2007, p.22), nesse período neoliberal, “o Estado renuncia, parcialmente, à sua posição de comando dos circuitos espaciais produtivos, e essa tarefa é assumida por grandes empresas do agronegócio. Podemos falar então de uma agricultura científica globalizada”.

Esse período irá causar transformações na estrutura econômica do estado de Goiás. Analisando a reorganização das empresas de extrativismo mineral nos municípios de Catalão e Ouidor, Gonçalves (2016, p.382) ressalta a criação do Programa Nacional de Desestatizações (PND), através da Lei 8.031/90:

Esse Programa teve o setor de fertilizantes como a primeira experiência de sua implementação, que resultou na privatização da Goiásfertil, em 8 de outubro de 1992. A empresa foi vendida ao grupo Fertifós, por aproximadamente 13 milhões de dólares, incluindo as reservas de titânio, nióbio e terras raras. A privatização da estatal deu origem a Ultrafertil S.A, que, mais uma vez, com as reorganizações societárias nos últimos anos veio culminar na empresa Vale Fertilizantes (que pertence a Vale S.A).³¹

Assim como a apropriação de terras camponesas, indígenas e quilombolas ou recursos territoriais colocando-as nos circuitos de acumulação capitalista, a privatização de empresas e serviços públicos, construídos e sustentados pelos recursos públicos, cumpre função similar segundo David Harvey. Para Harvey (2003, p. 130), a política de privatização constitui “o ‘braço armado’ da acumulação por espoliação”. Porém, cabe ressaltar que as décadas de 1980 e 1990 serão marcadas também, contraditoriamente, pelo fim das ditaduras latinoamericanas e pelo processo de descolonização africana e asiática. Isto levou a algumas tendências no sentido

³¹ No início de 2018, a Mosaic Fertilizantes (empresa norte-americana) concluiu a aquisição da Vale Fertilizantes pelo valor de 1,150 bilhão de dólares e 34,2 milhões de dólares em ações da Mosaic. Assunto que debateremos mais detidamente no capítulo 3 dessa dissertação.

do estabelecimento de limitações territoriais aos avanços do capital, através de distintas formas de controle estatal, comunitário ou para fins de reserva ambiental de significativas frações territoriais cobiçadas pelo capital.

Porém, ao contrário de Castillo (2007), que afirma existir uma continuidade do padrão de acumulação neoliberal na agricultura da década de 1980 até os dias atuais, a partir dos anos de 2000 um novo padrão se estabelece. Um dos marcos dessa mudança é uma retomada do papel do Estado com incentivos diretos e indiretos para os processos produtivos e de apropriação de terras para grandes projetos de exploração agrícola, energética e mineral.

Segundo Rômulo Castro (2016), os governos petistas (2003-2016) estiveram relacionados a um novo realinhamento do bloco no poder com a burguesia nacional e internacional, se opondo ao (mas não rompendo com o) neoliberalismo ortodoxo dos governos anteriores e construindo um novo modelo de desenvolvimento capitalista, o neodesenvolvimentismo. O neodesenvolvimentismo, “é o desenvolvimento possível nos marcos do neoliberalismo, conduzindo a economia para uma especialização produtiva e corredores de exportação” (CASTRO, 2016, p.24). A política econômica neodesenvolvimentista consistirá em:

a) políticas de recuperação do salário-mínimo e de transferência de renda, que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. (CASTRO, 2016, p.24).

Em relação ao contexto internacional em que emerge o modelo neodesenvolvimentista e neoextrativista, Gonçalves (2016, p.59) ressalta “o crescimento significativo das demandas mundiais por commodities agrominerais, especialmente pela China”. No mesmo caminho, Castro (2016, p.24) afirma que a política econômica neodesenvolvimentista “e a frente que lhe dá sustentação aceitam a divisão internacional do trabalho e, com isso, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro em novos contextos históricos”.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em um anúncio de investimentos para o Plano Safra 2014/2015, fez questão de ressaltar as diferenças entre os governos neoliberais anteriores e os governos petistas, no que tange ao agronegócio. Na ocasião, o governo anunciou o

investimento de R\$ 156,1 bilhões no Plano³². Segundo a ex-presidente, no governo anterior ao do PT, a produção de grãos era de 96,8 milhões de toneladas em 40 milhões de hectares, e naquela safra de 2013/2014, uma década depois, a produção havia sido de 198 milhões de toneladas em 56 milhões de hectares. A esperança era de que aquela safra de grãos batesse recorde ao produzir 200 milhões de toneladas, como de fato aconteceu.

No ano de 2015, por exemplo, o Brasil produziu 209,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, em uma área total de 57,7 milhões de hectares, segundo o Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA).³³ De acordo com Rousseff (2014), na safra anterior à entrada do PT no governo federal, os investimentos no setor agropecuário teriam sido de apenas 15,7 bilhões, valor que aumentara em uma década para 156,1 bilhões. Além do investimento, a ex-presidente ressaltou outras políticas do Estado em favor do agonegocio, como a redução da taxa de juros (de 8,75% a 10% em anos anteriores aos governos petistas, para 4% a 6,5% nos governos do PT) e uma política de crédito agropecuário.

Dessa forma, em relação à economia e política brasileira, podemos dizer que o setor do agronegocio se constituiu na última década, juntamente com outros megaprojetos de exploração agromineral e industrial (IIRSA, PAC I e II, etc.), como um dos pilares do ideário e da política neodesenvolvimentista brasileira. Arrais (2007) destaca o papel do Estado no desenvolvimento das desigualdades regionais (entre sul e norte do estado de Goiás) e na introdução do capital monopolista na agricultura de Goiás nos últimos anos:

O que não pode escapar à análise é que essas intervenções foram planejadas e estimularam diferentes usos do território goiano. O Estado foi o ator central nesse processo. Capitalizou o território desigualmente e vem articulando sua abertura para o mercado global via incremento nas exportações. (ARRAIS, 2007, p.8-9)

Destaca-se também que o início deste século XXI foi marcado por outras mudanças significativas na acumulação de capital no campo brasileiro: “trata-se de grandes empresas controladas por fundos financeiros e corporações ligadas a outros ramos da economia, que, articuladas com empresas agrícolas e grandes produtores, atuam em diferentes etapas produtivas e culturas” (FREDERICO e GRAS, 2017, p.12). Diversos pesquisadores que estudam o neoextrativismo latino-americano (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER e PETRAS, 2014; ZIBECCHI e MACHADO, 2017) e o processo de *land grabbing* (FREDERICO e GRAS,

³² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1456575-dilma-usa-dados-de-ex-ministro-de-fhc-para-defender-politica-do-agronegocio.shtml>, acessado em 04/07/2019.

³³ Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/estadao/noticia/2016/01/safra-2016-sera-05-maior-frente-2015-diz-ibge.html>, acessado em 04/07/2019.

2017; SAUER e BORRAS Jr., 2016) afirmam a importância do Brasil e do Cerrado em tais processos latinoamericanos e mundiais.

Desde a década de 2000, o crescente interesse dos investidores financeiros em terra deriva da expectativa de alta rentabilidade futura (superior a 20% ao ano em média), decorrente da tendência de elevação dos preços das principais commodities agrícolas no mercado mundial (Grain, 2008). Pela sua dimensão continental, disponibilidade de áreas para a expansão da fronteira agrícola moderna e preço relativamente baixo das terras, o território brasileiro tornou-se um dos principais alvos de interesse do capital financeiro internacional.

A presença dos representantes do capital financeiro internacional no campo brasileiro é um dos exemplos mais emblemáticos do fenômeno mundial de land grabbing, com importantes implicações nas dinâmicas de expansão de monoculturas agroexportadoras ou destinadas à produção de agrocombustíveis, papel e celulose, com agravamento da concentração fundiária e geração de novas conflitualidades (Fernandes, 2010) (FREDERICO e GRAS, 2017, p.15-16).

Foi criado um aparato institucional, econômico e político (nacional e internacional) como bases que levaram a expansão da apropriação de terras e recursos territoriais no Cerrado goiano, consolidando a territorialização do negócio da agro-hidro-mineração. Isso levou a consequente desterritorialização de comunidades locais, principalmente camponesas. Dessa forma, “um dos resultados imediatos desses processos foram os conflitos socioambientais e a expropriação violenta dos camponeses e trabalhadores da terra de seus territórios da existência” (GONÇALVES, 2016, p.200).

Desta maneira, as empresas monopolistas internacionais, com o apoio do Estado brasileiro, aprofundaram na primeira década do século XXI a exploração e apropriação capitalista de sementes, produção e comércio de agrotóxicos, jazidas minerais, farmacoquímicas e energia elétrica. As empresas capitalistas aprofundam o mapeamento dos potenciais naturais do Cerrado com vistas ao exercício do controle e apropriação da terra, da água e do subsolo, lançando-os no reino da produção mercantil e da mais valia e renda, bem como das relações de poder e dominação política e social.

Segundo Gonçalves (2016), a venda de commodities e produtos primários para o comércio externo evidencia uma inserção específica da economia brasileira e do estado de Goiás na divisão internacional do trabalho, revelando um movimento cada vez mais acentuado do capital na apropriação das terras, florestas, jazidas minerais e recursos hídricos. Sobre os efeitos dessa inserção internacional no processo de acumulação de capital, Delgado (2012, p. 127) afirma que “[...] esses recursos, submetidos à exploração intensiva ou extensiva, deriva da demanda por commodities, produzem rendas fundiárias, que são objeto de ávida disputa no

processo de apropriação da renda e da riqueza social”. A renda fundiária³⁴ será causa/consequência de intensa disputa territorial, processo que analisaremos nessa pesquisa.

O sul de Goiás é destacado como propulsor e prioritário no processo de modernização da agricultura que se deu na segunda metade do séc. XX, e até hoje, como eixo dinâmico da acumulação capitalista com base no agrohidronegócio (MENDONÇA, 2015). Também de acordo com Arrais (2007, p.2), “o processo de modernização da agricultura goiana deu-se, prioritariamente, a partir da região Sul do Estado”.

Mendonça (2015) apresenta uma análise mais atual e global da região sul do estado goiano baseada no conceito de agrohidronegócio:

O Sul Goiano destaca-se pela territorialização da agricultura moderna (monoculturas intensivas) e passa por intensas transformações espaciais, mediante a implementação do agrohidronegócio (soja, cana de açúcar, empreendimentos barrageiros, mineradoras etc.), ocasionando intensa mobilidade geográfica do capital e do trabalho. A situação é complexa. De um lado as monoculturas irrigadas que usam indiscriminadamente a água na produção de commodities; de outro os barramentos para a produção energética, abastecimento público e/ou para a irrigação etc., o que permitiu elaborarmos o conceito de agrohidronegócio. Terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos, conforme as necessidades humanas (MENDONÇA, 2015, p.5).

Tais investimentos de capital privado e estatal não se dão sem atritos e conflitos, tornando a região sul de Goiás “uma das mais conflituosas de Goiás”, concentrando “aproximadamente 80% da população e também a maioria dos investimentos dos setores agroindustrial, sucroalcooleiro-energético, hidroelétrico, minerador e financeiro” (MENDONÇA, 2015, p.5).

³⁴ “De acordo com a perspectiva marxista a renda da terra é lucro extraordinário, suplementar, acima do lucro médio, originado nas relações de exploração do trabalho e permanentemente apropriado pelo capitalista fundiário (OLIVEIRA, 2007). A renda da terra pode ser resultado da concorrência entre os capitalistas fundiários ou do conflito de interesses entre a coletividade e o proprietário. No primeiro caso, ela se configura enquanto renda diferencial e está condicionada a fertilidade natural, a localização e a realização de investimentos. Quando ela se origina do monopólio, isso é, do conflito entre o interesse de seu proprietário e o da coletividade, será chamada de renda da terra absoluta. Nesse caso, a necessidade de gêneros agropecuários para a manutenção da coletividade se opõe ao interesse do proprietário, que somente coloca essa terra para produzir mediante o pagamento de um valor que ele julga ser capaz de atender suas necessidades. Nos dois casos, o capitalista fundiário não contribui para a existência da renda que ele absorverá, sendo a sociedade e as demandas de consumo de gêneros agrícolas responsáveis pela sua existência. O proprietário fundiário se apropria de uma parcela da mais valia produzida socialmente, aproveitando-se da crescente ampliação da população urbana em detrimento da população rural (MARX, 19-)” (SILVA, 2016, p.129).

Com o avanço do processo de modernização e apropriação de terras, modificações socioespaciais importantes ocorreram em cidades da mesorregião Sul Goiano, tal como Rio Verde, Jataí e Chapadão do Céu:

Presencia-se em cidades como Rio Verde e Jataí [...] uma enorme disparidade socioeconômica que antigamente era característica exclusiva das grandes metrópoles. Nem se mencione a criação de cidades, como o caso de Chapadão do Céu e das empresas transnacionais com tecnologia de ponta e intensa mecanização, algumas já robotizadas, que concentram a maior parte de sua produção para o mercado externo. A geração de empregos em grande escala, como comumente anunciada, é mais um dos inúmeros discursos que se cria para atrair mão de obra barata das áreas mais empobrecidas do país (MENDONÇA, 2015, p.7).

Atualmente, a busca pela ampliação da produção e produtividade do capital, na medida em que leva a dispensar o uso da mão-de-obra no processo de mecanização, leva ao uso intensivo de recursos territoriais, especialmente terra e água. Para tal, empreende-se uma série de disputas (nas esferas públicas, sociais e privadas) em torno do objetivo de ampliação da acumulação de capital: as melhores terras (planas, férteis, localização favorável, meios de circulação adequados) e os melhores acessos à água (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos) em geral garantidos pelo represamento da água superficial ou subterrânea (MENDONÇA, 2015).

Os conflitos socioterritoriais decorrentes das mudanças dos padrões de acumulação de capital e apropriação da terra não afetam apenas as relações entre as classes, mas também entre as diversas frações de classes. Um exemplo é o caso dos municípios goianos de Rio Verde e Jataí, onde as disputas entre setores do agronegócio globalizado (grãos-carne contra o avanço do setor sucroalcooleiro) levaram a prefeitura de Rio Verde a restringir a área plantada de cana-de-açúcar à apenas 10% da área total da área cultivável. A alegação utilizada para tal intervenção foi que o avanço da cana-de-açúcar colocava “em risco os investimentos já realizados e futuros vinculados às cadeias produtivas da soja e do milho (agroindústrias de óleo e farelo, frigoríficos, armazéns, criação de aves e suínos principalmente)” (CASTILLO, 2007, p.23).³⁵

³⁵ Segundo Castillo (2007): “A política radical empreendida pela Prefeitura de Rio Verde (GO), na fronteira agrícola consolidada, expressa, ainda que de forma equivocada, a reação do poder público diante da vulnerabilidade a que as regiões funcionais agrícolas estão sujeitas.” (CASTILLO, 2007, p.25). Mais do que isso, tal política evidencia o papel do Estado para garantir a acumulação capitalista de determinadas frações da burguesia em detrimento de outras. Evidencia as relações de poder extra-econômicas na estruturação de classes e nos processos de acumulação de capital e apropriação de terras.

Abordamos aqui, fundamentalmente, alguns traços da formação socioespacial de Goiás. Mas acreditamos ser necessário, ainda, estabelecer de que forma os territórios em disputa em Goiás estão inseridos, a partir de diferentes relações escalares e setoriais de dominação e resistência, em um sistema histórico, o sistema mundial capitalista. É ainda o processo de apropriação de terras e recursos territoriais que buscaremos compreender no próximo capítulo, aprofundando agora a sua compreensão a partir do debate das diferentes abordagens críticas do imperialismo, do colonialismo e do monopolismo, bem como determinando a atualidade dessas abordagens ao debater os fenômenos de *land grabbing* e neoextrativismo.

2 SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO DE TERRAS E RECURSOS TERRITORIAIS

As primeiras manufaturas moderno-colonizadoras se montaram em Cuba, no Haiti, no Brasil haja vista o açúcar não ser exportado para a Europa in natura, mas, sim, manufaturado. A própria monocultura, enquanto técnica, inicialmente para o cultivo da cana, era uma imposição, haja vista a impossibilidade material de um povo ou uma comunidade qualquer se reproduzir fazendo monocultura para si próprio. Assim, a monocultura não é só a cultura de um só produto, mas também a cultura para um só lado. Por isso a energia da chibata para mover o sistema. Afinal, ninguém faz monocultura espontaneamente até que tenhamos subjetivado as relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias (a mão invisível é precedida de outra bem visível que brandia a chibata) (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.40).

Para compreender o atual processo de apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional no Sul Goiano é essencial caracterizar as múltiplas determinações escalares e setoriais de poderes políticos, econômicos e culturais. Tal como identificado no capítulo anterior, a formação socioespacial de Goiás e as disputas no/do Bioma-Território Cerrado são marcados em sua história de práticas de violência, expropriação e controle de terras pelo Estado e pelo Capital, diferentes formas de centralização e concentração do poder e de integração desses poderes locais/nacionais às estruturas de reprodução e dominação do sistema mundial capitalista. Isso nos levou à reflexão sobre a relação entre a apropriação de terras e recursos territoriais e as diferentes abordagens do imperialismo, colonialismo e monopolismo.

Concordamos com Ferreira (2018), ao afirmar, que os conceitos de imperialismo e colonialismo são indispensáveis para analisar a realidade complexa do sistema mundial capitalista no século XXI. No entanto, segundo Ferreira (2018), tais conceitos devem passar por uma crítica às suas abordagens economicistas e eurocêntricas³⁶. Sendo assim, o imperialismo e o colonialismo, como experiência histórica concreta dos povos e da natureza, não teriam desaparecido frente as atuais tendências políticas, econômicas e culturais do sistema mundial, mas assumido novas expressões e mecanismos de dominação e exploração³⁷.

³⁶ Ferreira (2018) explica, que a grande maioria das teorias críticas do imperialismo e colonialismo estavam limitadas pelos contextos particulares de sua elaboração: “Tais teorias se deram em interação e como parte das lutas anti-imperiais e movimentos de criação dos Novos Estados, o que fez com que as mesmas assimilassem diversos traços da ideologia nacionalista e a ideia da inevitabilidade do desenvolvimento capitalista, dando um toque eurocêntrico e estatista às formulações críticas” (FERREIRA, 2018, p.5).

³⁷ De forma ampla, Ferreira (2018, p.1) apresenta que, “[...] o imperialismo, o colonialismo e o estatismo são três tendências e processos históricos globais, que não podem ser reduzidos nem a fenômenos exclusivamente econômicos, nem políticos, nem culturais, pois são multidimensionais, são fenômenos históricos de longa duração,

Harvey (2003; 2006) possui importantes contribuições, a partir da Geografia, aos estudos do capitalismo e do imperialismo. Uma abordagem geográfica crítica e atual do imperialismo não pode desconsiderar o seu aporte, ainda que seja como ponto de partida para uma nova abordagem ou estabeleça críticas a elementos particulares de sua teoria. De todas as óticas o diálogo com Harvey e sua teoria do novo imperialismo é imprescindível.

2.1 UM BREVE BALANÇO CRÍTICO DAS TEORIAS DO IMPERIALISMO, DO COLONIALISMO E DO MONOPOLISMO

A crise do petróleo na década de 1970 é um marco temporal fundamental para analisar as transformações que ocorreram no processo de acumulação capitalista mundial. Diversos geógrafos, economistas e sociólogos, de diferentes concepções teóricas (marxistas, neomarxistas, liberais, desenvolvimentistas e outros), reconhecem essa importância, apontando, no entanto, diferentes causas e consequências para tal transformação.

Segundo Harvey (2003), o imperialismo clássico surge na transição do século XIX e XX como resposta à crise de sobreacumulação e necessidade do capital em se expandir geograficamente, gerando as I e II Guerras Mundiais, dentre outros conflitos. Já o “novo imperialismo” teria surgido como resposta à crise econômica de 1970. Ferreira (2018), partindo de um referencial teórico diferente, concorda com essa periodização do imperialismo, também afirmando duas situações históricas relacionadas ao imperialismo durante os séculos XIX e XX:

O imperialismo internacional se transforma profundamente no século XX, e para isso podemos diferenciar duas situações históricas: primeira, a do imperialismo capitalista clássico (1890-1980), e outra, que podemos denominar de forma mais ou menos satisfatória de “neoimperialismo” (1980-2018). Podemos dizer que a principal mudança será a ascensão e queda do colonialismo internacional, seguida pela generalização da dependência com forma de dominação no sistema mundial (FERREIRA, 2018, p.27).

Ferreira (2018) estabelece uma relação entre a nova fase do imperialismo com as mudanças no colonialismo e as novas formas de dominação no sistema mundial, que abordaremos adiante. A chave, tanto em Harvey (2003) quanto em Ferreira (2018), é compreender quais são as causas, as características e como atua esse novo imperialismo ou

que foram re-significados pela emergência do sistema mundial capitalista, e pelas transformações nos diferentes regimes de acumulação”.

“neoliberalismo”³⁸. Primeiramente, vamos expor algumas das bases conceituais da teoria de Harvey, e, diferentemente de Ferreira (2018), é na teoria da acumulação de Marx que Harvey (2006) irá buscar as respostas iniciais para tais inquietações.

Harvey (2006) argumenta que Marx desenvolveu uma nova abordagem sobre a teoria da localização³⁹. Esta teoria da localização seria um elo de ligação entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria do imperialismo do marxismo. Em Marx, a teoria de acumulação está no centro das coisas⁴⁰. A acumulação, porém, não é um desvio moral/individual do capitalista, mas está relacionado à própria sobrevivência do sistema de produção e distribuição de mercadorias, atuando como uma tendência coercitiva. O processo de acumulação de capital não ocorre de forma linear e isenta de contradições. As crises são fundamentais para compreender esse processo. Por isso mesmo são tão importantes para compreender as reestruturações produtivas do capital em escala mundial.

As crises ocorrem quando algum aspecto do processo de acumulação entra em contradição com as próprias condições de seu desenvolvimento (fator que leva às constantes reestruturações produtivas internacionais). Segundo Harvey (2006), esse progresso da acumulação depende e pressupõe:

- 1) A existência de um excedente de mão-de-obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. [...]
- 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção - máquinas, matérias-primas, infraestrutura física e assim por diante -, que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido.
- 3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas (HARVEY, 2006, p. 44-45).

Para a manutenção e ampliação desse processo de acumulação, Harvey (2006) ressalta a importância da indústria do transporte de mercadorias e comunicação para a geração de valor. A importância, portanto, da localização e do espaço para a acumulação do capital. É válido lembrar que o processo de acumulação só está concluído com a circulação da mercadoria para ser vendida no mercado. Esse “trajeto” também é parte constitutiva da produção do valor. Quanto mais se comprime o espaço pelo tempo, mais vantajoso para a acumulação. Segundo

³⁸ Importante ressaltar que os conceitos de novo imperialismo em Harvey (2003) e neoliberalismo em Ferreira (2018) não são apenas termos, mas expressam abordagens radicalmente diferentes sobre a questão.

³⁹ A “teoria da localização” está relacionada à tentativa de explicar a localização de empresas e demais objetos técnicos no espaço geográfico, desde o local ao global.

⁴⁰ “A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2006, p.43)

Harvey (2006, p.50), “o imperativo da acumulação implica conseqüentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais”. É exatamente nesse sentido que a revolução industrial alterou tão rapidamente os sistemas de transporte e comunicação europeus, primeiramente, e posteriormente no mundo inteiro, conectando com ferrovias, barcos a vapor, telégrafos, dentre outros, as populações, mercados, indústrias e recursos à serviço da acumulação de capital.

Esse sistema de transporte e comunicação, que visa diminuir o tempo de giro do capital, cria um arranjo técnico-territorial, visando superar as barreiras espaciais. Mas esse arranjo, que contribui para o movimento e a rapidez do capital, pode se tornar (em um momento posterior) uma camisa de força, um entrave. Isso ocorre porque as crises e reestruturações constantes do capital levam à deterioração de antigos centros e pontos de localização, privilegiados para a criação de novos centros, empresas, estradas, enfim, levando a um constante recomeço da superação das barreiras espaciais. A crise do capital, portanto, sendo um momento de contradição sistêmica e podendo levar a reestruturações produtivas profundas, possui rebatimentos no capital fixo (abandono de fábricas, mercados, rotas, fluxos, etc.), transformando aquela “paisagem física” construída para superar as barreiras espaciais em novos limitadores espaciais (HARVEY, 2006).

O processo de acumulação de capital e a necessidade de anulação do espaço pelo tempo tem como efeito histórico-geográfico a concentração de capital e da força de trabalho em grandes centros urbanos (relação campo-cidade) também relacionado à concentração de riquezas nas mãos de poucos (relação capital-trabalho). Ambas as contradições são expressões de uma contradição mais ampla e constante do processo de acumulação capitalista: a relação centro-periferia, que surge pela necessidade simultânea e contraditória do capital de concentração e expansão geográfica⁴¹. Essas contradições e assimetrias de poder e renda, intrínsecas ao processo de acumulação capitalista, também se expressam em escala mundial através das relações de dominação e exploração entre Estados nacionais, empresas e sociedades.

O processo contínuo de acumulação capitalista está diretamente relacionado às formas não-capitalistas de produção, mais especificamente como o capital pode subordinar ou destruir tais formas nas redes de produção do mercado capitalista mundial. Considerar teoricamente essa relação é fundamental, pois os primeiros impulsos da indústria capitalista moderna surgem

⁴¹ “A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. [...] Certo tipo de relação centro-periferia surge da tensão entre concentração e expansão geográfica” (HARVEY, 2006, p.52-53).

do processo chamado por Marx de “acumulação primitiva”, no qual o sangue e suor dos escravos e dos povos colonizados, bem como a pilhagem dos recursos da natureza, abasteciam os investimentos para a revolução industrial no continente europeu.⁴² Além disso, dentro do processo de acumulação, “o sistema capitalista de produção não poderia e nem pode se tornar universal em seu alcance” (HARVEY, 2006, p. 62). Ou seja, nem no “início”, nem no “fim” do processo de acumulação de capital é possível pensar em um estágio de domínio total das relações capitalistas de produção. Com base na teoria marxista, Harvey (2006) argumenta que essa relação é a chave para compreender o imperialismo.

Segundo Harvey (2006), Marx nunca propôs uma teoria do imperialismo. O próprio imperialismo não é assunto unicamente de marxistas, existindo teorias do imperialismo marxistas, neomarxistas, keynesianas, neoclássicas, anarquistas, etc. “Marx elaborou a teoria da acumulação para o modo capitalista de produção num estado ‘puro’, sem referência a qualquer situação histórica específica” (HARVEY, 2006, p. 65). Harvey (2006) então faz uma diferenciação entre a teoria geral e “pura” da acumulação e a teoria do imperialismo que seria uma “teoria aplicada”. Esta deriva da teoria da acumulação (no caso dos marxistas, especialmente de Lênin) e aplicada à situação histórica específica do início do século XX. No entanto, deve existir uma relação direta entre elas, pois, “temos de derivar a teoria do imperialismo da teoria da acumulação de Marx” (HARVEY, 2006, p. 73).⁴³

De acordo com Harvey (2006), Luxemburgo teria caído em uma interpretação unilateral da obra de Marx em relação ao processo de acumulação de capital, considerando que o imperialismo agiria apenas na “expansão para o exterior” em uma relação de constante

⁴² Marx (2013, p. 785-786), descreve a acumulação primitiva, com analogias e metáforas: “Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. [...] Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. [...] Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos”.

⁴³ Em relação à teoria clássica do imperialismo, Harvey irá dialogar especialmente com Rosa Luxemburgo e Vladimir Lenin. A primeira teve uma importante contribuição no início do século XX com a obra “A acumulação do capital” (1913), e o segundo com a obra “O imperialismo: fase superior do capitalismo” (1916).

violência e derrubada de barreiras espaciais entre as sociedades capitalistas e não-capitalistas, incorporando estas últimas no processo de acumulação mundial de capital⁴⁴.

Segundo Harvey (2006), Luxemburgo analisava a partilha colonial do mundo e o desenvolvimento do capital monopolista que estava na base das guerras mundiais. Harvey (2006, p.67) argumenta que Luxemburgo não considerou “os outros meios pelos quais o capitalismo é capaz de criar espaços novos para a acumulação”. Afirma que Lênin teria tido a contribuição mais importante e correta do imperialismo, ao não extrapolar a teoria geral da acumulação de Marx unilateralmente para a análise histórica. (HARVEY, 2006)

Tanto Harvey (2003) quanto Levien (2014) concordam que a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo é a primeira em que o conceito de acumulação primitiva marxista passa de um pecado original e contingente para um processo contínuo e permanente na acumulação capitalista⁴⁵. Levien vai além, afirmando uma ligação teórica entre Luxemburgo, Harvey e a sua própria teoria dos “regimes de desapropriação”⁴⁶. O conceito de regimes de desapropriação é sintetizado por Levien (2014) da seguinte forma:

A desapropriação é, basicamente, o uso de coerção extraeconômica para expropriar ativos não relacionados ao trabalho de um grupo para o benefício de outro. Quem sofre a desapropriação, quem recebe o ativo desapropriado e como o ativo é usado para a acumulação – tudo isso assume formas diferentes em tempos e espaços diferentes. A identificação dessa variação deveria ser o objeto de pesquisas comparativas. Quando detentores de meios de coerção desapropriam determinados grupos para o benefício de outro grupo de forma consistente para uma gama coerente de propósitos, podemos chamar isso de um “regime de desapropriação” (LEVIEN, 2014, p.37).

Levien (2014) apresenta uma nova e importante conceituação da apropriação de terras, somente possível dentro de uma releitura crítica mais geral da própria teoria marxista do imperialismo e do desenvolvimento capitalista. Tal proposta teórica não pode ser negligenciada.

⁴⁴ Para exemplificar essa posição de Harvey, Luxemburgo (1985, p. 255) defende que “o capital não conhece outra solução senão o da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje”.

⁴⁵ Como parte de sua pesquisa sobre a mineração em Goiás, Gonçalves (2016, p.157-158) chega a uma interpretação similar sobre a acumulação primitiva do capital: “As estratégias de violência, usurpação de bens comuns, expulsão de comunidades tradicionais e dependentes da relação social com a terra de trabalho, exploração e violação de direitos dos trabalhadores são intrínsecas aos mega empreendimentos que produzem as commodities agrominerais. Na América Latina, e especialmente no Brasil, é possível apreender que esses aspectos, que também constituíram a acumulação primitiva do capital, de acordo com as análises de Marx (2013), não fazem parte apenas da etapa inaugural do capitalismo”.

⁴⁶ Segundo Levien (2014, p.30): “Luxemburgo foi a primeira a enxertar o relato histórico contingente de Marx sobre a acumulação primitiva em uma teoria da acumulação capitalista, transformando-a de um “pecado original” em um processo continuado. Veremos que isso serviu como inspiração direta para a teoria da “acumulação por desapropriação” de David Harvey, da qual parte a minha própria teoria”.

O sociólogo critica duramente o economicismo subjacente à teoria marxista, e a partir dessa crítica, insere a apropriação de terras em outro patamar.

Na acumulação por desapropriação, então, o Estado, a política e a ideologia são – como Perry argumenta no contexto de modos pré-capitalistas de produção (1974: 403-404) – aspectos internos e constitutivos da própria acumulação. Essa é a implicação de enorme importância do reconhecimento segundo o qual a coerção extraeconômica, concebida como algo que se ameniza com a transição para o capitalismo, é, na verdade, um aspecto intrínseco e contínuo da acumulação no capitalismo avançado. Isso significa que o caráter e o resultado da desapropriação em momentos e lugares diferentes são formados por fatores políticos, econômicos e ideológicos heterogêneos e nacionalmente específicos que não podem ser deduzidos de circuitos globais do capital (LEVIEN, 2014, p.36).

A partir disso, uma série de questões se abrem para a pesquisa das apropriações de terras e recursos territoriais sob o capitalismo, tais como: funções políticas e econômicas das desapropriações, beneficiados, atingidos, consequências para o conjunto das relações de classes, ideologias legitimadoras, papel das frações capitalistas, conflitos, dentre outros. Tais pressupostos teóricos e contribuições são incorporado nessa dissertação.

Levien (2014) critica duramente as interpretações e aplicações em distintas formações histórico-geográficas, que muitos marxistas fizeram do conceito de “acumulação primitiva” proposta por Marx. Para Levien (2014), existiram basicamente duas grandes interpretações sobre a acumulação primitiva: 1) baseada na FUNÇÃO da acumulação pré-capitalista, entendida como todos os processos (violentos ou não) que tiveram por função levar à acumulação capitalista, ou seja, entendida como uma transição entre um modo de produção não-capitalista para o modo de produção capitalista; 2) baseada nos MEIOS extraeconômicos (em geral violentos e opressivos), que distinguem o período da acumulação primitiva, antecessora da acumulação capitalista propriamente dita.⁴⁷

Levien (2014) questiona em Marx, e nas abordagens marxistas, a questão dos fatores econômicos que levam a expropriação de terras (transformação da terra e recursos naturais em capital/mercadoria) e das consequências sociais que é a transformação dos camponeses em proletários. O primeiro caso é a causa, o segundo caso é a consequência. Mesmo em países com contingentes elevados de assalariados, o que move a desapropriação de terras não é

⁴⁷ “Na verdade, o ‘caso clássico’ dos cercamentos ingleses conseguiu ocultar a ambiguidade entre ‘função e meios’ porque nele ambas as definições coincidiam: na visão de Marx, uma força extraeconômica estabelecia as precondições do capitalismo. Mas quando os historiadores acataram a análise de Marx da acumulação primitiva na Inglaterra e os cientistas sociais a aplicaram a ‘transições capitalistas’ sob outras condições históricas, essa ambiguidade teve repercussões graves para a coerência teórica da acumulação primitiva” (LEVIEN, 2014, p.26).

“transformação dos camponeses em proletários” ou a “transição entre modos de produção”, mas a incorporação das terras no processo de acumulação de capital (LEVIEN, 2014).

Quando o interesse do Estado e do capital é na terra, após feita a apropriação de terras, pouco importa, para os agentes concretos da apropriação, a transformação dos antigos “fazendeiros” em proletários ou capitalistas (LEVIEN, 2014). Um exemplo, relativo ao nosso recorte espaço-temporal, é que parte significativa da mão-de-obra nas terras expropriadas no Cerrado pelos setores da agro-hidro-mineração é composta de migrantes nordestinos, mineiros ou de outras cidades de Goiás, mas não necessariamente das populações e comunidades diretamente expropriadas.

Consequentemente, a lupa conceitual da acumulação primitiva não seria adequada para pensar o processo contínuo de expropriação de terras. As relações campo-cidade ou indústria-agricultura, envolvendo as expropriações de terras, estão menos relacionadas a uma contínua e, nunca atingida, transição ao modo de produção capitalista (dando margem a compreensões equivocadas da questão agrária como “semifeudal”⁴⁸), e mais com processos de acumulação permanentes no interior do próprio sistema capitalista. Este precisa apropriar terras e recursos territoriais, pois:

O propósito desta discussão é, antes, ilustrar que a lente conceitual da “acumulação primitiva” é inadequada para compreender a relação entre capitalismo e formas contínuas de desapropriação de terras. Isso se deve principalmente ao fato de que as desapropriações atuais não podem ser compreendidas no antigo sentido funcional segundo o qual elas criariam as precondições do capitalismo: elas não inauguram necessariamente relações sociais capitalistas e não representam transições entre modos de produção. Muitas vezes, têm muito pouco a ver com a agricultura ou com uma resolução da “questão agrária”. Muitas vezes, a desapropriação das terras – às vezes, já retidas dentro de relações sociais capitalistas – ocorre em prol de um desenvolvimento não agrícola. Essa desapropriação não reflete uma fase inicial do capitalismo, mas reivindicações capitalistas avançadas de terras e recursos naturais. Assume uma miríade de formas específicas em cada setor – sejam elas represas, estradas, minas, usinas siderúrgicas, zonas econômicas especiais ou projetos de habitação – que em nada se parecem com o padrão “clássico” do cercamento. Precisam ser compreendidas no contexto de uma nova problemática: a questão não é a função da desapropriação de terras na transição para o capitalismo, mas a função da desapropriação de terras no próprio capitalismo (LEVIEN, 2014, p.28).

Essa expropriação direta da terra (através da compra, arrendamento, grilagem ou pilhagem) também é acompanhada da incorporação no mercado de outras esferas da natureza

⁴⁸ Já amplamente debatidas por teóricos brasileiros como Caio Prado Jr. (1979), José de Souza Martins (1983), André Gunder Frank (1966, 2012), dentre outros, que demonstram a inconsistência teórica e política da definição do Brasil como um país semi-feudal, ou até mesmo de “regiões semi-feudais ou arcaicas” e “regiões capitalistas” que caracterizariam as “teses dualistas” sobre a realidade brasileira e latino-americana (FRANK, 1966).

(patenteamento de material genético de sementes, de conhecimentos ecológicos, etc.). Segundo Harvey (2003), as políticas neoliberais de privatizações de serviços públicos (educação, saúde, segurança, etc.) são uma outra forma encontrada pela colaboração entre Estado e empresas capitalistas de liberar um conjunto de atividades para que o capital sobreacumulado encontre meios lucrativos para investir⁴⁹. Esse elemento (a função de absorver capital superacumulado na economia global) também é ressaltado por Levien (2014) como uma chave para compreender a “acumulação por desapropriação” no sistema mundial capitalista.⁵⁰

Ferreira (2018) possui uma contribuição importante, desde uma abordagem anarquista, para os estudos do imperialismo e do colonialismo contemporâneos, e relaciona-os aos processos de apropriação e controle de terras, o que torna importante explicar a sua elaboração. Segundo Ferreira (2016), a colonização é um processo histórico de territorialização⁵¹. A colonização, como fato e experiência histórica, gera o colonialismo, mas se diferencia do mesmo na medida em que o colonialismo se perpetua como relação assimétrica de poder, mesmo após os processos de descolonização (latino-americana, africana e asiáticas) por meio de “um sistema ou situação estrutural de relações desiguais” (FERREIRA, 2018, p.21) no sistema mundial capitalista.

A principal característica do colonialismo é a centralização global do poder político (gerando o centralismo/estatismo), simbólico (social e cultural, gerando o etnocentrismo), econômico, (gerando o monopolismo). Enquanto processos históricos concretos, Ferreira (2018) distingue três tipos de colonialismo: o colonialismo internacional (típico dos séculos XVI até o século XX), e o colonialismo interno e neocolonialismo, que seriam “variações históricas possíveis das relações internacionais de dependência, que sucederam os processos de descolonização” (FERREIRA, 2018, p.21). Dessa forma, Ferreira (2018, p.27) conclui que,

⁴⁹ Segundo Harvey (2003, p.126): “[...] o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dá o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado”.

⁵⁰ “O que a acumulação por desapropriação faz é liberar uma série de recursos (inclusive a mão de obra) a custos muito baixos (às vezes, até a custo zero). Capital superacumulado pode apoderar-se desses recursos e transformá-los imediatamente em uso lucrativo” (LEVIEN, 2014, p.33).

⁵¹ A Geografia possui uma contribuição significativa sobre os processos de territorialização e desterritorialização, que é importante relacionar com as abordagens gerais do colonialismo e imperialismo. Um exemplo disso é a explicação didática que Nascimento (2014, p.78) faz dos processos de (des) territorialização, descrevendo também (ao nosso ver) um típico processo colonialista moderno: “Quando um espaço já foi territorializado por um grupo de pessoas que ali alimentam suas relações sociais e lá chega outro grupo para fazer dele seu território, o conflito, as disputas serão tanto maiores quanto maiores forem as diferenças de objetivo e de significado dados ao espaço pelos grupos adversários. A territorialização de novos sujeitos significa quase sempre a desterritorialização dos precedentes, total ou parcial. Os desterritorializados terão que se territorializar em outros espaços ou reterritorializarem-se no mesmo, se for possível”.

[...] o imperialismo sob a forma de desenvolvimento dependente gera processos de colonização, dos quais o centro é o estabelecimento do controle de parcelas de terra-território com a consequente tendência centralista-monopolista-etnocentrica que acompanha processos de colonização.

Ainda que Ferreira (2018) defenda que o imperialismo e o colonialismo sejam fenômenos de longa duração⁵², dispensa uma atenção particular ao que chama de imperialismo e colonialismo modernos, próprios do sistema mundial capitalista, constituído a partir do século XVI. A experiência imperial-colonial, engendradas pelo sistema mundial capitalista, pode ser subdivididas em dois grandes períodos mundiais:

[...] o 1º o ciclo de conquista da América, a construção do primeiro Sistema Colonial inter-oceânico (1500-1800), que foi seguido pelo primeiro ciclo de descolonização com a destruição do sistema colonial no século XIX e a construção da primeira onda de Novos Estados na América Latina; 2º o segundo ciclo de construção de Sistema Colonial (1820-1910), com a partilha da Ásia e da África, motivada pela expansão do capitalismo monopolista e das disputas pela hegemonia no sistema interestatal, seguida pela descolonização do período 1945-1970 e a segunda onda de criação de “Novos Estados” (FERREIRA, 2018, p.3).

Esses processos são determinantes para a criação do sistema mundial capitalista e gerar transformações no interior do mesmo. O primeiro e o segundo ciclo da experiência imperial-colonial têm efeitos diversos e contraditórios, no entanto, ambos possuem como “efeito global, contraditório, do colonialismo, a difusão de uma instituição [...] que antes era exclusiva da Europa: o Estado-nação capitalista. Tal processo indica que esse processo apenas se completou, e de forma ainda precária, no final do século XX” (FERREIRA, 2018, p.4)⁵³.

O “colonialismo internacional” seria a forma como se manifestou a experiência imperial-colonial nos dois ciclos de colonização e descolonização na América, África e Ásia mencionados. A “dependência” seria a continuidade e atualidade do imperialismo. No entanto, Ferreira (2018, p.18) alerta aos riscos de recair em interpretações lineares-evolucionistas. Não devendo ser compreendidas como etapas históricas, “[...] essas formas do imperialismo-colonialismo são relações resultantes da dinâmica do sistema mundial capitalista, bem como das resistências e insurgências com as quais este se depara” (FERREIRA, 2018, p.18).

⁵² Ferreira (2018, p.2), afirma que: “Nesse sentido, iremos delimitar aqui que os Impérios e o colonialismo, ou seja, a experiência imperial-colonial, é de longa duração, ela existe desde a antiguidade, passando pelo período medieval e chegando ao ‘moderno’, e não é uma forma exclusivamente europeia. Esse fato coloca desafios centrais à teorização, exigindo cuidados especiais para evitar o anacronismo (projetar categorias do presente para o passado, estabelecendo continuidades arbitrarias) e o presentismo (ignorar as raízes históricas dos processos e categorias sociais e cognitivas contemporâneos, supondo que os mesmos surgem no presente como uma mudança social inovadora e singular)”.

⁵³ De acordo com Ferreira (2018, p.4), “os países latinoamericanos (Brasil, Argentina, Colômbia, Cuba, México, Uruguai) são todos Novos Estados no sentido que são novos no sistema inter-estatal capitalista criado pelo colonialismo”.

Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1999) também apontam a importância histórica para o sistema mundial capitalista do surgimento de diversos Estados independentes nos séculos XIX e XX. Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1999, p.7) apresentam uma análise em que os movimentos de descolonização irão operar uma mudança fundamental no sistema mundial através de um “incremento de la ‘estatalidad’ de los pueblos del mundo (el número de ‘Estados soberanos’ se ha triplicado a lo largo del siglo XX) y como una organización cada vez más densa del sistema interestatal”.

Por sua vez, Ferreira (2018) apresenta a necessidade de realizar um balanço crítico das teorias do imperialismo e do colonialismo e caminhar “rumo a uma nova teoria”, com o fim revitalizar as contribuições já realizadas e para (re)pensar as relações de dominação e exploração no século XXI. Para tal, Ferreira (2018) realiza uma extensa investigação crítica das teorias liberais, socialdemocratas e marxistas que abordaram a questão. Essas leituras convergiriam na ideia de que a base fática dos fenômenos do imperialismo e do colonialismo seriam a tendência: “1) expansionista-colonialista da política externa; 2) pelo militarismo, ou seja, pela tendência do conflito por meio da guerra entre Estados independentes; 3) pelo protecionismo econômico; 4) pela centralização e exportação de capitais” (FERREIRA, 2018, p.5).

No entanto, um balanço crítico dessas teorias, indicam, segundo Ferreira (2018), dois campos político-interpretativos: um que considera o imperialismo como inerente ao capitalismo (aqui se inserem as contribuições de Lênin, Rosa Luxemburgo, e, podemos incluir Havey e Levien), e outro que considera o imperialismo como mais uma variante possível/opcional, ou até mesmo uma patologia, do capitalismo (aqui se inserem as variantes liberais e socialdemocratas). Em termos metodológicos, ressalta a diferença entre abordagens economicistas (do imperialismo como fenômeno essencialmente econômico) e abordagens politicistas (do imperialismo essencialmente relacionado a política externa dos Estados).

Ferreira (2018) afirma que, como resposta à experiência imperial-colonial no século XX (que levou a proliferação de novos Estados nacionais independentes, a criação no pós-guerra de órgãos multilaterais para “garantia da paz”, sistema financeiro, assim como as modificações discursivas associadas às novas formas de dominação e exploração), os sistemas de poderes-saberes atuaram para afirmar o “fim do imperialismo e do colonialismo” como estruturas teóricas adequadas para analisar a realidade contemporânea do sistema mundial capitalista. As

abordagens liberais e socialdemocratas convergiram para reafirmar isso, através de diferentes variações (FERREIRA, 2018).⁵⁴

Esse movimento intelectual e político de questionamento do conceito de imperialismo e do colonialismo, no entanto, teve efeitos mistificadores sobre a realidade do sistema mundial capitalista. Ferreira (2018, p.9) explica que,

[...] tais abordagens subestimavam a tendência do sistema capitalista em estabelecer novas hierarquias e relações de dominação, e minimizou a Nova forma de Guerra, a guerra indireta da Guerra Fria, representada pelas guerras irregulares internas e externas. A Guerra do Vietnã e as intervenções da ONU, Inglaterra e França na Ásia e na África ao longo dos anos 1950/70, bem como o desenvolvimento de ditaduras militares e Estados policiais nas Américas, mostraram que o militarismo e o expansionismo dos países capitalistas centrais não se manifestava apenas sob a forma do colonialismo internacional e das guerras totais entre potências.

A partir da teoria leninista do imperialismo e do conceito de mundialização de François Chesnais, Oliveira (2016) irá realizar uma crítica similar ao contexto e interesses em torno do surgimento do debate sobre a “globalização” e as proposições equivocadas e idealistas do “fim das fronteiras” na última década do século XX:

Nos meios acadêmicos importantes intelectuais, particularmente, durante a década de 90 do século passado, procuraram construir uma explicação científica para o termo globalização. Destacaram-se entre eles, Milton Santos, Armén Mamigonian, Paulo Freire, Octávio Ianni, Georges Benko e Paul Singer. Por certo a geografia como ciência entrara definitivamente no debate geopolítico do final do século. Afinal, os termos "borderless" e "stateless" estiveram no centro do debate da nova geopolítica mundial. Nenhuma coisa e nem outra, as fronteiras continuaram vivíssimas e as nacionalidades muito mais profundas e arraigadas (OLIVEIRA, 2016, p.12).

Abordando criticamente os debates sobre a globalização, Oliveira (2014) pontua uma série de contribuições no interior desse debate teórico internacional e irá reconhecer o marco histórico da década de 1970, como uma mudança geral no sistema mundial capitalista. Em relação aos intelectuais do imperialismo e da globalização, frente ao novo contexto histórico, Oliveira (2014, p.12) afirma que “[...] muitos transitaram por um ou outro caminho, ou mesmo procuram estabelecer conexões entre eles. O certo é que o mundo não era mais o mesmo dos anos setenta do Século XX”.

⁵⁴ Ferreira (2018, p.8) problematiza, da seguinte maneira, a relação entre as interpretações teóricas e as novas experiências imperiais-coloniais: “A descolonização, que possibilitou a criação de Novos Estados, parecia confirmar a tese de que seria possível ao capitalismo sobreviver sem um sistema colonial, o que aparentemente parecia dar razão aos argumentos liberais e socialdemocratas sobre o imperialismo. Faria sentido falar de um imperialismo sem colônias? A descolonização e ao mesmo tempo a preservação do sistema capitalista internacional foi um dos fatores que levou ao questionamento do imperialismo como conceito, fazendo supor assim que o mesmo havia sido superado como fenômeno histórico”.

Foi especialmente na periferia do capitalismo, por cerca dos anos 1960/70, que novas contribuições às teorias críticas do imperialismo e do colonialismo surgiram. Uma importante contribuição veio da teoria latinoamericana da dependência, e também por estudos críticos da sociologia, antropologia e literatura, que cunharam os conceitos de colonialismo interno, neocolonialismo, pós-colonial e colonialidade⁵⁵. Outras importantes contribuições ocorreram também “nos países centrais, na antropologia e grupos multidisciplinares”, onde “se falava também da ‘situação colonial’ e do imperialismo (Balandier, Wallerstein)” (FERREIRA, 2018, p.9). A partir dessas contribuições, Ferreira (2018, p.10) explica que,

[...] o imperialismo-colonialismo deixou de ser um tema apenas de política exterior dos estados, para ser uma relação de dominação em múltiplas escalas, materializadas nas instituições administrativas, processos econômicos e símbolos emergentes da prática da colonização e gestão territorial e populacional.

Dialogando com a teoria da dependência latino-americana, Harvey (2006) também aborda as relações entre formas capitalistas e não-capitalistas de produção, não apenas em termos nacionais, mas em escala internacional. Vincula a afirmação do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”⁵⁶ de André Gunder Frank, com as análises de Marx sobre a colonização da Índia pela Grã-Bretanha:

⁵⁵ Para nossa pesquisa não iremos abordar, nem utilizar, todos esses conceitos. Mas cabe aqui uma rápida explicação. Sobre o conceito de neocolonialismo em Nkrumah, Ferreira (2018, p.15), afirma que, “neocolonialismo é uma relação de poder, no qual um Estado independente é dirigido de fora, por um país central. [...] Apesar da validade do conceito, o neocolonialismo pode levar à mistificação de que todos os Novos Estados independentes estão na mesma condição homogênea, o que contradiz a realidade histórica de um desenvolvimento desigual, em que diferentes Nações têm um poder muito desigual”. Sobre o conceito de pós-colonialismo, Ferreira (2018, p.16) afirma que: “A ambiguidade do conceito de pós-colonialismo, entre a crítica cultural e uma postura que se torna acrítica frente à continuidade das relações de poder e dominação e dependência novos Estados, é talvez a principal característica. [...] A principal questão é o fato de que a teoria pós-colonial desconsidera a economia política pós-independência, e usa as categorias de forma genérica e eclética (como globalização, neocolonialismo, capitalismo tardio e etc.)”.

⁵⁶ André Gunder Frank (1966, p.1-2), em artigo publicado em 1966, afirmava que: “Habitualmente se afirma que o desenvolvimento econômico se produz em uma sucessão de estágios capitalistas e que os países subdesenvolvidos de hoje estão ainda em um estágio, que às vezes se descreve como estágio original da história, pelo qual os países atualmente desenvolvidos passaram há muito tempo. Porém, basta um moderado conhecimento da história para ver que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parece em qualquer aspecto relevante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Esses nunca estiveram *subdesenvolvidos*, ainda que possam ter sido não-desenvolvidos. Geralmente, esse pensa também que o subdesenvolvimento atual de um país pode ser entendido como produto ou reflexo exclusivamente de suas próprias características ou estruturas econômicas, sociais e culturais. No entanto, a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje desenvolvidos. Além disso, essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade à escala global”. Mais a frente, Frank (1966, p.5), conclui que, “[...] em resumo, que o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permanecem isoladas da corrente geral da história. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo”.

Exportou-se o capital à Índia para fomentar a produção de mercadorias que poderiam, por meio do comércio exterior, proporcionar os recursos para pagar os bens que estavam sendo importados da Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha precisou desenvolver, na Índia, a produção de mercadorias para trocas, tendo por objetivo conservar a Índia como mercado importante” (HARVEY, 2006, p. 60).

Ou seja, no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, a exportação de capitais e a industrialização da (semi) colônia, ou do país (semi) periférico, não é um processo neutro economicamente. O resultado pode levar a uma ampliação da dependência destas à metrópole ou aos países capitalistas centrais, tal como apontado pelo teórico da dependência André Gunder Frank (1966). Ou seja, mesmo sem um sistema colonial internacional (tal qual existiu entre os séculos XVI e XX), segue existindo o imperialismo e o colonialismo como relações assimétricas de poder e dominação multiescalares.

Nesse sentido, uma outra contribuição teórica latinoamericana é o de colonialismo interno⁵⁷. Ferreira (2018) faz uma leitura crítica sobre algumas contradições gerais envolvendo as abordagens desse conceito. Alguns irão enfatizar/reduzir o conceito a “um equivalente nacional do colonialismo internacional” (FERREIRA, 2018, p.13), transformando-o quase que em um sinônimo de desigualdade regional⁵⁸. Outros “supõem que diferenças étnicas/raciais/culturais legadas pelo processo de colonização continuam operando de forma atemporal dentro do desenvolvimento capitalista contemporâneo⁵⁹” (FERREIRA, 2018, p.13). No entanto, Ferreira (2018), apesar das controvérsias, irá ressaltar a contribuição de diferentes autores que debateram o colonialismo interno,

[...] apesar de limitações oriundas das diferentes abordagens (do determinismo econômico e culturalista que lhes serve de base), as reflexões sobre colonialismo interno tem o grande mérito de evidenciar as relações desiguais étnicoculturais dentro dos Estados independentes, bem como as relações de dependência externa que condicionam desigualdades regionais e setoriais nos países periféricos. Na América Latina, isso implicou numa relação dos Novos Estados com suas populações camponesas e indígenas que reproduzia muitas das características da relação metrópole-colônia (FERREIRA, 2018, p.13).

⁵⁷ “Na América Latina, foram os sociólogos e economistas políticos que formularam a chamada teoria da dependência e análises do colonialismo interno que chamaram a atenção para as relações de desigualdade e dominação internacionais e internas, mesmo sem a existência de um sistema colonial internacional” (FERREIRA, 2018, p.12).

⁵⁸ De acordo com Ferreira (2018), na abordagem de André Gunder Frank o colonialismo interno seria uma consequência da dependência internacional, e estaria pautada, dentre outros aspectos, na análise da transferência de capital de regiões pobres para regiões ricas.

⁵⁹ De acordo com Ferreira (2018), Stavenhagen e Quijano estariam relacionados a essa abordagem do conceito de colonialismo interno. Para uma crítica à questão racial e nacional em Quijano, ver Ferreira (2014) “Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial”.

Os debates em torno do conceito de colonialismo interno ocorreram no interior da teoria da dependência latinoamericana⁶⁰, ou ao menos tendo esta como referencial (FERREIRA, 2018). No entanto, apesar de estarem muito marcadas pelo viés economicista e nacionalista, ocorreram contribuições fundamentais da teoria da dependência, especialmente da sua “ala mais radical ou à esquerda” (FERREIRA, 2018), formada essencialmente por Ruy Mauro Marini (1978), Vânia Bambirra (1999) e André Gunder Frank (1968), que colocaram a teoria da dependência dentro de uma abordagem mais ampla da teoria do imperialismo, onde “a relação de dependência seria justamente a forma de manifestação do imperialismo pós-colonial, o imperialismo sem colônias” (FERREIRA, 2018, p.14). Assim, Ferreira (2018, p.14) explica que,

Nesse caso, eles apontaram como o colonialismo interno era a expressão do expansionismo territorial, atingindo camponeses e indígenas, podendo mesmo alcançar a forma de subimperialismo (caso emblemático do Brasil); o militarismo se expressaria na militarização da vida política nacional, com as guerras civis de contra-insurgência e contra-revolucionárias e as ditaduras militares que tendiam a ser sua expressão; por fim, a centralização do capital se mantinha sob a forma dos grandes monopólios estatais e pela penetração do capital estrangeiro, sob a forma das multinacionais.

Dessa forma, retomamos aqui a contribuição de Marini (1978) para explicar a inserção do Estado ditatorial brasileiro no sistema mundial capitalista, bem como as transformações na estrutura de classes decorrentes. Dessa forma, o colonialismo interno no Brasil estaria associado a uma burguesia e a um Estado capazes de assumir as tarefas do desenvolvimento capitalista e expansão territorial (em associação com o capital estrangeiro) contra a sua própria população e grupos étnicos nacionais. O colonialismo interno (assim como o neocolonialismo) será uma das formas de inserção dependente no sistema mundial capitalista.

Em síntese de seu balanço das diferentes abordagens do imperialismo e do colonialismo, Ferreira (2018, p.17) vai propor um conjunto de orientações para uma revitalização da questão:

⁶⁰ Ferreira (2018, p.13-14) afirma que a teoria da dependência é um “amplo e variado campo de economia política e sociologia extraíndo consequências políticas de moderadas a radicais (ver Cardoso e Falleto, Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, André Gunder Frank). A teoria da dependência tomou como ponto de partida global as relações internacionais do pós-II Guerra mundial, dando especial importância para a condição da América Latina e o papel dos EUA. Nessa reflexão, o problema fundamental seria justamente a explicação do fenômeno do subdesenvolvimento ou “atraso” dos países periféricos. Desse modo, os diversos teóricos da dependência, na América Latina, mas também na África, reverteram as categorias de desenvolvimento/subdesenvolvimento¹⁰, de categorias estanques que indicariam as diferenças de eficiência e nível de desenvolvimento sociocultural entre países centrais e periféricos, numa relação de dominação. O subdesenvolvimento era assim um produto de complexas relações comerciais, tecnológicas, da divisão do trabalho internacional, sendo permanentemente imposta pelos países centrais aos países periféricos como forma de manter suas posições de poder e interesses geopolíticos e econômicos. O conceito de dependência foi cunhado, assim, para expressar relações de dominação que existiam entre os Estados independentes, mostrando como diversos mecanismos de dominação e desigualdade, especialmente econômica, operavam entre eles”.

Em primeiro lugar, o conceito de imperialismo, como relação simultaneamente internacional e interna de desigualdade de poder, deve ser empregado para explicitar as relações de desigualdade e as dinâmicas do sistema capitalista mundial. Porém, devemos fazer a crítica do determinismo econômico, do determinismo político e culturalista, que orientou as diferentes abordagens e que levou a uma reificação e naturalização, seja do conceito de Estado-nação, seja da missão civilizatória e emancipadora do capitalismo (manifesta especialmente nas políticas derivadas das análises acima apresentadas, de modernização capitalista, desenvolvimento nacional independente sob a forma de reformas nacionais-populares ou de revoluções democrático-nacionais). Todas as críticas do imperialismo resultaram, em maior ou menor medida, na defesa de políticas desenvolvimentistas (nas suas variantes nacionalistas e marxistas) ou em políticas de modernização (como expansão da democracia liberal e do mercado mundial), nas suas versões liberais e socialdemocratas. Tal desnaturalização não é apenas um imperativo político, ao contrário, é uma necessidade teórica para poder enquadrar o imperialismo como um fenômeno multidimensional, enraizado historicamente em tendências e condições sociais muito específicas, de que falaremos adiante. Além disso, é fundamental distinguir o imperialismo de uma de suas manifestações, o colonialismo internacional, e depurar os conceitos de colonialismo interno e neocolonialismo do seu viés homogeneizador e a-histórico.

Ferreira (2018) irá propor contribuições críticas para uma “nova teoria do imperialismo-colonialismo”, sintetizada em alguns pontos: 1º) Rompimento com os paradigmas históricos evolucionistas-desenvolvimentistas; 2º) Distinguir Imperialismo de Estatismo, de Monopolismo e de Colonialismo, assim como Colonialismo de “Colonização”⁶¹; 3º) Diferenciar o colonialismo internacional de dependência, que se apresenta sob a forma de colonialismo interno e neocolonialismo; 4º) Pensar a experiência história imperial-colonial a partir da dialética dominação-resistência, que se desdobra na dialética colonização-descolonização⁶²; 5º) O imperialismo-colonialismo não é apenas um fenômeno internacional, mas multiescalar e molecular⁶³.

O imperialismo, o colonialismo e o monopolismo estão intimamente relacionados (ainda que não se confundam) no sistema mundial capitalista. Em relação ao monopolismo, Ferreira (2018) irá afirmar que Lênin inaugurou uma ampla tradição teórica, em que o imperialismo

⁶¹ “É necessário distinguir a especificidade histórica do imperialismo produzido pelo sistema mundial capitalista, mas sem negar que os fenômenos agrupados sobre a categoria imperialismo-colonialismo têm manifestações históricas plurais e antigas, sem as quais é impossível compreender o imperialismo-colonialismo contemporâneos” (FERREIRA, 2018, p.18). Segundo Ferreira (2018, p.19), o Estatismo seria “a tendência histórica de formação, reprodução e expansão social e territorial de sociedades estatais (sociedades centralizada-hierárquicas subordinadas a um poder central). O estatismo está fundado na conquista-expansão militar, exigindo a competição entre Estados, e tal processo resulta na supremacia de alguns Estados sobre os demais”.

⁶² “O imperialismo como política e como sistema tende a gerar a colonização e a dependência, por um lado, e as resistências sociais tendem a gerar a descolonização e à independência. A descolonização, por um lado, não elimina as relações de dominação no sistema mundial, tal como a relação de dependência, por isso novas formas de dominação/resistência se desenvolvem” (FERREIRA, 2018, p.18).

⁶³ Ao explicar tal questão, Ferreira (2018, p.18), afirma que, “nenhuma descrição do imperialismo a nível internacional é suficiente para qualificar o processo de funcionamento e significação do mesmo como fenômeno sociológico, e inversamente, nenhuma análise da significação do contexto nacional/local será suficiente sem levar em consideração tal processo global”.

seria o capital monopolista. Lenin (2008), quando faz uma síntese das cinco principais características do imperialismo, aponta claramente as relações intrínsecas entre o imperialismo e o capital monopolista:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (LENIN, 2008, p.90).

Para Lênin (2008) o imperialismo é praticamente um sinônimo de capital monopolista, em uma abordagem que, segundo Ferreira (2018), será classificada como “economicista”, já que desconsidera as determinações das instituições políticas (dos Estados e do sistema interestatal, por exemplo) e socioculturais. No entanto, é a partir dessa base teórica que grande parte do debate irá avançar mundialmente no século XX e XXI, e irá desenvolver grandes contribuições para analisar a questão.

Como parte dessa tradição teórica leninista do imperialismo e do capital monopolista, Harvey (2003; 2006) e Oliveira (2016) legaram contribuições significativas sobre o tema. Oliveira (2016), em seu livro “A mundialização da agricultura brasileira”, faz uma análise detalhada sobre as novas configurações institucionais e econômicas do capital monopolista na agricultura brasileira. Oliveira (2016, p.88) distingue as mudanças no imperialismo e no capital monopolista tendo como foco as empresas multinacionais e a formação de oligopólios industrial-financeiro:

Configura-se, pois, uma nova forma de imperialismo, diferente, portanto, daquelas anteriores. Assim, o desenvolvimento do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial deve ser compreendido com processo de consolidação dos oligopólios mundiais que se originaram das empresas multinacionais, fossem elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. As empresas mundiais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as contradições da disputa de mercados e do controle de fontes de matérias-primas entre as empresas "nacionais". O domínio e expansão das empresas mundiais, dessa forma, apresentaram simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos mundiais de capitais; a produção capitalista mundial e existência de ações de governo em nível mundial.

Para Oliveira (2016), esses novos grupos econômicos (que chama de grupos econômicos mundiais, e que estamos chamando aqui de empresas monopolistas internacionais) estão na base do processo de transformação do capitalismo monopolista e do imperialismo. A sua formação se faz em um novo “momento histórico”, ou poderíamos dizer um novo regime de

acumulação, do sistema mundial capitalista, marcado pelo “crescimento do poder econômico e financeiro das burguesias nacionais dos países emergentes, que com uma mão no capital e outra nos Estados Nacionais, tornaram-se parte fundamental do centro do capital e das finanças mundiais” (OLIVEIRA, 2016, p.47). Essa aliança de classes constituinte do atual período do monopolismo mundial, no caso do Brasil, contará também com a participação de uma fração do proletariado brasileiro, que constitui o capital social das novas empresas monopolistas juntamente com as frações da burguesia nacional, internacionais e do Estado⁶⁴ (OLIVEIRA, 2016).

Ferreira (2018, p.20) também irá ressaltar que “as corporações monopolistas assumem um papel central na organização social” do imperialismo capitalista. Relaciona, no entanto, a partir de sua crítica ao economicismo marxista, a importância e interrelação de duas tendências: o estatismo-imperialismo, seria “a tendência do Estado se expandir e conquistar pela guerra” (FERREIRA, 2018, p.19). O monopolismo, seria inerente ao processo de acumulação de capital e controle dos fatores de produção e circulação (trabalho, recursos territoriais, mercados, rotas, etc.). Estas se aproximam muito com as contribuições de Havey (2006) comentadas anteriormente sobre o processo geográfico de acumulação capitalista. Para Ferreira (2018, p.20), “a concorrência internacional pelo controle dos fatores de produção leva aos monopólios dos mesmos”.

Traçando um paralelo entre as tendências monopolistas de centralização econômica de outros tipos de economia com o capitalismo, Ferreira (2018, p.19) reflete que,

O monopolismo é um fenômeno econômico, que perpassou diferentes tipos de economia (escravista, tributária, feudal, mercantilista), e a contradição dialética do capitalismo é que apesar do mesmo professar a concorrência e a liberdade (comercial em particular, econômica em geral) como princípio, a tendência monopolista é preservada na relação social básica, a propriedade privada capitalista. Desse modo, o imperialismo no sistema mundial capitalista foi a síntese contraditória das tendências inerentes do estatismo-imperialismo, reforçadas e relativamente subordinadas pela tendência monopolista própria da economia-mundo capitalista. Logo, uma das inovações históricas do capitalismo está no fato de que o monopolismo integrou as economias e sociedades, não apenas pelo comércio e pelo sistema tributário, mas também promoveu uma integração das estruturas produtivas sob o domínio do capital

⁶⁴ “Por certo, o capitalismo monopolista mundializado cindiu, fraturou de forma definitiva a classe do proletariado brasileiro. Essa é uma parte dessa nova lógica da luta de classe mundial. Reitero outra vez, uma fração da classe do proletariado aliada à burguesia mundializada, compondo o capital social das novas empresas mundiais” (OLIVEIRA, 2016, p.47-48). Segundo Oliveira (2016) essa fração do proletariado se constitui principalmente de trabalhadores industriais e de empresas estatais, tal como a Caixa de Previdência de Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS). Assim, Oliveira (2016, p.360) destaca que, esses “fundos de pensões dos empregados das estatais têm se tornado proprietários de parte das ações de muitas empresas no Brasil, revelando sua dimensão capitalista”.

monopolista. Ao mesmo tempo, essa estrutura se alimentou e reforçou as tendências inerentes do estatismo-imperialismo, típicas das sociedades estatais.

É importante pontuar, dentro desse debate teórico mais geral do colonialismo, imperialismo e monopolismo, a validade e o lugar do conceito de colonialismo na apropriação de terras e recursos territoriais. De acordo com Ferreira (2018, p.31), o principal componente do colonialismo seria o controle das terras e os processos de territorialização associados às redes globais de acumulação capitalista e relações de poder, que gerariam “mudanças associadas nas governamentalidades, institucionalidades econômicas, discursividades e no papel das coletividades” (FERREIRA, 2018, p.31). Uma outra contribuição, de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), é que o colonialismo moderno, ainda existente sob variadas formas no atual sistema-mundo, implica a mercantilização da natureza como meio de apropriação desta pelo Estado e pelo Capital, já que “a natureza, tornada propriedade privada, será objeto de compra e venda e, assim, por todo lado, temos mercantilização” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.289).

Essas reflexões teóricas de Harvey (2003; 2006), Levien (2014), Oliveira (2016) e Ferreira (2018) são fundamentais para (re) pensar o imperialismo, o colonialismo e o monopolismo na atualidade. Seus pressupostos e aportes conceituais são válidos para analisar a apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista no sul de Goiás. Debateremos agora alguns aspectos mais propriamente relacionados à experiência história do sistema mundial capitalista a partir dos anos 1970/1980 e também a realidade do Brasil e América Latina a partir dos anos 2000, à luz das contribuições sobre o novo imperialismo (HARVEY, 2003) e neoimperialismo (FERREIRA, 2018), bem como de outros pesquisadores do neoextrativismo e do fenômeno de *land grabbing*.

2.2 NEOEXTRATIVISMO E *LAND GRABBING*: AS DETERMINAÇÕES MULTIESCALARES DAS APROPRIAÇÕES DE TERRAS

O sistema capitalista passou por uma reestruturação produtiva em escala mundial a partir dos anos 1970/1980. Essa crise no regime de acumulação não pode ser reduzida apenas a aspectos econômicos “produtivos”, sendo que ela gera uma transformação global nas relações de poder e nos mecanismos de exploração, expropriação e dominação. Surgem novas reflexões sobre o imperialismo que serão fundamentais para analisar a questão agrária e ambiental brasileira e em Goiás nessas primeiras duas décadas do século XXI. Gonçalves (2016, p.377) afirmar que “O conflito, condição dialética na apropriação dos territórios, permeia todo esse

processo, desde os anos 1970 ao espaço e tempo atual [...], acoplado numa nova fase de acumulação capitalista dependente dos minérios, o neoextrativismo”.

De acordo com Harvey (2003), o novo imperialismo, que emerge na década de 1970, seria caracterizado, dentre outras coisas, por uma nova onda de expropriação/privatização em nível mundial de terras, territórios e recursos territoriais e públicos. Fazendo então uma correlação entre as formas de acumulação de capital encontradas pela burguesia imperialista, em fins do século XIX, e a burguesia norte-americana pós-década de 1970, Harvey (2003, p.148) afirma, em sua obra “O novo imperialismo”, que:

Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, ‘o pecado original do simples roubo’, que possibilitara a acumulação original do capital, ‘tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente’. Se assim for, o ‘novo imperialismo’ mostra não passar da reavistação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distantes.

Sendo assim, o que seria esse “novo” imperialismo? A partir de um estudo da obra de Harvey, Leite (2014, p.516) faz a seguinte caracterização:

[...] a crise da década de 1970 bloqueou, ou impediu, o processo de reprodução ampliada do capital. O capital se encontrou diante de um dilema, no qual a solução foi utilizar-se da acumulação por espoliação – sua mais importante contribuição –, que, para Harvey (2003), é o outro nome dado à acumulação primitiva praticada em termos contemporâneos. Então, este tipo de acumulação estimula uma série de mudanças na forma do estado, que passa a ser neoliberal. Para manter o processo de acumulação capitalista, o Estado promove práticas de imperialismo que alimentam a acumulação por espoliação.

Voltando então à análise da crise na manutenção do processo geral de acumulação, Harvey (2003, p.77-78) afirma que, para o capital evitar a sua desvalorização, “é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital”, sendo que nas atuais condições a “expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção”, em projetos de longa duração. Volta-se então à questão básica da acumulação que consiste na expansão geográfica das relações capitalistas de produção (exportação de capitais dos centros para periferias), bem como temporalmente, “através de investimentos em projetos em que o capital fique fixado por longo tempo, como, por exemplo, investimentos em educação, cujo retorno ao capital é de longo prazo” (LEITE, 2014, p.517).

Um conceito central em Harvey (2003), para explicar esses processos de expansão capitalista, é a acumulação por espoliação⁶⁵. Esse conceito permite estabelecer uma relação entre a acumulação de capital e a apropriação de terras e recursos territoriais e coletivos. Como vimos anteriormente na relação entre o imperialismo clássico e o atual, a acumulação por espoliação seria uma forma do capitalismo contemporâneo em reinventar, em outra realidade espaço-temporal, a violência e o roubo clássico chamado por Marx de “acumulação primitiva”. Mas como seria então essa nova forma? Um elemento central é o papel do capital financeiro e agências multilaterais:

A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo [...]. Mas temos que examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes (HARVEY, 2003, p.122-123).

Ou seja, a acumulação por espoliação, segundo Harvey (2003), não é apenas um aproveitamento da desvalorização de capital através das crises, mas fundamentalmente a fabricação e gerenciamento das crises e desvalorização de capitais. Cria-se assim os meios de sua constante reprodução, e sua expansão geográfica não apenas para o exterior não-capitalista (dialogando assim com a proposição de Rosa Luxemburgo⁶⁶) mas através da destruição-criação interna às próprias formas de produção capitalistas. Ou seja, “alimentando-se de si mesmo” e levando a uma cada vez maior centralização de capitais:

Trata-se da “desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes” (Harvey, 2003). Quando isto ocorre, através de uma crise, “esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado” (Harvey, 2003). O capital, até então sobreacumulado, compra os ativos a preço de banana e o revende a um preço superior algum tempo depois, realizando um lucro nesse processo (LEITE, 2014, p.519).

Segundo David Harvey (2003), e relacionando a atuação conjunta do capital e o Estado na acumulação por espoliação, as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas

⁶⁵ Tal conceito proposto por Harvey teve outras traduções, tal como “acumulação por desapropriação” em Levien (2014) ou “acumulação por despossessão” em Gudynas (2015).

⁶⁶ “O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo” (LUXEMBURGO, 1985 p. 250).

para ampliar a acumulação e territorialização no interior do sistema capitalista. “A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito” (HARVEY, 2003, p. 125).

Com base em uma análise teórica e histórica sobre o imperialismo e o colonialismo, Ferreira (2018) apresenta uma proposição de que estamos desde os anos 1980 vivendo as características do “neoimperialismo”. A partir desse conceito traz uma série de reflexões importantes para analisar o sistema mundial capitalista e a apropriação de terras e recursos territoriais. De acordo com Ferreira (2018), o neoimperialismo irá operar mudanças nas relações globais de poder, apresentando novos aspectos relacionados às instituições econômicas, políticas e às discursividades e ideologias legitimadoras.

Essa nova situação é fruto, de acordo com Ferreira (2018), de um processo de descentralização e desconcentração (relativos) do poder nos anos 1980. Na América Latina esse processo seria vivido com a onda de “redemocratização”, e na África e Ásia com os processos de descolonização. Isso conforma as bases para as novas discursividades e estratégias de poder e acumulação no interior do neoimperialismo. A “democracia” como ideologia legitimadora aparece vinculada a discursos liberais, tanto em âmbito social e político, através de referendos e constituintes, quanto econômicos, com as tecnologias de co-gestão e empreendedorismo, e em termos culturais, o multiculturalismo.

Isso se reflete em uma reorganização das organizações internacionais, empresas e dos Estados nacionais. Em relação às instituições econômicas, no interior das relações de poder e discursividades do neoimperialismo as “corporações irão adotar múltiplas estratégias, mas todas irão buscar se adequar ao novo regime discurso multicultural-ambiental-participacionista” (FERREIRA, 2018, p. 31). Isso levou, a partir dos anos 1980, a novos modos de regulação das relações de produção e a um quadro de empoderamento (relativo) de coletividades e da natureza antes passíveis de “exploração livre”.

Um dos aspectos importantes que emergem desse processo mundial a partir dos anos 1980 é a reterritorialização expressiva de determinadas coletividades ou mesmo a retomada do controle estatal e “nacional” de terras e territórios. Isso pode ser visto de forma mais clara com os processos de descolonização, onde a inserção e dominação do capital monopolista deve assumir novas roupagens, mas também através das lutas pela demarcação de reservas ambientais, áreas indígenas e reforma agrária (FERREIRA, 2018).

Mas a principal característica dessa situação histórica é que os processos descolonização e resistência-insurgência implicaram um movimento global de territorialização, ou seja, eles indicavam um movimento de apropriação de terras e recursos pelas coletividades que haviam sido expropriadas-marginalizadas do acesso e controle dos mesmos durante todo o imperialismo clássico. Mas tal processo de territorialização será oriundo de duas tendências e assumirá duas formas, que apesar de as vezes se sobreporem, são substancialmente diferentes: os movimentos de estatização dos territórios por meio de uma política internacional de áreas protegidas; movimentos de comunalização/coletivização dos territórios, resultantes dos movimentos de resistência e lutas por terra e reforma agrária. Tais movimentos assumiram forma de reivindicações distributivas das terras concentradas pelo colonialismo internacional, interno e desenvolvimento dependente (FERREIRA, 2018, p.31).

Essa nova estruturação do sistema mundial capitalista sob o neoimperialismo, portanto, não fez desaparecer as relações de dominação, mas as transformou significativamente. As insurgências e resistências anticoloniais, antiditatoriais e sindicais em escala global criaram um novo balanceamento de forças e de poder. Inserido no sistema mundial capitalista, esse processo é conflituoso e contraditório, e diante disso, surge como agenda imediata para o capital monopolista a necessidade e possibilidade de expandir e retomar os territórios, se apropriando de terras e recursos territoriais na periferia global. Dessa tensão emerge a necessidade e a possibilidade de uma nova onda colonialista global.

A partir do século XXI, e mais especificamente desde a crise de 2008, surgem uma série de estudos sobre a chamada “corrida por terras” ou *land grabbing* (FREDERICO e GRAS, 2017; SAUER e BORRAS Jr., 2016), que poderíamos definir como o controle monopolista da terra e recursos territoriais (hídricos, minerais e florestais), em escala mundial, de forma cada vez mais financeirizada. A atual crise do capital é multifacetada: financeira, alimentar, energética e ambiental. Nas palavras de Frederico e Gras (2017, p.12-13) a noção de *land grabbing* está associada:

A crescente apropriação mundial de terras pelos capitais financeiros – ansiosos pela alta rentabilidade propiciada pelos ativos agropecuários – e por Estados do Leste Asiático (Japão, China, Coreia do Sul) e Oriente Médio (Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes) – interessados em assegurar abastecimento interno de alimentos a partir do controle de terras em outros países – levou a popularização da noção de *land grabbing*. A expressão refere-se basicamente ao controle em larga escala de terras e recursos (hídricos, minerais, florestais) decorrente da atual crise financeira, energética e alimentar mundial (McMichael, 2015; Borras Jr., Fig e Monsalve, 2012) (*grifo nosso*)

Ou, no importante artigo de Sauer e Borras Jr. (2016, p.9) o processo de *land grabbing* atenderia a

[...] crescente demanda pelos chamados ‘4Fs’: food (alimentos), fiber (fibras/ração), forest (floresta) e fuel (combustível ou energia). Nos termos de Sassen (2012, p. 27), a ‘[...] terra, entendida em sentido amplo, se tornou uma das maiores necessidades do

capitalismo avançado – para alimentos e cultivos industriais, lençóis subterrâneos de água, para formas tradicionais e novas de mineração’. Essa necessidade vem gerando um fenômeno denominado land grabbing (apropriação de terras, GRAIN, 2008; BORRAS e FRANCO, 2010), green grabbing (apropriação verde, FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012) e water grabbing (apropriação da água, MEHTA, VELDWISH e FRANCO, 2012), envolvendo também a apropriação de outros recursos naturais e a criação de serviços ambientais.

Segundo dados da Grain, uma ONG especializada no monitoramento de casos de land grabbing, entre 2006 e 2016, ou seja, no transcurso de uma década, mais de 491 casos de apropriação internacional de terras foram mapeados, dos quais pelo menos 30 milhões de hectares em 78 países foram arrematados (GRAIN, 2016).

Gonçalves (2016) ressalta o papel da China, mais especificamente da revolução industrial e tecnológica chinesa⁶⁷, como fator importante para o chamado “boom das commodities” agrominerais e energéticas no mercado mundial⁶⁸. O *boom das commodities* foi ocasionado por uma elevação global dos preços de diferentes commodities agrominerais no mercado global no início do século XXI, estimulando uma série de investimentos públicos e privados nesses setores econômicos. Ocasionalmente, dentre outros fatores, ao acirramento da disputa internacional pela apropriação em larga escala de terras e recursos territoriais.

Analisando os efeitos no setor mineral do *boom das commodities* em escala mundial, e também os efeitos do mesmo para a economia brasileira, Milanez (2015, p.15) destaca que,

Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um “orgulhoso” segundo lugar, e respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo (ITC, 2015). Ao longo desses anos, aprofundou-se a dependência econômica do Brasil com relação ao setor minero-exportador. No mesmo período, a participação dos minérios na exportação do país passou de 5,0% para 14,5%, tendo o minério de ferro correspondido a 92,6% desse total (ITC, 2015). [...] Entretanto, o mercado de minério em geral, e do minério de ferro em particular, é caracterizado por um caráter cíclico.

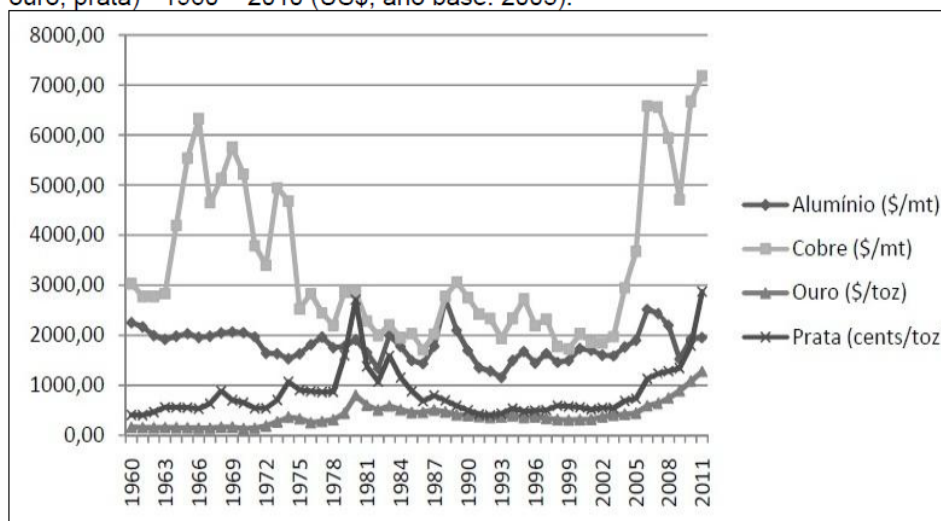
⁶⁷ Sobre a relação entre a expansão territorial da mineração e a revolução tecnológica global, Gonçalves (2016, p.170), afirma que “a expansão crescente da exploração e exploração mineral no Brasil e América Latina também nos anos 2000 possuem elos estreitos com as novas demandas por minérios resultantes das revoluções tecnológicas em curso nas últimas décadas, como a informática, a microeletrônica, a química fina e os novos materiais”.

⁶⁸ Considerando o papel da China e de outros países asiáticos na demanda por commodities agrominerais e energéticas, Acquatella et.al (2013, p. 11) considera que “El ciclo de auge actual en el precio internacional de los metales, el crudo y otros bienes primarios está determinado, entre otros factores, por el sostenido incremento en la demanda global de estos bienes a raíz del acelerado crecimiento económico registrado en los países asiáticos durante la última década. En particular la demanda global se ha visto incrementada por el extraordinario crecimiento económico de China desde los 1990s, y reforzada a partir del 2000 por los procesos de crecimiento de India y otras economías emergentes. La demanda de metales como hierro, cobre e aluminio, entre otros minerales de exportación, está asociada al crecimiento de los sectores de construcción, infraestructura y manufactura (ej. Acero, conductores eléctricos, metales industriales etc.)”.

Saindo de um patamar de US\$ 32 (jan./2003), o preço do minério de ferro chegou ao um pico de US\$ 196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$ 53 (out./2015) (World Bank, 2015).

O gráfico 1 apresenta os dados sobre os preços dos principais minérios no mercado internacional desde os anos 1960 até o ano de 2011. Mostra o aumento significativo dos preços entre 2002 e 2011, revelando o boom das commodities

Gráfico 1 - Evolução do Preço Real de Minerais Selecionados (alumínio, cobre, ouro, prata) - 1960 – 2010 (US\$, ano base: 2005).



Fonte: Santos (2013, p. 76).

O *boom das commodities* não tem efeitos apenas no Brasil, mas em grande parte da América Latina, levando a pressões expropriatórias de territórios distribuídos em diferentes países, para atividades capitalistas relacionadas especialmente ao capital agroindustrial, minerador e energético, que se tornam estratégicos para o novo regime de acumulação e apropriação de terras. O Oriente boliviano, o Chaco paraguaio e argentino, a Patagônia argentina, os Cerrados brasileiros, a grande savana venezuelana e toda a Bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), todos esses territórios que já estão em grande medida ocupados por coletividades indígenas e camponesas se tornam alvos estratégicos da sanha expansionista do capital monopolista internacional (GONÇALVES, 2016). Cabe ressaltar também a pressão expropriatória que agora vive os territórios indígenas no sul do México pelos projetos de modernização capitalista levados a cabo pelo governo socialdemocrata de López Obrador (MORENA), que já tem levado a conflitos e mortes e pode significar um desastre sociopolítico de grande proporções⁶⁹.

⁶⁹ Tal projeto de modernização capitalista levado a cabo pelo governo de López Obrador foi denunciada em diversos comunicados do EZNL (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e também por uma carta de

De acordo com Gonçalves (2016), esse processo também será impulsionado pelo mercado emergente indiano, asiático (Coreia do Sul e Japão, por exemplo) e dos “países ricos do norte industrializado” (GONÇALVES, 2016, p.157), exigindo essas commodities para além dos limites de seus territórios nacionais. Esse “boom das commodities”, a partir dos anos 2000, é, dessa forma, um dos grandes impulsionadores da corrida global por terras, água, minérios e energia. Esse processo possui desdobramentos diretos nas relações comerciais do Brasil com a China, considerando o aumento das exportações de bens primários para o país asiático, que passaram de 19,5% em 1990 para 77,5% em 2008, em contrapartida, as exportações dos bens intensivos em tecnologias decresceram de 80,5% em 1990 para 22,5% em 2008. (GONÇALVES, 2016). Coelho (2015) apresenta o aprofundamento das relações comerciais da Vale S.A. com a China como um caso exemplar desse “boom das commodities”:

Entre 1998 e 2002, as exportações da Vale para a China cresceram a uma taxa anual de 33,3%, e a Vale passou a representar, no fim do período, 16% das importações chinesas. Já entre 2002 e 2006, a Vale se inseriu de maneira decisiva no mercado chinês, com as exportações aumentando de 17,5 milhões de toneladas métricas para 77,9 milhões, fazendo da Vale a maior fornecedora de minério de ferro para a China. A China foi o principal driver da demanda global por minerais e metais em 2013, representando 64,3% da demanda global transoceânica por minério de ferro, 50% da demanda global por níquel e 43% da demanda global por cobre. A China também correspondeu a 40,5% da receita operacional líquida da Vale. (COELHO, 2015, p. 43).

Esse caso exemplar da Vale expressa um processo mais geral de aprofundamento da internacionalização da burguesia brasileira, não apenas das trocas desiguais no mercado mundial, mas da exportação de capitais para outros países. No Brasil, os grandes empreendimentos capitalistas a partir do século XXI, que levaram a expropriação significativa de camponeses e povos indígenas, estiveram sustentados pelo Estado brasileiro através de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e bancos públicos como o

solidariedade internacional, datada de janeiro de 2019, assinada por centenas de intelectuais, dentre eles Immanuel Wallerstein, Pablo Casanova, Raúl Zibechi, Michael Löwy, David Graeber, Arturo Escobar, Carlos W. Porto Gonçalves, Saturnino Borrás Jr., Boaventura de Sousa Santos. Em um trecho a carta de solidariedade denuncia que, “[...] expresamos nuestra preocupación por la situación que enfrentan las comunidades zapatistas y los pueblos indígenas de México, al ser atacados sus territorios y comunidades por proyectos mineros, turísticos, agro-industriales, de infraestructura, etc., tal como lo ha denunciado el Congreso Nacional Indígena (CNI) y el Concejo Indígena de Gobierno (CIG). En este momento, nos preocupa especialmente los grandes proyectos impulsados por el nuevo gobierno mexicano, como el Corredor Transistmico, el millón de hectáreas de árboles comerciales y el llamado “Tren Maya”, recientemente denunciado como una humillación y una provocación por el subcomandante Moisés, vocero del EZLN, ya que afecta gravemente los territorios de los pueblos mayas que habitan en el sureste mexicano”. (Fonte: <http://tlaxcala-int.org/article.asp?reference=25121>, acessado em 25/07/2019).

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CASTRO, 2016; GONÇALVES, 2016; MILANEZ e SANTOS, 2013)⁷⁰.

A partir dessa aliança entre Estado e capital (que não se deu apenas de maneira formal e legal, mas seguiu o *modus operandi* histórico do Estado capitalista com beneficiamentos ilegais e corrupção entre agentes estatais e capitalistas), “esses empreendimentos presenciaram rápidos crescimentos quanto aos investimentos e passaram a serem considerados como pilares fundamentais do modelo neodesenvolvimentista” (GONÇALVES, 2016, p.182).

Milanez e Santos (2013) afirmam que essa aliança Estado-Capital vem se dando, principalmente, através de instrumentos estatais de financiamento e de construção de infraestrutura. Esse aporte estatal tem como objetivo claro a internacionalização e territorialização de algumas empresas nacionais (por exemplo JBS, Vale, Odebrecht), garantindo à burguesia monopolista brasileira a sua participação ativa no período de expansão neoextrativista e expropriatória:

No caso do suporte financeiro [...], no caso brasileiro, esse papel vem sendo desempenhado especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que têm aportado grande quantidade de recursos a um grupo seletivo de empresas atuantes nos setores intensivos em bens naturais. [...]. A ideia do Estado como responsável pelo fornecimento de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas não é uma novidade na região. Em grande parte, o modelo de substituição de importações já propunha essa estratégia. [...] No contexto latino-americano, tem grande importância a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); [...]. No caso específico do Brasil podem ser implicadas as obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (MILANEZ E SANTOS, 2013, p. 127-128).

Além disso, Milanez e Santos (2013) demonstram que, no período entre 2002 e 2012, a participação dos setores de óleo e gás, mineração e energia saltou de 54% para 75% da carteira da BNDES Participações S.A (BNDESPar). Se ainda forem incluídos os setores de papel e celulose e alimentos (particularmente proteína animal), a concentração sobe para 89%. Ou seja,

⁷⁰ Milanez e Santos (2013, p. 127-128) afirmam que o apoio à internacionalização de algumas empresas nacionais (por exemplo JBS-Friboi e Vale S.A) se deram por dois instrumentos principais, o suporte financeiro e a construção de infraestrutura. “No caso do suporte financeiro [...], no caso brasileiro, esse papel vem sendo desempenhado especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que têm aportado grande quantidade de recursos a um grupo seletivo de empresas atuantes nos setores intensivos em bens naturais. [...]. A ideia do Estado como responsável pelo fornecimento de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas não é uma novidade na região. Em grande parte, o modelo de substituição de importações já propunha essa estratégia. [...] No contexto latino-americano, tem grande importância a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); [...]. No caso específico do Brasil podem ser implicadas as obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”.

os setores econômicos vinculados ao capital neoextrativista estiveram como centrais para os financiamentos do banco estatal.

Como assinala Gonçalves (2016), a mineração também vem desempenhando um papel importante no direcionamento dos investimentos do Estado em infraestrutura e logística (rodovias, minerodutos, ferrovias, portos). A construção e ampliação dessas redes técnicas para atender aos interesses do capital monopolista internacional geram impactos territoriais e conflitos socioambientais, gerando um processo contínuo de renovação da “a materialidade dos territórios para atender a necessidade de escoamento dos minérios extraídos” (GONÇALVES, 2016, p.185).⁷¹

Há, assim, uma profunda ressignificação desses territórios e da geopolítica de apropriação de terras e recursos territoriais na América Latina, que é sistematizado por Porto-Gonçalves (2002, p.53)

Todavia, essas áreas, hoje, vêm se tornando estratégicas do ponto de vista hegemônico por meio da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia porque são áreas (1) com grande diversidade biológica, água, energia (carvão, petróleo, gás e lítio); (2) ricas em minerais (cobre, bauxita, ferro, manganês e toda a tabela periódica da química) ou (3) são áreas extensas com relevo plano e grande disponibilidade de insolação, é dizer, áreas tropicais.

Porém, assim como vimos anteriormente no debate sobre acumulação primitiva e desapropriação de terras, Frederico e Gras (2017) ponderam que a apropriação de terras em larga escala não é uma novidade no capitalismo mas que, por outro lado, a atual corrida global por terras possui suas particularidades. Sauer e Borrás Jr. (2016), concordando com isso, afirmam que existem ciclos de acumulação em que a apropriação capitalista da terra se intensifica. Mais do que uma “novidade” histórica, seria um fenômeno cíclico (diretamente relacionado às crises múltiplas do capital):

No entanto, como destacam Edelman e León (2013, p. 1697), a “[...] apropriação de terras tende a ocorrer em ciclos, ou em ondas, dependendo da dinâmica regional e global históricas específicas de acumulação de capital”, sendo que “a extensão da aquisição de terras por governos e empresas estrangeiras e investidores nos últimos anos no Sul Global marca uma nova fase” (SASSEN, 2013, p. 29) (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.14-15).

⁷¹ Sobre os impactos em comunidades pela construção de ferrovias a serviço de grandes projetos capitalistas, pesquisar: www.justicanostrilhos.org

O papel do capital financeiro, as estratégias de atuação das grandes empresas⁷², bem como a função dos recursos naturais e energéticos, se alteraram significativamente, não apenas quantitativa mas qualitativamente. Em termos gerais, existem três elementos constitutivos da atual mundialização financeira que impactam diretamente o processo de *land grabbing*:

Como ressalta Chesnais (2005), baseado em Bourguinat (1992), a mundialização financeira deriva da articulação de três elementos constitutivos impostos aos principais mercados internacionais: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação das operações antes restritas aos bancos (FREDERICO e GRAS, 2017, p.14, *grifo nosso*).

A financeirização, como parte da reestruturação do sistema mundial capitalista, levou para a exploração agropecuária e dos recursos territoriais uma série de atores financeiros que antes não tinham qualquer relação com tais atividades. Passaram a atuar “por trás” das empresas, tais como: fundos de pensão, fundos soberanos, empresas de *private equity*, fundações universitárias, instituições bancárias, seguradoras e grandes corporações. Segundo Frederico e Gras (2017, p.12), esses grandes grupos financeiros “foram atraídos pela tendência de forte apreciação desses ativos na década de 2000, decorrente da elevação dos preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional”.⁷³

O processo de *land grabbing* não é uniforme. Assim como o desenvolvimento do capital no espaço, é desigual e combinado. Representa uma nova forma de acumulação baseada na apropriação de terras e recursos territoriais altamente financeirizada. Porém, os seus agentes, os interesses envolvidos, os impactos gerados, as articulações com o capital financeiro e com as cadeias de valor mudam de um local para o outro, envolvendo diferentes estratégias de atuação territorial das empresas.

As empresas atuam (principalmente) na captura da renda da terra através da valorização de seus ativos no mercado, de outro lado algumas empresas através da apropriação da terra atuam (principalmente) na exploração direta de recursos territoriais, produção de alimentos ou energia em larga escala. Frederico e Gras (2017) define dois atores principais no processo de

⁷² Frederico e Gras (2017) definem as seguintes características comuns sobre as estratégias de atuação das chamadas megaempresas: “[...] controle de grandes escalas produtivas, com gestão de riscos através de diversificação de culturas e localização; inovação tecnológica constante; profissionalização administrativa e uma expansão inicial pautada na intensa terceirização das atividades produtivas e na criação constante de novos instrumentos de financiamento” (FREDERICO e GRAS, 2017, p.30).

⁷³ Em seu artigo, Frederico e Gras (2017) fazem uma importante e vasta descrição dos grandes grupos financeiros e suas formas de atuação; além disso também propõe uma classificação com o propósito didático-analítico desses grupos em General Partners (GP) e Limited Partners (LP); bem como uma apresenta a emergência dos chamados ativos “alternativos”.

land grabbing: aqueles que se apropriam da terra para arrendar para terceiros, e aqueles que se apropriam da terra para produzir.

Em termos ainda mais gerais, Frederico (2017) define duas agendas globais paralelas em termos da recente corrida pela apropriação de terras em larga escala, mesmo que em alguns casos acabassem por coincidir:

De um lado, países que, pela falta de recursos suficientes em seus próprios territórios, buscam terras para produzir off-shore, com o intuito de garantir sua segurança alimentar, como China, Coreia do Sul, Japão, Índia, Arábia Saudita e Qatar. Por outro lado, especuladores financeiros, sobretudo fundos de pensão, para os quais a produção de alimentos e agrocombustíveis e a especulação fundiária, articuladas, se constituem, respectivamente, como novas fontes de lucro e renda numa perspectiva de médio e longo prazo (FREDERICO e GRAS, 2017, p.16).

Sauer e Borras Jr. (2016) também possuem uma importante contribuição nas pesquisas sobre o que chamam de “fenômeno de *land grabbing*”. Sauer e Borras Jr. (2016) fazem um amplo apanhado do debate teórico e político envolvendo a corrida global por terras. Identificam que, mais ou menos sobre o mesmo fenômeno, existem uma série de conceituações (contraditórias ou não), inclusive divergências relativas às traduções de conceitos. O processo de *land grabbing* já foi traduzido como estrangeirização, internacionalização, apropriação, etc. No entanto, apesar de existir uma dificuldade de termos para caracterizar o fenômeno, o desentendimento não pode ser reduzido a problemas de tradução, mas também uma questão de concepções teórico-conceituais distintas. Existe, portanto, uma disputa conceitual e ideológica.

A própria noção de *land grabbing* está em disputa, sendo que alguns autores afirmam que este não existe, ou melhor, não é um fenômeno novo (OLIVEIRA, 2010, p. 28) ou não se refere à terra em si, mas a um controle sobre a cadeia de valor (AMANOR 2012) ou sobre relações de trabalho no campo (LI, 2011), portanto, não muito diferentes da lógica capitalista pregressa (SAUER e BORRAS Jr., 2016).

Sauer e Borras Jr. (2016) afirmam que a primeira problemática se encontra na identificação do *land grabbing* com a definição de “estrangeirização de terras”. Não apenas por uma questão de erro de tradução, mas também de explicação do processo, já que este não pode ser reduzido à apropriação ou compra de terras por estrangeiros, numa simplificação da relação estrangeiro-nacional. Sendo assim, apesar do *land grabbing* conter uma parcela significativa de “investimentos estrangeiros” (se olhados do ponto de vista interno), por outro lado, não pode ser resumido a estes.⁷⁴

⁷⁴ Observando o caso brasileiro, acrescentando as reflexões sobre o colonialismo interno (CASANOVA, 2007; FERREIRA, 2018) e subimperialismo (MARINI, 1978), a burguesia monopolista brasileira participa diretamente

Alguns estudos avançaram e apresentam uma definição mais ampla, em que o processo é explicado para além da questão da “estrangeirização”, abarcando não apenas a apropriação de terras agrícolas, mas também de outros recursos naturais e propriedades comuns (SAUER e BORRAS Jr., 2016).⁷⁵ Uma certa confusão ainda estaria inconclusa pela falta da tradução e explicação teórica do termo “*grabbing*”. Nesse sentido, Sauer e Borrás Jr. apresentam a definição de White *et al* (2012),

[...] a expressão ‘grabbing’ designa tipos específicos na dinâmica de propriedade, “ou seja, a expropriação de terra, da água, de florestas e de outros recursos de propriedade comum; a sua concentração, privatização e transação (como propriedade ou aluguel) corporativas; e, por sua vez, a transformação de regimes laborais agrários” (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.12).

Portanto, após debater as problemáticas envolvendo as diferentes traduções e definições do processo de *land grabbing*, Sauer e Borrás Jr. (2016) chegam a formulação de que o conceito de “apropriação de terras” seria mais adequada. Tal como Levien (2014), que fundamenta sua teoria dos “regimes de desapropriação” com base nas contribuições de Harvey, Sauer e Borrás (2016, p.14) afirmam que a apropriação de terras “no escopo de teorias marxistas críticas, é tributária (...) da noção de ‘acumulação por espoliação’ de Harvey (2003)”.⁷⁶ A pertinência do termo “apropriação” em relação aos demais se daria porque:

Em primeiro lugar, apropriação descreve o fenômeno porque “[...] implica na transferência de propriedade, de direitos de uso e do controle” sobre terras que “eram propriedades pública ou privada” (FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012, p. 238). A transferência pode se dar via diferentes tipos de transações – legais, ilegais ou mesmo não legítimas –, o que não necessariamente implica em compra, pois há muitos casos de leasing ou arrendamentos, mas sim no controle sobre terras e sobre recursos. [...] Segundo, conceitualmente, apropriação está diretamente relacionada a processos interrelacionados e interdependentes de acumulação e expropriação (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.13).

Nesse sentido, compreender as diferentes estratégias de apropriação é muito importante. De acordo com a definição de “acaparamiento de tierras” da Via Campesina (2016), as formas de apropriação e controle de terras são variáveis (através da propriedade, mas também do

do processo de apropriação de terras internamente, em escala nacional, mas também em países latinoamericanos e africanos.

⁷⁵ “De acordo com Borrás e Franco (2012, p. 34), “[...] land grab se tornou uma expressão ‘genérica’ para se referir à explosão recente de transações comerciais (trans)nacionais de terras, principalmente girando em torno da produção e exportação de alimentos, ração animal, biocombustíveis, madeira e minérios” (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.12).

⁷⁶ “Na trilha de Rosa Luxemburgo, Harvey (2003) elabora essa noção, destacando processos não-capitalistas de acumulação, como processos contemporâneos (e não confinados no passado pré-capitalista) de expropriação e ‘acumulação primitiva’. Segundo ele, diante da estagnação da demanda efetiva – devido à sobreacumulação e não ao subconsumo, como pensava Luxemburgo –, é possível manter níveis de acumulação mesmo “[...] se o custo dos insumos (terra, recursos naturais, insumos intermediários, força de trabalho) declinar de forma significativa’ (HARVEY, 2003, p. 139)” (SAUER e BORRAS Jr., 2016, p.14).

arrendamento, parcerias, concessões governamentais), assim como as dimensões, agentes expropriadores (estatais, privados, nacionais, estrangeiros), também podem se dar através de formas legais ou ilegais, bem como para diferentes usos (especulativos, agrícolas, controle de recursos, etc.)⁷⁷.

Em nossa abordagem, portanto, a compreensão da onda mundial de expropriação do campesinato torna (relativamente) irrelevante o debate sobre a legalidade ou não das ações expropriatórias, já que as estratégias do Estado e do Capital envolvem uma gama de ações combinadas e articuladas, legais e ilegais, violentas, conciliatórias, compensatórias, dentre outras. Em grande parte dos casos analisados por nós, as ações compensatórias e indenizações pagas pela terra e pelas benfeitorias aos camponeses não são suficientes para que se restabeleçam, nas mesmas condições, em outro lugar, reproduzindo a sua existência camponesa⁷⁸. A sua desterritorialização é um fato existencial, que envolve o desenraizamento de sua comunidade e de sua relação ecológica com a terra e com a natureza. É um decreto de morte para uma existência coletiva. Como apresenta José de Souza Martins (1989) ao falar dos camponeses que são expropriados de suas terras,

[...] sua expulsão da terra, embora muitas vezes mascarada por decisão legal, aparece-lhe como ato iníquo, porque é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Porque priva-o do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa. (MARTINS, 1989, p. 91).

Em consonância com isso, e analisando a apropriação de terras no contexto brasileiro de colonialismo interno, Ferreira (2018) irá ressaltar que a desterritorialização pelo capital assume formas complexas, mais especificamente a expropriação direta da terra “com a transferência da propriedade da terra e seu controle efetivo para os agentes do capitalismo” (FERREIRA, 2018, p.37), e a expropriação indireta, “com a manutenção da forma de propriedade estatal/comunal, mas com sua exploração, gestão e função sendo definidas pelas cadeias mercantis capitalistas” (FERREIRA, 2018, p.37).

⁷⁷ Fonte: VIA CAMPESINA, 2016. <https://www.eurovia.org/es/como-definimos-acaparamiento-de-tierras/>, acessado em 26/07/2019.

⁷⁸ De acordo com a análise de Nascimento (2014, p.53) ao abordar o caso das expropriações desencadeadas pelos grandes projetos hidrelétricos: “Geralmente, quando se reterritorializam estas famílias ficam com menor viabilidade econômica, pois o que lhes foi pago pela expropriação não é suficiente para elas adquirirem terra com a mesma qualidade e na mesma quantidade que tinham antes. Isto compromete a reprodução do campesinato, uma vez que as famílias já não têm as mesmas condições reais (materiais) – terra e trabalho (comunidade) – para continuarem se reproduzindo como camponesas”.

Essa última forma de desterritorialização é mais sutil, mas não menos importante para as estratégias do imperialismo, do Estado e do capital. E é fundamental considerá-la dentro do arcabouço de práticas colonialistas modernas, mas que tampouco são uma novidade, já que o colonialismo internacional clássico também operou com diferentes mecanismos, desde a expropriação direta e o genocídio, mas também as negociações e outras formas sutis de controle sobre a terra e os recursos territoriais. Determinados regimes de parceria e arrendamento de terra podem e devem, portanto, ser caracterizados como parte dessa onda global de apropriação e controle da terra⁷⁹.

O processo de *land grabbing*, entendido como apropriação de terras, estaria assim, segundo Sauer e Borras Jr. (2016), diretamente relacionado à questão do poder, da política e da dominação sobre grandes extensões de terras. A principal diferença dessa definição de *land grabbing* para a anteriormente apresentada por Frederico e Gras (2017), em que o processo de *land grabbing* é apresentado basicamente como fruto dos investimentos e fluxos “normais” de capital financeiro. Os Estados seriam apenas mais um dos agentes investidores estrangeiros e preocupados com as soberanias alimentares e energéticas nacionais (tal como o caso das empresas estatais chinesas, dentre outras). O poder político (estatal ou paraestatal), a violência, a coerção e as ideologias legitimadoras, escapam à Frederico e Gras (2017) da centralidade do processo. Ao contrário, Sauer e Borras Jr. (2016) irão corretamente relacionar a terra ao poder, se aproximando da teoria dos “regimes de desapropriação” de Levien (2014) e do debate sobre imperialismo e colonialismo desenvolvido por Ferreira (2018).

Partindo dessa questão da terra e do poder, Levien (2014) faz uma crítica aos recentes estudos sobre o processo global de “tomadas de terras”⁸⁰. A primeira questão seria que “a maioria desses estudos não tenta desenvolver uma teoria da relação entre desapropriação e capitalismo, antes, emprega o termo ‘tomada de terra’ de forma descritiva” (LEVIEN, 2014, p.23). Além disso, identifica duas tendências teóricas equivocadas nos estudos sobre o processo de *land grabbing*: 1) a centralidade na origem do capital, dando origem ao debate da “estrangeirização”; 2) A centralidade nas “forças globais” das grandes corporações e sistemas financeiros e os impactos das crises alimentar, ambiental, financeira, etc., mas pouco

⁷⁹ Estudaremos um caso de arrendamentos/parcerias em larga escala no município de Jataí (GO), bem como casos de concessões governamentais para exploração mineral e de hidroeletricidade em Catalão (GO).

⁸⁰ O processo de *land grabbing* é traduzido como “tomada de terras” no artigo de Levien (2014).

explicando as relações dos Estados e atores nacionais receptores de tais investimentos e processos conflitivos de apropriação de terras.

Segundo Levien (2014), seria necessária a explicação do processo de *land grabbing* uma teoria de “regimes domésticos de desapropriação”, relacionando tendências externas/globais com os fatores internos/domésticos:

Enquanto transformações no “regime de alimentação” global podem ajudar a explicar um dos motivos que impulsionam as “tomadas de terra” (McMichael, 2012; 2013), apenas uma teoria de regimes domésticos de desapropriação pode nos ajudar a entender por que e como determinados Estados respondem a esse impulso com a desapropriação forçada de camponeses. Em geral, a literatura crescente sobre a “tomada de terra” não tem vinculado essa nova preocupação com os investimentos agrícolas transnacionais a uma teoria mais ampla da desapropriação de terras (LEVIEN, 2014, p.24).

Levien (2014) não descarta a relevância do processo de *land grabbing*⁸¹, mas se insere na disputa conceitual propondo uma teoria geral da apropriação de terras. A definição de Sauer e Borras Jr. (2016) se aproxima em certos aspectos das reflexões de Levien (2016). Os estudos latino-americanos sobre o neoextrativismo tem muito a contribuir com a compreensão desse processo, inclusive se aproximando dessa análise dos “regimes de desapropriação” (LEVIEN, 2014) e da “apropriação de terras” (SAUER e BORRAS Jr., 2014). Avançam na análise comparativa sobre o papel dos governos e da luta de classes na América Latina sobre o processo de apropriação de terras e recursos territoriais.

Ferreira (2018) contribui também com o debate apresentando a nova onda ou ciclo de apropriação de terras e territórios em escala global a partir dos anos 2000, como uma nova onda de colonização. Para Ferreira (2018), as guerras de ocupação do Iraque (2003) e Afeganistão (2001) levaram a construção de um sistema de colonialismo internacional muito próximo ao do período de imperialismo clássico. No entanto, ressalta que essa forma de colonialismo não foi a hegemônica, já que no Brasil e na América Latina, especialmente a partir do século XXI, o colonialismo se expressaria através de um projeto neodesenvolvimentista, no caso brasileiro, e em termos regionais em um neoextrativismo progressista.

Podemos dizer, por exemplo, que no Brasil a nova onda de colonização se deu por meio das estruturas do desenvolvimento capitalista dependente e de uma estrutura de colonialismo interno, enquanto em outros países sul-americanos se deu na esteira de uma relação neocolonial. A nova onda de colonização no Brasil não se manifestou, a princípio, por meio de uma repetição da “ocupação militar estrangeira”, na realidade,

⁸¹ O próprio Levien participa de revistas internacionais consagradas pelo debate da temática da corrida global por terras, tal como o *Journal of Peasant Studies*, tendo artigos publicados nos volumes 39 (2012), 40 (2013), 41, (2014), 43 (2016) e 44 (2017).

ela se deu por um duplo impulso: o investimento estrangeiro alavancou uma política e estratégia neodesenvolvimentista, do qual a expansão da indústria extrativa, da agroindústria e da indústria em geral era o principal componente. É nesse contexto que podemos falar que as estruturas do colonialismo interno, que estavam em refluxo desde os anos 1980, receberam um novo folego. Mas as políticas de colonização no Brasil têm as características do colonialismo interno: elas são conduzidas por uma burguesia-plutocracia nacional, associadas ao capital estrangeiro, e com forte participação do Estado. Desse modo, vai se formando um consenso em torno da necessidade desterritorializar os povos indígenas, abrindo caminho para um processo de mercantilização e corporatização de terras e do território. Logo, a nova onda de colonização se materializa no Brasil por meio de novas práticas de colonização interna, conduzidas pelo Estado brasileiro, corporações nacionais e multinacionais que atuam de forma associada, visando inserir novas terras nas cadeias mercantis, exigidas pelo regime de acumulação neoextrativista [...] Entre 2005-2012 formou-se um grande bloco que elaborou uma estratégia de desterritorialização (dos povos indígenas e tradicionais), muito além do “agro”, e este bloco produziu (ou reativou) as discursividades e formas de dominação tipicamente coloniais: racismo-etnocentrismo, o centralismo e o monopólio (FERREIRA, 2018, p.34-35).

Dessa forma, diante do processo de apropriação de terras e recursos territoriais no Brasil e em outros países, existe a necessidade de compreensão desse processo numa abordagem mais ampla (histórica e teoricamente) relacionando-o aos ciclos de colonização no interior do sistema mundial capitalista. Concordamos também com Araújo (2012, p. 64), que relaciona tal processo com o colonialismo e o imperialismo modernos:

La primera década del nuevo siglo encuentra a Nuestra América, una vez más, bajo las garras del colonialismo. La devastación extractivista es el nuevo rostro del poder imperial. Éste ha hecho de América un territorio privilegiado para la acumulación por desposesión, ámbito socioterritorial donde se recrea un nuevo ciclo de una economía de rapiña especialmente dirigida a esquilmar sus reservas estratégicas de bienes y servicios ecológicos, energías naturales y sociales, disponibilizadas por el capital global para abastecer la dinámica de consumo/acumulación sin fin, em tiempos de “agotamiento de mundo”.

O continente americano, e o Brasil em particular, emerge como um dos destinos de grandiosos investimentos externos, especialmente para setores primários e extrativos da economia⁸². Em um estudo dessa questão, Veltmeyer e Petras (2014) relacionaram diretamente, através do conceito de Imperialismo Extrativo, o debate de *land grabbing*, que se dá em escala mundial entre os estudiosos da questão agrária. O debate dos *extrativismos*, conceito usado para compreender a inserção latino-americana no sistema capitalista, envolvendo diversos outros pesquisadores, militantes e movimento camponeses e indígenas:

Capitalist development and imperialism today in the Americas can best be described in terms of what economists have termed ‘extrativism’, economic development based on the extraction of natural resources such as fossil and biofuels, mineral and agro-food products extracted in a process of ‘large scale investment in land acquisition’ (or,

⁸² Tanto nas análises sobre *land grabbing* (FREDERICO, 2017; SAUER e BORRAS JR., 2016) como nas análises sobre neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER e PETRAS, 2014; ZIBECCHI e MACHADO, 2017), o Brasil aparece como um caso exemplar de tais processos.

in the discourse of critical agrarian studies, ‘landgrabbing’). [...] The term ‘land grabbing’ (large-scale investments in land) re-emerged on the international stage in the context of a spike in global food prices in 2007/2008. But since then the discourse has begun to merge with the literature on ‘water grabs’ and the ‘resource grabs’ of extractive capital (Sosa & Zwartveen, 2012; White et al., 2012) (VELTMEYER e PETRAS, 2014, p.19).

Segundo alguns pesquisadores de diferentes matizes teóricas (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER e PETRAS, 2014; ZIBECHI e MACHADO, 2017), os extrativismos latino-americanos possuem momentos histórico-geográficos específicos, bem como diferenciações em relação aos modelos. Existe um extrativismo clássico, que está na própria origem e desenvolvimento da exploração colonial europeia. Após um ciclo histórico de políticas desenvolvimentistas, durante meados do século XX, emerge no início do século XXI um novo extrativismo (ou neoextrativismo) na América Latina.

Essa nova configuração do capital extrativo é permeado por mudanças e continuidades em relação ao extrativismo clássico. Em relação às mudanças existem tantos aspectos econômicos (profunda financeirização, dependência do mercado externo e da flutuação de preços, incorporação das commodities agrícolas no *rol* do capital extrativo), políticos (papel preponderante do Estado e de governos “progressistas” na consolidação do modelo neoextrativista), sociais (programas sociais e assistenciais desenvolvidos, em grande parte, através da captação da renda extrativa por parte do Estado, manutenção e/ou aprofundamento das desigualdades sociais e fundiárias) e ideológicos (renovação do mito do progresso, profundamente permeado pelo interesse nacional, a proposta de um modelo de desenvolvimento “sustentável” e “participativo”). (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER e PETRAS, 2014; ZIBECHI e MACHADO, 2017)

Veltmeyer e Petras (2014) afirmam que, tanto os governos latino-americanos com alinhamentos neoliberais mais claros (defensores do livre mercado e do “Consenso de Washington”), quanto os governos “progressistas”, estavam inseridos na mesma dinâmica regional do neoextrativismo, mesmo com suas especificidades. Apesar de muitos aspectos em comum, os pesquisadores fazem uma diferenciação entre um modelo mais claramente estatizante e nacionalista (casos da Venezuela, Bolívia e Equador) e um modelo que combinou neoextrativismo e neodesenvolvimentismo⁸³ através de uma participação do Estado na

⁸³ De acordo com Milanez e Santos (2013, p. 134), “apesar das diferenças entre neodesenvolvimento e neoextrativismo, os dois conceitos apresentam muitos pontos em comum. Esse é o caso, por exemplo, do entendimento do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, do foco na inserção internacional e da definição do Estado como protagonista do processo de mudança (GUDYNAS, 2012). Além disso, políticas

economia. Participação, muitas vezes, de forma indireta e financeirizada, através de subsídios por meio de bancos estatais, exoneração fiscal, participação acionária, capitalização de estatais através da abertura de capitais (casos do Brasil, Argentina, Uruguai).

As diferenças de “modelos” extrativistas possuem materializações em um conjunto de instituições e articulações de poderes políticos, econômicos e sociais, ou seja, possuem estruturas de poder específicas. As regras do jogo sistêmico são definidas de acordo com a correlação de forças e com os processos histórico-geográficos⁸⁴. Apesar disso, os pesquisadores do neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; VELTMEYER e PETRAS, 2014; ZIBECHI e MACHADO, 2017) salientam a curiosa estabilidade e permanência, ao fim e ao cabo (independente das distintas mudanças institucionais e políticas), do modelo em praticamente todos os governos latino-americanos, neoliberais ou “progressistas”. Gudynas (2009, p.188) resume o neoextrativismo da seguinte maneira:

Se postula que existe un neo-extractivismo progresista, ya que se observan algunas diferencias, que en ciertos casos son sustanciales, con las prácticas realizadas en otros países y las que tenían lugar en el pasado. Bajo este nuevo extractivismo se mantiene un estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como proveedores de materias primas, y que si bien el Estado juega un papel más activo, y logra una mayor legitimación por medio de la redistribución de algunos de los excedentes generados por ese extractivismo, de todos modos se repiten los impactos sociales y ambientales negativos. Se utiliza el rótulo de extractivismo en sentido amplio para las actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales, no son procesados (o lo son limitadamente), y pasan a ser exportados.

Assim, o neoextrativismo não seria apenas uma cópia ou reedição dos “extrativismos clássicos” latinoamericanos, mas apresentam singularidades histórico-geográficas. Debatendo essas singularidades, Eduardo Gudynas (2009) apresenta uma sistematização de 10 teses sobre o neoextrativismo. A primeira tese defende que, apesar das mudanças regionais em direção a governos progressistas na América Latina, os setores extrativistas mantêm e aprofundam a sua importância econômica, política e social. Exemplos são Brasil (governos de Lula e Dilma), Argentina (Kirchner), Uruguai, Chile, Equador (Correa), sendo que o caráter extrativista no

desenvolvimentistas, quando não implementadas, ou quando não restringidas por aspectos externos, podem aprofundar o perfil extrativo de uma região, ou mesmo de um país”.

⁸⁴ Vale lembrar que grande parte dos chamados governos “progressistas” latino-americanos são fruto de uma forte mobilização popular em momentos anteriores à sua integração sistêmica. Alguns são frutos de verdadeiros processos de rebelião e insurgência de massas (tal como a Bolívia). Nesses casos, as mudanças políticas e econômicas foram mais profundas, com impactos maiores nos sistemas institucionais e de poder.

Brasil é aprofundado por suas riquezas e diversidades naturais e importância político-econômica (GUDYNAS, 2009)⁸⁵.

A segunda tese de Gudynas (2009) estabelece que, apesar de manter elementos do “velho” extrativismo (dirigidos por governos conservadores), os governos progressistas operaram mudanças significativas, relacionados ao papel do Estado, políticas de transferência de renda, etc. Isto gerou o que Gudynas chama de “um novo estilo de extrativismo”. O caso do Brasil é exemplar, pois

[...] se verá también una presencia estatal más enérgica, que incluso empuja a una expansión de la empresa Petrobrás, y que ha llegado, recientemente, a discutir un nuevo marco legal y administrativo para el sector petrolero. Más allá de los aspectos positivos o negativos que esas medidas pudieran tener, se debe reconocer que el protagonismo y las medidas tomadas sobre los sectores extractivos han cambiado (GUDYNAS, 2009, p.193).

O aspecto anterior nos leva diretamente para a terceira tese de Gudynas (2009) que é a maior presença do Estado, tanto direta quanto indiretamente, sobre os setores do capital extrativo. Maior protagonismo do próprio Estado através das empresas estatais ou mistas, se tornando um agente central na exploração extrativa.⁸⁶

A quarta tese é que o neoextrativismo, mesmo aquele progressista, “serve a uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização comercial e financeira” (GUDYNAS, 2009, p.221). Fatores econômicos geradores de dependência (economia baseada na exportação de matérias primas, etc.) têm sido valorizados positivamente pelos governos progressistas como fundamentais para superar aspectos de subdesenvolvimento e da pobreza (negando, inclusive, a tradição da esquerda no debate sobre relações internacionais):

Los actuales gobiernos progresistas valoran positivamente las exportaciones de materias primas. Su aumento es presentado como uno de sus éxitos, y defienden activamente medios para incrementarlas aún más. Incluso en el presente contexto de crisis, en varios países se há sostenido que uno de los remedios a las restricciones económicas actuales es promover un nuevo salto en las exportaciones de commodities. Por lo tanto, las metas de exportación se han convertido en un factor promotor clave del mantenimiento y expansión del extractivismo. El éxito exportador,

⁸⁵ É importante situar historicamente essa questão, tendo em vista que no contexto atual grande parte dos chamados “governos progressistas” na América Latina já não existem mais. Alguns teóricos, tal como Zibechi (2017), irão relacionar a queda desses governos, através de vias eleitorais ou golpes, diretamente ao modelo neoextrativista que adotaram e que entrou em dificuldades com a queda dos preços internacionais das commodities agrominerais, ou seja, com o fim do “boom das commodities” a partir da segunda década do século XXI.

⁸⁶ “En el neo-extractivismo, el Estado es mucho más activo, con reglas más claras (independientemente si éstas sean buenas o no), y no necesariamente orientado a servir a “amigos” del poder político. Em algunos casos, los nuevos gobiernos renegociaron los contratos, elevaron las regalías y tributos, y potenciaron el papel de sus empresas estatales.” (GUDYNAS, 2009, p.195)

junto a la búsqueda de inversiones extranjeras, se han convertido en los dos pilares claves de las estrategias económicas del progresismo (GUDYNAS, 2009, p.196).

O neoextrativismo apresenta uma tendência de inserção subordinada no sistema de “governança global neoliberal”. Apesar de Gudynas (2009) não evidenciar isso em suas teses, a estratégia econômica de aprofundamento desse modelo e inserção subordinada no mercado internacional esteve diretamente associada ao “boom das commodities” que abordamos anteriormente (GONÇALVES, 2016).

O neoextrativismo sustentou o discurso da possibilidade de disputa no interior do processo de “globalização” centrado na competitividade e no reconhecimento das instituições globais e suas regras. Nem mesmo uma estratégia não-hegemônica dentro da globalização comercial-financeira (que seria o caso, em parte, da Venezuela) foi levada a cabo pela maioria dos governos progressistas⁸⁷. De acordo com Gudynas (2009, p.197), o Brasil é um caso exemplar,

Pero las nuevas administraciones progresistas no han cuestionado esta nueva arquitectura comercial, y por el contrario, varios de ellos la han acentuado, incluyendo reclamos de una mayor liberalización comercial global (donde los ejemplos más claros son Argentina y Brasil).

A quinta tese de Gudynas (2009) define o aprofundamento da fragmentação territorial e a constituição de uma rede de enclaves vinculados ao mercado internacional, gerando oposições e conflitos socioterritoriais. Não só a atividade extrativa “em si” gera conflitos, mas também uma série de conectividades relativas à infraestrutura, energia e circulação de mercadorias. Nesse processo, o Estado cumpriria um papel importante, desde a proteção jurídica aos empreendimentos extrativos, passando pelos investimentos de infraestruturas com baixo retorno financeiro, até a garantia da proteção policial-militar para os empreendimentos (GUDYNAS, 2009).

Em sua sexta tese, Gudynas (2009) afirma que, para além do tipo de propriedade do setor extrativo (estatal, privada, misto, etc.), as regras e funcionamentos das empresas têm se

⁸⁷ Assim como abordamos de corma crítica o conceito de globalização anteriormente, Gudynas (2009, p.196) afirma que “Mientras que el viejo extractivismo apuntaba a las ‘exportaciones’ o al ‘mercado mundial’, los gobiernos progresistas reemplazaron ese discurso por uno que apunta a la ‘globalización’ y la ‘competitividad’. El cambio no es menor, ya que el uso contemporáneo del concepto de ‘globalización’ encierra un conjunto más amplio y complejo de ideas, que incluyen tanto aspectos comerciales clásicos (como las exportaciones), como las nuevas reglas sobre los flujos de capital, la ampliación del concepto de mercadería, la extensión de los derechos de propiedad, compras gubernamentales, etc. Además, todo esto se expresa bajo una institucionalidad comercial global más densa que en el pasado, que descansa sobre todo en la Organización Mundial de Comercio (OMC), y los acuerdos comerciales internacionales”.

orientado pelos mesmos critérios de competitividade, eficiência, maximização da renda e externalização de impactos.

Las implicancias de esta cuestión son muy importantes. Entre ellas se destaca que, además del debate sobre la propiedad de los recursos y los medios de producción, se debe promover una discusión mucho más profunda sobre la estructura y dinámica de los procesos productivos, tanto en manos del Estado como en manos de otros actores. Esos procesos productivos determinan los impactos sociales y ambientales, y las relaciones comerciales y económicas (GUDYNAS, 2009, p.204).

Como sétima tese, Gudynas (2009) destaca que, no modelo neoextrativista, se mantêm, e às vezes priora, os impactos ambientais e sociais decorrentes da atividade extrativa. Isto tem relação direta com as flexibilizações jurídicas e legais, tal como no Brasil com mudanças no Código Florestal (2012) e mudanças no código mineral, bem como investimentos que pressionam e buscam se apropriar das terras originárias de quilombolas e indígenas.

A oitava tese estabelece mudanças na relação Estado-Capital nas formas de exploração extrativistas. O Estado capta uma parte maior do excedente extrativo, o utilizando em programas sociais e assistenciais, garantindo uma legitimação dos governos e das atividades extrativistas (GUDYNAS, 2009). Um caso exemplar, foi a tentativa de destinar os “royalties do pré-sal” para a educação no Brasil. De forma geral, através também da relação política e discursiva que se buscou estabelecer entre as diversas atividades extrativistas (agronegócio, petróleo, mineração, etc.) com o “crescimento do país” e com a “transferência de renda” (o que, por outro lado, não significou a diminuição da desigualdade social).

Em grande medida, de acordo com Gudynas (2009), são esses programas assistenciais (qualitativa e quantitativamente diferenciada dos governos anteriores) que oferecem hoje a qualificação dos governos como “progressistas” ou de “esquerda”. Pior, sob o neoextrativismo, esses governos relacionam a sobrevivência dos programas assistências diretamente à manutenção e aprofundamento do modelo extrativo. Dessa forma, os governos progressistas latino-americanos conseguiram conferir uma nova legitimação do extrativismo, transferindo inclusive o conflito de classes e as disputas de movimentos sindicais e populares para a renda extrativa, e não mais para o seu questionamento estrutural.⁸⁸ Relacionando essa tese à questão agrária brasileira recente, Gudynas estabelece uma relação entre o “abandono” da reforma

⁸⁸ Segundo a análise de Andrey C. Ferreira, publicada em 20 de junho de 2018 no jornal *Le Monde Diplomatique* sob o título: “Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018)”, é exatamente as jornadas de junho de 2013 o momento chave de ruptura dos setores populares com o projeto neodesenvolvimentista brasileiro.

agrária pelo governo Lula e a opção pelas políticas compensatórias e financeiras (bolsa família, crédito para agricultura familiar, etc.):

En el caso de Brasil, ya se está acumulando evidencia sobre estos efectos. De Oliveira (2009), muestra la paradójal situación donde si bien el gobierno Lula abandonó las metas de reforma agraria y no brinda más tierras a colonizadores y sin-tierra, el número de personas envueltas en esas luchas está en caída. En su análisis, este “reflujo de los movimientos de masas y el flujo de los recursos financieros gubernamentales canalizados para las políticas compensatorias (paquetes de ayuda de todo tipo y estilo, etc.), están apaciguando a aquellos que lucharon enérgicamente por la reforma agraria en los últimos 30 años. Todo indica que los dos procesos se intercambian” (de Oliveira, 2009) (GUDYNAS, 2009, p.209).

Em sua nona tese, Gudynas (2009) afirma que o neoextrativismo é aceito pelos governos latino-americanos como ferramenta indispensável para o crescimento econômico nacional. E, particularmente, os partidos progressistas são reivindicados como os “únicos” que poderiam levar a cabo tal empreendimento, de forma eficiente.

A décima tese de Gudynas (2009) afirma que o neoextrativismo é uma revitalização contemporânea e sul-americana do projeto neodesenvolvimentista. Dentro desse novo contexto político, econômico e social, os partidos de esquerda ou progressistas, que assumiram os governos, se distanciaram de diversos debates e concepções já acumuladas pelas teorias socialistas latino-americanas. O caso do Brasil é novamente exemplar:

Mientras que los debates alrededor del viejo extractivismo incluía el cuestionamiento a las empresas transnacionales, los desiguales términos de intercambio, y la subordinación comercial de América Latina como proveedora de materias primas, bajo el neo-extractivismo hay un giro funcional hacia la globalización. Gobiernos progresistas, como el de Lula da Silva, consideran que en el actual estado de crisis económica global, las exportaciones de materias primas serán su salvación, desean profundizar su papel de proveedor de materias primas (festejando las relaciones que en ese sentido se desarrollan con China), y reclaman liberalizar todavía más el comercio global. Ese discurso sobre el ámbito internacional es casi opuesto al de la izquierda clásica latinoamericana durante buena parte del siglo XX (GUDYNAS, 2009, p.220).

Nos governos progressistas, o debate político e acadêmico sobre o capital estrangeiro na economia toma outros contornos de “nacionalismo sobre os recursos”. Tal nacionalismo, no entanto, não significa de imediato mudanças das relações de produção em favor da classe trabalhadora e do meio ambiente:

En cambio, el progresismo representaría un “nacionalismo sobre los recursos”, siguiendo las palabras de Bebbington (2009), donde no se cuestiona la extracción en sí misma sino su control privado y extranjero. Esos gobiernos se mueven a tomar un control estatal sobre esos recursos, aunque con ellos terminen reproduciendo los mismos procesos productivos, similares relaciones de poder y los mismos impactos sociales y ambientales (GUDYNAS, 2009, p.220).

Dessa forma, o neoextrativismo ou imperialismo extrativo, sob a sua face progressista, assumiu um discurso nacional que não alterou as relações de exploração e dominação com as comunidades, classes trabalhadoras e a natureza. Assume que o Estado nacional ou burguesias nacionais devem ter maior protagonismo ou até mesmo o monopólio (que é o caso de Venezuela e Bolívia com os processos de nacionalização de setores extrativistas). De acordo com Ferreira (2018), o nacionalismo se apresenta como um forte discurso legitimador das relações assimétricas de poder no processo de apropriação de terras no neoextrativismo, sendo esta justificada “em nome da soberania e do fortalecimento do Estado nacional” (FERREIRA, 2018, p.35).

Nesse sentido, acreditamos que, as discussões desenvolvidas sobre o processo de *land grabbing* e neoextrativismo, permitem avançar na compreensão dos reais sentidos que devemos dar ao estudo e caminhos teórico e metodológicos que adotamos em nossa dissertação. A importância das estratégias discursivas, que se apresentam de forma determinante no processo de apropriação de terras e recursos territoriais, e que também identificamos em nossa investigação no Sul Goiano, serão debatidas e problematizadas no próximo tópico.

2.3 – IDEOLOGIAS LEGITIMADORAS, PODER E LUTA DE CLASSES NA APROPRIAÇÃO DE TERRAS E RECURSOS TERRITORIAIS

É a importância do que é dominado, dos que são dominados, a razão de ser da dominação; há, sempre, o primado do dominado que, potencialmente, pode viver sem a dominação, ao contrário do dominador, cuja potência é a dominação. Como não há relação que não seja contato, não há dominação sem resistência, não há dominação sem atrito. Afinal, é preciso tocar no que é dominado e o atrito está presente mesmo no afago, con-tato. (Haesbaert e Porto-Gonçalves, 2006)

As ideologias legitimadoras são fundamentais para entender os conflitos de classe iminentes e multiescalares ao processo de *land grabbing* e ao modelo neoextrativista. A ideologia e o poder político estão diretamente relacionados à apropriação de terras, como vimos no primeiro tópico desse capítulo. Para os casos de apropriação de terras, a ideologia é muito importante, pois os impactos das apropriações são, em geral, bruscos e visíveis para as comunidades e ao meio ambiente. As ideologias estatais e empresariais visam a neutralização ou diminuição dos conflitos para assim controlar a luta de classes. Manejar a ideologia,

portanto, é estratégico para os fins da apropriação de terras. Por isso é tão ressaltada pelos teóricos críticos do neoextrativismo e da apropriação de terras pelo Estado e o Capital na América Latina⁸⁹.

De acordo com Santos (1995, p. 16), “esses objetos novos, que transportam o sistema das técnicas atuais, exigem discurso”. Portanto, ao capital não basta fazer, é necessário criar uma certa narrativa sobre o que se fez e o que se continuará a fazer, tanto aos que serão atingidos, quanto aos que estão a observar aquilo tudo. Abordando o caso da mineração em Catalão (GO), Gonçalves (2016, p.341) afirma que “os grandes projetos exigem um discurso capaz de criar uma ‘harmonia interna’ para recebê-los”. Ou seja, o avanço da apropriação de terra e outros recursos territoriais, necessitam de um discurso e ideologia legitimadores, “que os acompanhem e que harmonizem as potências conflitivas locais, que faça a sociedade local aceitá-los como promotores do progresso” (GONÇALVES, 2016, p.366).

Levien (2014) destaca a diferença entre a forma-conteúdo das ideologias legitimadoras da exploração do trabalho e aquelas legitimadoras da apropriação de terras: “[...] a exploração de trabalho confronta o explorado com exigências diferentes daquelas que a desapropriação faz ao desapropriado, sua relação com o poder subjetivo (ou ‘ideologia’) difere de várias maneiras” (LEVIEN, 2014, p.39). Isto estaria no fato de que:

A inevitável transparência da desapropriação, que resulta da intervenção direta da coerção extraeconômica, torna uma mistificação impossível. Sem o benefício da invisibilidade, o Estado precisa garantir a desapropriação por meio de formas explícitas de persuasão: sejam estas apelos normativos, concessões materiais ou a ameaça de violência (LEVIEN, 2014, p.39).

A ideologia legitimadora da exploração capitalista busca uma forma de submissão contínua, temporal e espacialmente. Já a ideologia legitimadora das apropriações de terra e outros recursos territoriais precisa atuar com mudanças dramáticas e em um tempo curto, mas que, em geral, possuem consequências irreversíveis (LEVIEN, 2014).

⁸⁹ Não apenas na América Latina, mas também relacionado a outros processos colonialistas de expropriação territorial e de modernização capitalista, Ferreira (2018, p.11), faz referência à contribuição teórica de Leslie White ao analisar o colonialismo inglês na Índia: “Leslie White irá destacar dois aspectos: por um lado, o colonialismo do século XIX resultou de um movimento de retração da política de livre comércio, que tentou ser implantada entre os anos de 1780 e 1820, pela Inglaterra. Papel crucial foi cumprido pela revitalização do papel da Igreja, com a expansão da atividade missionária. Marvin Harris irá analisar os discursos da modernização da revolução verde, mostrando como os mesmos visavam produzir a imagem da irracionalidade econômica das crenças culturais indianas. Ele mostrou, por meio da análise da religião, as bases econômicas e ecológicas da mesma, e como o discurso da modernização negava essa alteridade cultural. Assim, o imperialismo exige e supõe um poder e formas de violência simbólica, materializadas no discurso científico, econômico, administrativo e missionário”.

Para evitar o conflito potencial, o Estado e o Capital lançariam mão da utilização do consenso na apropriação de terras: “Existem três formas principais de poder que podem ser usadas para gerar consenso: coerção, remuneração material e persuasão normativa” (LEVIEN, 2014, p.40). No entanto, ao contrário dos apologistas técnicos ou governamentais dos “processos de consenso”, é importante considerar que, entre as comunidades a terem suas terras apropriadas e os distintos órgãos dos poderes estatais e capitalistas, existe uma assimetria de poderes, na qual o uso da violência sempre está colocado como possibilidade, seja pelo Estado ou não. Os custos políticos do uso da violência por parte do Estado podem ser substituídos por ações de grupos paramilitares, milícias, pistoleiros, seguranças privados, com o consentimento velado e impunidade pelo mesmo Estado⁹⁰.

Em relação ao regime de discursividade do “neoimperialismo”, que influenciaram os processos ideológicos legitimadores de apropriação de terras e recursos territoriais, Ferreira (2018) afirma que este assimilou parcialmente as críticas das resistências anticoloniais e antiracistas, substituindo a categoria “raça” por categorias não-biológicas (etnias, culturas) e a categoria “progresso” por desenvolvimento. Além disso, engendrou no novo regime discursivo legitimador da exploração e dominação no interior do sistema mundial capitalista, “uma combinação de multiculturalismo (em contraponto ao racismo-assimilacionismo da situação histórica anterior) com o ambientalismo e a democracia” (FERREIRA, 2018, p.29).

Mas esses três signos-enunciados (ambientalismo, multiculturalismo, democracia-participacionismo) passaram a ser os critérios de validação-legitimação globais, o fetiche por meio do qual o imperialismo concebia sua missão civilizatória, e passaram a condicionar os regimes discursivos dos Estados nacionais, suas governamentalidades, das institucionalidades econômicas. O regime discursivo do neoimperialismo é, assim, substancialmente diferente do imperialismo clássico e comporta ambiguidades e contradições simbólicas específicas (FERREIRA, 2018, p.29).

É importante pensar as ideologias legitimadoras da apropriação e controle de terras dentro de uma nova estrutura global das relações de poder, dominação e exploração no interior do sistema mundial capitalista e da nova onda colonialista a partir do século XXI (FERREIRA,

⁹⁰ Em relação à violência e ilegalidades como dispositivo estratégico de apropriação de terras por parte do capital, Gonçalves (2016, p.384) argumenta que, “a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos nos rios da floresta Amazônica ou do Cerrado no Planalto Central, com a expulsão de indígenas, quilombolas e ribeirinhos pelo ‘braço armado’ do Estado para erguer esses projetos de infraestruturas, precarização do trabalho, expropriação violenta do campesinato por empreendimentos do agrohidronegócio (agroindústria canavieira, lavouras de soja, florestas de eucaliptos etc.), exploração do subsolo por mineradoras, abertura e ampliação de rodovias, ferrovias e obras portuárias, estão na base estrategista do capital, reproduzindo e acumulando lucros. Há uma abertura forçada dos territórios, em especial aqueles que preservam relações não capitalistas de produção e trabalho, envolvendo coerção, fraude, espionagem e roubo”.

2018). Com o aprofundamento nas estratégias atuais de territorialização dos projetos neoeextrativistas no sul de Goiás, as discursividades do neoimperialismo (ambientalismo, multiculturalismo, democracia) aparecem constantemente como categorias em disputa entre os sujeitos envolvidos para a legitimação ou crítica dos empreendimentos capitalistas.

Segundo Levien (2014), apesar de um discurso em prol do “bem comum” ou do “interesse público”, os projetos desenvolvimentista e industrialista levaram a cabo as apropriações de terras, baseados muito mais nos interesses de minorias dominantes (de cima para baixo), do que os interesses expressos pelas populações. Além disso, em grande parte da literatura marxista ortodoxa, as apropriações de terras, por serem consideradas um processo de transição entre modos de produção pré-capitalistas ao modo de produção capitalista, foram consideradas “progressistas” e meios de “desenvolvimento”⁹¹. Segundo Levien (2014, p.44), essa interpretação é equivocada, pois

Enquanto a maioria dos marxistas (por vezes, até Harvey) e os teóricos da modernização alegam que a desapropriação (ou “acumulação primitiva”) foi historicamente progressiva, os efeitos da desapropriação variam muito entre os diferentes regimes de desapropriação. Ser desapropriado para um projeto florestal colonial é bem diferente de ser desapropriado para uma represa do setor público, que também é bem diferente de ser desapropriado para uma zona econômica especial ou um projeto imobiliário da era neoliberal. Esse tipo de acumulação precisa sempre ser medida em relação à “desacumulação” da produção existente na terra que a torna possível. A contribuição de diferentes formas de acumulação por desapropriação para uma transformação ampla da base produtiva de uma sociedade e uma distribuição ampla de seus benefícios – o que poderíamos chamar de desenvolvimento – é, portanto, de uma grandeza bastante variável. As diferentes formas de “desenvolvimento” possibilitadas pela desapropriação em diferentes regimes é, sobretudo, de importância central para compreender a medida de resistência à desapropriação em diferentes contextos históricos. A desapropriação de produtores diretos não é, portanto, uma fase necessária do desenvolvimento econômico: não é nem fase nem necessariamente geradora de desenvolvimento.

Se aproximando em muitos aspectos com a abordagem de Levien (2014), Eduardo Gudynas (2009) afirma que as ideologias legitimadoras foram marcas dos governos progressistas no aprofundamento do neoeextrativismo na América Latina. Em muitos empreendimentos extrativos, os povos e comunidades atingidas foram convocadas (sob os olhos e a pressão social e midiática) a fazer sacrifícios em prol do “desenvolvimento nacional”.

⁹¹ Debatendo criticamente a análise em Marx sobre a colonização britânica da Índia, Mendonça (2004) irá questionar “a grande influência civilizatória do capital”. De acordo com Mendonça (2004, p.75): “Marx em artigo de 1853, sobre a conquista da Índia pela Inglaterra, evidencia a natureza civilizatória do capitalismo, chegando a exacerbar a missão regeneradora que cabia aos conquistadores em livrar os indianos das crendices e das superstições, entre outras mazelas que as sociedades orientais historicamente construíram. A sociedade inglesa, recém-industrializada, possuía legitimidade para civilizar os outros povos, em virtude de sua importância econômica, da implementação do assalariamento e, assim, poderia efetivar o domínio sobre os povos mais atrasados, libertando-os da obscuridade histórica, ao colocá-los à disposição das leis de mercado”.

As críticas aos processos de apropriação de terras, levadas a cabo pela política neoextrativista, comumente foram e são classificadas como idealistas e, inclusive, antinacionais.⁹²

Os diversos governos e empresas vinculados ao projeto neoextrativista, se utilizaram sistematicamente da mídia e outros recursos simbólicos e ideológicos, para legitimar e impor as suas noções de “progresso”, “desenvolvimento”, “interesse nacional”, dentre outros. De acordo com Gonçalves (2016, p.341), “A hegemonia dos discursos do capital, aponta apenas o progresso, a redenção trazida pelas inovações técnicas e tecnológicas, a arrancada para o desenvolvimento”. Esse discurso ideológico é disputado não apenas nas comunidades locais atingidas, mas também nas populações residentes nos entornos regionais e nacionais, populações não diretamente expropriadas, mas potencialmente críticas e militantes contra os grandes projetos extrativistas (vide alguns discursos críticos construídos em universidades, movimentos populares, étnicos e sindicais)⁹³.

Segundo Milanez (2012), a noção de “interesse nacional” e de “utilidade pública” é um mito recorrentemente acessado pelo setor mineral para afirmar a prioridade da mineração sobre outros usos do território. Essas noções ideológicas de interesse nacional e público, no caso da exploração e apropriação do subsolo, é reforçada pela própria Constituição Federal (1988), quando torna conhecida a prioridade da União quanto ao controle dos recursos do subsolo e o direito de concedê-los para serem explorados por terceiros (BRASIL, 1988, Art. 176)⁹⁴.

O Estado brasileiro se torna assim, mais uma vez, um agente central nas disputas envolvendo a apropriação de terras e recursos minerais. Milanez (2012, p.47) demonstra que “a ideia de um ‘interesse nacional’ consistia em ficção; uma vez que todo interesse pertence a um grupo específico de atores”. Seguindo esse raciocínio, o interesse nacional, segundo Milanez (2012, p.47), “nada mais seria do que o interesse de um grupo que tinha a pretensão de apresentar suas demandas como se fossem universais”. É o centralismo teórico-epistemológico

⁹² “(...) este neo-extractivismo reconfigura los discursos sobre el desarrollo, donde las comunidades locales deben aceptar los sacrificios de los impactos como medio de lograr supuestas metas nacionales, y a cambio de ofrecerles un abanico de medidas de compensación, que pueden ir desde los clásicos programas focalizados de asistencia social, a convertirlos en “socios” de las empresas. (...) Este abanico de condiciones es tan amplio, que las críticas contra el extractivismo fácilmente pueden ser tildadas de estar en contra del desarrollo nacional o el progreso, pueden ser calificadas de infantiles o soñadoras, y hasta de peligrosas.” (GUDYNAS, 2009, p.216)

⁹³ Os Encontros Nacionais e Regionais da Geografia brasileira são exemplos de espaços de debates científicos e políticos que, em suas várias edições, tem construído um forte arsenal de pesquisas e argumentos desvendando os interesses econômicos e políticos dos grandes projetos extrativistas, bem como os seus efeitos socioterritoriais.

⁹⁴ “O mito do ‘interesse nacional’, todavia, é defendido com base em uma interpretação específica, e em uma análise isolada e descontextualizada de trechos da legislação brasileira” (MILANEZ, 2012, 47).

(FERREIRA, 2016) aparecendo, mais uma vez, como causa e efeito do centralismo político e econômico da nossa sociedade, assunto este que debatemos na Introdução dessa dissertação.

O ambientalismo e o assistencialismo também operam como ideologias e práticas de dominação na nova onda de apropriação de terras. A noção de “desenvolvimento sustentável” ou “responsabilidade socioambiental e empresarial” (GONÇALVES, 2016) se materializa, por exemplo, nos certificados internacionais e nos projetos e programas sociais e ambientais. Essas estratégias de poder e discurso estão em Jataí (GO) e Catalão (GO), em diferentes empresas e setores da agro-hidro-mineração. No caso dos projetos e programas sociais e ambientais, são desenvolvidos pelas próprias empresas monopolistas ou em parceria com os governos municipais, instituições de ensino, igrejas, entre outras instituições da sociedade local.

De acordo com Gonçalves (2016, p.463), esses projetos e programas “não estão eximidos das relações de poder e controle que elas exercem nas comunidades locais”, devem ser compreendidos como uma estratégia de cooptação e captura das subjetividades de acordo com os seus projetos de poder. Seguindo uma abordagem similar, Composto e Navarro (2012, p. 71) defendem que a principal consequência da estratégia de cooptação e captura “[...] es la división social que genera al interior de las comunidades afectadas y, por lo tanto, el aislamiento y debilitamiento de las resistencias”.⁹⁵

Além de lançar mão de uma ideologia legitimadora e criadora de uma pretensa “harmonia social”, as estratégias de apropriação da terra buscam estabelecer também o controle e o disciplinamento dos corpos e subjetividades daqueles homens e mulheres das comunidades atingidas. Para Composto e Navarro (2012, p. 72), essa estratégia pode ser definida como “disciplinamiento y normalización”.

[...] la estrategia de disciplinamiento y normalización que apunta no ya a moldear los espacios territoriales, sino los cuerpos y subjetividades de quienes los habitan. Es que el despojo de la gran minería no sólo tiene lugar sobre los bienes materiales, sino sobre los deseos y necesidades que construyen (a) los sujetos. (COMPOSTO e NAVARRO, 2012, p. 72)

Um exemplo dessa estratégia de controle e disciplinamento das subjetividades nos foi relatada em uma das entrevistas que realizamos com um camponês sem-terra em Jataí (GO), no

⁹⁵ Para Gonçalves (2016), ainda que se tenham certificados internacionais ou projetos e programas sociais e ambientais, o trabalho e a vida dos povos seguem sendo precarizados e a natureza segue sendo destruída: “o ‘preço’ que os camponeses e trabalhadores pagam por isso é a ‘erosão’ das condições socioambientais dos territórios da vida e do trabalho, onde a vivência familiar não é mediada pelas relações de mais-valia e acumulação ampliada do capital. Com efeito, muitos desses problemas permanecem escamoteados [...]” (GONÇALVES, 2016, p.461).

dia 13 de fevereiro de 2019. O entrevistado relatou que a instalação da moderna usina sucroenergética da empresa Raízen, no município de Jataí, através do sistema de assalariamento e os sistemas de controle de qualidade, mais especificamente as revistas na entrada e saída da usina, modificam a relação dos agricultores da região com os alimentos e mercadorias produzidas, quebrando aspectos solidários da cultura local camponesa e aprofundando a propriedade privada como mediação hegemônica entre os seres humanos e com a natureza.

A liderança camponesa do acampamento sem terra nos relatou ainda que, *“no modo tradicional da produção, essas pessoas trabalhavam no campo, elas faziam a colheita das plantações, aqueles que trabalhavam estilo meeiro, outros trabalhavam de diarista, mesmo assim no final da tarde, no final do dia, ele levava uma melancia, uma abobrinha, um tomate, tinha uma verdura, um cacho de banana. Hoje não. Pra você entrar numa usina, quem já trabalhou em usina, e a mídia mostra. Você entra você é revistado, e ao sair você é revistado. Muitas delas você tem que levar o alimento de casa. E eu conheço casos de pessoas, que em casa falta. E, por exemplo, no nosso meio tradicional, antigo, da agricultura, se um dos companheiros tivesse com uma necessidade, o próprio patrão ou os outros companheiros fazia uma vaquinha ali com todo mundo. Não dava dinheiro, mas dava alimentação, ele não ficava sem”* (Jataí-GO, 13/02/2019).

Dessa forma, as antigas relações de poder da agropecuária tradicional goiana prevaletentes até a década de 1970 estão sendo profundamente alteradas com os ciclos de modernização capitalista. Essa alteração nas relações de poder possui impactos significativos nas subjetividades e na existência camponesa e dos povos cerradeiros. O relato do camponês sem-terra apresenta os efeitos dramáticos (a fome) oriundos da quebra de determinados mecanismos de solidariedade social e de sentidos atribuídos aos produtos agrícolas pelo aprofundamento da racionalização própria da modernização capitalista.

Segundo Aragão e Santos (2017), a mudança na acumulação de capital na economia global tem sido abordada por intelectuais e técnicos de distintas esferas (organizações multilaterais, empresas, governos, ONGs) como processos que, apesar de conter “riscos”, seriam grandes oportunidades de desenvolvimento para os países periféricos e semiperiféricos. No pior dos casos, a narrativa destes organismos apresenta esse processo de *land grabbing* como “inevitável”, impondo para agenda dos governos, das empresas e das populações, não o seu combate (tratado como “loucura”) mas apenas a minimização dos seus “riscos sociais e ambientais”.

Centrada em soluções pontuais para os problemas gerados por essa dinâmica, essa abordagem parte do pressuposto de que tais investimentos constituem um movimento inevitável e irreversível, justificado pelas tendências da economia global pós-2008, pela crescente demanda asiática por alimentos, ração e biocombustíveis e, ainda, como parte das dinâmicas de investimento em face da crescente preocupação com os efeitos das mudanças climáticas. [...] esta abordagem se insere em um paradigma de governança global diretamente associado às políticas neoliberais, voltadas, portanto, à abertura e institucionalização de novos espaços e estruturas para acumulação de capital, sobretudo mediante a conversão de bens comuns e fundamentais à reprodução humana em simples commodities (ARAGÃO E SANTOS, 2017, p.58).

Um dos efeitos e objetivos da ideologia neoextrativista analisada por Gonçalves (2016), e que também ouvimos em diversos relatos de camponeses em Jataí (GO) e em Catalão (GO), é a noção de que “não há alternativa” (GONÇALVES, 2016). As empresas seriam muito poderosas, com apoio político e econômico, com bons advogados e empresas de segurança, dentre outros aspectos, especialmente o seu vínculo com o Estado e políticos. Toda essa noção de onipotência e inevitabilidade do progresso e da modernização capitalista tem como objetivo desencorajar qualquer processo de resistência, individual ou coletiva. Servem para amolecer as barreiras territoriais a serem destruídas no avanço do capital neoextrativista. Os camponeses e demais populações atingidas, muitas vezes, “se vêem numa situação de fatal inalterabilidade das condições de degradação da natureza, do trabalho e dos seus ambientes de existência coletiva” (GONÇALVES, 2016, p.374).

Uma série de perspectivas reformistas e conciliatórias atuam sobre o neoextrativismo latino-americano. Reconhecendo seus impactos sociais e ambientais, buscam estabelecer critérios contábeis financeiros para diminuir os impactos ou pagar pelos danos inevitáveis causados. Os recursos naturais são assim incorporados nos paradigmas capitalistas e neoliberais de “custo/benefício”. Essa abordagem reformista neoliberal é alvo de críticas, por parte de Veltmeyer e Petras (2014), em relação a: 1) a uma tendência geral/global de mercantilização da natureza; 2) ao abandono da teoria da luta de classes.

No primeiro caso, podemos citar duas formas de apropriação do mercado sobre a natureza: a) permitindo sua destruição (impactos), desde que paguem os custos financeiros às comunidades atingidas ou governos e; b) utilizando mecanismos de mercado para reduzir o desmatamento, mitigação da mudança climática, etc., pagando àqueles que as protegem (VELTMEYER e PETRAS, 2014).

No segundo caso, do abandono da teoria da luta de classes, Veltmeyer e Petras (2014) apresentam uma crítica à teoria pragmática e reformista do “custo-benefício”. Veltmeyer e Petras (2014) apresentam a “*superiority of class analysis to neoclassical cost-benefit analysis*”,

tecendo uma crítica às análises do fenômeno do neoextrativismo que caem em erros formalistas e economicistas. Esse erro estaria baseado, em pelo menos, três pilares: 1) conceito de sociedade civil em substituição à estrutura e luta de classes; 2) pretensão de ser pragmática e útil, dentro do que já está estabelecido, se limitando a pensar/propor mitigações dos impactos ambientais e sociais; 3) disputas de modelos de “governança” com maior presença do estado, mais participativos, mais distributivos, mas ainda dentro do modelo neoextrativista.

From this perspective, the issue is not the correlation of class forces in the resistance against extractive capitalism, but the social and environmental costs of extractivism, which, although possibly mitigated and the country's resources prudently 'managed', have to be balanced against the anticipated or purported benefits of natural resource extraction. Thus, rather than establishing the class division associated with the costs and benefits of extractivism - the former borne by workers, small landholding peasants, family farmers and indigenous communities; the latter appropriated by capitalists and rentiers - the contemporary discourse on extractivism (and the environmental movement, which is rooted in 'civil society' rather than the class structure) is not in the least concerned with issues of class. Rather it is concerned with the question as to whether the social and environmental costs of extractivism are acceptable and manageable, and also the question of the appropriate governance regime, an issue regarding which two basic models have been advanced. One, based on corporate self-regulation, or corporate social responsibility [...]. The other, based on state regulation as per the post-Washington consensus [...] (VELTMEYER e PETRAS, 2014, p.38).

Ao contrário disso, os pesquisadores propõem que

[...] the major issue [...] as a propensity of capitalism towards class conflict: that resource extraction tends to pit mining companies against local communities in a class struggle, and because of a coincidence of economic interest (profits for the company, resource rents for the government) the state tends to side with the company against the community in the resulting class struggle (VELTMEYER e PETRAS, 2014, p.46).

Esta ruptura, com a interpretação neoclássica de custo-benefício em relação ao neoextrativismo, é fundamental, pois também ataca a base das narrativas da “governança global” e neoliberal para o *land grabbing* (ARAGÃO e SANTOS, 2017). Critica também as análises progressistas ou “marxistas” que buscam justificar os processos de apropriação de terras como causas unilaterais, genéricas e inevitáveis das “forças globais do capital” (em geral como meio ideológico de isentar os governos progressistas das suas próprias escolhas políticas e econômicas), tal como aponta Gudynas (2015) em seu artigo sobre “colonialismo simpático”⁹⁶.

⁹⁶ Gudynas (2015) irá polemizar com o que chama de “moda Harvey” por intelectuais e governos progressistas latinoamericanos. Sua crítica se direciona não à Harvey *em si*, mas fundamentalmente como tem sido apropriado de maneira “colonial” para legitimar o discurso “simpático” de esquerda ou anticapitalista de intelectuais e governos progressistas. Gudynas (2015) afirma que os estudos de Harvey “[...] son tan abstractos que permiten una crítica radical al capitalismo como fenómeno global pero no obligan a entrar en los detalles nacionales o latinoamericanos. (...) Es que varios progresistas hacen justamente eso, cuestionan el capitalismo internacional

Contribuindo com essa linha de interpretação, Levien (2016) afirma que a centralidade do conflito de classes não está apenas no processo de trabalho e extração da mais-valia, mas também na questão da moradia, terra e recursos territoriais. As particularidades dessa questão agrária-ambiental na América Latina, e no Brasil em particular, tornam essencial uma atenção redobrada e aprofundamento teórico nas estratégias discursivas e ideológicas que as legitimam, como parte de uma análise da estrutura e da luta de classes mais geral:

Há um reconhecimento crescente de que a maneira como as sociedades expropriam o trabalho não é o único fato relevante na tentativa de compreender estruturas sociopolíticas e de demarcar seus eixos de conflito de classes. A maneira como as sociedades expropriam terra e recursos naturais e a maneira como produzem espaço para qualquer configuração político-econômica são igualmente centrais; na verdade, contêm um potencial político explosivo em muitas partes do Hemisfério Sul atual (LEVIEN, 2014, p.44-45).

A apropriação de terras e recursos territoriais passa, portanto, pela compreensão teórica da centralidade dos conflitos e da luta de classes em oposição às teorias lógico-formais (baseadas no “desenvolvimento das forças produtivas”) e às teorias da conciliação de classes, ou teorias nacionalistas e estatistas, ou no caso específico do Brasil, a teoria da “democratização em geral”. Portanto, a opção pela análise teórica com centralidade nos conflitos de classes está diretamente vinculada à própria insuficiência da concepção histórica de Marx “[...] como um processo cumulativo, em que o desenvolvimento técnico corresponde à divisão do trabalho e à socialização” (FERREIRA, 2010, p.11).

Segundo propõe Ferreira (2010), a teoria social deve passar por uma renovação conceitual, absorvendo as contribuições teóricas anarquistas, anticoloniais, dentre outras teorias “insurgentes”, no que tange à compreensão do campesinato (dentro do debate mais amplo de classes e agentes sociais), da relação campo-cidade, do poder e do Estado. É importante rever também a concepção de história, campo esse que o marxismo, apesar de ora ressaltar a determinação estrutural sobre a ação das massas, e ora ressaltar a importância da ação dos sujeitos, sempre o fez em um “quadro geral” de centralidade do desenvolvimento econômico-industrial (FERREIRA, 2010).

Muitas outras contribuições da própria tradição marxista foram elaboradas em relação a esse debate, mesmo que em muitos casos de forma descontínua e através de críticas parciais. José de Souza Martins foi um importante crítico das concepções “economicistas” nas ciências

pero sin asumir las contradicciones en el propio capitalismo interno, o atacan al imperialismo pero casi nada dicen sobre el colonialismo interno que imponen sobre campesinos o indígenas”.

sociais. Relacionando este debate de concepção histórica com as formulações conceituais em relação ao campesinato, Martins (1983) afirma que:

[...] há uma distorção teórica na discussão política que hoje se faz nos meios acadêmicos a respeito das lutas camponesas. Nela, a história é concebida como o desenvolvimento das forças produtivas e das alterações que tal desenvolvimento promove nas relações sociais. Certamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Entretanto, fazer dela sinônimo de história é uma heresia (MARTINS, 1983, p.14).

Deixa claro sua concepção que “[...] o processo histórico é constituído pelas relações sociais, pelas relações e antagonismos de classes” (MARTINS, 1983, p.14-15). Martins (1983), portanto, através da crítica das concepções economicistas, que tomam de maneira formal/reificada o desenvolvimento das forças produtivas como centralidade, retoma a importância dos conflitos e da ação concreta dos sujeitos na luta de classes como fatores também determinantes na história.

Antes de Martins (1983), e a partir de outra abordagem do marxismo, Caio Prado Jr. em seu livro “A Questão Agrária no Brasil” (1979), formula uma sentença importante em relação à compreensão histórica e a luta de classes, contribuindo para a crítica às ideologias desenvolvimentistas de sua época e também da atual: “A técnica é um meio, e não um fim em si própria; e por isso somente vale em função do fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. O progresso tecnológico não significa uma melhoria de condições do trabalhador” (PRADO Jr., 1979, p.42).

Ou seja, o que define o sentido e a finalidade da técnica (e, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas e da modernização) é o próprio sujeito que opera conscientemente e objetivamente tal técnica. São as relações de poder e a luta de classes que determinam as reais significações sociopolíticas do desenvolvimento. Estando sob a dominação do sistema capitalista, “desenvolver a economia” significa desenvolver a exploração, pois é esse o sentido e a finalidade do sistema e da própria burguesia enquanto sujeito histórico.

Como pudemos ver anteriormente com Levien (2014), Veltmeyer e Petras (2014), Gudynas (2009) e Ferreira (2010) a economia não se desenvolve “acima do bem e do mal”, muito menos para atender uma suposta vontade “geral” ou “nacional”. A crítica às discursividades e ideologias da nova onda global de apropriação de terras e territórios se torna tão importante, para desnaturalizar um processo conflitivo e que tende ao aprofundamento das desigualdades, da precarização do trabalho e destruição da natureza.

Os conflitos no mundo agrário em geral, e brasileiro em particular, expressam uma natureza de classe, desde o seu conteúdo até a forma violenta como o conflito pela terra, água e subsolo se desenvolve e se expressa na história e no Brasil contemporâneo. Esta conceituação se torna fundamental para analisar o processo de *land grabbing* e neoextrativismo. Desta centralidade no conflito de classes iremos necessariamente desenvolver a nossa análise para a contribuição geográfica da formação dos territórios, sendo o conflito elemento fundante dos territórios e territorialidades, sendo dialeticamente através do conflito a possibilidade de emergência dos “territórios livres” ou dos “contra-espços” (MOREIRA, 1985).

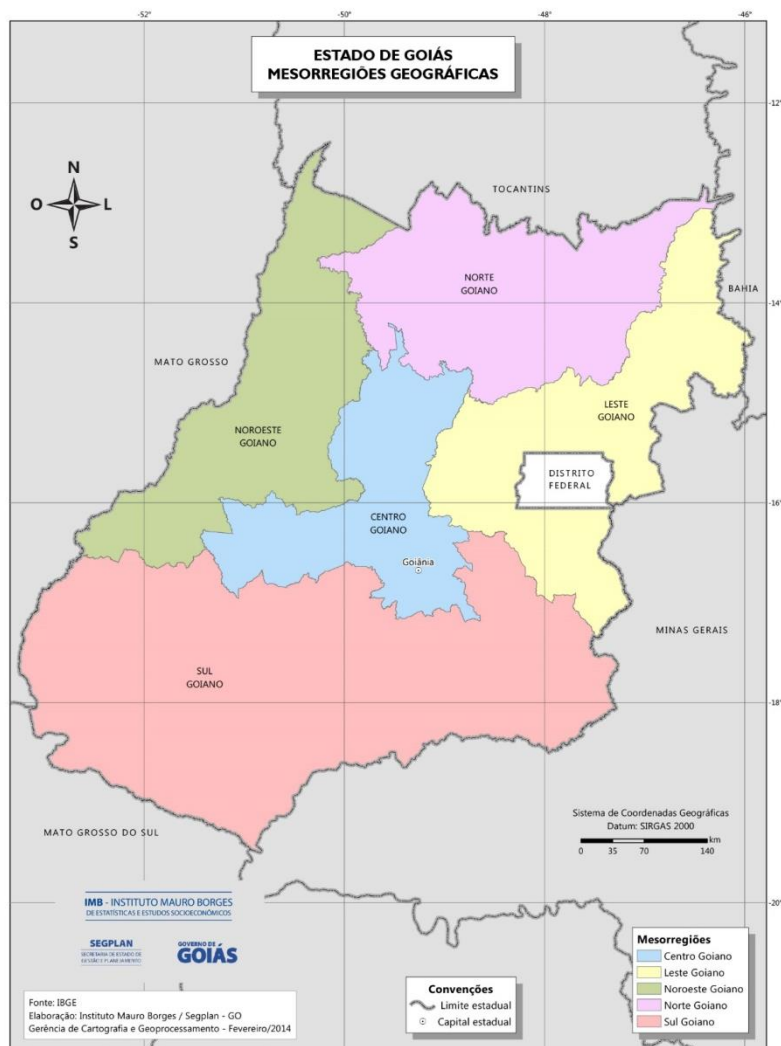
3 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA INTERNACIONAL NA MESORREGIÃO SUL GOIANO

Com a nova onda (ou ciclo) colonialista mundial de apropriação de terras e recursos territoriais a partir da primeira década do século XXI, os territórios em Goiás tornam-se alvos dos grandes projetos capitalistas, que buscam integrá-los aos circuitos multiescalares de acumulação de capital e às redes de poder políticos e culturais. A terra, a água, minérios e energia são os combustíveis que o capital e os Estados buscam disputar e se apropriar.

A mesorregião do Sul Goiano é uma das cinco mesorregiões do estado de Goiás. É formada pela união de 82 municípios agrupados em seis microrregiões: Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois. É uma das regiões com forte pressão dos grandes projetos capitalistas altamente dependentes de recursos territoriais como terra, água e subsolo.

O Sul Goiano assume um papel significativo no fenômeno mundial de “*boom* das commodities”. Algumas razões explicam o papel de destaque conferido à região: localização estratégica próxima a centros de poder e de escoamento da produção (principalmente São Paulo, e a partir deste para o mundo); uma moderna rede técnica capaz de garantir a produção e distribuição das *commodities* pelo território nacional até o mercado internacional; governos municipais e estadual aliados aos grandes projetos capitalistas modernizantes; condições naturais (relevo, clima, recursos hídricos) favoráveis a viabilidade econômica de reprodução do capital dos empreendimentos da agro-hidro-mineração territorializados, dentre outras características. Tudo isso, em um Bioma-Território onde, geralmente, os espaços estão “ocupados por trabalhadores da terra, camponeses, indígenas e quilombolas” (GONÇALVES, 2016, p.119). Conformam assim novos conflitos e relações de poder, dominação e exploração no espaço agrário brasileiro e goiano, trazendo a necessidade de analisar e compreender os novos componentes da questão agrária e ambiental contemporânea.

MAPA 3 - MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DE GOIÁS (2014)



FONTE: Gonçalves (2016)

Analisar o *boom das commodities* e a corrida global pela apropriação de terra, água, minério e energia, permite compreender as diferentes formas de territorialização e expansão do capital no Brasil. As condições naturais e sociopolíticas já existentes de cada localidade e regiões irão ser fundamentais, assim como o são em Goiás e, mais especificamente, nos municípios ao sul do estado. O atual espaço agrário e ambiental do território goiano materializa o processo imperialista e colonialista contemporâneo. De acordo com Gonçalves (2016, p.196):

[...] em Goiás a última década desvela o processo de intensificação e expansionismo do capital nas fontes das commodities agrominerais, especialmente terra, água e subsolo, transformando as paisagens do Cerrado em um campo aberto para a atuação mercantil das empresas capitalistas.

Ainda sobre a participação das áreas de Cerrado em Goiás no *boom das commodities*, de acordo com Gonçalves (2016, p.197),

Nas últimas décadas foram criadas as condições objetivas (infraestruturas logísticas, técnicas e tecnologias etc.), políticas e sociais (programas estatais, disposição de mão de obra etc.) para a atuação do capital nas áreas de Cerrado em Goiás. A partir dos anos 2000 Goiás participou do boom das commodities intensificando seus complexos de soja, carne e minérios. Isso significou e significa também a expansão das estratégias de apropriação e extração dos minérios do subsolo pela mineração, uso da terra e da água pelas empresas rurais modernas, construção de hidrelétricas e exploração intensiva da força de trabalho. Portanto, revela o negócio da agro-hidro-mineração nos territórios do Cerrado em Goiás.

Esse processo geral envolve então uma série de setores capitalistas, e tem como consequência a intensificação dos conflitos, da mercantilização dos recursos naturais e da expropriação dos territórios que garantem a existência coletiva dos “povos cerradeiros” (MENDONÇA, 2015).

Esse não é um processo que se dá naturalmente ou um processo puramente econômico. É um processo forçado e, muitas vezes violento, de abertura de territórios para a expansão capitalista. Mas uma série de condições foram criadas dentro do projeto neodesenvolvimentista e neoextrativista, tal como um aparato institucional de programas agrícolas, instituições de pesquisa e tecnologia (públicas e privadas), investimentos em infraestrutura e logística, para que as empresas nacionais e internacionais de sementes, de agrotóxicos, farmacoquímicas, mineradoras, agroindústrias e de produção de energia, continuem mapeando os potenciais do Cerrado para o lucro e a acumulação de capital. O Cerrado goiano acompanhou a tendência do sistema mundial capitalista de corrida pelos recursos agrominerais e energéticos (Tabela 2).

A exportação goiana experimentou o aumento significativo do comércio de todos os principais setores produtivos nesse início de século XXI. Com um valor que ultrapassou US\$ 7 bilhões em 2013, representando um crescimento de mais de 1000% das exportações em comparação ao ano de 2001. As exportações, portanto, exercem um protagonismo importante na economia goiana, de modo que o IBM⁹⁷ (2014) estima que no ano de 2013 elas corresponderam a 12,5% do PIB de Goiás. Além dos já estabelecidos setores de soja, carne e minérios em Goiás, também houve aumento considerável de outros produtos, como açúcar, milho, algodão, couro, leite e derivados, café e demais produtos agrícolas.

⁹⁷ IBM é o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, órgão estadual vinculado ao estado de Goiás.

TABELA 2 – EXPORTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS GOIANOS POR VOLUME E RECEITA – 2001 E 2013

Produtos	2001				2013			
	Volume (t)	%	US\$ FOB (Mil)	%	Volume (t)	%	US\$ FOB (Mil)	%
Complexo Carne*	58.312	3,2	98.491	16,5	504.483	5,2	1.584.822	22,5
Complexo de Soja	1.572.619	85,3	287.615	48,3	4.487.896	46,7	2.392.856	34,0
Complexo de Minérios*	61.482	3,3	124.617	20,9	519.782	5,4	1.310.170	18,6
Açúcares	68.867	3,7	14.519	2,4	588.188	6,1	249.786	3,5
Milho	178	0,0	171	0,0	3.143.761	32,7	722.611	10,3
Demais produtos	82.878	4,4	69.858	11,7	335.576	3,5	741.474	10,6
	1.844.158	100,0	595.271	100,0	9.615.921	100,0	7.042.674	100,0

*Complexo de carne: carne bovina, carne avícola, carne suína e outras carnes.

*Complexo de Minérios: ouro, amianto, sulfetos de min. de cobre, ferroligas e outros minérios.

Fonte: IBM (2014, p. 14).

Org.: IBM (2014), adaptado por Gonçalves (2015).

Isso aponta a participação dos territórios goianos nos processos globais de acumulação, beneficiando-se do aumento dos preços internacionais das commodities e a consequente elevação expressiva na demanda. Esse processo está relacionado com o crescimento e industrialização que vem ocorrendo de forma mais acentuada, desde a década de 1990, da economia chinesa e outros países asiáticos (Índia, Japão, países árabes) e as demandas que estes países e empresas nacionais e internacionais neles estabelecidas criaram em relação às commodities agrominerais.

Os números da pauta exportadora goiana, considerando dez dos principais mercados de destino segundo o volume e a receita das exportações entre 1996, 2003 e 2010, expõem o crescimento da China e de outros países asiáticos, como a Índia, no comércio internacional goiano (Tabela 3).

No ano de 1996, a China aparecia na 21ª posição em termos de receitas de exportação pelo comércio internacional goiano (US\$ 2.375.077), e na 11ª em relação ao volume dos produtos exportados (9.417 toneladas) (IBM, 2014). Em 2003, o volume dos produtos saltou para 213.201 toneladas, e em 2010 alcançou a 1ª posição com um total de 1.682.503 toneladas exportadas.

TABELA 3 – PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO SEGUNDO VOLUME E RECEITA DAS EXPORTAÇÕES, GOIÁS – 1996, 2003 E 2013.

País de Destino	Volume e Receita das Exportações					
	1996		2003		2010	
	Volume (t)	Receita (US\$)	Volume (t)	Receita (US\$)	Volume (t)	Receita (US\$)
China	9.417	2.375.077	213.201	50.201.206	1.682.503	707.159.217
Países Baixos (Holanda)	618.753	150.634.800	1.629.817	349.001.486	1.157.261	476.176.827
Índia	26.768	13.954.782	23.846	9.205.708	206.450	311.270.415
Espanha	9.011	5.239.996	170.854	44.928.354	227.059	286.685.113
Rússia	4.011	1.134.689	62.277	40.444.540	110.507	261.377.710
Reino Unido	29.421	33.388.557	85.385	30.480.565	198.665	205.213.965
Irã	2.373	722.468	32.702	13.421.309	177.441	188.076.528
Arábia Saudita	10	20.420	14.018	11.036.194	124.965	102.857.407
Tailândia	19.781	7.101.596	54.944	11.773.551	247.080	99.029.964
Japão	35.084	19.017.930	195.262	53.745.944	92.254	97.905.950
Alemanha	5.558	19.762.409	340.300	103.600.545	100.472	85.838.722
Estados Unidos	1.542	33.099.986	7.533	95.032.124	38.652	65.301.223
Outros países	161.497	100.554.793	824.371	290.315.625	1.498.232	1.157.767.576
Total	923.226	387.007.494	3.654.510	1.103.187.151	5.861.541	4.044.660.617

Fonte: IBM (2014, p. 16)

Org.: IBM (2014), adaptado por Gonçalves (2015).

Os valores dessas transações também cresceram significativamente, alcançando US\$ 50.201.206 no ano de 2003, e US\$ 707.159.217 em 2010 (IBM, 2011). Mas esse crescimento não aconteceu apenas em relação ao comércio com a China, mas também com outros países europeus e asiáticos, bem como com os Estados Unidos. As relações comerciais entre as mercadorias produzidas em Goiás com as demandas do mercado chinês continuaram a crescer, e chegaram no ano de 2013 com 3.106.110 toneladas de produtos exportados e uma receita de US\$ 1.946.184.522 resultantes da pauta exportadora (IBM, 2014). A China se tornou, neste período, no principal destino estrangeiro das mercadorias produzidas em Goiás.

Esse elemento evidencia um dos aspectos da inserção goiana no sistema mundial capitalista em sua atual fase de Imperialismo Extrativo (VELTMEYER e PETRAS, 2014) ou *land grabbing* (SAUER, e BORRAS Jr., 2016). No entanto, é fundamental que, além das relações comerciais (das chamadas “trocas desiguais”) no mercado internacional, é importante estarmos atentos à territorialização das grandes empresas monopolistas internacionais no estado

de Goiás, representando projetos de colonização e controle de terras e recursos territoriais, bem como através da superexploração do trabalho nas periferias e semi-periferias globais⁹⁸.

Os municípios goianos de Catalão e Ouvidor, por exemplo, evidenciam esse processo através da territorialização de duas grandes mineradoras internacionais, uma norte-americana (Mosaic Fertilizantes) e uma chinesa (CMOC Brasil). As disputas geopolíticas, movidas por interesses imperialistas e colonialistas, estão mais próximas do que imaginamos, e para diversas comunidades tradicionais goianas elas têm significado a invasão de suas terras, seus quintais, a destruição de seus modos de vida e da natureza.

De acordo com Gonçalves (2016), muitas áreas do Cerrado que estavam à margem dos processos de desenvolvimento capitalista, se tornam estratégicas para o capital e o Estado, “como os chapadões ocupados pelo agronegócio, os vales dos rios alagados pelas hidrelétricas e Comunidades Camponesas cujo subsolo é rico em jazidas minerais” (GONÇALVES, 2016, p.249). A partir dos anos 2000, uma nova onda de expansão territorial capitalista ocorre em Goiás. Novos fluxos de investimentos estabelecem novas relações de poder e simbólicas com a sociedade e comunidades, bem como com a natureza, estabelecendo no Cerrado goiano processos de mercantilização e controle sobre outras lógicas e relações não-capitalistas ou comunitárias de existência.

Essa nova onda colonialista de apropriação de terras em escala mundial está, também, diretamente relacionada à apropriação de recursos energéticos. Está no impulsionamento do setor sucroenergético, com a produção do etanol e da cogeração de energia elétrica nas usinas de cana mais modernas. Está também na interrelação entre o capital das empresas mineradoras e agroindustriais para a expansão e controle da energia gerada pelas grandes hidrelétricas. O desenvolvimento capitalista, em sua expressão como neoextrativismo, se apresenta altamente dependente das fontes energéticas (sejam oriundas de combustíveis fósseis ou não).

Por outro lado, o que podemos ver no caso goiano, é um discurso ideológico ambientalista muito forte, como novo legitimador dos processos expropriatórios e predatórios de acumulação do capital. Um exemplo no Brasil, dessa confluência estratégica de capitais de origens diferentes para aquisição de fontes energéticas “limpas” ou “renováveis” são os

⁹⁸ Um exemplo disso é o estudo de Veltmeyer e Petras (2014) que abordam o Investimento Externo Direto em países da América Latina, evidenciando a transferência de capital internacional para as periferias e semiperiferias, especialmente para os setores extrativistas (agronegócio, mineração, etc.).

investimentos da Vale S.A em hidrelétrica. De acordo com a empresa “nos últimos anos, estamos investindo, principalmente, no segmento de hidroeletricidade. Atualmente, temos participação societária em 12 Usinas Hidrelétricas (UHs) e nove Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação no Brasil” (VALE S.A, 2015, p. 1). Como veremos mais a frente, de todas a Usinas Hidrelétricas instaladas em Goiás apenas uma não possui o controle de grandes empresas monopolistas internacionais.

Além disso, o neoextrativismo não se opõe mecanicamente à industrialização ou ao desenvolvimento capitalista. Ao contrário, é um processo de fusões, aquisições e alianças de classe monopolista, envolvendo diferentes setores do capital agrícola, industrial, financeiro, mineral e energético. Dessa forma, evidencia-se uma interpenetração de setores ou alianças de classes no interior do projeto neoextrativista e neodesenvolvimentista brasileiro. De acordo com pesquisa divulgada pela CPT (2013, p.100):

Em 2010, a indústria de mineração e pelotização, o setor de ferro-gusa e aço, as empresas de metais não-ferrosos e a produção de ferro-ligas consumiram, conjuntamente, 27 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep). Esse montante foi superior ao consumo de todas as residências do país, que ficou no patamar de 23 milhões tep (EPE, 2010). Mesmo quando comparados com outros setores econômicos, o consumo de energia da indústria do beneficiamento mineral se destaca das demais. Para produzir uma riqueza equivalente a US\$ 1.000, a metalurgia consome 1.186 tep; por outro lado, a indústria de transformação necessita de 225 tep e a indústria têxtil de 133 tep (EPE, 2011). A mineração e a indústria pesada (que inclui as indústrias de cimento, alumínio, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, não ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose) consumiam em 2007, 29% de toda a energia elétrica consumida no país.

De forma sintética e esquemática, por trás da apropriação de terras pela mineração, por exemplo, está um sistema altamente dependente de fontes energéticas e água. A própria mineração é também peça chave para a produção dos insumos de “correção do solo” para a expansão e apropriação de terras pela agroindústria capitalista. Por sua vez, a produção do etanol impulsionada pela política estatal do carro flex foi um forte impulsionador da indústria automotiva brasileira. Além disso, todos esses empreendimentos são altamente dependentes de água e do capital financeiro. Existiu uma articulação de classes específica do projeto neodesenvolvimentista e neoextrativista, que vigorou durante os governos do PT, que não pode ser reduzida a conflitos e estruturas de períodos ou de séculos anteriores (como, por exemplo, aqueles que opuseram os interesses latifundiários dos industriais)⁹⁹.

⁹⁹ Além disso, ainda em relação às fontes energéticas, vale ressaltar que o processo histórico de mecanização das atividades agrícola no Cerrado, a partir dos anos 1970 até os dias atuais (com destaque para a mecanização do setor canavieiro mais recentemente), envolve também um debate sobre fluxos e fontes energéticas, que ainda está

No caso do estado de Goiás, o uso da energia elétrica é apropriado de maneira desigual pelo território goiano, determinado fundamentalmente pelos grandes projetos capitalistas instalados. Castilho (2014) analisa que o consumo industrial de energia elétrica pode ser explicado a partir de dois padrões de atividades no território goiano. O primeiro é dos municípios hegemônicos pela atividade mineradora mais ao norte do estado, a exemplo de Alto Horizonte, Niquelândia, Minaçu, Orizona, Barro Alto, etc. O segundo é aquele territorializado mais ao sul de Goiás, vinculado às agroindústrias capitalistas, fundamentalmente os setores de carnes, grãos e leite (e mais recentemente o de cana-de-açúcar), nos municípios de Itumbiara, Rio Verde, Jataí, Hidrolândia, Itaberaí.

O Brasil possui as maiores reservas mundiais de nióbio, um metal estratégico para a indústria de eletroeletrônicos, aviação, indústria militar, e outros setores. No entanto, em relação a exploração¹⁰⁰ e exploração do mineral, o Brasil corresponde a mais de 98% da produção mundial do nióbio, e os principais municípios produtores são Araxá (MG) e Catalão (GO)¹⁰¹. No caso do município goiano de Catalão, as duas empresas que exploram o nióbio são estrangeiras, dos EUA e da China. Isso não é por acaso, tendo em vista a materialização das estratégias imperialistas e colonialistas de controle dos recursos territoriais e de desenvolvimento capitalista em territórios goianos.

3.1 APROPRIAÇÃO DE TERRAS PELO AGRONEGÓCIO NO SUL GOIANO

Para analisarmos a inserção do agronegócio no modelo neoextrativista, bem como nas estratégias das empresas monopolistas internacionais na apropriação de terras e recursos territoriais, é importante tomar como ponto de partida o debate sobre a formação socioespacial

para ser melhor abordado. Antes era altamente dependente de força de trabalho humana, e agora se torna dependente de máquinas, gerando uma interdependência e uma maior disputa de interesses entre essas atividades e outros grandes projetos extrativistas energéticos. As disputas e alianças em torno da energia estão profundamente mediadas por interesses monopolistas.

¹⁰⁰ De acordo com Gonçalves (2016, p.170), “exploração, no âmbito das geociências, refere-se ao termo técnico que define o processo de extração de recursos minerais. Diferente da exploração, portanto, que define a fase de prospecção e pesquisa mineral”.

¹⁰¹ Segundo os dados do DNPM (2014, p. 94), “O Brasil tem as maiores reservas mundiais de nióbio, seguido por Canadá (províncias de Québec e Ontário), Austrália (província da Austrália Ocidental), Egito, República Democrática do Congo, Groenlândia (território pertencente à Dinamarca), Rússia (Sibéria, República da Yakútia), Finlândia, Gabão, Tanzânia, dentre outros. É também o maior produtor mundial da substância, representando mais de 98 % do total mundial. As reservas lavráveis de nióbio no Brasil estão nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Goiás, Rondônia e Paraíba. [...] Os principais estados com empresas produtoras de nióbio são Minas Gerais e Goiás, com capacidade de produção, respectivamente, de 6 Mt/ano e 1,3Mt/ano de minério de pirocloro” (*grifo nosso*).

feita no primeiro capítulo dessa dissertação. O Cerrado goiano foi, durante séculos, ocupado por um tipo de agropecuária tradicional, com uma expressiva territorialização camponesa e dos povos cerradeiros em geral. Esse processo começa se alterar a partir da década de 1970 com a modernização capitalista da agro-hidro-mineração nos territórios goianos.

Esse processo se expressará em Goiás principalmente pela expansão territorial do monocultivo de grãos (especialmente a soja e o milho), enraizando um modelo agrícola latifundiário ainda incipiente na região, ainda dominada pelo latifúndio de bases pecuaristas. Esse processo será uma das marcas, em territórios cerradeiros, das novas configurações das relações assimétricas de poder e reestruturação produtiva no sistema mundial capitalista. As marcas da política agrícola do Estado ditatorial brasileiro a partir dos anos 1970 não foram apenas econômicas e políticas, mas também culturais.

Como é próprio dos projetos colonialistas, incluindo aqueles de “colonização agrícola”, uma das marcas da modernização capitalista da agricultura nos anos 1970 foi a introdução (no estado de Goiás, mas também em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) de novos sujeitos externos de outras regiões do Brasil para a produção agrícola em larga escala e também a introdução do pacote técnico-ditatorial da Revolução Verde. Vindos especialmente do sul e do sudeste, identificados como “gaúchos”, esses novos sujeitos levaram a cabo o projeto colonial capitalista de apropriação das terras e recursos territoriais, assumindo a “tarefa histórica” de inserir os territórios goianos na nova divisão internacional do trabalho e nas novas relações de poder, dominação e exploração do sistema mundial.

A principal característica do colonialismo é a centralização global do poder, inclusive o poder simbólico (social e cultural), gerando o etnocentrismo. Em nossa pesquisa de campo no município de Jataí (GO) entrevistamos, no dia 12 de fevereiro de 2019, um dirigente do sindicato dos trabalhadores rurais que nos relatou que quando os “gaúchos” vieram para Jataí a partir dos anos 1970/80 e se tornaram donos de fazendas (principalmente de soja), afirmavam que “os goianos eram preguiçosos”. Por isso traziam mais gente de fora, desenraizada, para trabalhar. Ainda, segundo o próprio entrevistado, essa afirmação teria relação com o fato de que os “gaúchos” queriam que os goianos “trabalhassem sem descanso nas fazendas”. “Eles queriam passar por cima das leis trabalhistas”, afirmou o líder sindical. Além disso, também pudemos perceber esse conflito étnico e identitário entre as populações locais (“goianos”) e os grupos modernizantes (“gaúchos”) durante outros momentos da pesquisa de campo em Jataí.

De acordo com Gonçalves (2016, p.196), como parte do avanço neoextrativista pelo Cerrado goiano, “modos de ser e viver, que não estão fragmentados da relação dialética com a natureza e seus bens comuns, são despojados e qualificados enquanto atrasado, improdutivo, rude”. Ou seja, são territórios e uma variação de culturas “indígenas, camponesas e de outras matrizes de racionalidade não ocidentais, que a racionalidade econômica mercantil procurou desqualificar como improdutivas” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 109).

A ideologia etnocêntrica difundida de que os “gaúchos” seriam promotores do “progresso” e da “produtividade” nos territórios goianos, e ainda por cima graças a suas qualidades morais (sua disposição ao trabalho, sua inteligência, etc.), obscurecem o fato da modernização capitalista da agricultura em Goiás, a partir dos anos 1970, ser parte de um projeto colonialista que integrava uma ampla aliança de classe nacional e internacional e todo um apoio estrutural do Estado brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal.

Este projeto do Estado ditatorial brasileiro tinha por objetivo a integração capitalista nacional, abrindo as fronteiras agrícolas em direção à Amazônia, onde a região Centro-Oeste estava estrategicamente localizada. Para abrir a fronteira e atrair a colonização “gaúcha” e “paulista” dos territórios goianos foram utilizados uma série de recursos/ferramentas: adoção do pacote tecnológico, subsídios governamentais, financeiros, fiscais, dentre outros, como a grilagem de terras em larga escala e a conivência dos órgãos de Estado para com o projeto colonial de expropriação das populações locais e da natureza.

Os supostos atributos de superioridade do “colonizador gaúcho” sobre os “colonizados goianos” devem ser assim profundamente questionados. Tais narrativas possuem como objetivo a negação de um modo de vida camponês anteriormente territorializado, para a imposição (cultural, econômica e política) de novas relações de trabalho e relações com a terra e com os recursos territoriais mais adequados e submetido aos interesses da acumulação capitalista e do Estado, os verdadeiros promotores do projeto colonial que levou a mais expropriação, violência e exploração dos *povos cerradeiros*.

Assim, o etnocentrismo, ao desqualificar o “colonizado” e suas relações de trabalho e suas relações com a natureza, obscurece profundamente os efeitos socioambientais e as novas relações de exploração e dominação instauradas, já que o projeto colonialista é elevado à missão civilizatória “universal” de levar os “frutos” do desenvolvimento capitalistas para os povos atrasados que ali habitavam anteriormente.

Em relação aos aspectos econômicos da inserção da agricultura brasileira (e goiana) no capitalismo monopolista, Oliveira (2016, p.123) traz uma reflexão importante ao afirmar que “sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”. O primeiro termo da tríade monopolista, teve como objetivo a mercantilização total da natureza e da produção agrícola para oferecê-la ao mercado mundial¹⁰². O segundo termo expressa que o sistema financeiro passa a ser o centro regulador dos preços mundiais das commodities¹⁰³. O terceiro termo da tríade são as empresas monopolistas, que se formaram “a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes” (OLIVEIRA, 2016, p.241). Oliveira (2016, p.241) explica que

Em nível mundial existem quatro empresas mundiais que controlam, praticamente, todo o mercado de alimentos no mundo. A maior delas é a Cargill Incorporated. [...] Outra empresa monopolista do setor de grãos é a Archer Daniels Midland Company (ADM) [...]. Há também, entre as maiores empresas monopolista de alimentos do mundo a Bunge Limited. [...] Entre as quatro principais empresas mundiais do setor de alimentos está também, o Louis Dreyfus Group.

No caso do Brasil, a formação de grande parte das empresas monopolistas internacionais do agronegócio brasileiro está datada, não por acaso, na primeira década dos governos petistas e do modelo neodesenvolvimentista e neoextrativista. Tal como explica Oliveira (2016, p.241),

No Brasil, as empresas monopolistas mundiais tem outra característica nova: abertura de capital e lançamento de ações em bolsas. Assim, na BM&FBovespa estão as ações da Duratex S/A (1966), da Suzano Papel e Celulose S/A (1980), da Eucatex S/A Indústria e Comércio (1994), da Cosan S/A (2005), da Brasilagro – Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (2006), da Klabin S/A (2006), da Vanguarda Agro S/A (2006), da SLC Agrícola S/A (2007), da JBS S/A (2007), da Marfrig Alimentos S/A

¹⁰² De acordo com Oliveira (2016, p.240), “isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais commodities do campo, estão o trigo, o milho, o arroz, a soja, o algodão, o cacau, o café, o açúcar, o suco de laranja, o farelo e o óleo de soja, entre outras. No Brasil, há também o etanol e o boi gordo”.

¹⁰³ Como explica Oliveira (2016, p.240), “a principal bolsa mundial de comercialização de alimentos é a Chicago Mercantile Exchange (CME), ou The Merc, ou simplesmente Bolsa de Chicago. Ela faz parte do CME Group, que controla também a New York Mercantile Exchange (NYMEX), Chicago Board of Trade (CBOT) e a Commodities Exchange (COMEX). Esse grupo detém o principal e mais diversificado mercado de derivativos do mundo. Nela são formados os preços do trigo (wheat), do milho (corn), da soja, contrato Chicago (soybeans), do óleo de soja (soybean oil), do farelo de soja (soybean meal), da soja, contrato latino--americano (SA soybeans), do arroz em casca (rough rice), da aveia (oats), da carne bovina (beef), da carne suína (pigmeat), da carne de frango (chicken), do leite (milk), dos ovos (eggs), do etanol (ethanol) etc. Na Bolsa de Londres, são definidos os preços do açúcar (sugar), do café (coffee), do cacau (cocoa) etc. Na Bolsa de Nova York, correm as cotações do açúcar (sugar), do café (coffee), do algodão (cotton), do cacau (cocoa), do suco de laranja (orange juice) etc. No Brasil, a BM&FBovespa atua no mercado, inclusive futuro, do café (coffee), da soja (soybeans), do milho (corn), do boi gordo (cattle) e do etanol (ethanol)”.

(2007), da Minerva S/A (2007), da Cosan LTD (2007), da São Martinho S/A (2007), da Tereos Internacional S/A (2007), da Satipel Industrial S/A (2007), da Fibria Celulose S/A (2009), da BRF S/A (2009) e da Biosev S/A (2013). É necessário destacar que, em 2007, a SLC Agrícola S/A tornou-se a primeira “fazenda” empresa de capital aberto do mundo a colocar ações em bolsas.

Buscando explicar teoricamente os processos monopolistas territoriais na agricultura, Oliveira (2016) irá desenvolver os conceitos de “territorialização dos monopólios” e de “monopolização dos territórios”. O primeiro conceito estaria associado, principalmente, a produção canavieira e florestal, sendo que a mesma empresa monopolista internacional se territorializaria mantendo o “controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal”, fazendo com que “o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica” (OLIVEIRA, 2016, p.242)¹⁰⁴.

Já o processo de monopolização do território estaria associado, principalmente, aos setores de grãos, carne, lácteos e outros. De acordo com Oliveira (2016, p.243),

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (trading companies) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras.

No entanto, diante desse esforço conceitual sobre os processos monopolistas territoriais na agricultura, é importante salientar a atuação dinâmica, flexível e contraditória das empresas monopolistas internacionais, possibilitando que “a mesma empresa mundial pode atuar de uma forma em um setor e de outra, em outro” (OLIVEIRA, 2016, p. 243). Esse fator não pode ser menosprezado, e ao qual devemos estar atentos, sob o risco de cair em simplificações e generalizações equivocadas, inclusive para compreender as suas devidas relações com a onda global de apropriação de terras e recursos territoriais.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Segundo Oliveira (2016, p.242), esse processo de territorialização dos explica a permanência do trabalho escravo no Brasil, mesmo com o desenvolvimento capitalista na agricultura: “Insisto em afirmar que é por isso que o trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro – ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país”.

¹⁰⁵ Em relação a esse processo contraditório do capital monopolista na agricultura, Oliveira (2016, p.243) cita que este “é o que ocorre com a ADM, a Cargill, a Bunge e a Dreyfus, que atuam no setor canavieiro por meio da territorialização do monopólio e no setor de grãos monopolizando o território”.

Sob o conceito de “estrangeirização de terras”¹⁰⁶, o relatório DATALUTA revela um importante processo em curso na acumulação de capital, envolvendo em especial o setor sucroalcooleiro, mas não apenas. Pelos dados apresentados (Quadro 1) sobre as empresas com capital internacional que possuem terras no estado de Goiás em 2015, das 22 empresas estrangeiras 11 tem como uso do solo a produção de grãos (em rotação) e 11 empresas produzem Cana-de-açúcar. Portanto, existe uma produção significativa de grãos e cana por meio de uma nova configuração da exploração capitalista em territórios goianos na atualidade (DATALUTA, 2016).

QUADRO 1 - EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO COM CAPITAL INTERNACIONAL ATUANTES EM GOIÁS (2015)

Nº	RAZÃO SOCIAL	EMPRESAS E FUNDOS RELACIONADOS	ORIGEM DO CAPITAL	USO DO SOLO	UF
1	ADM do Brasil Ltda.	N.I	EUA	Algodão; Cacau; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MG; MS; MT; PA; PR; RS; SC; TO
2	Agrex do Brasil S.A.	Ceagro; Los Grobo; Mitsubishi	Argentina; Japão	Grãos (em rotação)*	BA; GO; MS; MT; PR; RS; SP; TO
3	Agrícola Xingu	Multigrain; Mitsui; SLC Agrícola	Japão	Algodão	BA; GO; MG
4	Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	Cresud; JP Morgan; Credit Suisse Heldging-Griffo; Elie Horn; Kopernik Global Investors	Argentina; EUA	Grãos (em rotação)*; Mercado de terras	BA; GO; MG; MT; PI
5	British Petroleum Biofuels	Tropical Bioenergia	Reino Unido	Cana-de-açúcar	GO; MG
6	Bunge Alimentos S.A.	DuPont; The Solae Company	EUA	Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MG; MS; MT; PI; PR; RS; SC; SP; TO
7	Calyx Agropecuária Ltda.	Louis Dreyfus Company/Calyx Agro	França	Frutas****; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MG
8	Cantagalo General Grains S.A.	Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas);	Brasil*; EUA; Japão; Reino Unido	Grãos (em rotação)*	GO; MG; MT; PI

¹⁰⁶ O conceito de “estrangeirização de terras” carrega uma série de equívocos teóricos e contextuais. Isso, no entanto, não significa que pesquisas importantes e sérias não estejam se dando ao redor desse conceito. Assim como os levantamentos de dados governamentais e empresariais possuem em geral problemas de cunho teórico-metodológico mais profundos, e nem por isso deixamos de utilizá-los como fonte. Os relatórios DATALUTA, assim como os relatórios da CPT e outros produzidos por movimentos sociais e redes de pesquisa nacionais, são importantes contribuidoras no aporte teórico e na divulgação de dados nacionais sobre a questão agrária e ambiental contemporânea.

		Grupo Wembley; Agrícola Estreito S.A.; Mitsui&Co; GFN Agrícola e Participações S.A; Sojitz			
9	Cargill Agrícola S.A.	Black River Aseet Management; Grupo Ruette	EUA	Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MA; MG; MS; MT; PA; PR; SP; TO
10	DuPont Pioneer S.A.	DuPont	EUA	***	GO; MT; RS; TO
11	LJN Participações S.A.	N.I	Brasil**; Japão	Cana-de-açúcar	GO; SP
12	Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	Biosev S.A.	França	Algodão; Arroz; Café; Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*	BA; ES; GO; MG; MT; PR; SC; SP
13	Maeda S.A. Agroindustrial	Vanguarda Agro	Japão	Algodão; Café; Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MG; MT; SP
14	Mitsui	Multigrain; SLC Agrícola	Japão	Café	BA; GO; MA; MS; MT; PI
15	Monsanto do Brasil Ltda.	Bayer	Alemanha; EUA	***	GO; SP
16	Multigrain S.A.	Agro Xingu; SLC Agrícola; Mitsui; CHS	EUA; Japão	Algodão; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MA; MG; MT; PR; SP; TO
17	Odebrecht Agroindustrial S.A.	Amirys; BNDES-Par; Odebrecht.	Brasil**; EUA; Japão; Reino Unido	Cana-de-açúcar	GO; MA; MT; MS; SP
18	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Grupo São Martinho; Tereos; Total Agroindústria Canaveira; Turdos Participações	Brasil**	Cana-de-açúcar	GO; MG
19	Raízen Combustíveis S.A.	Cosan; Royal Dutch Shell; Radar; TIIA-Cref	Brasil**; EUA; Países Baixos	Cana-de-açúcar	GO; MG; MS. PR; RJ; SP
20	São Martinho S.A.	Petrobras; Amyris; Mitsubishi Corporation do Brasil S.A.	Japão	Cana-de-açúcar	SP; GO
21	SLC Agrícola S.A.	Mitsui; Black Rock; Credit Suisse Hedging-Griffo; Kopernik Global Investors	Brasil**; EUA	Algodão; Grãos (em rotação)*	BA; GO; MA; MS; MT; PI; RS; SP
22	Vital Renewable Energy Co.	Bom Sucesso Agroindústria Ltda. (BSA); Clean Energy & Tecnologia fund; Leaf Clean Energy Co.; Paladin Capital Group; Petercam	EUA	Cana-de-açúcar	GO

*Soja, milho, canola, colza e sorgo.

**Empresas brasileiras com presença de capital estrangeiro.

***Outros usos relacionados a agricultura.

****Frutas no geral, exceto Laranja.

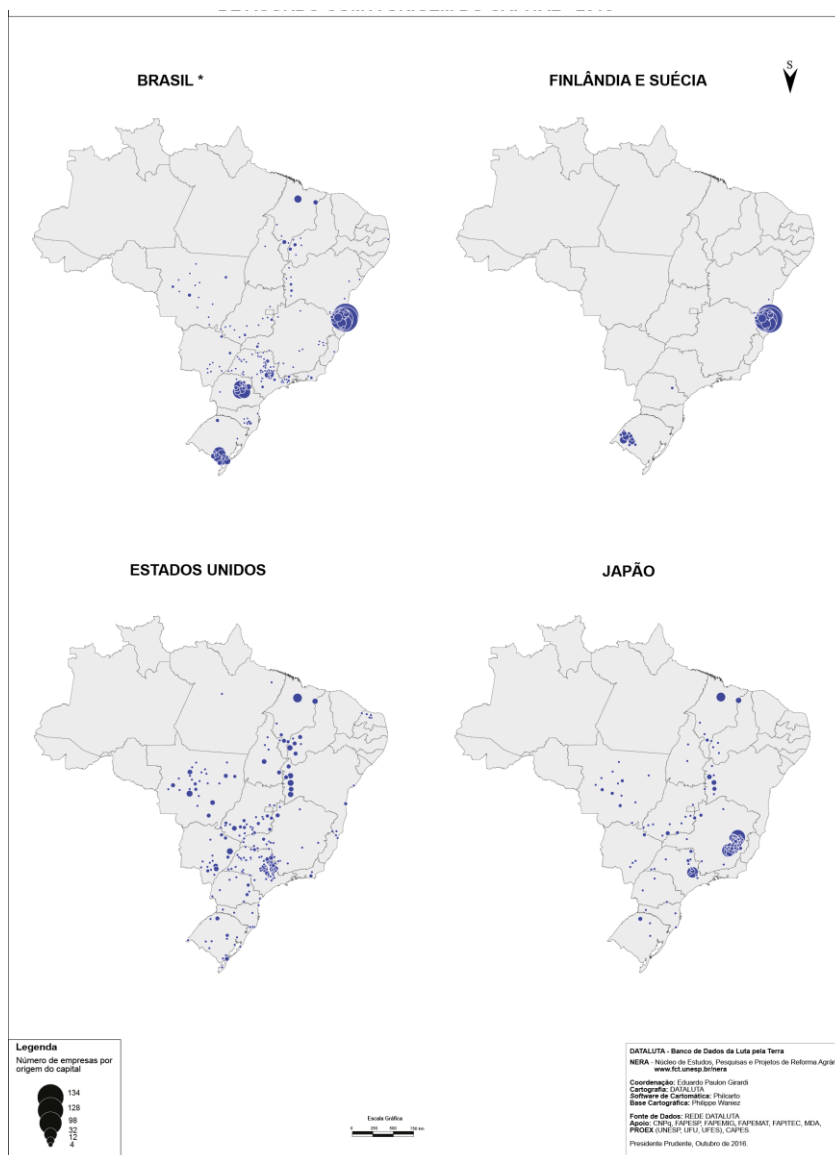
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2016.

Organização: Leon Martins C. Azevedo, 2019.

A partir desses dados sobre as empresas com capital internacional que possuem terras no estado de Goiás, podemos identificar diferentes origens do capital, incluindo seis empresas monopolistas internacionais com capital de origem nacional (Brasil). Além disso, também podemos identificar que, das onze empresas atuantes no setor de cana-de-açúcar, quatro delas também possuem atuação em outros setores do agronegócio, tal como alertado por Oliveira (2016).

As principais produções por parte de empresas monopolistas internacionais no estado de Goiás são de grãos e de cana-de-açúcar. Dentre as principais empresas que possuem terra no estado de Goiás a maior empresa é a Cargil que possui produção de grãos e cana-de-açúcar. No entanto, avançando para um mapeamento desses grandes projetos neoextrativistas agrícolas, percebemos que em Goiás a grande parte deles se territorializou na mesorregião Sul Goiano (Imagem 1 e 2).

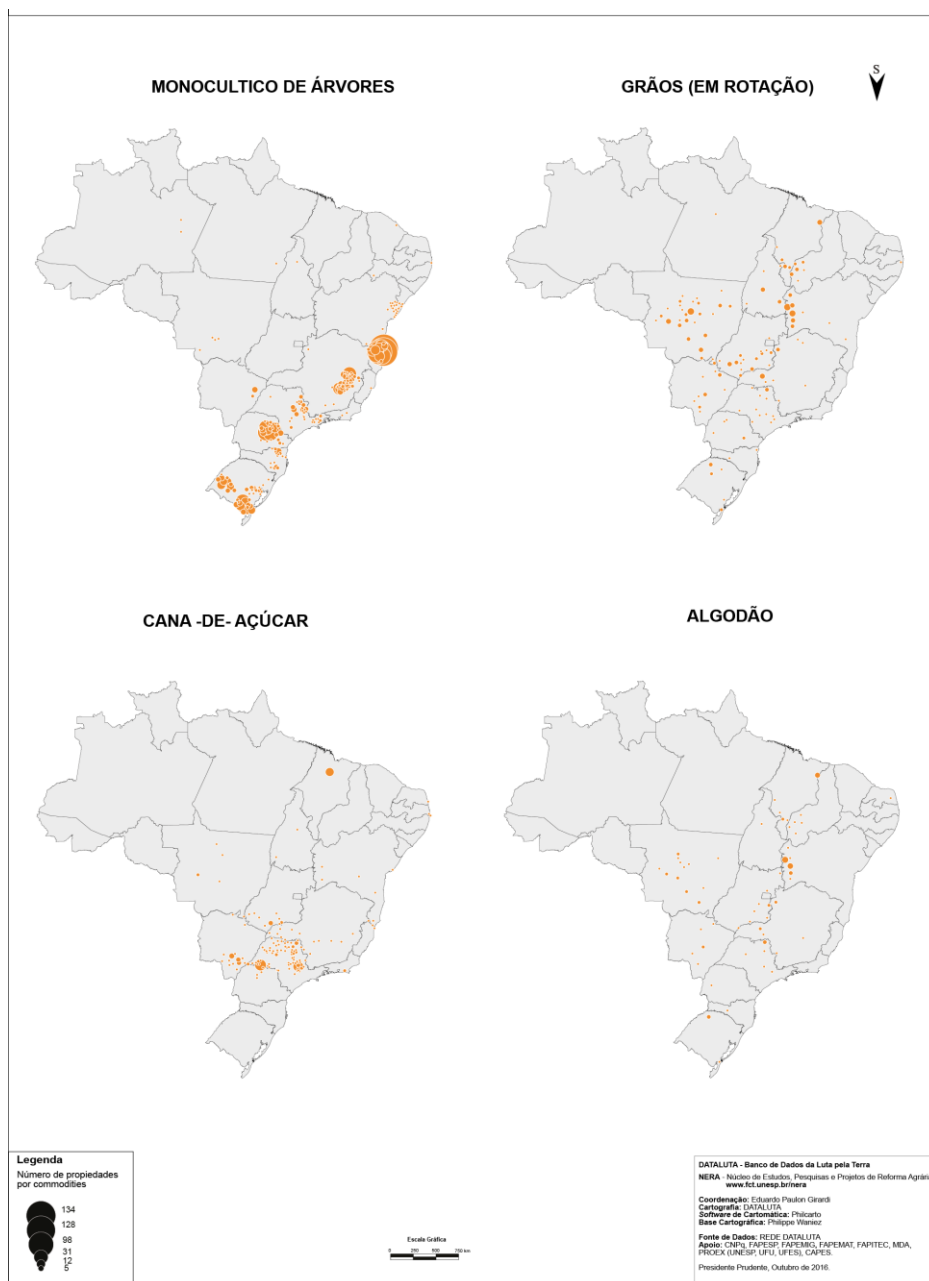
IMAGEM 1 – TERRITORIALIZAÇÃO DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO DE ACORDO COM A ORIGEM DO CAPITAL – BRASIL, 2015



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2016.

A Imagem 1 apresenta a territorialização de uma parcela das empresas listadas no Quadro 1 de acordo com a origem do capital, sendo esta origem nacional (Brasil), Finlândia e Suécia, Estados Unidos e Japão. Apresentamos esse recorte como exemplo que já indica que a grande maioria das empresas monopolistas internacionais do agronegócio que possuem terras no estado de Goiás estão localizadas ao sul do estado. Por sua vez, se analisarmos de acordo com o cultivo (uso do solo) também chegamos a uma territorialização similar quando enfocamos apenas no estado de Goiás (Imagem 2).

IMAGEM 2 – TERRITORIALIZAÇÃO DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO COM CAPITAL INTERNACIONAL DE ACORDO COM A ATIVIDADE AGRÍCOLA – BRASIL, 2015



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2016.

Identificamos que a territorialização do capital monopolista internacional no território goiano tem ocorrido até o ano de 2015, principalmente, na mesorregião Sul Goiano. No entanto, é importante salientar que, esse longo e amplo processo de apropriação de terras e recursos territoriais em Goiás, não tem se dado de forma pacífica.

Segundo o relatório DATALUTA (Banco de Dados de Luta pela Terra, 2016), no ano de 2015 ocorreram 19 ocupações de terra (7,65% do total nacional) no estado de Goiás com a

participação de 6.850 famílias (17,66% do total da nacional). O número de famílias mobilizadas para as ocupações de terra só é superada pelo estado do Paraná com 8.713 famílias envolvidas nas ocupações de terra (22,46% do total nacional). Atrás do estado de Goiás está o estado de Minas Gerais com apenas 3.817 (9,84% do total nacional), mas com o maior número (37) de ocupações de terra (14,74% do total nacional).

Ocorreram 273 ocupações de terra no estado de Goiás durante os anos de 2000 à 2015, mobilizando 51 mil famílias. O MST foi o principal organizador das ocupações. Surpreende, no entanto, que a categoria “OUTROS” aparece com o segundo maior número de ocupações, demonstrando a importância de movimentos de menor projeção nacional, mas com importância local ou regional (tal como o Movimento Camponês Popular – MCP e sua atuação no Sudeste de Goiás). Ocorreram também 15 ocupações sem ter nenhum “movimento” identificado.

Outros movimentos sindicais e populares também tiveram impactos recentes no capital monopolista do agronegócio brasileiro e goiano. A greve dos caminhoneiros de 2018, por exemplo, teve efeitos significativos na política de exportação de commodities e na nova política neoliberal de preços do petróleo. É o que reforçou um executivo da Louis Dreyfus em entrevista no mês de agosto de 2018. Segundo o executivo, o tabelamento de frete conquistado pelos caminhoneiros "é um entrave a qualquer atividade econômica no Brasil nos próximos anos"¹⁰⁷. Além da greve dos caminhoneiros questionar a política neoliberal de preços da Petrobrás baseada no mercado internacional, também entrou em conflito com o capital agroexportador por exigir “preços justos” aos fretes.

É mais uma expressão da luta de classes nas disputas das redes técnicas e da infraestrutura necessária do neoextrativismo e neodesenvolvimentismo brasileiro. Ainda, segundo a revista Istoé Dinheiro, “o diretor executivo de Oleaginosas da Louis Dreyfus Company (LDC), Luis Barbieri, disse no evento Agrifinance que o valor do frete de Jataí (GO) a Santos (SP) aumentou 37,9% entre janeiro de 2013 e janeiro de 2018, enquanto o IGP-M do período acumulou alta de 36,6%”. Citou um projeto ferroviário chamado Ferrogrão: “Temos importantes projetos em andamento, para o próximo governo, como a Ferrogrão. Também tem

¹⁰⁷ Fonte: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/milho/218846-exportacao-de-milho-do-brasil-pode-cair-para-20-mi-t-em-2018-diz-dreyfus.html#.XQXCyohKjIV>, acessado em 19/06/2019.

a renovação das concessões ferroviárias, que é um tema em que vamos precisar nos envolver na discussão.”¹⁰⁸

Os dados do DATALUTA (2016), quando tratam da “estrangeirização da terras”, não citam empresas multinacionais brasileiros como a BRF. No entanto, em relação ao capital monopolista no agronegócio, tal como analisado por Oliveira (2016), é também fundamental analisar outras formas de apropriação e controle sobre a terras e sobre o trabalho, bem como incluir na análise a burguesia monopolista brasileira e o seu processo histórico de internacionalização.

A BRF estabelece, ao nosso ver, outras estratégias de controle do trabalho e da terra que também devem ser inseridas nas novas estratégias colonialistas modernas. A BRF possui uma estrutura produtiva chamada de “integração vertical”, na qual a empresa monopolista explora e controla o trabalho do campesinato. Segundo Oliveira (2016, p.299): “O sistema de integração é a relação de subordinação através da qual a empresa monopolista submete os camponeses avicultores a sua lógica de exploração, embora digam o contrário”.

Levando em consideração o nosso recorte espaço-temporal isso se torna mais relevante ainda. Atualmente, a BRF possui importantes unidades industriais no Sul Goiano, como por exemplo em Rio Verde, Jataí, Buriti Alegre e Mineiros. No entanto, essas unidades vem passando nos últimos anos por problemas, demissões e desinvestimentos. Primeiramente em decorrência de conflitos com o mercado europeu, e mais recentemente com o mercado internacional muçulmano. Nessas unidades a BRF emprega mais de 11 mil funcionários e produz uma média de 692 mil toneladas de alimento por ano¹⁰⁹. No dia 07 de fevereiro de 2019, em reunião entre o governo de Ronaldo Caiado (DEM) e a BRF, foi acordado um plano para a retomada de investimentos em suas unidades em Rio Verde e Mineiros¹¹⁰.

No caso da cana-de-açúcar, Silva (2016) apresenta uma análise histórica na qual a produção de cana-de-açúcar e seu beneficiamento industrial, é pensada sistemicamente desde o início da empresa colonial e escravista portuguesa até os dias atuais. Para Silva (2016), em

¹⁰⁸ Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/agrifinance-louis-dreyfus-diz-que-alta-do-frete-em-5-anos-e-igual-a-inflacao/>, acessado em 19/06/2019.

¹⁰⁹ Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/apos-reuniao-com-caiado-brf-faz-compromisso-de-investimentos-do-sudoeste-goiano-163031/>, acessado em 15/06/2019.

¹¹⁰ Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/apos-reuniao-com-caiado-brf-faz-compromisso-de-investimentos-do-sudoeste-goiano-163031/>, acessado em 16/06/2019.

escala nacional, podemos dividir a atividade canavieira no Brasil em quatro grandes ciclos de expansão.

Esses ciclos de expansão canavieira no Brasil, a nosso ver, devem ser compreendidos como grandes traços das formas de territorialização das empresas, formas de organização e exploração da força de trabalho (e outros fluxos energéticos empreendidos na produção), diferentes discursos ideológicos legitimadores, sendo todos os ciclos anteriores expressões de distintas formas de inserção no sistema mundial capitalista e as múltiplas determinação do imperialismo e do colonialismo em seus momentos históricos e particularidades de manifestações no espaço mundial, passando pelas regiões e nações até as realidades locais.

O primeiro ciclo de expansão canavieira compreende exatamente o início da colonização, ou melhor, da territorialização da empresa colonial-escravista e das relações de poder e dominação de uma sociedade estatal colonial sobre os diversos povos originários e sociedades não-estatais e não-capitalistas que aqui viviam. O início da atividade canavieira, monocultora, manufatureira, moderna, escravista e voltada para exportação (PORTO-GONÇALVES, 2017) surge no século XVI e se expande pelos territórios costeiros do que hoje seria a região Nordeste, quase de forma concomitante a formação política do Estado. Segundo Silva (2016, p.16), a atividade canavieira teve no Brasil um papel central no estabelecimento de uma das instituições mais importantes ao sistema mundial capitalista, a propriedade privada:

Historicamente a relação entre a terra e o capital canavieiro sempre foi bastante estreita. Havia uma verdadeira relação de simbiose entre a propriedade da terra e a agroindústria canavieira ao ponto de trazer dificuldades para a definição de um padrão sobre a anterioridade entre a propriedade da terra e a agroindústria canavieira. O fato é que, de uma forma geral, o capital canavieiro era detentor da propriedade de terras em quantidade, às vezes, superior às suas necessidades para garantir o abastecimento da unidade industrial.

O segundo ciclo de expansão e apropriação de terras pelo capital canavieira, compreende a construção por parte do Estado dos armazéns gerais (SILVA, 2016). O terceiro ciclo de expansão canavieira pelo país ocorre com um dos programas estatais mais conhecidos do setor, o PróAlcool. Diferente dos dois ciclos anteriores, onde o território goiano não havia sido invadido pela empresa e pelo monocultivo de cana-de-açúcar, o PróAlcool gera os primeiros engenhos modernos de açúcar e álcool no estado de Goiás (SILVA, 2016).

Segundo os geógrafos Barreto e Thomaz Jr. (2012), a partir da década de 1970 existem importantes incentivos do governo, como o PróAlcool, para o setor canavieiro em diversas regiões do país. Porém, foi a partir do século XXI que o setor sucroalcooleiro teve um incentivo

estatal jamais visto. Um dos fatores mais expressivos da transformação operada no setor é, por exemplo, a mecanização da colheita de cana-de-açúcar, que é um processo recente na história brasileira, e que teve um boom especialmente a partir de 2005 com o etanol.

Portanto, de acordo com Silva (2016) o quarto e atual ciclo de expansão e apropriação de terras pelo capital canavieiro no Brasil inicia-se a partir do século XXI e irá desencadear efeitos profundos na formação socioespacial de Goiás. Uma série de fatores, desde as escalas locais até a escala internacional, contribuem para essa expansão. De acordo com as pesquisas de Castro (2016) e Silva (2016), podemos afirmar que, dentre outros fatores, o boom das commodities e a corrida global por terras, a política governamental do carro flex, o discurso ideológico do ambientalismo como expressão das relações de poder internacional e programas estatais de investimentos no setor e em redes técnicas (como PAC e BNDES), cumpriram um papel central no atual ciclo de expansão canavieira. Além disso, Silva (2016) ressalta também na recente expansão pelo estado de Goiás, especialmente pela mesorregião Sul Goiano, algumas reestruturações internas ao setor, de tipo técnicas e gerenciais, e as formas de controle territorial,

No atual ciclo de expansão o capital canavieiro adota novas estratégias que lhe permitem atender, ao mesmo tempo, aos princípios do regime de acumulação flexível e da manutenção da verticalização da produção. Diante da aparente contradição entre a busca de uma estrutura de produção mais enxuta, capaz de dar fluidez ao capital e a manutenção do controle sobre as fases agrícola, industrial e comercial, se faz necessário identificar as estratégias e finalidades do capital canavieiro em diferentes espaços e condições (SILVA, 2016, p.16).

Além disso, Silva (2016) também ressalta que, durante os cinco séculos de participação do capital canavieiro do processo de constituição da formação socioespacial brasileira, “esta se mostrou com grande capacidade de potencializar os mecanismos de expropriação de camadas economicamente menos favorecidas, levando a concentração de terra e de capital, além de intensificar o uso de recursos naturais” (SILVA, 2016, p.18).

Por essa dura experiência coletiva, material e simbólica, do papel histórico da empresa canavieira na exploração e expropriação sentida nos corpos de diferentes gerações de brasileiros, “a imagem da atividade canavieira para a sociedade está vinculada a degradação ambiental, a exploração do trabalho e ao domínio do território” (SILVA, 2016, p.18). Levando isso em consideração, no atual ciclo de expansão colonialista os discursos ideológicos legitimadores terão importância particular para o setor canavieiro, tendo dificuldades para se adaptar às discursividades ambientais do atual período imperialista, essencial para criar a sua legitimação frente às comunidades locais.

Observando uma tabela organizada pela UNICA (com base nos dados do IBGE) em relação a quantidade de hectares plantados de cana-de-açúcar dos anos 1980 até 2015 podemos ver a mudança quantitativa da última década do século XX em relação à primeira quinzena do século XXI. Para fins da nossa pesquisa iremos fazer um recorte dos dados:

TABELA 4 - ÁREA PLANTADA COM CANA-DE-AÇÚCAR, 1990 – 2015 (UNIDADE: HECTARES)

ESTADO/ SAFRA	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Goiás	106.826	104.582	148.368	176.328	578.666	967.936
Região Centro-Sul	2.810.895	3.147.090	3.828.581	4.479.911	7.895.289	9.621.715
Brasil	4.322.299	4.359.200	4.975.189	5.633.700	9.164.756	10.870.647

Fonte: IBGE. Organização: União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

Em termos de área plantada, na última década do século XX houve um crescimento de 38,89% no estado de Goiás, mais do que o dobro da média nacional que cresceu apenas 15,11% e um crescimento ainda maior do que o registrado na região Centro-Sul (36,21%) que compreende os estados com maior produção de cana-de-açúcar. No entanto, quando analisamos a primeira quinzena do século XXI, que corresponde mais propriamente ao nosso recorte temporal, observamos que o aumento da área plantada de cana-de-açúcar no estado de Goiás foi de 552,39%, cerca de cinco vezes maior do que o crescimento nacional (118,50%) e regional (151,31%). Segundo os dados do IBGE em 2015, os cinco estados da região Centro-Sul com maior área plantada de cana-de-açúcar, em ordem decrescente eram: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná; sendo que essa configuração nacional nos anos 2000 era bem diferente: São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais.

Poderíamos então, relacionando os dados econômicos com as políticas dos governos, estabelecer uma divisão qualitativa e quantitativa entre a política da pós-redemocratização e a dos quatorze anos de governos do PT (2003-2016) em relação à cana-de-açúcar e ao setor sucroenergético de forma mais ampla.

Atualmente a agroindústria da cana e seus derivados é um dos setores do agronegócio, que representou no PIB 23% das mercadorias produzidas no Brasil em 2013. Vivenciamos um processo de profunda modificação no sistema produtivo dos canaviais, com a mecanização massiva (especialmente na região centro-sul), modificação no papel político e ideológico, com a última década marcada por uma política governamental neodesenvolvimentista e pressionada pela demanda pró-bioenergia, e a vinculação do setor canavieiro com a demanda energéticas

internacionais. Além de um crescente processo de apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista do setor sucroalcooleiro.

Com base em pesquisas preliminares através de alguns dados oficiais, tal como do IBGE e o levantamento da Produção Agrícola Municipal (PAM-2016), podemos observar uma ampliação significativa de áreas plantadas com cana-de-açúcar na mesorregião Sul Goiano. Alguns municípios goianos que sequer possuíam plantações de cana-de-açúcar iniciam em 2007 e seguem com uma ampliação significativa de área plantada até os dias atuais.

O próximo passo da nossa pesquisa será o de refinar as informações sobre quais são esses grupos, quais atividades realizam, quais as suas estratégias de apropriação e controle da terra, quais conflitos envolvendo mais especificamente a apropriação de terras. É o que buscaremos avançar agora, com o estudo sobre a territorialização da empresa Raízen no município de Jataí (GO), como um caso que contribua para compreender a participação do agronegócio no processo geral de apropriação de terras e recursos territoriais.

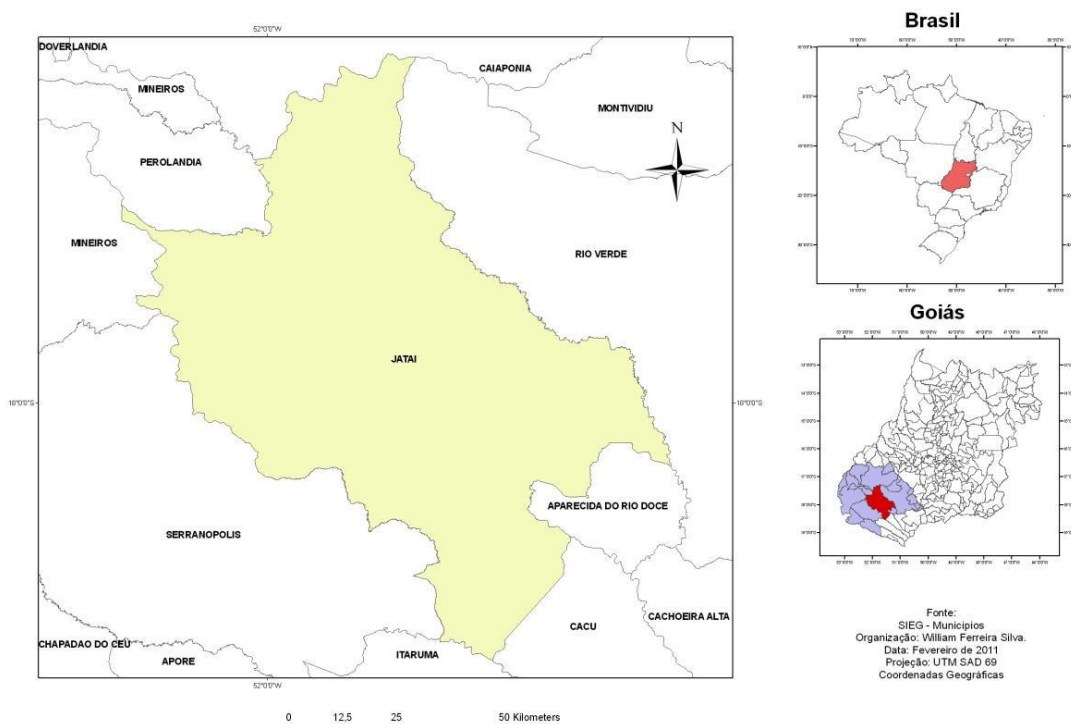
3.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA MONOPOLISTA RAÍZEN EM JATAÍ (GO)

Um dos recortes espaciais e setoriais para essa pesquisa compreende a expansão do agronegócio canavieiro no município de Jataí (GO). Para tal, desenvolveu-se pesquisa de campo, leitura de bibliografia e levantamento de dados, tanto relacionados ao recorte espacial, quanto setorial.

O município de Jataí localiza-se na microrregião Sudoeste de Goiás, que por sua vez está dentro da mesorregião Sul Goiano. De acordo com o último censo (2010), a população de Jataí era de 88.006 pessoas (e de acordo com o cálculo de população estimada do IBGE para 2018 é de 99.674 pessoas). O município possui uma área total de 7.174,225 km² (IBGE, 2018). O atual prefeito de Jataí é o político Vinícius de Cecílio Luz (PSDB), da coligação “Jataí Para Todos” (PSDB / PCdoB / PSD / PR / PPS / PTB / PP / PSL / PRB / PHS).

MAPA 4 – MUNICÍPIO DE JATAÍ (GO)

Jataí - GO



Fonte: IBGE, 2011 e SIEG, 2011. Organização: Silva (2011)

A formação do município de Jataí está relacionada aos processos de expansão do gado na primeira metade do século XIX, vindo de Minas Gerais, São Paulo e do sudeste de Goiás. Entre os fundadores reconhecidos oficialmente que chegaram na década de 1830, está a família Vilela, formada por grandes fazendeiros procedentes de Espírito Santo dos Coqueiros, município de Lavras do Funil, hoje cidade de Coqueiral (MG), e a família dos Carvalhos oriundos da cidade de Franca (SP) (JATAÍ - GO, 2015¹¹¹).

A microrregião do Sudoeste de Goiás, no qual está incluído o município de Jataí, não participou do primeiro ciclo da mineração e seus processos de desenvolvimento capitalista vinculados. Dessa forma, e tal como analisado anteriormente na formação socioespacial de Goiás, o Sudoeste de Goiás esteve até a segunda metade do século XX marcado por uma economia agrária baseada na pecuária extensiva e na agricultura tradicional¹¹².

¹¹¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/historico>.

¹¹² Em entrevista com uma liderança camponesa do acampamento Padre Josima do MST de Jataí, no dia 13/02/2019, ele relembrou que antes da chegada das grandes empresas do agronegócio no município de Jataí predominava a agricultura tradicional. Ressaltou o fato de que as pessoas podiam não ter um grande poder aquisitivo, mas as condições de vida eram melhores, “não faltava alimentação e era mais saudável”. A realidade se complicou com a chegada das grandes empresas. Nas palavras do camponês: “A chegada da cana de açúcar, pra alguns fazendeiros que às vezes tem o capital, tem a terra, mas não tem a coragem de trabalhar nela, pra eles foi viável. Mas pro homem do campo, o homem que lida no campo, foi muito inviável. Porque aqueles fazendeiros

É a partir da década de 1970 que o estado de Goiás irá passar por um processo de modernização da agropecuária baseado em fortes incentivos estatais, mudança da base tecnológica da agricultura, projetos de colonização agrícola. O município de Jataí participa desse processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, transformando a sua agropecuária através da instalação de unidades agroindustriais e incrementando um novo setor capitalista de produção de grãos, especialmente soja e milho. A modernização capitalista na agricultura necessitava de uso intensivo de maquinário e intensivos agrícolas, e o município de Jataí apresenta as condições topográficas, de solo e clima favoráveis a essa expansão.

Em entrevista no dia 11/02/2019, com um geógrafo e professor da Universidade Federal de Jataí (UFJ), este nos apresentou as características agropecuárias de Jataí na virada do século: *“O espaço aqui no município tem certas características que beneficiam o agronegócio. Se a gente pensar, por exemplo, nas condições naturais, de clima solo e relevo, elas proporcionaram essa produção agropecuária em larga escala, já bem antes da atividade canaveira. [...] Até a virada do século, o espaço aqui era dominado basicamente pela criação de gado, tanto para finalidade de corte ou leiteira, e as áreas mais nobres, as áreas mais planas, ocupadas basicamente pelo cultivo de grãos. [...] Os fundos de vales mantinham as criações de gado, e os chapadões com grãos”*.

Na virada do século XX-XXI, Jataí já poderia ser considerada uma cidade do agronegócio, com empresas de revenda de maquinário, revenda de insumos, assistência técnica, oficinas. Ainda na entrevista com o professor da UFJ, este nos relatou que *“Todo o aparato no urbano para manter essa máquina em funcionamento já existia. Só que voltada especificamente para o seguimento de gado, de grãos, e de meados da década de 90 pra cá também voltado para a criação de suínos e aves”*. Portanto, o município já estava bastante estruturado em termos da garantia do processo de acumulação de capital da agroindústria. O que mudou é que parte das terras passaram a ser disputadas pela agroindústria canaveira (principalmente aquelas áreas ocupadas por grãos), o que gerou uma demanda maior por espaço, por água e também por força de trabalho.

que tinha a terra, mas não tinha condições de trabalhar, às vezes eles cobravam uma porcentagem do pequeno agricultor, mas deixavam ele plantar uma beirada de mato, uma beira de um córrego, uma cabeceira. E, com a chegada da cana de açúcar, acabou com tudo”. Ou seja, os mais prejudicados foram os camponeses sem terra ou com pouca terra. Podemos ver claramente aqui a diferenciação entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio” diferenciada pelo sociólogo José de Souza Martins.

O município de Jataí irá alcançar nas duas primeiras décadas do século XXI elevados índices de desenvolvimento econômico, tanto em relação ao estado de Goiás, quanto em relação ao país. De acordo com os rankings apresentados no relatório estatístico e geográfico sobre o PIB dos municípios goianos em 2016 (IBGE, 2018), o município de Jataí chegou em 2016 entre as 10 primeiras economias no que diz respeito ao setor agrícola, industrial¹¹³ e de serviços.

TABELA 5 – DESTAQUE EM GOIÁS: DEZ MAIORES MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO VA DA AGRICULTURA (2010, 2015 E 2016)

Class.	2010			2015			2016		
	Município	Valor (R\$ Mil)	Part.	Município	Valor (R\$ Mil)	Part.	Município	Valor (R\$ Mil)	Part.
1	Rio Verde	593.343	5,7%	Rio Verde	992.862	6,2%	Rio Verde	1.294.402	6,6%
2	Chapadão do Céu	566.726	5,5%	Jataí	784.901	4,9%	Jataí	969.787	4,9%
3	Jataí	522.810	5,0%	Cristalina	723.400	4,5%	Cristalina	894.720	4,5%
4	Cristalina	492.056	4,7%	Mineiros	376.956	2,3%	Mineiros	477.335	2,4%
5	Ipameri	340.841	3,3%	Goiatuba	318.658	2,0%	Goiatuba	410.216	2,1%
6	Mineiros	323.596	3,1%	Luziânia	293.220	1,8%	Paraúna	396.468	2,0%
7	Perolândia	203.894	2,0%	Catalão	285.720	1,8%	Montividiu	391.683	2,0%
8	Caiapônia	203.455	2,0%	Chapadão do Céu	284.464	1,8%	Chapadão do Céu	375.756	1,9%
9	Luziânia	191.191	1,8%	Paraúna	278.474	1,7%	Ipameri	368.647	1,9%
10	Montividiu	184.441	1,8%	Montividiu	273.678	1,7%	Catalão	368.115	1,9%
	Total	3.622.352	34,9%		4.612.333	28,6%		5.947.129	30,1%
	Estado de Goiás	10.376.549			16.107.353			19.727.711	

Fonte: IBGE / órgãos estaduais de estatística.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO/ Gerência de Contas e Indicadores – 2018

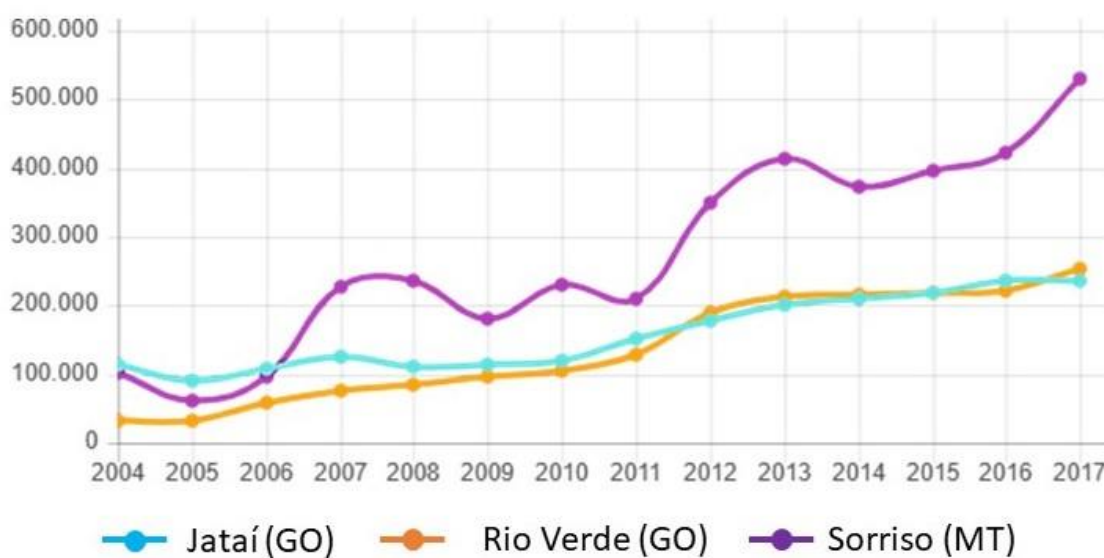
Em relação ao PIB do setor agropecuário do estado de Goiás (IBGE, 2018) o município está em 2º lugar no ranking (969787,08 R\$ - Unidade x 1000), perdendo apenas para Rio Verde (1294402,41 R\$ - Unidade x 1000). Em relação ao mesmo índice nacional Jataí está em 7º lugar e Rio Verde em 3º lugar, Cristalina em 8º, sendo que as outras sete primeiras posições são de municípios do estado de Mato Grosso (IBGE, 2018).

¹¹³ Cabe destacar a importância da agroindústria nesse índice. Segundo o relatório do Instituto Mauro Berges (IMB), com base nos dados do PIB municipal do IBGE, “Jataí obteve participação de 2,1% do VA da Indústria goiana, com destaque para a produção de álcool e de alimentos” (IMB, 2018). Em entrevista no dia 11/02/2019, um professor e geógrafo da UFJ também salientou que “uma das principais atividades industriais aqui de Jataí são ligadas às agroindústrias. Você tem a Louis Dreifus, que é ligada diretamente ao agronegócio. Algumas indústrias que trabalham especificamente com montagem de graneleiras. O negócio final delas não é o agronegócio, mas elas estão ligadas especificamente ao agronegócio. Embora não seja a atividade-fim, agronegócio, mas os clientes são do agronegócio. Então eles montam aviários, granjas de suínos, armazéns de armazenamento de grãos. (...) O abate de aves. A BRF tem uma unidade aqui. Pequena em relação a de Rio Verde, em relação a de Mineiros, mas que também, no contexto da indústria em Jataí, acaba tendo um certo peso. E por fim, a atividade canavieira. Essa como eu já disse a você, é o principal empregador do município, com excessão do setor público. (...) Muito provavelmente um dos principais geradores de ICMS”.

Esses índices estaduais e nacionais se devem, principalmente, ao processo de desenvolvimento capitalista e expansão colonialista a partir da década de 1970 associados aos setores produtivos de grãos e carne nos territórios do Cerrado e do Centro-Oeste brasileiro. Durante as duas primeiras décadas do século XXI Jataí esteve em todos os levantamentos do IBGE relativos à Produção Agrícola Municipal entre os cinco municípios com maior área plantada de milho do Brasil.

No ano de 2004 o município de Jataí foi o maior produtor nacional de milho (114.374 ha). Em 2005 Lucas do Rio Verde (MT) se torna o município com maior área plantada de milho (146.248 ha), o que representou a supremacia até os dias atuais de municípios de Mato Grosso. Em 2007 foi Sorriso (MT) o município com a maior área plantada de milho (228.266 ha), permanecendo até o ano de 2017 como o município com maior área plantada de milho do país (529.320 ha) ocupando mais do que o dobro de hectares que ocupava a uma década atrás. Nesse ano de 2017, o município de Jataí ficou em 4º lugar no ranking de área plantada de milho (236.000 ha), atrás de Rio Verde (GO) e Nova Mutum (MT).

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE ÁREA PLANTADA DE MILHO (HA) EM JATAÍ, RIO VERDE E SORRISO (2004-2017)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

O gráfico 2 mostra que, entre os três dos maiores produtores de milho do Brasil, a área de plantação aumentou significativamente nos últimos anos. Os municípios goianos voltaram a figurar entre os maiores produtores de grãos, disputando com os municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, através da expansão do agronegócio de grãos no Sul Goiano.

Jataí (GO) também está entre os municípios goianos e brasileiros com maior produção e área plantada de soja, com tendência a expansão desde 2009. Segundo dados do IBGE, o município de Jataí foi o maior produtor de soja de Goiás (em relação à quantidade produzida) durante os anos de 2004, 2006, 2007, 2011, 2013, 2014 e 2015. Em todos esses anos apenas perdeu a “liderança” para o município vizinho Rio Verde, que chegou ao ano de 2017 como o maior produtor de soja do estado de Goiás. Por sua vez, Jataí chegou ao ano de 2017 com uma produção de 1.060.200 toneladas e com uma área plantada de 285.000 hectares. Em relação ao restante dos municípios brasileiros, Jataí está em 11º lugar, disputando com grandes estados marcados pela modernização capitalista e latifundiária da “revolução verde”, principalmente do Mato Grosso, e dois da Bahia¹¹⁴ (IBGE, 2018).

Como uma das principais permanências ainda fortes da “agricultura tradicional” praticada na região está a pecuária, apesar de ter se transformado muito nas últimas décadas e se integrado nas redes de produção globais de carne. O município de Jataí, segundo o Censo Agropecuário (2017 – resultados preliminares), possuía 195.641 hectares destinados à pastagem (IBGE, 2017¹¹⁵).

Em relação à produção de cana de açúcar em 2017, o município de Jataí é o 13º município com maior área plantada no estado de Goiás (24 mil hectares). Em relação aos demais municípios do Brasil, Jataí está na 107ª posição (apesar do estado de Goiás estar em 2º lugar em relação à plantação de cana, como vimos anteriormente). Apesar disso, quando analisamos os dados do estado de Goiás sobre Rendimento Médio da produção de cana de açúcar por hectare, o município de Jataí apresenta o 2º maior rendimento médio, chegando a produzir 120.000 kg/ha, só perdendo para o município de Iaciara (GO). Em relação à comparação nacional do Rendimento Médio da cana de açúcar, Jataí está em 3º lugar, ficando atrás do município Holambra (SP) em 1º, e Iaciara (GO) em 2º (IBGE, 2017).¹¹⁶ Isso evidencia que o processo de racionalização capitalista no setor canavieiro em Jataí é extremamente avançado em relação ao restante do estado e do país.

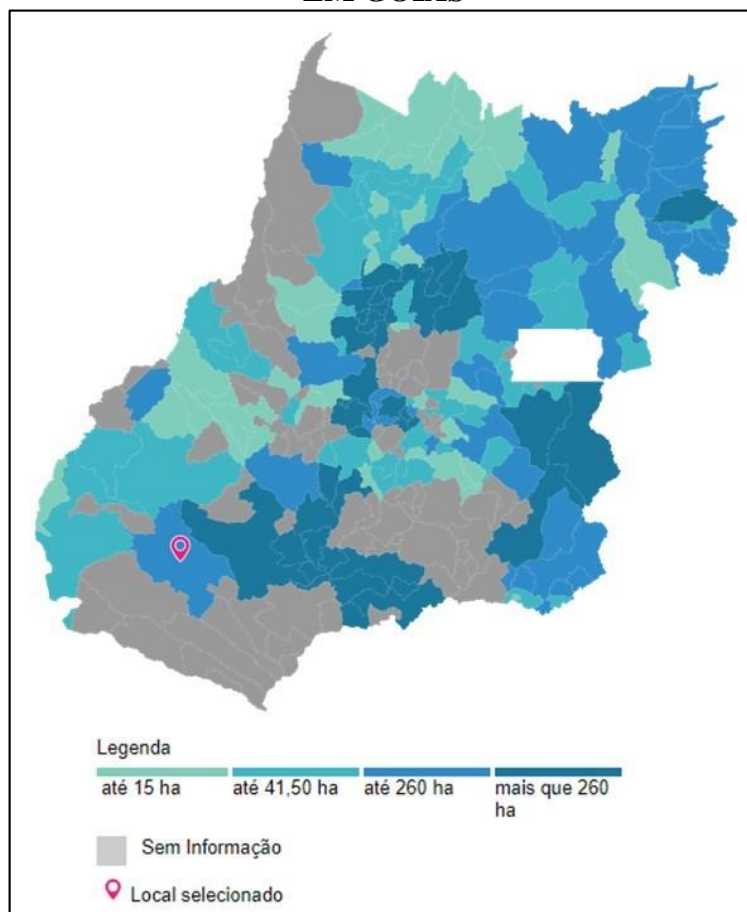
¹¹⁴ Os dois municípios da Bahia são Formosa do Rio Preto e São Desidério. O caso mais significativo é em relação a Formosa do Rio Preto, que a partir de 2007 apresenta uma expansão vertiginosa e ininterrupta de área plantada de soja, saindo da 34ª posição no ranking nacional (com 95.266 ha de área plantada) para chegar uma década depois como 2º município do Brasil com mais área plantada de soja em 2017 (405.583 ha). (IBGE, 2018). É uma expansão da apropriação de terras pelo capital da sojicultura de 325,7%.

¹¹⁵ Ver no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/pesquisa/24/76693?ano=2017-preliminar>

¹¹⁶ No site do IBGE a “Fonte” aparece assim: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

A expansão da plantação e processamento industrial da cana-de-açúcar (derivando em diversos produtos / commodities) é um processo exemplar das mudanças ocorridas em Goiás e, particularmente, em Jataí. Como podemos ver, nas duas imagens 3 e 4, a produção de cana-de-açúcar não só teve um aumento significativo no estado de Goiás (e em Jataí) como teve um processo de concentração territorial na mesorregião Sul Goiano.

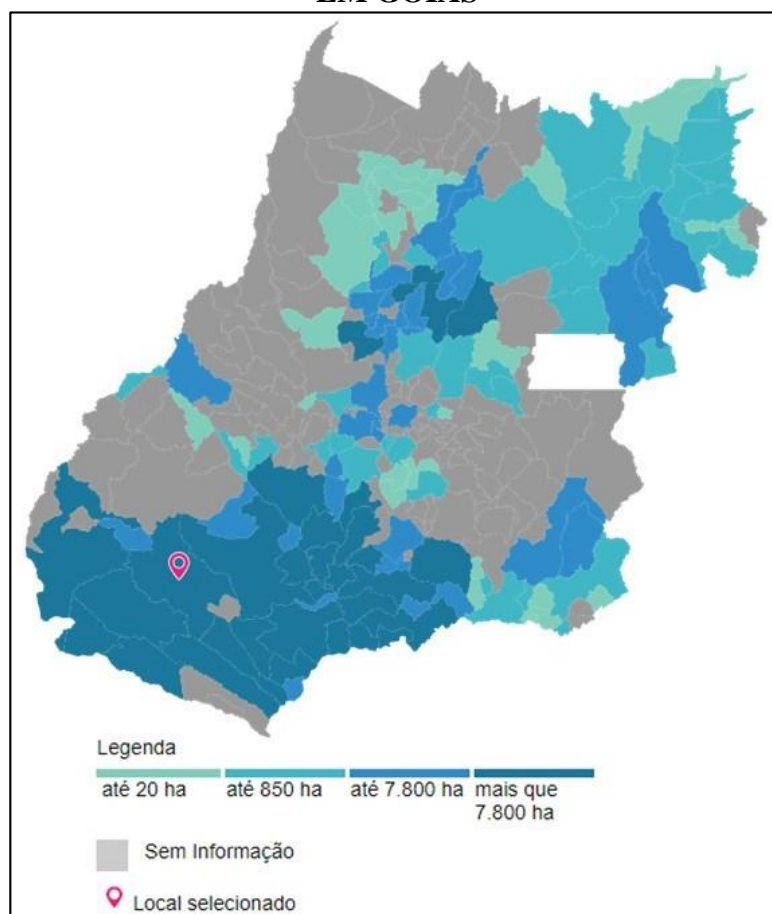
IMAGEM 3 - ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR (HA) NO ANO DE 2004 EM GOIÁS



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2004; Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

No ano de 2004, portanto, a plantação de cana-de-açúcar se apresentava de forma mais descentralizada entre os municípios goianos. Porém, essa realidade mudou mais de uma década depois, quando a área plantada de cana-de-açúcar se concentrou radicalmente na mesorregião Sul Goiano (Imagem 4).

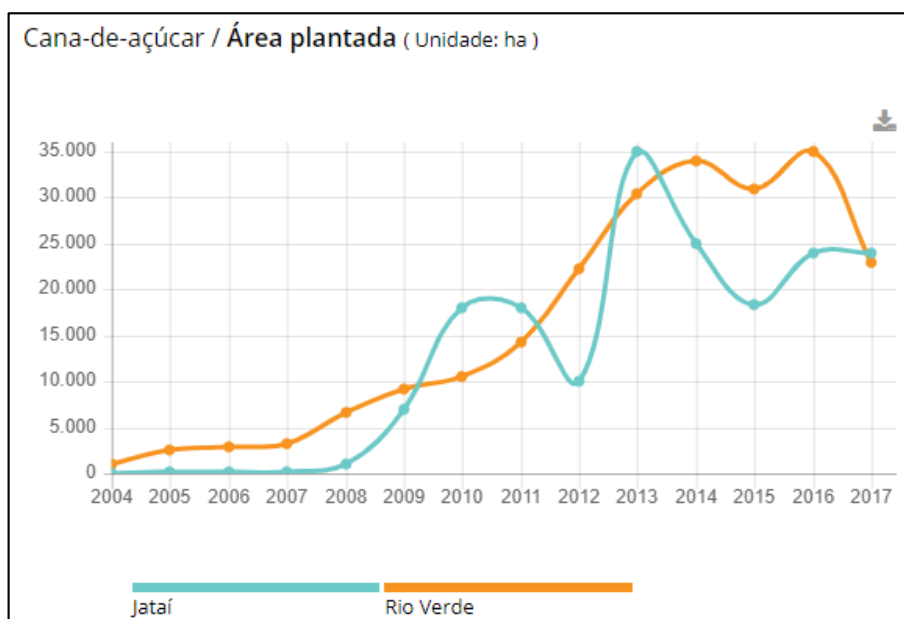
IMAGEM 4 - ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR (HA) NO ANO DE 2017 EM GOIÁS



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

A área plantada de cana-de-açúcar de Jataí que em 2004 era de 75 ha, tem seu ápice em 2013 com 35 mil ha e chega em 2017 com 24 mil ha. Diversos municípios do Sul Goiano passam em uma década de nenhuma área plantada com cana-de-açúcar para os primeiros rankings do estado de Goiás, inclusive do Brasil. Um caso exemplar, também, é o de Quirinópolis (74 mil há de área plantada em 2017), que é o maior produtor de cana-de-açúcar de Goiás e o quinto em nível nacional, mas que até 2005 não tinha um “pé de cana” sequer.

GRÁFICO 3 - ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR (HA) DE 2004 À 2017 EM JATAÍ E RIO VERDE



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

Por sua vez, e relacionada contraditoriamente à essa expansão das commodities agrícolas, a produção de alimentos e frutas em Jataí vem diminuindo com o passar dos anos. Segundo Silva (2011, p.132):

No ano de 2000, a área usada para o cultivo de arroz e de feijão neste município foi respectivamente de 4.500 ha e 1.886 ha. No ano de 2009, a área ocupada com o cultivo de arroz foi de apenas 300 ha e a de feijão foi de 5.500 ha. Se levarmos em conta a área total ocupada pelas duas culturas durante o período, é possível identificar redução da área. Apesar de o referido município ser o segundo mais produtivo da microrregião Sudoeste de Goiás, é evidente a opção pelas culturas que servem à agroindústria em detrimento do cultivo de alimentos de consumo local.

No ano de 2017, a área plantada de arroz e feijão em Jataí foi ainda mais reduzida. Apenas 3 estabelecimentos plantaram 93 hectares de arroz, e, apenas 32 estabelecimentos plantaram 4.454 hectares de feijão. Além disso, pegando como exemplo a banana, houve redução também da produção de frutas do município. No ano de 2006, existiam 40 estabelecimentos que produziam 2.773 toneladas de banana. No ano de 2017, existiam apenas 21 estabelecimentos produzindo 686,2 toneladas de banana (IBGE, 2018). Reforça-se mais uma vez, portanto, a tendência de apropriação de terras pelo capital monopolista e dos interesses estatais em detrimento de alimentos de consumo local tipicamente produzidos pela agricultura camponesa, ainda que já extremamente reduzida em municípios como Jataí (GO).

Esse processo contínuo de apropriação de terras pelo agronegócio em Jataí é marcado pelo controle do capital monopolista internacional. A partir da pesquisa em bibliografia, sites de empresas e de notícias, construímos o levantamento das seguintes empresas monopolistas (nacionais e internacionais) atuantes na agropecuária em Jataí: Raízen Energia S/A, empresa monopolista com capital brasileiro e estadunidense, atuante no setor sucroenergético; Louis Dreyfus Group, empresa monopolista francesa, atuante em Jataí no setor de grãos¹¹⁷; Grupo Caramuru, empresa monopolista brasileira, possui armazéns de grãos (próprios e alugados/contratados) no município de Jataí¹¹⁸; Granol Indústria, Comércio e Exportações S/A, empresa monopolista brasileira, possui armazém de grãos em Jataí¹¹⁹; BRF – Brasil Foods S/A, empresa monopolista brasileira, do setor de carnes, aves e suínos, possui unidade industrial de abatedouro de aves, ração animal e incubadora no município de Jataí¹²⁰; Cooperativa

¹¹⁷ Em 1990 foi inaugurada a unidade processadora de grãos em Jataí (GO). Atualmente, a LDC opera em todo o país cerca de 60 unidades industriais e de logística e empregam nos picos de safra cerca de 11 mil pessoas. Atuam na originação e produção; processamento e refino; armazenamento e transporte; pesquisa e comércio; e customização e distribuição de produtos agrícolas. Com operações nos mercados de açúcar, algodão, arroz, café, grãos, oleaginosas e sucos cítricos. Estão entre as dez maiores exportadoras do País (Fonte: <https://www ldc.com/br/pr/sobre-nos/louis-dreyfus-company-no-brasil/>, acesso em 15/06/2019). Segundo matéria no site De Olho Nos Ruralistas: “A francesa Louis Dreyfus Commodities comparece ao relatório sobre land grabbing com nada menos que 430 mil hectares no Brasil. Para cana, arroz, laranjas e laticínios. E ainda opera mais 500 mil hectares, sem direito de propriedade. O grupo controla 10% do mercado mundial de matérias primas agrícolas, informa a Grain. O grupo está em 12 estados brasileiros” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 01/09/17) Link: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/01/09/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/>

¹¹⁸ Atualmente a empresa monopolista Caramuru possui 67 armazéns em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná, tendo recebido em 2017 cerca de 2,1 milhões de toneladas de grãos de soja, milho e girassol. Em nível nacional a participação chega a 3,41% no processamento de óleo refinado, 12% na moagem de milho, 4,32% no processamento de soja. Em Goiás a participação no processamento de soja é de 22,13%. Com crescimento anual médio de 20%, possui a capacidade de processar 1.910.000 toneladas de soja e 234.000 toneladas de milho por ano (Fonte: https://www.caramuru.com/institucional/?page_id=71, acessado em 15/06/2019). Segundo Oliveira (2016, p.312-313): “A logística do Grupo Caramuru está baseada em uma estrutura multimodal: rota ferroviária de Itumbiara/GO para o Porto de Tubarão em Vitória/ES, e/ou Porto de Santos/SP; rota hidro/ferroviária de São Simão/GO via comboios de 6 mil toneladas pela hidrovía dos rios Paranaíba, Paraná, canal Pereira Barreto e Tietê até o porto de Pederneiras/SP onde fica o terminal hidroferroviário, e, daí segue por ferrovia até o Porto de Santos/SP, onde está Terminal XXXIX. Para a operação ferroviária o grupo tem um acordo com a ALL – América Latina Logística do Brasil S/A e adquiriu cinco locomotivas GE C-30 e 120 vagões graneleiros tipo hopper. (CARAMURU, 2013)”.

¹¹⁹ Segundo Oliveira (2016, p.315-316): “A Granol possui seis complexos industriais (Cachoeira do Sul/RS, Osvaldo Cruz/SP, Tupã/SP, Bebedouro/SP, Anápolis/GO e Porto Nacional/TO); 26 unidades armazenadoras, sendo sete no Rio Grande do Sul (Augusto Pestana, Novos Cabrais, Sobradinho, São Sepé, Restinga Seca, Candelária e Cachoeira do Sul), quatro no estado de São Paulo (Guaíra, Morro Agudo, Birigui e São Paulo), uma no estado de Mato Grosso do Sul (Baús), uma no estado do Mato Grosso (Canarana); dez no estado de Goiás (Mineiros, Jataí, Rio Verde, Itumbiara, São Simão, Edéia, Leopoldo Bulhões, Silvânia, Silvânia - Sargel e Palmeiras de Goiás) e, três no estado do Tocantins (Figueirópolis, Porto Nacional e Aguiarnópolis); 18 unidades comerciais (Pântano Grande/RS, Ituverava/SP, Assis/SP, Iturama/MG, Planura/MG, Parnaíba/MS, Itaporã/MS, Vicentina/MS, Ponta Porã/MS, Chapadão do Céu/GO, Fazenda Jatobá/GO, Silvânia - Sargel/GO, Formosa/GO e Uruaçu/GO); e, dois terminais portuários em Rio Grande/RS e em Santos/SP. (GRANOL, 2013)”.

¹²⁰ A unidade de Jataí foi desativada temporariamente em junho de 2016, quando mais de 500 trabalhadores foram demitidos. Na época, a BRF alegou que o fechamento acontecia por conta da crise econômica. (Fonte: <https://g1.globo.com/goias/noticia/brf-abre-500-vagas-de-emprego-para-reabrir-unidade-em-jatai.ghtml>, acessado em 15/06/2019). No entanto, a unidade reabriu em 2018 direcionada ao mercado muçulmano e gerida

Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – Comigo, empresa monopolista brasileira, com presença em Jataí com três unidades armazenadoras, uma loja agropecuária e uma fábrica de suplemento mineral¹²¹; Cargill Agrícola S/A, empresa monopolista estadunidense, com atuação em Jataí através de unidade armazenadora de grãos¹²²; Nestlé, empresa monopolista de capital suíço, com uma unidade industrial em Jataí¹²³. Alguns outros projetos monopolistas em Jataí foram iniciados e abortados na primeira década do século XXI. É o caso da parceria da multinacional estadunidense ADM - Archer Daniels Midland e o Grupo Cabrera, que tiveram seu projeto da Usina de Açúcar e Álcool Jataí Ltda. aprovado mas nunca chegou a iniciar os negócios em Jataí.¹²⁴

pela OneFoods, subsidiária da BRF. (Fonte: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/brf-vai-reabrir-unidade-jatai-para-atender-mercado-muculmano-69047/>, acessado em 15/06/2019. Segundo o Relatório Anual de 2018, a BRF atua em mais de 140 países, é a maior exportadora de frango do mundo, é a maior produtora de suíno e frango do Brasil, é a segunda maior produtora de frango mundo, possui participação de 11,3% de todo comércio global de aves. No Brasil a BRF possui 32 plantas industriais, 20 centros de distribuição e 85 mil “colaboradores”. A BRF é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores brasileira (B3 – BRFS3) e na Bolsa de Nova York (ADR nível III). (Relatório Anual de 2018).

¹²¹ Segundo Oliveira (2016) a Comigo é uma, dentre várias cooperativas brasileiras, que atua de forma monopolista em escala mundial. “Em 1995, para viabilizar a expansão da suinocultura a Comigo abriu uma joint venture com a empresa holandesa Nieuw Dalland” (OLIVEIRA, 2016, p.385). Fruto dessa joint venture surgiu a Dalland-COMIGO, que, segundo Leite (2004, p.157), “desempenhou um importante papel na implantação da Perdigão, na medida em que passou a fornecer para a empresa 25% da genética das fêmeas e 75% dos machos”. Demonstrando assim o papel que teve a COMIGO não só ao vincular-se ao capital holandês, mas favorecer a expansão da Perdigão/BRF numa região que se tornaria, posteriormente, reconhecida pelo setor de carnes, suínos e aves. Segundo o Relatório do Conselho de Administração de 2018, a Comigo possui instalações em 14 municípios e 47 graneleiros e silos no estado de Goiás, especialmente no Sul Goiano. As unidades de Rio Verde, Jataí e Montividiu são as com maior capacidade de armazenagem de secagem de grãos. De todo o seu faturamento (mais de 4 bilhões de reais em 2018) 62% foi com o segmento de Soja e Derivados, 17% Insumos, 8% Rações, 7% Lojas e 6% Milho/Sorgo.

¹²² A Cargill possui presença mais expressiva no município de Rio Verde, vizinho de Jataí, através de unidade industrial de moagem de soja, produção de farelo, produção de óleo bruto, refino, envase, comercialização e distribuição de óleo. Segundo o Relatório Anual de 2017 a empresa monopolista possui sede global em Minneapolis, no estado de Minnesota, e possui presença em 70 países, totalizando 155 mil funcionários ao redor do mundo. Sua maior operação fora dos EUA é no Brasil, onde atua desde 1965 e emprega 10.157 pessoas. No País, tem sede em São Paulo (SP) e está presente em 17 estados e no Distrito Federal por meio de unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios em 160 municípios. Segundo Oliveira (2016, p.234) a Cargill Incorporated é a maior empresa mundial do setor de grãos.

¹²³ Segundo o levantamento "Global Dairy Top 20" (2018), do banco holandês Rabobank, a Nestlé é a maior empresa de lácteos do mundo, com receita de US\$ 24,2 bilhões em 2017 [Fonte: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/receita-das-maiiores-de-lacteos-do-mundo-subiu-72-em-2017-209391/>]. Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2016 da Nestlé, a empresa está presente em 194 países, destes 86 possuem unidades industriais, contratando 328 mil “colaboradores”. No Brasil a Nestlé possui mais de 20 mil funcionários. A empresa possui no país 31 unidades industriais em oito estados brasileiros, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste. A rede de distribuição tem capacidade de cobrir cerca de 1.600 municípios em solo nacional. A empresa também opera três joint ventures – a Cereal Partners Worldwide (CPW S.A.), com a General Mills; a Dairy Partners Americas (DPA), com a Fonterra; e a Froneri, com 50% de controle da Nestlé e 50% da R&R – e controla a Galderma, companhia farmacêutica do ramo de dermatologia que integra a divisão suíça Nestlé Skin Health.

¹²⁴ Segundo Silva (2011, p.143): “A Usina de Açúcar e Álcool Jataí Ltda. pertencente ao grupo Cabrera em associação com a multinacional Archer Daniel Midland (ADM) já contava com licença de instalação, mas também não tinha previsões de início de instalação. Além disso, a associação entre as duas empresas estava sendo dissolvida por iniciativa da ADM, que buscava vender sua participação no investimento (BRASILAGRO, 2010)”. Mais

A Raízen é fruto da fusão entre o tradicional grupo sucroalcooleiro paulista Cosan S/A e a multinacional do setor petrolífero Shell. Na Raízen S/A, a Cosan S/A Indústria e Comércio e Shell Brazil Holding B.V. têm 50% da participação. Ninguém comprou ninguém, as empresas monopolistas associaram-se no mesmo negócio voltado para a produção e comercialização de etanol, açúcar e energia elétrica a partir da cana-de-açúcar, além da distribuição e comercialização de combustíveis derivados do petróleo. Na fusão, a Raízen incorporou todas as usinas do grupo e os 1700 postos de combustíveis da rede Esso e da rede Shell (OLIVEIRA, 2016).

Fazendo um levantamento sobre a formação histórica da Raízen, Oliveira (2016, p.153-154) destaca a estratégia monopolista e a “acumulação primitiva” na constituição do capital da Cosan:

A constituição da Cosan, um dos primeiros **grupos empresariais monopolistas** do setor, deu origem a um tipo específico de monopólio que atua sob a forma de holding, ou seja, o grupo não concentra verticalmente a atividade produtiva em uma ou algumas plantas industriais, para conseqüentemente, ter o aumento da produtividade industrial calcada no aumento da escala de produção e, portanto, na concentração do processo produtivo industrial. Atua através de aquisições, fusões e arrendamentos para, principalmente, definir fixação de preços, divisão de mercados de atuação, etc. Elimina assim, a concorrência e aumenta os preços dos produtos, e, conseqüentemente os lucros. Ou seja, ocorre **a concentração horizontal**, ou uma espécie de "cartelização técnica". Diferente, pois, do que estava ocorrendo no setor até a década de 90, quando as unidades de produção caminharam na direção da **concentração vertical**. BACCARIN, GEBARA e FACTORE (2009). Portanto, a constituição da Cosan foi feita no interior de um processo de verdadeira "nova acumulação originária (primitiva) do capital", via aquisição de empresas endividadas, acesso fácil ao crédito e políticas públicas de acesso aos fundos públicos, decorrentes das políticas neoliberais que desregulamentaram o setor. Ou seja, combinaram-se simultaneamente, também, a introdução de 25% de adição do etanol anidro na gasolina e lançamento dos carros bicompostíveis flex. É importante lembrar a frase pronunciada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva em Mineiros(GO) em 20/03/2007: "Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento" (FOLHA ONLINE, 2007) (grifos do autor).

Apesar da crise financeira de 2008, que frustrou parcialmente os planos estatais e empresariais de expansão do setor sucroenergético no Brasil, fica claro a importância da apropriação de terras, aquisição de ativos desvalorizados e as políticas estatais (de crédito,

recentemente, em abril de 2016, a empresa ADM vendeu a usina Cabreira Energética, em Limeira do Oeste (MG), para a Companhia Mineira de Açúcar e Alcool. Sendo a única usina da ADM em operação, a empresa monopolista internacional encerrou a sua participação no setor sucroalcooleiro brasileiro (NOVACANA, 2016). (Fonte: <https://www.novacana.com/n/acucar/mercado/adm-mercado-global-acucar-finaliza-venda-usina-brasil-190716>, acessado 15/06/2019).

investimento público e mudanças da política de combustível) dos governos petistas, na constituição da empresa monopolista internacional Raízen Energia S/A.

Ainda, segundo Oliveira (2016), é no ano de 2005 que a Cosan abre seu capital e passa a fazer parte do Novo Mercado da BM&F Bovespa. No ano de 2007, a Cosan Limited, controladora da Cosan S/A, passa a fazer parte da Bolsa de Nova York (NYSE). A partir desse marco, a aquisições de ações da empresa por capitais do mundo inteiro, Oliveira (2016) considera que a Cosan passa a ser uma “empresa mundial”.

Atualmente, a empresa Raízen é líder individual em moagem de cana do Brasil, principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar, terceira maior distribuidora de combustíveis e a maior exportadora individual de açúcar no mercado internacional, com a produção anual de cerca de 4,2 milhões de toneladas de açúcar (RAIZEN, 2019)¹²⁵. Segundo o Relatório Anual 2017/2018, após a aquisição das unidades Santa Cândida (Bocaina – SP) e Paraíso (Brotas – SP), em setembro de 2017, chegou ao total de 26 unidades produtoras, operando a capacidade total de moagem de 73 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. As unidades industriais são abastecidas por 860 mil hectares de área agrícola cultivada, em terras próprias ou arrendadas. A Raízen possui um quadro de cerca de 30 mil funcionários e 15 mil parceiros de negócio (produtores de cana, fornecedores, transportadores e revendedores) em todo território nacional (RAIZEN, 2018).

Algumas ações nos últimos três anos marcaram a expansão da Raízen no mercado nacional e internacional de energia. Em 2016 a Raízen e a Wilmar International, de Singapura, anunciam a criação de uma joint venture, chamada RAW (Raízen and Wilmar), para a originação e exportação do açúcar VHP (very high polarization). A RAW terá participação de 50% de cada empresa. Toda a produção de cerca de 3 milhões de toneladas por ano de VHP da Raízen será exportada pela RAW junto com a originação existente da Wilmar no Brasil. Isso fará com que a RAW se torne uma das maiores exportadoras do açúcar brasileiro para o mundo, com um volume de saída total anual de cerca de 4,5 milhões de toneladas. A RAW terá sede em Singapura, na Ásia, e irá conduzir a sua originação de açúcar no Brasil por meio de uma subsidiária, na cidade de São Paulo. Todas as aprovações regulatórias necessárias já foram obtidas¹²⁶.

¹²⁵ Fonte: <https://www.raizen.com.br/pt/sobre-raizen-nossos-negocios/>, acessado em 15/06/2019.

¹²⁶ (Fonte: <https://www.raizen.com.br/pt/raizen-e-wilmar-anunciam-nova-joint-venture-para-originacao-e-exportacao-de-vhp>, acessado em 15/06/2019).

Em maio de 2018, a Raízen anunciou a aquisição de 70% da comercializadora WX Energy, fortalecendo sua atuação no mercado livre de energia elétrica. A WX Energy, comercializou em 2017 4,4 TWh e faturou mais de R\$ 1 bilhão. O valor da operação não foi revelado e o negócio é tratado como uma “parceria” (joint venture) entre as duas empresas¹²⁷.

Em 1º de outubro de 2018 a Raízen fechou a aquisição dos ativos de *downstream* da Shell na Argentina, no valor de US\$ 916 milhões. Os ativos compreendem uma rede com 665 postos, uma refinaria, uma planta de lubrificantes, três terminais terrestres, dois terminais de abastecimento de aeroportos e uma planta de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo)¹²⁸. Segundo notícia da Valor Econômico: “com a aquisição a Raízen caminha para se tornar uma empresa com receita anual de mais de R\$ 100 bilhões”, além disso, complementa que a Raízen “deu o primeiro passo no mercado internacional e concretizou a maior aquisição de seus sete anos de história”¹²⁹.

A Raízen Energia S/A começou a operar a unidade agroindustrial no município de Jataí no ano de 2009. A unidade possui capacidade de esmagamento de 3,35 milhões de toneladas/ano de cana-de-açúcar, para a produção de etanol e energia elétrica. A unidade da Raízen em Jataí possui apenas duas propriedades rurais, uma que abriga a unidade industrial e outra que serve de reserva ambiental. A primeira tem área de 190 ha e a segunda 135 ha. A cana-de-açúcar que abastece a usina é produzida no sistema de arrendamento e parceria agrícola com latifundiários do município e região (SILVA, 2016).

Em entrevista no dia 11/02/2019, um professor e geógrafo da UFJ afirmou que o município de Jataí (GO) não participou da primeira grande expansão da cana-de-açúcar pelo território goiano que se deu com o Pró-Alcool. Apenas com a chegada da Raízen, como parte da expansão canavieira em território goiano na primeira década do século XXI, que Jataí passa a ter produção significativa de cana.

No início, a chegada da cana-de-açúcar ao agronegócio de Jataí gerou conflitos com os capitalistas e latifundiários do setor de grãos, já estabelecidos na região desde a modernização capitalista da agricultura nos anos 1970/80. Segundo relatado durante a entrevista (11/02/2019), “*O pessoal que planta grãos, eles se sentiram muito preocupados com a vinda [da cana-de-*

¹²⁷ Fonte: <http://www2.ctee.com.br/brasilsolarpower/2016/zpublisher/materia/?url=raizen-assume-o-controle-da-wx-energy-de-olho-no-mercado-de-energia-incentivada-20180508>, acessado em 15/06/2019.

¹²⁸ Fonte: <https://www.raizen.com.br/pt/raizen-conclui-aquisicao-de-ativos-da-shell-na-argentina>, acessado em 15/06/2019.

¹²⁹ Fonte: <https://www.valor.com.br/empresas/5897537/raizen-assume-rede-de-postos-e-refinaria-da-shell-na-argentina>, acessado em 15/09/2019.

açúcar]. E a preocupação deles fazia sentido naquele momento. Havia, na verdade, quatro projetos pro município de Jataí, aprovados junto ao órgão ambiental (...). Se fosse somada toda a área que necessariamente a atividade canavieira precisaria aqui, ia passar de 100 mil hectares, algo em torno de 120 mil hectares. A área plantada de grãos em Jataí naquela época, era menor do que 200 mil hectares. Então o pessoal dos grãos se viu com risco de perder mais da metade da sua área de cultivo caso esses quatro projetos realmente fossem instalados. Outra condição que fez com que eles se preocupassem, é a condição de que boa parte daqueles que plantam não são os proprietários das terras”.

Essa situação de expansão canavieira gerou um embate entre a atividade canavieira e a atividade de grãos, tendo a terra como fator principal de disputa. Chegou a tal ponto que os capitalistas e latifundiários de grãos convenceram a prefeitura e a câmara de vereadores a aprovar em 21 de dezembro de 2010 uma lei limitando a área cultivada de cana-de-açúcar no município de Jataí¹³⁰. Uma lei anterior já havia sido feita em Rio Verde, mas esta já havia sido contestada judicialmente, pelo setor canavieiro, por ser inconstitucional. Segundo a entrevista que realizamos com um professor da UFJ (11/02/2019), em Jataí ela teve um caráter diferente, pois definia um “zoneamento”, ainda assim também foi contestada judicialmente.¹³¹

Naquele momento de estabelecimento, o setor canavieiro buscou investir na disputa ideológica. Em entrevista no dia 11/02/2019, nos foi relatado que na época foram veiculados diferentes tipos de propaganda pela cidade e região, matérias em jornais, TV, *outdoors*, buscando atrair simpatia e investimentos para a atividade canavieira. O discurso se pautava basicamente pelo ambientalismo (energia renovável, etc.) e pela questão econômica (diversificação da produção agrícola com a entrada de mais uma atividade, geração de impostos e empregos, etc.)¹³². Em matéria do Estadão, do dia 09 de janeiro de 2011, sobre a disputa à

¹³⁰ Fonte: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/jata%C3%AD-aprova-legisla%C3%A7%C3%A3o-restritiva-ao-cultivo-da-cana-de-a%C3%A7%C3%BAcar-1.81340>, acessado em 21/06/2019.

¹³¹ A época dos acontecimentos, o então Presidente da Cosan Açúcar e Etanol, Pedro Mizutani, afirmou: "Entendo que seja uma reação natural à chegada de uma nova cultura, mas limitar o plantio é inconstitucional. E essa história de que a cana vai virar monocultura na região não existe, é apenas mais uma alternativa. E onde fica a livre iniciativa? Temos projetos pré-aprovados em Paraúna e Montevidiu (ambas em Goiás). Agora precisamos ficar com o pé atrás, tomar cuidado. Esse tipo de movimento não incentiva que outras empresas invistam em Goiás" (Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,restricao-e-ameaca-a-cosan-imp-,663815>, acessado em 21/06/2019).

¹³² Também em sua tese de doutorado, Silva (2016, p.34) afirma que: “Considerando que a finalidade central das estratégias do capital canavieiro é a formação de territorialidades materiais, na intenção de ter à sua disposição o espaço e nele exercer domínio sobre o uso, chama a atenção o fato de que os atores desse segmento produtivo realizem ações no sentido de alcançar a opinião pública e as classes dominantes locais. As estratégias implicam em convencer as comunidades locais que o setor proporciona vantagens econômicas, sociais e ambientais nos locais em que se instala. A geração de empregos, o apoio à recuperação de áreas ambientalmente degradadas, a oferta de cursos de formação, a realização de ações de assistência social e o financiamento de eventos culturais

época entre o setor de grãos e cana-de-açúcar em Goiás, podemos ver que uma das principais estratégias das empresas que expandem sua apropriação de terras pelo Centro-Oeste é ter um “bom relacionamento com a comunidade”. Segundo o diretor de Pessoas e Sustentabilidade da ETH Bioenergia (empresa controlada pela Odebrecht), Luiz Pereira de Araújo Filho: "Desde o começo procuramos um relacionamento estreito com a comunidade e mostrar os benefícios que a indústria poderia levar".¹³³ Isso mostra a importância que teve o aspecto ideológico, tal como afirmado por Levien (2014) e Ferreira (2018), para a apropriação de terras pelo capital monopolista canavieiro no Sul Goiano.

FOTO 1 – Cerca dividindo atividades de criação de gado e plantação de cana-de-açúcar no município de Jataí (GO).



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.

Autor: Azevedo (2019).

Hoje, mais de dez anos do estabelecimento da atividade canavieira esse clima de hostilidade entre os setores de grãos e cana já acabou. Em grande medida por que a expansão esperada da cana no município com a aprovação para a operação de 4 usinas sucroenergéticas não se concretizou, apenas uma delas saiu do papel¹³⁴. “Mas acredito que se houvesse um novo

são algumas das estratégias utilizadas para convencer a sociedade e criar uma imagem positiva da agroindústria canavieira”.

¹³³ Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,restricao-e-ameaca-a-cosan-imp-,663815>, acessado em 21/06/2019.

¹³⁴ Os outros projetos

ciclo de expansão da atividade canavieira, isso aí viria à tona novamente”, afirmou o professor na entrevista (11/02/2019).

Por outro lado, em meio a esse conflito intercapitalista, o papel do Estado se mostrou evidente nas relações de poder. Se, por um lado, houve a pressão dos setores de grãos já estabelecidos a décadas no município, por outro lado, o setor canavieiro também conseguiu diversos benefícios em todas as escalas de atuação estatal (municipal, estadual e federal). Em escala municipal, a Prefeitura de Jataí sancionou no dia 14 de dezembro de 2010 a Lei nº 3.112, que autorizou a doação de área para a Cosan/Raízan sediar a Fundação Cosan e criar um Centro de Treinamento e Aprendizagem¹³⁵. O fato é que a criação da fundação e centro de treinamento já estavam previstos como contrapartida no acordo entre Cosan e BNDES, e a empresa já teria que arcar com esses custos, mas o Município doou a área¹³⁶.

Outros benefícios em escala municipal, por parte do Estado, de acordo com um professor da UFJ, entrevistado no dia 11/02/2019, foram as *“melhorias de estradas rurais em áreas especificamente de interesse da empresa canavieira, inclusive com asfaltamento”*, sendo que o *“primeiro trecho de asfaltamento de rodovia municipal no município de Jataí, aconteceu por interesse da atividade canavieira”*.

Em escala estadual, o governo de Goiás, juntamente com os outros governos da região Centro-Oeste, desenvolveram políticas estatais de incentivos fiscais e financiamento para atrair o setor canavieiro e outros setores e empresas capitalistas. Segundo o professor e geógrafo da UFJ entrevistado (11/02/2019), foi essa política econômica estatal em nível estadual, juntamente com características topográficas, climáticas e locais que explicam a expansão da atividade canavieira para o Centro-Oeste e para o estado de Goiás, e não para qualquer outra região ou estado brasileiro. Segundo relatado na entrevista (11/02/2019), *“onde estava concentrada a atividade canavieira até essa expansão iniciada em 2003? Estava lá em São Paulo, que ainda é o principal pólo produtor. O que levaria uma empresa a sair lá do estado*

¹³⁵ Como pode ser visto no documento oficial disponível: <http://sislegis.camarajatai.go.gov.br/portal/downloadFile.pdf?sv=2&id=2849>, acessado em 21/06/2019.

¹³⁶ Além de comprovar os favorecimentos do Estado ao avanço de empresas monopolistas do setor canavieiro, é importante retomar aqui o debate desenvolvido no capítulo anterior sobre a ideologia assistencialista e ambientalista como práticas do exercício do poder em torno dos projetos neoextrativistas. Para Composto e Navarro (2012, p. 71), “[...] son muchos los casos donde este tipo de asistencialismo queda fundamentalmente en manos de las empresas transnacionales, quienes negocian directamente con las comunidades locales, proveen servicios sociales y construyen obras públicas y, por lo tanto, terminan asumiendo roles tradicionalmente asociados al Estado. Asimismo, es muy frecuente que esta estrategia opere sobre estructuras de poder local preexistentes, basadas generalmente en relaciones tradicionales de caciquismo o clientelismo político, que son aprovechadas por las empresas para reforzar la ‘gestión de la gobernabilidad’”.

de São Paulo e vir produzir etanol e açúcar no Centro-Oeste? Além daquele contexto inicial, de uma perspectiva de expansão de demanda, o que se coloca aqui é, porque ser no Centro-Oeste, ou ser em Goiás, e não em outra parte do Brasil? Para responder isso, parte da questão passa pela logística, parte da resposta passa pelas condições naturais, de clima, solo e relevo, pela disponibilidade de terras para serem arrendadas ou adquiridas, mas também passa pela atividade estatal. E os governos estaduais aqui no Centro-Oeste, todos eles foram... qual seria a palavra mais adequada? Não sei se coniventes... não é conivente. Eles foram parceiros mesmo, essa seria a palavra mais adequada. Eles foram parceiros dessas empresas que vieram para cá. Parceiros no sentido de ofertar benefícios fiscais. Então, especificamente no caso de Goiás, há um programa de renúncia fiscal em que praticamente todas as empresas que vieram para Goiás nesse período de expansão aderiram a esse programa, chamado Produzir”.

O Programa de Desenvolvimento Industrial do estado de Goiás (Produzir), foi criado em 2000, e tem por principal característica a renúncia de valores determinados de ICMS por parte de empresas, em contrapartida de investimentos de valores determinados no estado. Anteriormente ao Produzir, na década de 80 já havia sido criado o Fundo de Industrialização e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), programa que marcou o início dos incentivos fiscais com o intuito de atrair indústrias nacionais e multinacionais para estado de Goiás (QUEIROZ, 2018).

Segundo Queiroz (2018), entre os anos de 2008 a 2012 foram inauguradas em Goiás sete usinas de cana-de-açúcar, dentre estas seis declararam ser beneficiárias do Produzir. Dentre os investimentos feitos através do programa Produzir, dos anos de 2001 a 2012, no estado de Goiás, 59,30% do total ficaram concentrados no setor sucroenergético e de bicompostíveis. Ainda, segundo Queiroz (2018, p.92):

Nesse contexto em Jataí, Morrinhos e Quirinópolis, 66,6% das usinas declaram que o motivo de instalarem suas plantas positivas no estado de Goiás é a questão da renúncia fiscal do programa PRODUZIR, denotando que o programa auxilia na escolha locacional das usinas e destilarias.

De acordo com o professor da UFJ, em entrevista no dia 11/02/2019, esse programa foi decisivo para que essas empresas viessem pra Goiás, “em dados oficiais, às vezes o valor da renúncia fiscal ao longo de todo o funcionamento do programa é superior ao valor de investimento gasto na instalação do empreendimento”. Um outro exemplo, representativo do

apoio estatal na escala estadual, é o asfaltamento da GO 184, que liga a área urbana do município de Jataí a unidade industrial da Raízen, localizada neste mesmo município¹³⁷.

O Estado brasileiro também teve papel decisivo na expansão e na apropriação de terras pelo capital monopolista internacional, especialmente o setor canavieiro. O BNDES, através de financiamentos e de uma “*linha de crédito específica para indústria sucroenergética durante um determinado período*” (entrevista, 11/02/2019), teve papel preponderante em escala nacional. Nas contas abertas do BNDES, entre os anos de 2005 a 2010, “*os principais investimentos do BNDES foram justamente no setor sucroalcooleiro*” (entrevista, 11/02/2019).

No município de Jataí, a instalação da unidade industrial da Raízen em 2009, contou com amplo financiamento do BNDES. Segundo matéria no site Canal Rural, o montante foi de R\$ 639 milhões, o “BNDES financiará aproximadamente 65% do projeto de Jataí”. Além disso, a Usina Jataí, também participou de leilões de energia nova realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), nos quais garantiu a venda de 4.090.920 MWh à agência estatal por um prazo de 15 anos, com início de suprimento a partir de 2010 (CANAL RURAL, 2009).¹³⁸

A forma de apropriação da terra pela Raízen no município de Jataí ocorre através de contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas, e não pela aquisição da propriedade da terra por meio de compra ou grilagem. Dessa forma, a estratégia de territorialização e apropriação de terras pela Raízen em Jataí (GO) apresenta aspectos importantes em relação a questão agrária e ambiental contemporânea.

Em entrevista no dia 13/02/2019 com o presidente do Sindicato Rural de Jataí, este afirmou que as empresas multinacionais do agronegócio não possuem área própria para plantação no município. A informação também foi reafirmada em entrevista no dia 12/02/2019 com um diretor do Sindicato dos Trabalhadores Empregados Assalariados Rurais de Jataí

¹³⁷ Uma carta de Sônia Maria Prata Rocha, veiculada no jornal O Popular, 15/01/2014, na seção “Carta dos Leitores”, evidencia a contradição entre os interesses da população local com os gastos públicos feitos pelo Estado em benefício direto à setores capitalistas específicos: “Senhor governador Marconi Perilo, por gentileza, gostaria de saber o que está acontecendo com o asfalto da GO-184, prometido e divulgado tempos atrás, que liga Jataí a Montevidú, passando pela venda do Geni, entroncamento que segue para Caiapônia e Montevidú. Estava sendo feito um trecho, que por sinal ficou com trevos sem terminar, na terra pura em três lugares. E o restante está parado, não tem nenhuma máquina dando continuidade, concluído somente até onde dá acesso para a Usina Raízen. E nós a ver navios, tristes por essa obra tão importante para a região (altamente agrícola) estar inacabada. Queremos ter a alegria de ver esse asfalto pronto” (grifo nosso). (Fonte: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/clipping---15.01.pdf>, acessado em 21/06/2019).

¹³⁸ Fonte: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/bndes-aprova-financiamento-788-milhoes-para-cosan-45718/>, acessado em 21/06/2019.

(STER). A compra de terras das grandes empresas multinacionais se restringe a pequenas áreas onde estão localizadas as indústrias. Apesar de não haver a compra da terra, o arrendamento e a parceria agrícola, como debatido anteriormente, também podem ser formas de controle e apropriação de terras pelo capital e pelo Estado na corrida global por terras e recursos territoriais.

Em sua tese de doutorado, William Ferreira da Silva (2016) estudou as estratégias de controle territorial das empresas sucroalcooleiras no estado de Goiás. Segundo Silva (2016, p.27), a Usina Jataí se insere em um novo ciclo de apropriação de terras no estado de Goiás a partir dos anos 2000, concentrado principalmente no Sul Goiano, baseado em um novo padrão técnico gerencial:

A atividade canavieira, que ora realiza esse movimento de apropriação do espaço agrário em Goiás, está, parcialmente, organizada internamente a partir de características que historicamente não se apresentavam nesse setor: a profissionalização da gestão e a abertura dos capitais. Essas características contribuem para modificar o padrão técnico gerencial adotado por algumas empresas ou corporações, demonstrando se tratar do início de uma nova etapa de modernização dessa atividade.

Porém, Silva (2016, p.27) acrescenta que mesmo diante dessa reestruturação interna e do movimento de expansão, “o setor mantém o controle sobre o recurso terra como uma de suas principais características, embora tenha modificado suas estratégias”. Essas novas estratégias de apropriação de terras, combinadas ao novo padrão técnico gerencial, contribuem, nos locais de expansão, para a cristalização ou podem levar, devido ao acirramento da disputa territorial pelos diferentes setores do agronegócio, a ampliação da estrutura tradicional de concentração fundiária (SILVA, 2016).

A preferência do capital canavieiro em Jataí pelo arrendamento das terras, em detrimento da aquisição da propriedade da terra, estaria relacionada à reestruturação produtiva do capital, que Harvey (1994) caracterizou como regime de acumulação flexível. Segundo Silva (2016, p.34), o arrendamento “permite aos investidores alcançar uma condição desejada pelo capital contemporâneo: a flexibilidade e a fluidez das territorialidades quanto aos seus espaços de produção e ao capital empregado”. Além disso, no caso de Jataí, com o agronegócio internacionalizado já estabelecido por meio dos setores de grãos e carne, o preço da terra já se apresentava altamente valorizada¹³⁹.

¹³⁹ Segundo Silva (2016, p.33-34), “o controle fundiário pelos atores da agroindústria canavieira não necessariamente se realiza pela propriedade, sendo substituído pelo arrendamento, pelas parcerias agrícolas e pela contratação de fornecedores na medida em que são abertas unidades industriais novas e ocorre a inserção/fusão de

Por outro lado, apesar da atividade canavieira buscar uma “fluidez” e “flexibilidade” cada vez maior do capital empregado na atividade, a agroindústria canavieira ainda apresenta uma característica intrínseca chamada por Silva (2016) de “rigidez espacial”. A exploração capitalista da atividade canavieira impõe, por questões técnicas de conservação da matéria e dos custos de CCT (corte, carregamento e transporte), a impossibilidade da separação dos ciclos agrícola e industrial (SILVA, 2016). A produção agrícola deve estar o mais próximo possível da unidade industrial, por dois motivos: 1) os elevados custos com as operações de CCT; 2) impossibilidade de armazenar a matéria prima colhida por longos períodos até ser processada industrialmente.

Silva (2016, p.22) afirma que, “essas duas necessidades específicas da atividade contribuem para modificar a lógica de acumulação da renda da terra e, por consequência, a lógica de ocupação dos espaços próximos às unidades industriais”. Sendo assim, Silva (2016, p.22) complementa que “esse é o único segmento produtivo agroindustrial, de grande porte no país, no qual o ciclo agrícola e o industrial são realizados pelos mesmos atores e, invariavelmente, ocupam áreas contíguas”. É o que Oliveira (2016) conceituou como territorialização dos monopólios.

A expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético é, segundo Oliveira (2016), a “fusão territorial monopolista”. Esse conceito apresenta o processo de concentração territorial a partir das aquisições e fusões entre empresas (soldando historicamente e territorialmente as alianças de classe e/ou fusões entre capitalistas industriais, capitalistas agrícolas e proprietários rentistas de terras) que fazem com que “frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos agroindustriais monocultores territorializado que se formam” (OLIVEIRA, 2016, p.157).

As consequências desse processo, bem como a ampliação da disputa capitalista intersetorial pelo território, são apresentadas por Silva (2016) como responsável por elevar os valores de arrendamento e o preço das terras, e consequentemente ampliar as possibilidade de

capital de origem internacional na atividade”. Mais a frente, acrescenta que: “Ao priorizar o arrendamento e a aquisição de matéria prima de fornecedores o setor não está abrindo mão do controle sobre o espaço, apenas altera os mecanismos de controle, de forma a permitir maior mobilidade dos atores hegemônicos sobre o território e a não imobilização de capital na aquisição de terras” (SILVA, 2016, p. 101).

gerar renda fundiária aos seus proprietários no município de Jataí (GO)¹⁴⁰. Segundo Silva (2016), a Renda Diferencial I¹⁴¹, resultando da qualidade dos terrenos utilizados (em relação à fertilidade e à localização), beneficia os proprietários das terras arrendadas ao setor sucroenergético, e também é apropriada pelas empresas monopolistas na condição de arrendatárias, que realizam a atividade agroindustrial sucroenergética.

Em sua pesquisa, Silva (2016) identificou que a estratégia de territorialização da Raízen através da Unidade Jataí, é se apropriar de terras por meio de arrendamentos cada vez mais próximos da unidade industrial, reduzindo as distancias entre os canaviais e a planta industrial (SILVA, 2016). Silva (2016) ressalta ainda que o fato de não possuir terras próprias facilita essa movimentação espacial.

Assim, as terras e os demais recursos no entorno das unidades agroindustriais se tonam verdadeiros territórios canavieiros, na maioria das vezes, se sobrepondo e anulando as demais territorialidades pré-estabelecidas. Tudo o que interessa ao capital canavieiro é alvo de sua ação no sentido de estabelecer controle. Nesse movimento de apropriação as terras mais férteis e melhor localizadas se tonam a prioridade e se tornam alvo de disputas entre os diferentes capitais (SILVA, 2016, p.218).

A partir da abordagem de Silva (2016) sobre as estratégias de controle de terras pela Raízen, e pelo capital canavieiro de forma geral, no contexto de expansão territorial da atividade na mesorregião Sul Goiano, podemos resumir que esta está inserida em uma nova estratégia de apropriação da terra, baseada em três elementos: 1) entrada de capital internacional ou de outros segmentos produtivos; 2) o avanço das técnicas e modelos de gerenciamento; 3) inserção dessa atividade no regime de acumulação flexível.

¹⁴⁰ Em entrevista realizada no dia 13/02, Vitor Caiardo, presidente do Sindicato Rural, afirmou que o acirramento da disputa entre o setor de grãos e o de cana-de-açúcar por terras “causou um aumento expressivo nos valores que se paga nos arrendamentos de área aqui no município”.

¹⁴¹ “A teoria marxista da renda da terra considera como determinantes para a existência de renda da terra diferencial I a fertilidade natural do terreno e a sua localização em relação aos centros consumidores da produção realizada no local (MARX, 19-)” (SILVA, 2016, p.130).

FOTO 2 – Grande extensão de terra pertencente à fazenda Rio Paraíso, com plantação de cana-de-açúcar para o abastecimento da Usina da Raízen, Jataí (GO).



**Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.
Autor: Azevedo (2019).**

As consequências da territorialização do capital monopolista canavieiro envolvem aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais. Segundo a pesquisa de Silva (2016), em Goiás, muitas famílias camponesas que arrendaram suas terras para as usinas sucroenergéticas não tiveram condições financeiras para garantir seu retorno à sua propriedade, já que para o desenvolvimento do canavial mecanizado é necessária a destruição de benfeitorias internas como cercas, currais e redes de energia elétrica. “Nas propriedades rurais territorializadas pelo capital sucroenergético as formas espaciais que não servem ao processo de produção, como as moradias, são abandonadas” (SILVA, 2016, p.188). Isso, em muitos casos, acarreta a destruição das condições de existência camponesa após o período de arrendamento para formar o canavial, já que as famílias “não têm condições de retomar a atividade rural por não conseguir recompor as benfeitorias necessárias à sua sobrevivência naquele espaço” (SILVA, 2016, p.187).

Em relação às consequências ambientais, diversas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em Jataí (GO) destacaram a destruição ambiental acarretada pela expansão territorial canavieira. Cabe ressaltar a visão integrada que uma liderança camponesa sem terra apresentou sobre a questão ambiental, em uma entrevista que realizamos no dia 13/02/2019, “*O maior*

impacto, que mais tem, e que reflete nos outros dois [social e político], é o ambiental. O ambiental abrange ele em si, e abrange o social e o político. Mas por que? Porque se as grandes indústrias desmatam, degradam as beiras dos rios e as nascentes, vão diminuir a quantidade de água. Vão surgir grandes erosões”.

Além disso, a liderança camponesa criticou a parcialidade da justiça ao julgar e punir crimes ambientais, já que se você for de uma “classe social baixa” e plantar na beirada de rio você iria ser preso, mas se for de uma “classe rica” você paga uma multa e pronto. O camponês questiona, *“pagar uma multa vai resolver o problema da camada de ozônio?”*. Em meio a entrevista, o camponês apontou com o dedo a paisagem de latifúndios próximos que estão plantando e desmatadas nas beiradas de rio e completa: *“se você for de uma classe média baixa e se você fazer aquilo lá, você vai pra cadeia, automaticamente”*. Ao passo que observávamos a paisagem, continuamos a entrevista e a pergunta sobre a questão ambiental, então o camponês respondeu que *“o agronegócio é grande, pelos quatro lados que você olhar aqui, nós estamos cercados pelo agronegócio”*.

Retomando como a questão ambiental afeta a economia camponesa, a liderança citou também na entrevista que eles estão numa região bastante rica de água, mas que os latifundiários plantam nas margens dos rios, que com as chuvas a água leva a terra e tampa as nascentes, muda cursos de rios, e cita o fato de que existe um pequeno córrego (que os assentados e acampados sem-terra da região chamam de “córrego da sede”) que passa pelo acampamento Padre Josimo desde o seu início há 13 anos, mas que no ano passado e retrasado ele secou. *“Tudo influencia. Isso vai resvalar aonde? No socialismo. Porque a corda nunca vai arrebentar do lado forte, vai arrebentar do lado mais fraco”*, argumentou a liderança camponesa. Por fim, o entrevistado concluiu o assunto com uma afirmação tão pessimista quanto realista sobre o Estado e a política: *“A maior parte dos políticos é do agronegócio. É uma luta desigual. Não tem como você avançar”*.

Em entrevista no dia 11/02/2019, um professor da UFJ também ressaltou a destruição do Cerrado com a apropriação de terras pela atividade canavieira, especialmente nas áreas que antes eram utilizadas pela pecuária: *“Por mais que essas empresas hoje sejam signatárias de acordos internacionais e selos de qualidade, selos ambientais... nós temos que levar em conta que elas entraram numa região e se apropriaram de terras, que antes eram terras que eram utilizadas para pastagem. Parte pra pastagem, parte pra cultivo de grãos. Eu vejo que o dano principal, do ponto de vista ambiental, ocorreu em terras que eram para pastagem. Por que,*

enquanto eram pastagens, havia uma certa quantidade de vegetação remanescente. Porque para pastagem não havia uma necessidade de limpeza total da área. Então havia pequenos recortes remanescentes de Cerrado nessas áreas. Quando vem a atividade canavieira, pra ela não interessa esses pequenos recortes, pelo contrário, pra ela interessa a área completamente livre, não pode ter obstáculo. Então esses remanescentes de áreas que eram de pastagem, desapareceram”.

Além disso, o professor nos contou durante a entrevista que há relatos de pessoas que trabalhavam na empresa Raízen e contam que elas passavam em determinado lugar com remanescente de vegetação nativa do Cerrado e no outro dia não tinha nem resquício da vegetação. Os interessados no desmatamento iam lá durante a noite, cavavam uma vala, jogavam a vegetação toda ali dentro e tampavam. Não existem provas, são relatos de moradores da cidade e pessoas que trabalhavam na empresa canavieira.¹⁴²

Em entrevista no dia 12/02/2019, com uma diretora do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR, filiado à FETAG e CONTAG), esta relatou também muitos assentamentos (principalmente o assentamento Rio Paraíso, mas também o assentamento Guadalupe) e chácaras que estão nas proximidades das plantações de cana-de-açúcar, tem sofrido com a praga da “mosca do estábulo”. Segundo a diretora sindical, a praga é “*propícia para a água da cana*”, e que ela “*come os animais vivos, matando gado, cachorro, porco, galinha*”. A entrevistada explicou que a “água da cana” é a vinhaça, resíduo da produção do etanol, e que existem represas de vinhaça para irrigação da cana, e essas represas aglomeram muitas moscas.¹⁴³ Além disso, a diretora sindical relatou denúncias feitas de que, até a pouco tempo, a Raízen estava

¹⁴² Além disso, em entrevista com um camponês sem-terra, este também relatou sobre outras práticas ilegais praticadas pelas usinas no município e região, encobertas segundo ele como “acidentes”: “*As vezes acontece aqueles ‘acidentes’, entre aspas. Pegou fogo por acaso, alguém pôs fogo. Mas na realidade a gente vê que foram eles mesmos, ou mandaram alguém. A gente percebe, deixa transparecer, que é essa a realidade. Eles continuam a fazer essa queimada*”.

¹⁴³ Segundo artigo publicado, no dia 08/04/15, no site da Embrapa, “a mosca-dos-estábulos (*Stomoxys calcitrans*) é comum em todo o país e se alimenta de sangue de vários animais, principalmente equinos e bovinos, além de animais silvestres e, eventualmente, o homem. Embora parasite outros animais de criação, os bovinos são os mais afetados, com perdas de 10% a 30% no ganho de peso e até 50% de redução na produção leiteira. Estima-se que os prejuízos causados por esta mosca no Brasil podem atingir 350 milhões de dólares anualmente [...]. Na última década, surtos da mosca-dos-estábulos têm causado sérios prejuízos a pecuaristas nas proximidades de usinas sucroalcooleiras em pelo menos cinco estados brasileiros. Nos últimos três anos, mais de 15 surtos foram registrados em sete municípios de Mato Grosso do Sul, além de surtos registrados também em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás [...]. Pesquisas mais recentes mostram que a torta de filtro (resíduo sólido da filtragem do caldo da cana-de-açúcar) e a palha da cana misturada com a vinhaça ou vinhoto (resíduo da destilação do caldo fermentado durante a produção de álcool) são os principais locais de desenvolvimento e multiplicação de moscas nas usinas de cana-de-açúcar.” (Fonte: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2649716/artigo-surtos-da-mosca-dos-estabulos-proximos-a-usinas-de-cana-de-acucar>, acessada em 22/06/2019).

captando água de uma represa próxima a um assentamento, mas que a empresa já teria deixado de captar a água por questões ambientais.

No entanto, na contramão do que foi afirmado por pesquisadores, pelos camponeses e lideranças sindicais entrevistadas, mas alinhado com as novas diretrizes conservadoras do governo federal, o presidente do Sindicato Rural de Jataí quando indagado sobre os impactos ambientais das empresas do agronegócio, respondeu da seguinte forma: *“Eu não vejo impacto negativo. Existem aqueles que falam, principalmente esse pessoal mais ambientalista. Mas esse pessoal cria polêmica pra qualquer coisa. Na minha opinião não podem nem ser levados em conta, porque são pessoas que ‘quanto pior, melhor’. Então, essa é minha opinião. Deixa eles de lado. É importante que as empresas venham e que nós desenvolvamos a região”*.

Foram feitas diversas tentativas de entrevistas com diretores da Raízen, através de visita presencial a unidade industrial, através de ligação telefônica, e através de e-mail. Em nenhuma das tentativas foi alcançado êxito. Até finalização da dissertação o e-mail sequer foi respondido.

4 APROPRIAÇÃO DE TERRAS PELA MINERAÇÃO NO SUL GOIANO

É importante situar o debate da mineração na atual questão agrária brasileira. Concordando com Gonçalves (2016), mesmo sendo oficialmente da União, o subsolo deve ser compreendido como território em disputa e permeado por conflitos e relações de poder, de dominação e resistência. Para Gonçalves (2016, p.61), as concessões de direitos de exploração mineral junto a órgãos públicos, como DNPM e o MME, “substanciam a apropriação e o controle do subsolo, gerando especulação, conflitos e disputas territoriais”, que impactam diretamente comunidades camponesas e tradicionais que vivem em áreas de mineração.

[...] os minérios compõem, juntos a outros elementos como a água e a terra, mecanismos de apropriação, disputa e (re)organização dos territórios nas áreas do Cerrado em Goiás – configurando o que denominou-se de *negócio da agro-hidro-mineração*. Identificou-se também que a apropriação da terra, água e subsolo estão no centro das disputas territoriais e de classes, compondo, ao mesmo tempo, a questão agrária no Brasil contemporâneo (GONÇALVES, 2016, p.67).

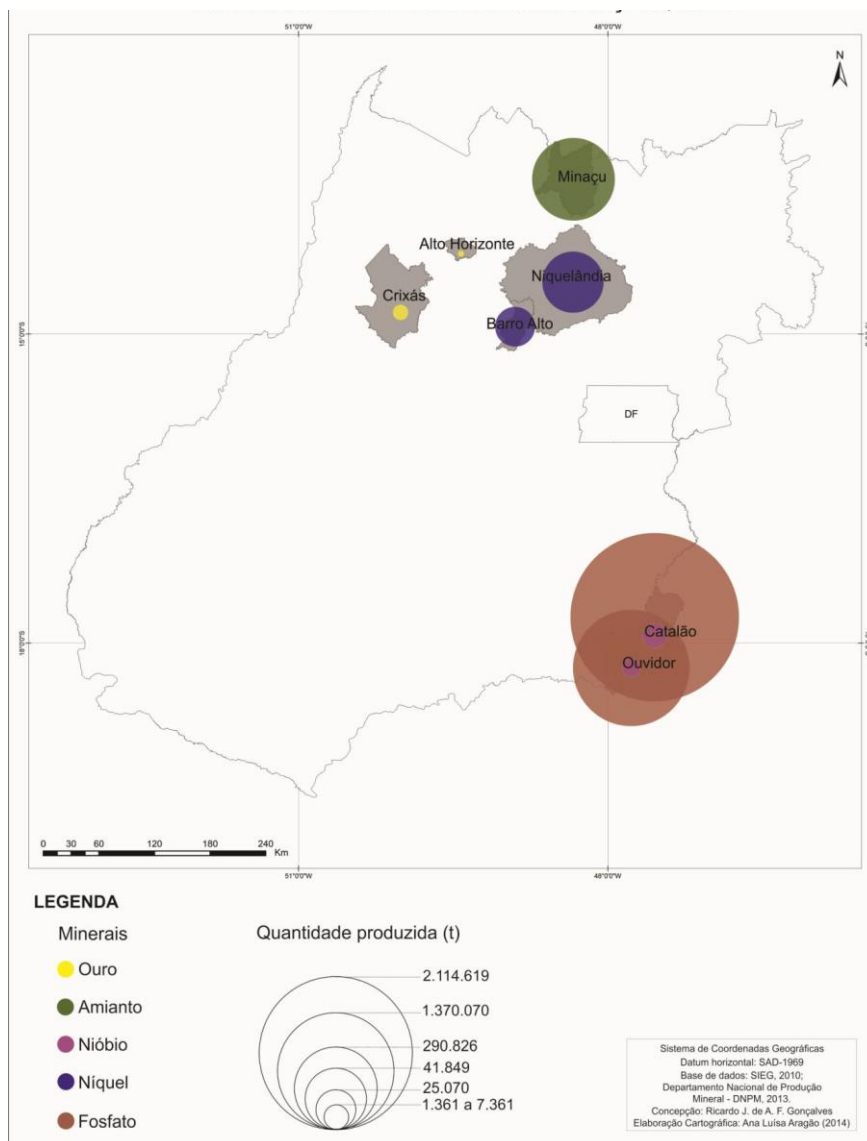
A apropriação do subsolo pelas empresas monopolistas internacionais, portanto, faz parte do atual processo de apropriação de terras¹⁴⁴. Uma vez que a expansão da atividade mineradora se apropria também das terras, dos recursos hídricos, da biodiversidade, não podemos referendar a fragmentação da natureza (em solo-subsolo) proposta pela racionalidade mercantil do atual sistema mundial capitalista.

A exploração mineral é parte constitutiva da formação histórico-geográfica do Brasil e do estado de Goiás. O chamado “ciclo da mineração brasileira” que potencializou a exploração mineral e a expansão e interiorização da fronteira colonial no centro-oeste durante o século XVIII é responsável pela formação de primeiras vilas e cidades goianas, tal como debatido no primeiro capítulo dessa dissertação. Desde então, entre fluxos e refluxos de investimentos, a exploração mineradora, juntamente com a agropecuária, é uma atividade fundamental da economia goiana. Segundo o Anuário Mineral Brasileiro (2018) o estado de Goiás está atualmente como o terceiro estado em nível nacional com maior comercialização das principais

¹⁴⁴ Santos (2012, p. 80) vai observar que a confluência de interesses capitalistas e estatais tem transformado a indústria extrativa mineral em uma devoradora de terras: “[...] a conjugação entre o interesse privado, impulsionado pelas condições excepcionais de reprodução ampliada de capital nas atividades de mineração, de um lado; e do interesse ‘público’ premido pela necessidade de equacionamento do déficit público e do reposicionamento da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, vêm transformando a indústria extrativa mineral no Brasil em uma devoradora de terras”. Diante dos casos dramáticos de genocídio e ecocídio praticados em Mariana (MG) e Brumadinho (MG), assim como diversos outras violações e crimes “menores”, porém, cotidianos, permanentes e naturalizados, não seria exagero estender o raciocínio e caracterizar o modelo neoextrativista e neodesenvolvimentista, como um modelo devorador de terras, vidas e ecossistemas.

substâncias metálicas, com 6,46% do total, atrás apenas dos gigantes mineradores Pará e Minas Gerais, com 40,10% e 46,81% respectivamente.

MAPA 5 - GOIÁS, LEGENDAS ESPACIAIS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO, 2013.



Compreender a expansão da mineração em Goiás é fundamental para analisar a formação socioespacial do território goiano e como este se integrou em diferentes momentos ao sistema capitalista nacional e mundial. Essa afirmação ganha materialidade por meio da extração de minérios como calcário (Palmeiras de Goiás, Indiara, Cezarina, Goiás e Planaltina), Cobre (Alto Horizonte, Niquelândia), Níquel (Niquelândia, Barro Alto), Ouro (Alto Horizonte, Crixás), Água Mineral (Anápolis, Hidrolândia, Bela Vista de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Alexânia),

Diamantes (Baliza), Fosfato (Catalão, Ouvidor), Nióbio (Catalão, Ouvidor), dentre outros (GONÇALVES, 2016).

A exploração mineral em Goiás pode ser periodizada sinteticamente em três fases distintas: 1ª) no século XVIII, caracterizado pela opulência do ouro de aluvião, integrada ao sistema colonial e mercantilista de Portugal e ao capitalismo nascente na Europa. Com a crise da mineração, a pecuária e a agricultura tradicional erigem-se como novo modelo de ocupação/ordenação territorial; 2ª) Após quase um século de “dormência do subsolo” (Gonçalves, 2016), iniciou-se, na década de 1960 e 1970, uma nova fase da mineração goiana¹⁴⁵, marcada pela criação em 1961 da empresa estatal Metais de Goiás S.A – METAGO e pelo modelo de exploração industrial.

Na década de 1970 consolidam-se os primeiros grandes projetos de exploração mineral com participação de empresas estatais e privadas (nacionais e estrangeiras). Essa fase da mineração está profundamente relacionada a outro processo concomitante de dominação territorial pelo capital, que é a modernização capitalista da agricultura, altamente dependente de “corretivos” dos solos ácidos do Cerrado, tal como os minérios calcário e fosfato; 3ª) A última, e atual, fase da mineração em Goiás, começou ainda na década de 1990 com o aprofundamento das políticas neoliberais, e a consequente privatização das empresas estatais mineradoras.

A última fase é marcada pela consolidação do poder monopolista das empresas internacionais, de capital privado, na exploração mineral em Goiás. Segundo Gonçalves (2016, p.59), essas empresas multinacionais “além de investir na extração, beneficiamento e transporte de minérios, tornam controladoras de milhares de hectares de terras e de subsolo, por intermédio das concessões para pesquisa e lavra nos *territórios cerradeiros*”.

No entanto, a partir da primeira década do século XXI, os grandes projetos de mineração em Goiás estiveram inseridos em um contexto específico de ampliação do comércio mundial de minérios, no bojo do *boom das commodities* agrominerais e das políticas neodesenvolvimentistas e neoextrativistas. De acordo com estudo de Gonçalves, Milanez e Mendonça (2015), entre os anos 2001 e 2010, as importações globais saltaram de US\$ 31

¹⁴⁵ O reaparecimento da mineração como atividade capitalista no estado de Goiás, é assim descrita por Gonçalves (2016, p.280): “A mineração, que consolidou as bases territoriais do estado, integrando seus territórios ao capitalismo em formação na Europa no século XVIII, após o esgotamento dos aluviões no início do século XIX só foi reaparecer com força econômica e territorial nos anos de 1970. Portanto, em uma nova posição interescolar de Goiás na Divisão Territorial e Internacional do Trabalho”.

bilhões para US\$ 230 bilhões. Essa demanda, no entanto, foi garantida por poucos países. Em 2010, apenas cinco países foram responsáveis por 63% das exportações de minérios. O Brasil se destacou em segundo lugar, respondendo, então, por 16% de todas as exportações no mundo. No período de 2001 a 2010, a exportação brasileira de minério passou de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 30,8 bilhões.

Ainda, sobre o aumento exponencial da Produção Mineral Brasileira (PMB), de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (2011), “[...] a partir do ano 2000, a procura maior por minerais, principalmente pelo elevado índice de crescimento mundial, impulsionou o valor da PMB. No período 2001/2011 o valor da PMB terá crescimento de 550%, saindo de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões”.

Além disso, Gonçalves (2016, p.163) explica que, do ano de 2000 ao ano de 2010, a indústria extrativa mineral passou de 1,6% aos valores de 4,1% do PIB brasileiro. “Da mesma forma, a participação dos minérios nas exportações saltou de 7,1% em 2006 para 17,3% em 2011”, ou seja, em apenas 5 anos a mineração mais do que duplicou a sua participação nas exportações brasileiras.

É nessa conjuntura que, em 2009, inicia-se no Brasil a elaboração do Plano Nacional de Mineração 2030, que foi publicado pelo Ministério de Minas e Energia em maio de 2011, como “uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo” para o setor mineral, e “que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos” (PNM – 2030, 2011). De acordo com Santos (2012), o Plano foi elaborado no interior dos governos petistas por técnicos do governo e representantes das empresas monopolistas mineradora. Além disso, em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*, Malerba e Milanez (2012) explicam que, no PNM – 2030 são previstos investimentos de R\$ 350 bilhões, principalmente a grandes projetos em territórios como a Amazônia.¹⁴⁶ Além disso, de acordo com Santos (2013, p.1),

¹⁴⁶ Sobre a relação do PNM-2030 e os debates envolvendo alterações no Código Mineral, Gonçalves (2016, p.189), afirma que: “A proposta do Executivo foi encaminhada na forma do Projeto de Lei 5.807/2013, que se juntou a outros seis Projetos de Lei - PL 37/11 e apensados encaminhado para uma Comissão Especial que teve como presidente o deputado Gabriel Guimarães (PT/MG) e como relator o deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG) 149). A proposta é buscar instituir as bases legais para fomentar as metas do Plano Nacional de Mineração 2030 e responder a interesses privados de empresas nacionais e transnacionais”. O Novo Código Mineral que iniciou seus debates ainda no governo Lula, em 2009, só foi “concluído” quase uma década depois, em 2018, durante o governo Temer. Mais a frente iremos debater alguns elementos desse novo período para a política e economia brasileira que é caracterizado como um “neoextrativismo liberal-conservador” (GONÇALVES; MILANEZ; WANDERLEY, 2018).

O Plano Nacional de Mineração 2030 explicita a intenção estatal de expandir a exploração de minerais variados entre três e cinco vezes, considerando um cenário otimista de crescimento da economia mundial. Implicitamente, esse documento reconhece a dependência da economia brasileira em relação aos novos centros dinâmicos da acumulação de capital, em particular a China. [...] Em realidade, a principal consequência da aposta do Estado brasileiro na indústria extrativa mineral é o reforço da dependência externa da economia nacional, tornando-a vulnerável às oscilações de processos de desenvolvimento econômico externos e, especificamente, do boom econômico chinês. No entanto, essa aposta se traduz também, considerando a triplicação ou quintuplicação prevista da extração mineral, em expansão exponencial do conflito socioambiental nos territórios minerais. De fato, a experiência concreta dessa dependência é a retração e reversão dos direitos territoriais relacionados aos bens naturais e coletivos.

Sendo assim, o Estado brasileiro se torna um grande promotor de uma inserção subordinada e destrutivista dos bens naturais e coletivos dos povos no sistema mundial capitalista e suas relações de poder imperialistas e colonialistas. Tal como dito por Gudynas (2009), e demonstrado claramente no PNM-2030, os governos progressistas vincularam o “desenvolvimento sustentável” e os programas assistenciais e de distribuição de renda nos países latino-americanos ao êxito do projeto de modernização capitalista e a expansão dos grandes projetos neoextrativistas. Tudo isso, dependente das oscilações de um comercial mundial assimétrico e inseguro, portanto, aprofundando-se a inserção subordinada e dependente dos países latino-americanos no sistema mundial capitalista.

Além disso, o caráter colonialista do Estado brasileiro pode ser mais bem caracterizado através do seu papel ativo na garantia das estratégias de territorialização das empresas monopolistas de mineração. Os efeitos são trágicos, com a expropriação das comunidades locais, destruição das riquezas socioambientais dos territórios, violências físicas e psicológicas das populações locais, e a divisão entre interesses estatais e empresariais da renda extrativa pilhada dos povos e da natureza¹⁴⁷.

O PNM-2030 evidencia outro elemento importante, que é o discurso ambientalista como estratégia discursiva e ideológica das novas relações de poder mundiais do imperialismo contemporâneo. Lowy (2010, p.36) tece uma dura crítica à hipocrisia do capitalismo verde, que, segundo o pesquisador, “não passa de uma manobra publicitária, uma etiqueta buscando vender uma mercadoria, ou, no melhor dos casos, uma iniciativa local equivalente a uma gota-d’água sobre o solo árido do deserto capitalista”. Esse discurso ambientalista, como já debatemos anteriormente, se apresenta como um dos elementos centrais da ideologia para a atual expansão

¹⁴⁷ “A usurpação da natureza e da força laboral, assim como a fraude de legislações ambientais, trabalhistas e fiscais está indissociável das estratégias de geração de renda e mais-valia, utilizadas pelas empresas mineradoras e tornando seus empreendimentos lucrativos” (GONÇALVES, 2016, p.120).

da apropriação de terras e desenvolvimento capitalista. Segundo Lowy (2010, p.36), a racionalidade destrutivista e imediatista do capital é “intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leve em conta a temporalidade longa dos ciclos naturais”¹⁴⁸.

A modernização capitalista da mineração goiana a partir da década de 1960/1970, teve efeitos importantes na pesquisa mineral e descoberta de novas jazidas, assim como a mudança de técnicas e tecnologias avançadas de exploração e exploração mineral, e mais recentemente uma mudança de padrões gerenciais e discursivos por parte das mineradoras e dos governos. Isso levou, de acordo com Gonçalves (2016), ao crescimento dos investimentos e a expansão dos projetos da mineração capitalista em Goiás, distribuindo-se de maneira desigual de acordo com os tipos de jazidas e também por uma série de empresas monopolistas nacionais e internacionais (Orinoco Gold, Yamana Gold, Anglo Gold Ashanti e Anglo American, Votorantim, Cmoc, Vale, Mosaic), tal como no Quadro 2. Todos esses fatores, “expõem a inserção do território goiano na economia de escala geopolítica nacional e internacional enquanto um dos principais produtores de minérios do país” (GONÇALVES, 2016, p.249).

Com base em pesquisas nos sites corporativos das empresas, notícias oficiais do governo do estado de Goiás e sites de notícias sobre mineração, pudemos construir o Quadro 2 que busca identificar um perfil das empresas monopolistas internacionais que atualmente possuem investimentos e operações na mineração no estado de Goiás.

QUADRO 2 - EMPRESAS MONOPOLISTAS INTERNACIONAIS COM OPERAÇÕES NO SETOR DE MINÉRIOS EM GOIÁS (2018)

Nº	EMPRESA	CARACTERÍSTICAS GERAIS	OPERAÇÕES EM GO
1	Anglo Gold Ashanti	Atua nos negócios de mineração de ouro, hidrelétrico e imobiliário (compra e venda de terras).	Em Crixás/GO, localizado na mesorregião Noroeste Goiano, possui a Unidade de Negócios Serra Grande que compreende três minas subterrâneas (Mina III, Mina Nova e Palmeiras), uma mina a céu aberto (Open Pit Corpo V) e uma planta metalúrgica.

¹⁴⁸ Como exemplo dos processos destrutivistas da natureza como intrínsecos à lógica do capital e dos grandes projetos de mineração, Gonçalves (2016, p.117), cita a contaminação das águas nos procedimentos de minas a céu aberto: “Por exemplo, os grandes empreendimentos de mineração a céu aberto utilizam técnicas de processamento ou transformação dos minérios por lixiviação e/ou flotação com substâncias químicas contaminantes. Também dependem de disponibilização contínua de água e energia. Conforme dados do Plano Nacional de Mineração 2030, em 2008, das minas com produção de minério bruto a partir de 10.000 t-ano, 2.579 minas (98%) eram lavradas na modalidade “céu aberto”, 47 através de lavras subterrâneas e apenas 3 delas identificadas como mistas”. Além disso, a mineração a céu aberto se consolidou como um modelo predatório, baseado na “utilización intensiva de territorios, agua, energia, explosivos y tecnología de punta, combinación que permite realizar la extracción y concentración de los metales con extrema celeridad y bajo costo”. (COMPOSTO e NAVARRO, 2012, p. 63).

2	Mining Ventures Brasil	Fundada em 2008 pelos fundos de investimento Denham Capital Management LP (um fundo de investimentos americano com foco em recursos naturais e energia) e minoritariamente por Arsago Mining Capital (um fundo de investimentos suíço com foco em recursos naturais e imobiliário), com o objetivo de realizar a exploração mineral no Brasil. Já desenvolveram projetos de ouro, cobre, ferro, fosfato e terras-raras, além de análises iniciais de outros minerais como manganês, tungstênio, bauxita, etc.	Em Minaçu/GO, localizada na mesorregião Norte Goiano, através da Mineração Serra Verde inicia construção de planta de exploração e beneficiamento de terras-raras. A área do projeto de terras-raras da Mineração Serra Verde é de aproximadamente 85 mil hectares.
3	Yamana Gold	Braço brasileiro da Yamana Gold Inc, com sede em Toronto, Canadá. Atua na extração de ouro e cobre, incluindo pesquisa mineral, extração, processamento e recuperação. A companhia atua no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México e conta com cerca de 9,7 mil funcionários. No Brasil, além de Goiás, a mineradora opera na Bahia.	Possui projetos de mineração em vários municípios goianos: Pilar de Goiás (localizado na mesorregião Centro Goiano), Alto Horizonte (localizado na mesorregião Norte Goiano), Crixás (Noroeste Goiano), Guarinos (Centro Goiano) e Fazenda Nova (Centro Goiano) com a Mineração Bacilândia.
4	CMOC International Brasil	Atua na mineração e no beneficiamento de nióbio e fosfatos. Subsidiária da CMOC International – braço internacional da China Molybdenum, companhia chinesa com um diversificado portfólio de ativos.	Possui atuação em dois municípios da mesorregião Sul Goiana: Catalão (Copebras Catalão e Niobras Mina Boa Vista) e Ouvidor (Niobras Ouvidor e Copebras Mina Chapadão).
5	MOSAIC Fertilizantes	Com sede em Minnesota (EUA), a Mosaic possui operações na Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia e Paraguai, além de <i>joint ventures</i> no Peru e Arábia Saudita. Possui cerca de 15 mil funcionários e entrega seus produtos para mais de 40 países. No Brasil, atua na produção, importação, comercialização e distribuição de fertilizantes (fosfato e potássio) para aplicação em diversas culturas agrícolas, além do desenvolvimento de produtos para nutrição animal e comercialização de produtos industriais.	Em Goiás possui duas unidades na mesorregião Sul Goiano em Catalão (que foi fruto da aquisição da Vale Fertilizantes) e em Rio Verde.
6	VOTORANTIM Cimentos	Faz parte da Votorantim S.A., um dos maiores grupos empresariais monopolistas do Brasil. Com quase um século de existência, a Votorantim S.A. possui operações em cimento, metais e mineração, siderurgia, energia, celulose, suco de laranja e financeiro – e hoje está presente em 23 países. As oito empresas do Grupo – Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria, Citrosuco, CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) e Banco Votorantim – fazem parte de um negócio que abriga mais de 700 unidades operacionais e emprega mais de 44 mil pessoas.	Possui uma unidade de exploração de calcário no município de Edealina/GO, localizado na mesorregião Sul Goiano, com capacidade produtiva anual de 2 milhões de toneladas de cimento, vida útil estimada em 45 anos. No depósito, a empresa pretende extrair cerca de 12 mil toneladas/dia. Entre empregos diretos e indiretos serão geradas 600 vagas. A empresa irá abastecer os mercados de Goiás, Triângulo Mineiro e Regiões Norte e Noroeste do Estado de São Paulo. O investimento total na planta é de R\$ 600 milhões.

7	Amarillo Gold Corp.	Empresa canadense especializada em extração de ouro, com sede em Toronto, Ontário (Canadá).	Possui projeto de mineração de ouro a céu aberto no município de Mara Rosa, na mesorregião Norte Goiano. O projeto abrange aproximadamente 60.000 hectares de licenças de exploração e 2.600 hectares de licenças de mineração. A infraestrutura local é excelente, com acesso próximo à principal rodovia Norte-Sul do Brasil e próximo à capital nacional de Brasília (320 km) e da capital do estado, Goiânia (350 km).
8	Anglo American	Empresa monopolista de mineração, sediada em Londres, com operações na América do Norte e do Sul, no Sul da África e na Austrália, envolvendo a operações com os minérios: ferro, manganês, carvão, cobre, níquel, plantinha e diamante. No Brasil, possui escritório corporativo em Belo Horizonte/MG, com operações de exploração de minério de ferro nos estados de MG e RJ e de níquel em GO.	Possui unidades em dois municípios de Goiás, no município de Niquelândia, localizado na mesorregião Norte Goiano, com uma planta de beneficiamento e uma de reflorestamento, e no município de Barro Alto, localizado na mesorregião Centro Goiano, com uma mina a céu aberto e planta de beneficiamento.
9	Orinoco Gold Limited	Empresa monopolista, com sede na Austrália, focada na exploração de ouro. No Brasil, opera por meio das subsidiárias Orinoco Brasil Mineração, Mineração Curral de Pedra e Rio do Ouro Mineração. A mineradora tem ações listadas na bolsa de valores da Austrália (ASX) desde 2011. A AngloGold Ashanti tornou-se acionista majoritário em fevereiro de 2017.	A Orinoco atua em Faina/GO, localizada na mesorregião Noroeste Goiano, por meio do projeto polimetálico Faina Goldfields. A Orinoco Gold controla 70% de Faina Goldfields. Os outros 30% pertencem à Centaurus Metals. Fora do Brasil, a Orinoco detém o projeto de ouro 14 Mile Well, em Western Australia.
10	Five Star Diamonds	No dia 24 de abril de 2017 a Five Star tornou-se a primeira companhia brasileira com 100% dos ativos de diamantes primários a ser listada na TSX-V (bolsa de Toronto). Possui sede corporativa no Canadá.	No município de Catalão/GO, localizado na mesorregião Sul Goiano, possui projeto de diamante de estágio avançado localizado dentro do famoso distrito de diamantes de Coromandel. O Projeto Catalão compreende 1 licença de exploração, cobrindo 1.999,42 hectares. Além disso, a empresa apresentou pedidos de licenças de exploração adicionais em uma área total de 5.998,37 hectares. Possui diversos projetos no estado de Goiás: Projeto Caiapo Diamond (compreende 4 pedidos individuais de Licenças de Exploração cobrindo uma área total de 3.953,22 hectares), Projeto Veríssimo, Projeto Mega Diamond (compreende 16 licenças de exploração e 2 pedidos de licença de exploração, totalizando 32.795,46 hectares), Projeto Ouvidor (compreende 4 licenças de exploração, cobrindo uma área total de 7.837,64 hectares). Juntamente com o Projeto Catalão, a Empresa possui outros 22 projetos de kimberlito de diamante, que compreendem um total de 49

			licenças de exploração e aplicações, cobrindo uma área total de 130.237 hectares.
11	Mineração Corcovado	Desde sua fundação em 1986, a Mineração Corcovado tornou-se uma das maiores empresas brasileiras que trabalham com pedreiras e exportação de pedras ornamentais. A empresa se especializou e exportou blocos de granito para a Europa e Ásia nos últimos 20 anos. Possui direitos minerários exclusivos de 250.000 hectares, o que permite a extração de mais de 40 variedades diferentes de granitos. A empresa Brasigran – Brasileira de Granitos Ltda. foi criada pela Corcovado em 1989.	Segundo o Governo de Goiás a empresa investirá US\$ 4 milhões na implantação de projeto de exploração mármore no município de Nova Roma (GO), localizado na mesorregião Norte Goiano.
12	Cleveland Mining Company Ltd.	A empresa multinacional australiana opera no Brasil por meio da Cleveland Mineração e da Cleveland Premier Mineração e tem em “Premier” e “O Capitão” seus principais projetos de ouro.	Os projetos “Premier” e “O Capitão” ficam próximos à mina de ouro Serra Grande da AngloGold Ashanti, de onde já foram extraídas mais de 5 milhões de onças. Ambos estão localizados no município de Crixás (GO), na mesorregião Noroeste Goiano.

FONTE: Sites corporativos empresariais e governamentais e sites jornalísticos

ORGANIZAÇÃO: Leon Martins C. Azevedo (2019)

O Quadro 2 apresenta um perfil de todas as empresas monopolistas internacionais que conseguimos identificar com atuação em Goiás e que, portanto, participam ativamente das atuais disputas geopolíticas pela apropriação do subsolo e demais recursos territoriais do Cerrado. Os grandes projetos de mineração em Goiás, associada aos padrões da modernidade capitalista e colonial, estão em sua grande maioria associados a empresas estrangeiras e apenas duas a empresas com capital nacional, mas que possuem processos de internacionalização da produção e comercialização.

Isso implica, dentre outros aspectos, uma característica específica nos processos de apropriação de terras e recursos territoriais das comunidades camponesas. Na entrevista que realizamos com uma camponesa em Catalão (GO), no dia 21/02/2019, esta nos apresentou o questionamento de que, *“uma multinacional, você não sabe nem quem é o dono, você nunca viu ele [...] então, cobrar de quem? Se você senta com os funcionários, e cobra, ele é preparado, ele é treinado, ele tem as respostas prontas pra te dar, então, você não tem avanço, não existe em quem você bater, não tem em quem você cobrar”*.

Tal configuração empresarial monopolista explica, em parte, a posição alcançada por Goiás na produção mineral brasileira na última década, onde ocupa há vários anos a terceira posição, após Minas Gerais e Pará. Está, portanto, entre os principais estados que lideram o

extrativismo mineral no Brasil, com um valor de produção mineral comercializada de mais de R\$ 4 bilhões para as principais substâncias metálicas (ANM, 2018)¹⁴⁹. Essa pujante produção mineral do estado de Goiás, alcançou esse patamar no bojo do contexto internacional do *boom das commodities* durante a década de 2000, tal como podemos analisar na Tabela 6.

TABELA 6 – PRODUÇÃO E VALOR COMERCIALIZADO, POR MINÉRIO E MUNICÍPIOS EM GOIÁS – 2004, 2008 E 2012

MINÉRIOS/ MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO					
	2004		2008		2012	
	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)
Ouro	8.552	354.872.236,97	11.861	563.579.227,94	14.956,39	1.159.939.524,77
Alto Horizonte	-	-	6.414	290.072.389,94	3.722,00	398.483.409,63
Cavalcante	-	-	-	-	200,00	20.255.198,21
Crixás	5.820	221.985.677,37	5.447	273.506.838,00	11.034,39	741.200.916,94
Faina	2.643	130.861.851,08	-	-	-	-
Fazenda Nova	89	2.024.708,52	-	-	-	-
Cobre (t)	1.432	11.605.000,00	67.665	1.099.561.032,19	75.055,02	1.211.883.385,93
Alto Horizonte	-	-	63.208	1.042.840.992,13	68.299,47	1.102.804.222,30
Americano do Brasil	-	-	-	-	2.090,13	33.748.493,06
Niquelândia	1.432	11.605.000,00	4.457	56.720.040,06	4.665,42	75.330.670,57
Amianto	252.067	258.076.145,15	287.673	332.291.554,14	304.568,80	491.417.346,29
Minaçu	252.067	258.076.145,15	287.673	332.291.554,14	304.568,80	491.417.346,29
Níquel	26.390	1.078.197.482,00	45.013	1.717.687.500,62	65.177,57	2.274.647.347,95
Americano do Brasil	-	-	2.852	60.421.550,00	1.577,47	54.980.192,90
Niquelândia	19.897	812.917.594,00	33.085	1.275.944.791,62	32.372,87	1.128.304.587,26
Barro Alto	6.493	265.279.888,00	9.076	381.321.159,00	31.227,23	1.091.362.567,79
Fosfato	2.521.553	261.724.172,96	1.309.737	347.699.085,41	2.049.545,90	447.102.850,17
Catalão	2.521.553	261.724.172,96	831.557	233.543.964,43	728.812,90	282.953.898,60
Ouvidor	-	-	478.180	114.155.120,98	1.320.733,00	164.148.951,57
Nióbio	5.373	129.264.254,00	4.618	282.429.536,40	13.037,38	334.918.567,01
Catalão	5.373	129.264.254,00	4.618	282.429.536,40	7.586,82	203.241.263,24
Ouvidor	-	-	-	-	5.450,56	131.677.303,77
Valor (subtotal em R\$)		2.093.739.291,08		4.343.247.936,07		5.919.909.022,12
Valor total (R\$)		2.420.029.419,32		5.054.775.638,55		6.754.968.359,07

Fonte: DNPM (2005, 2009, 2013).

Organização: Gonçalves (2015).

Entre os anos de 2004 e 2012, tanto a produção quanto a comercialização de substâncias minerais em Goiás acompanhou um rápido e significativo crescimento. O valor total da comercialização dos minérios explorados no estado de Goiás saltou de R\$ 2.420.029.419,32 em 2004 para R\$ 6.754.968.359,07 em 2012. Entre os minerais selecionados, o ouro, níquel, cobre e níobio, experimentaram um processo de ascensão mais significativo, tanto do ponto de vista do volume extraído quando das cifras comerciais.

De 2012 até 2017, no entanto, esses valores continuaram a crescer e, atualmente, o estado de Goiás figura como o maior produtor bruto nacional dos minerais níobio (12.507.212 toneladas), níquel (6.289.441 toneladas) e ouro (36.037.863 toneladas), além disso, é o segundo

¹⁴⁹ Fonte: ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO – PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS METÁLICAS – 2018. Link: http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2018.pdf

maior produtor bruto de cobre (33.410.950 toneladas) e o terceiro maior de Alumínio (bauxita) (827.800 toneladas). (ANM, 2018).

Relacionando, então, esse processo de modernização e apropriação do subsolo em Goiás, com o imperialismo e o capital internacional, Gonçalves (2016, p.253) analisa que,

O extrativismo mineral em Goiás por meio de grandes projetos, e que possibilitou a intensificação da exploração dos minérios nos últimos anos não está dissociado da compreensão desse processo a partir da geopolítica do Cerrado e sua internacionalização. Expõe, assim, o papel deste Bioma-Território e de Goiás na Divisão Internacional do Trabalho, exportando seus minérios para todos os continentes. Além disso, destacam-se os desdobramentos dos interesses do capital transnacional, da mineração, no território goiano, cujas evidências podem ser buscadas na presença de empresas como Vale S.A, Orinoco Gold, Yamana Gold, Anglo Gold Ashanti e Anglo American, que ampliam seus investimentos e legitimam a ação do capital mundializado (CHESNAIS, 1996). Desse modo, apropriando as riquezas minerais do Cerrado e reorganizando o território e o trabalho, subordinados aos padrões de acumulação privada. Esse movimento, cuja missão é ampliar os mecanismos de geração de renda e valor, pode ser também denominado de “novo imperialismo”. (HARVEY, 2013).

Em relação à exportação de minérios, conforme dados publicados por O Popular (2014), o extrativismo mineral respondeu por aproximadamente 20% das exportações goianas, com US\$ 1,3 bilhões em minérios, num total de 7 bilhões em 2013. Os principais minérios exportados foram sulfetos de minérios de cobre, ouro, ferroligas e amianto¹⁵⁰.

Além disso, os interesses em torno da produção de energia elétrica, assim como o consumo de água, estão diretamente vinculados à expansão da mineração capitalista em Goiás. Analisando a relação entre o consumo de energia elétrica nos municípios com grandes projetos de mineração, Gonçalves (2016) expõe o elevado gasto desses municípios em relação aos demais e, portanto, a dependência do setor de mineração por energia em toda a cadeia produtiva, desde a extração e transformação¹⁵¹.

Analisaremos também, mais a frente, essa relação entre a territorialização e apropriação de terras pelas mineradoras e hidrelétricas, assim como o fenômeno de alianças de classes entre

¹⁵⁰ Em relação as consequências desse processo, Gonçalves (2016, p.255), relaciona que, “os minerais extraídos do subsolo do Bioma-Território Cerrado em Goiás representam uma cartografia das exportações distribuída irregularmente nos cinco continentes, conforme os tipos de minérios e sua relação com as demandas internacionais e o desenvolvimento das forças produtivas de cada importador. [...] Isso fortalece a posição subordinada e desigual entre os países e regiões produtoras, como Goiás e o Brasil, aos países consumidores como China, Estados Unidos, Reino Unido etc., na Divisão Internacional do Trabalho”.

¹⁵¹ Conforme explicou Gonçalves (2016, p.258), a água “é essencial nas diversas etapas da cadeia produtiva mineral”, desde a extração do minério, utilizada para conter os particulados liberados pela mina, das estradas, pilhas de rejeitos, e outros, passando pelo processamento e concentração, utilizando o uso da água misturada com aditivos químicos, e também no transporte dos concentrados, nos casos de uso de minerodutos.

os setores, uma vez que, pela alta dependência de energia elétrica, o capital minerador tem investido em grandes projetos hidrelétricos (como é o caso da Usina Hidrelétrica Serra do Facão em Catalão-GO) garantindo controle monopolístico sobre essa produção estratégica.

Esses dois elementos interrelacionados à mineração, água e energia, apresentam um dado importante sobre uma geografia da apropriação desigual e combinada desses recursos naturais no Bioma-Território Cerrado. Essas desigualdades geográficas não são fruto de “estágios de desenvolvimento” dos diferentes espaços, mas de relações de dominação e exploração territoriais e multiescalares, e se materializam em conflitos e efeitos socioambientais dramáticos para os povos e para a natureza. Isso reforça o papel que a água e a energia cumprem no atual sistema mundial capitalista como objetos de interesses estratégicos dominantes, desde a escala global ao local.

Um dos motivos pelo qual o Estado possui interesses vinculados à mineração é pela captura da renda extrativa. Uma das formas é através da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, uma “contrapartida” estabelecida pela Constituição de 88, da empresa mineradora aos municípios, estados e União pela exploração dos minerais¹⁵². Uma parte da renda extrativa mineral arrecadada através da CFEM é distribuída em 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT), 23% para o estado e 65% para o município produtor (CNM, 2012).¹⁵³

Portanto, o Estado brasileiro, em suas esferas federal, estadual e municipal, possui interesses diretos e orgânicos, como participante e rentista, dos grandes projetos de mineração e hidrelétricas. E, como demonstra Gonçalves (2016, p.263), a renda extrativa capturada pelo Estado aumentou significativamente desde o início do século XXI:

Portanto, uma das consequências do aumento da extração e comercialização de minérios, para o estado e mais particularmente para os municípios mineradores em Goiás, desde o início da primeira década do século XXI, tem sido o crescimento do quantitativo em arrecadação da CFEM. Assim, entre os anos 2004 e 2015, o aumento na arrecadação da CFEM em Goiás passou de R\$ 14.314.186,68 (2004) para R\$

¹⁵² Sobre o referido texto constitucional destaca-se que ele não se trata apenas da mineração mas também da renda extrativa relacionada às concessões de exploração de energia hidrelétrica, à qual estudaremos mais a frente. O artigo da Constituição Federal é o que se segue: “Art. 20, § 1º – É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

¹⁵³ Fonte: Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios – Volume 5, julho de 2012, título “Entenda a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais)”. Link para o PDF: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ET%20Vol%205%20-%202014.%20Entenda%20a%20CFEM.pdf>

78.927.914,06 (2015). Contraditoriamente, esta arrecadação da CFEM está concentrado em poucos minérios e possui uma distribuição espacialmente centralizada nos principais municípios extrativos.

Sendo assim, a captura da renda extrativa mineral é espacializada de forma desigual em Goiás, conformando o que Gonçalves (2016) chama de “geografia da CFEM”, onde os poderes públicos municipais beneficiados estão ao norte do estado, onde são explorados amianto, ouro, níquel e cobre, assim como no Sudeste Goiano com a exploração de nióbio e fosfato.

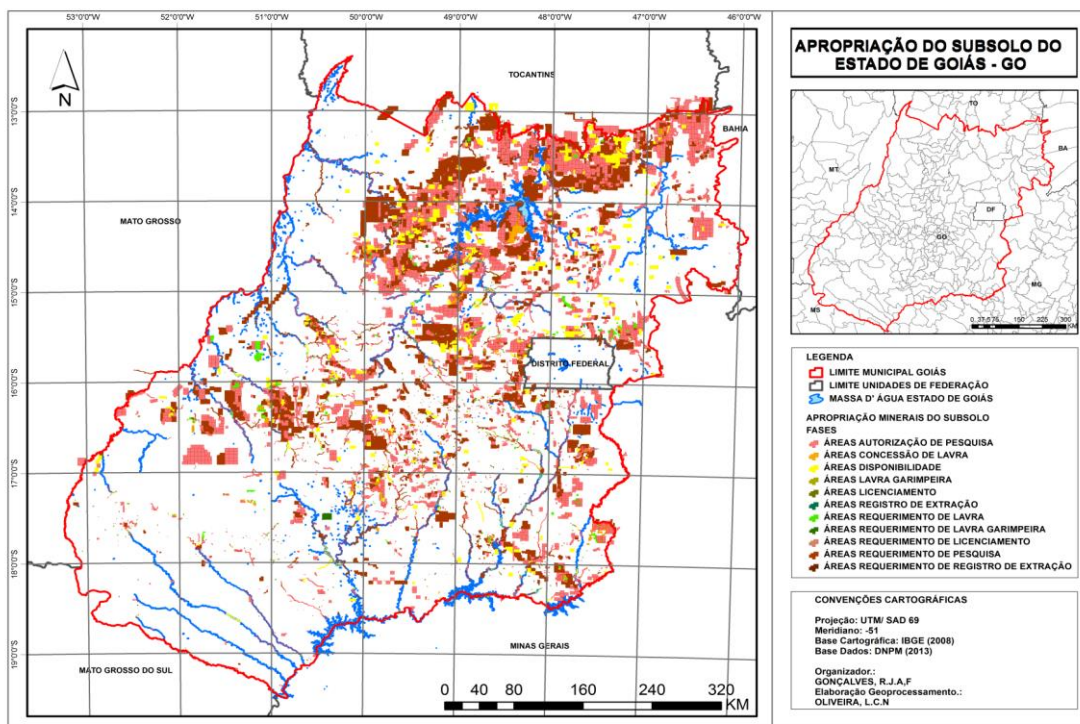
A participação estatal na apropriação do subsolo para fins de extrativismo mineral também se dá através dos órgãos DNPM e MME. Como reforça Gonçalves (2016, p.268), “o subsolo está sendo controlado por pessoas físicas e jurídicas mediante processos minerários autorizados junto ao DNPM e ao MME”. Em relação aos dados de Outorgas de Títulos Minerários em 2017, o estado de Goiás foi o segundo estado com maior número de autorizações de pesquisa mineral (603 autorizações), ficando atrás apenas da Bahia (808 autorizações), mas ficou em primeiro lugar (empatado com Tocantins) em relação à 5 concepções de lavra (ANM, 2018). Esse e outros fatos¹⁵⁴ demonstram a continuidade da expansão territorial e da apropriação de terra, subsolo e outros recursos territoriais pelo capital monopolista internacional em conluio com o Estado brasileiro.

Sendo assim, nas distintas localizações do estado de Goiás o subsolo é alvo de cobiça e disputas territoriais por diferentes agentes, grupos e classes. Observando o mapa 6, percebemos uma apropriação do subsolo mais significativa no norte do estado, ainda que grande parte dessas áreas sejam ainda requerimentos. Portanto, do ponto de vista geológico e econômico, é uma área sob forte pressão de interesses do capital monopolista, do Estado, profundamente inserida nas relações de poder e dominação do imperialismo e colonialismo contemporâneo.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Tal como a notícia em 2017 de uma nova onda de investimentos pelo setor mineral em Goiás no montante de 2,3 bilhões. Fonte: <https://institutominere.com.br/blog/empresas-mineracao-investimento-em-goias-em-2017>, acessado em 10/07/2019.

¹⁵⁵ Sobre a mesorregião Norte de Goiás e os aspectos de sua formação histórico-geográfica e geológicos, Gonçalves (2016, p.271) afirma que, “O Norte de Goiás é constituído por um ambiente cuja geografia milenar das eras geológicas e das ações do intemperismo estrutura os relevos sinuosos, rios, cachoeiras, cavernas, subsolo rico em minerais, e uma vegetação abundante. Também, um território continuamente mapeado para atividades como a mineração, o turismo e as hidrelétricas. Logo, além dos aspectos modelados pela natureza, é ainda um território cuja história não o isentou dos conflitos, da grilagem de terras, das perseguições, dos assassinatos de camponeses, quilombolas e indígenas na ‘calada da noite’.”

MAPA 6 – APROPRIAÇÃO DO SUBSOLO NO ESTADO DE GOIÁS



Portanto, através da comparação, entre o mapeamento da territorialização das empresas internacionais do agronegócio apresentado anteriormente (Imagens 1 e 2), e esse mapeamento com a apropriação do subsolo no estado de Goiás (Mapa 6), podemos ver a distribuição desigual dos grandes empreendimentos neoextrativistas no território goiano. A grande indústria mineral se territorializando mais ao norte do estado, e as empresas multinacionais do agronegócio mais ao sul, gerando assim experiências muito particulares em relação as formas de apropriação de terras, efeitos socioambientais e para a estrutura e luta de classes em cada território e região.

Além disso, os efeitos socioambientais da mineração não podem ser restringidos às comunidades camponesas diretamente expropriadas ou atingidas de outras maneiras, já que a dinâmica geográfica da mineração não se restringe a localização física das minas, mas um sistema de objetos e ações (SANTOS, 2004) com impactos relevantes em escalas regionais e nacionais.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Gonçalves (2016, p.124), destaca que, “[...] para minerar, beneficiar e transportar os minérios, os empreendimentos mobilizam estratégias de controle da força de trabalho, constroem estradas, ferrovias, terminais industriais, dependem do alto consumo de água e energia, adquirem terras para plantio de eucaliptos, deposição de rejeitos etc. Como se vê, a escala de intervenção desses empreendimentos revela também os riscos socioambientais que representam para a sociedade local e regional”.

4.1 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS MINERADORAS MULTINACIONAIS EM CATALÃO (GO)

A pesquisa sobre o capital monopolista internacional na mineração e hidroeletricidade terá como foco o município de Catalão (GO), localizado também na mesorregião Sul Goiano. Nesse sentido elegemos duas empresas mineradoras (CMOC e Mosaic fertilizantes) e uma usina hidrelétrica (UHE Serra do Facão) para servirem como ponto de referência e aprofundamento que facilite a imersão no objeto de pesquisa.

O município goiano de Catalão, possuía em 2018, uma população estimada pelo IBGE de 106.618 habitantes¹⁵⁷. A área total do município compreende uma área de 3.821,463 km². O atual prefeito do município é o político Adib Elias Junior (MDB), da Coligação “Coragem para Reconstruir” (PRTB / PV / PSC / PT / DEM / PCdoB / PRP / PPL / MDB / PDT / PTC / PSDC / PROS / PTB / PEN / SD).

Em relação aos demais municípios do estado de Goiás, e com base em dados referentes ao ano de 2016, Catalão está em 5º lugar do ranking do PIB, e em relação ao Brasil está em 155º (IBGE, 2018). Em relação ao PIB do setor industrial do estado de Goiás, Catalão também está em 5º lugar, e em relação aos demais municípios do Brasil está em 120º.

Apesar da centralidade econômica, política e social de Catalão (GO) no Sudeste Goiano, os grandes projetos de mineração pesquisados também abrangem o município vizinho, Ouvidor (GO), seja em relação aos efeitos socioambientais, as infraestruturas e atividades da atividade exploratória (minas, usinas, estradas, barragens, etc.). Para tal, a cartografia utilizada (Mapa 7) abrange ambos os municípios e ajudam a situar a dimensão espacial da pesquisa desenvolvida.

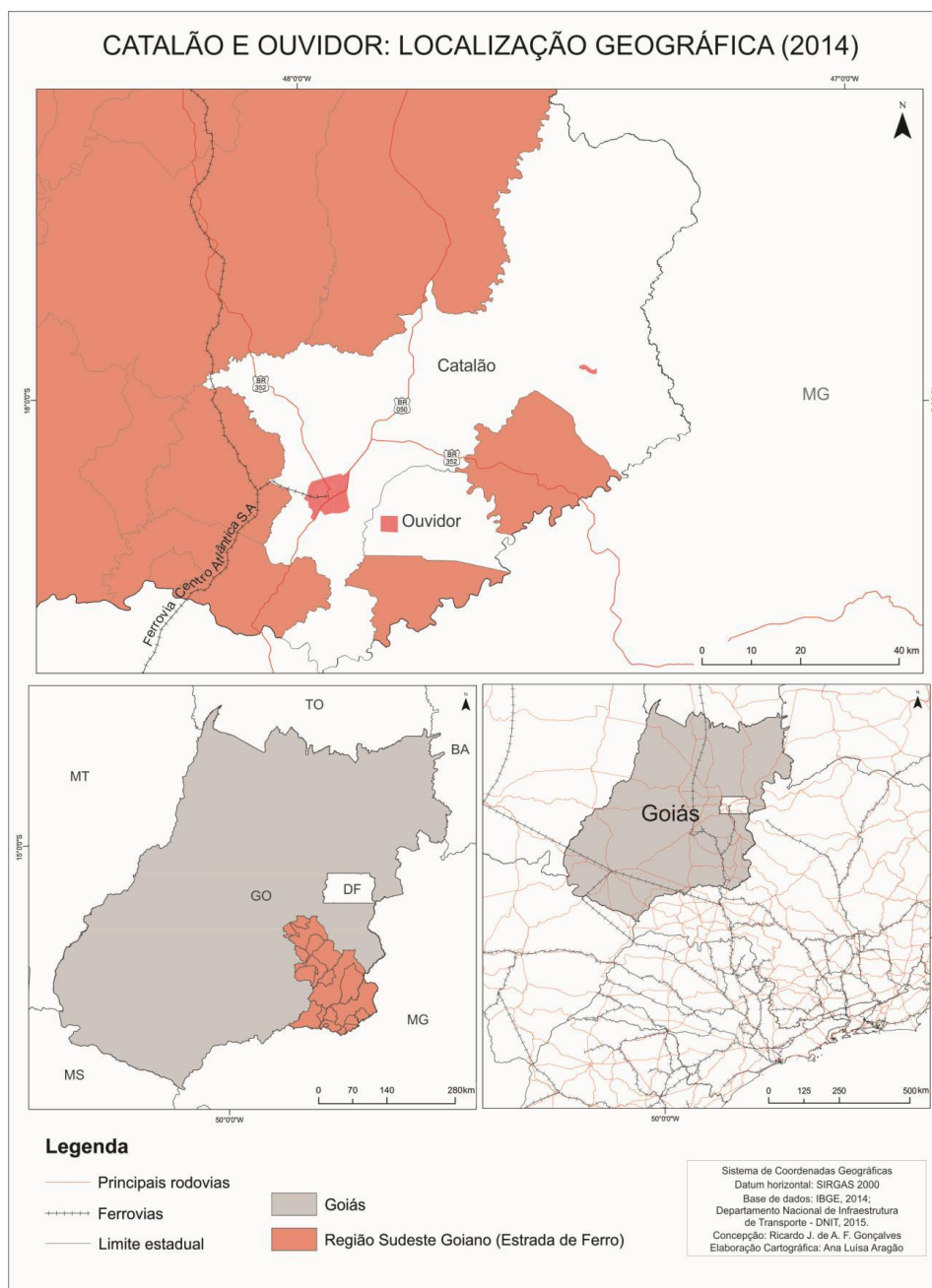
O município de Ouvidor, localizado na Microrregião de Catalão, possui população estimada de 6.549 pessoas (IBGE, 2018). Além da atividade agropecuária¹⁵⁸, Ouvidor possui uma economia capitalista hegemonicamente dependente da indústria extrativa mineral. Do subsolo de Ouvidor, são explorados os minérios de fosfato e nióbio pelas mesmas empresas

¹⁵⁷ Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população de Catalão é de 86.597 habitantes, sendo que destes 81.020 foram contabilizados como população urbana e 5.577 foram contabilizados como população rural.

¹⁵⁸ De um total de 24.730 hectares de terras destinadas para a agropecuária em Ouvidor (GO), apenas 1.973 são utilizadas para lavouras temporárias e 86 hectares para lavouras permanentes. A maior parte das terras é destinadas para pastagens (16.802 hectares). O que demonstra uma agricultura altamente pecuarista. De um total de 242 estabelecimentos agropecuários, em 180 os produtores só chegaram em escolaridade até o ensino fundamental, em 138 os produtores possuem mais de 60 anos. (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares)

multinacionais que atuam em Catalão, ou seja, a norte-americana MOSAIC e a chinesa CMOC, que juntas compõem o Complexo Mínero-Químico de Catalão/Ouvidor.

MAPA 7 – CATALÃO E OUVIDOR: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (2014)



Além disso, no final dos anos 1990, três empresas aportaram no município de Ouvidor (GO), são elas, Rolly Confecções, Cerâmica Paraíso, e a empresa de alimentos Sakura. Segundo Gonçalves (2016, p.121), o modelo de exploração mineral no município de Ouvidor teria características de uma economia de enclave, “subordinado às rendas extrativistas e atuação das empresas mineradoras no seu território”. Estabelecendo, portanto, uma relação com a exterior

(nacional e internacional) de uma forma profundamente subordinada (em termos técnicos e produtivos).

É importante destacar a pesquisa de Gonçalves (2016) que abordou também as especificidades geológicas dos municípios de Catalão e Ouidor, pertencentes à Província Alcalina do Alto Paranaíba, que inclui o sudeste goiano com os Complexos de Catalão I e II e o sudoeste de Minas Gerais, com os Complexos Araxá, Salitre I e II e Tapira. Hoje nos dois municípios goianos, apenas o nióbio e fosfato são explorados economicamente, porém, existem outras jazidas minerais de titânio, vermiculita e terras raras, por exemplo, e que já são alvos da cobiça e da pressão pela apropriação do subsolo exercido pelas grandes empresas mineradoras, através do exercício do poder de controle através de direitos minerários (pesquisa, lavra, etc.) já concedidos ou em avaliação junto ao DNPM.

Como salienta Scliar (1996), as riquezas minerais são encontradas em locais onde a conjugação de fatores físicos, químicos e geológicos permitem o seu acúmulo em tal quantidade e teor que permitem a sua extração conforme interesses econômicos e do desenvolvimento técnico, tecnológico e das forças produtivas em um determinado momento histórico. Essa característica natural e geológica, conjugada com os interesses econômicos e políticos e padrão tecnológico, é o que cria a rigidez locacional¹⁵⁹ (SCLIAR, 1996), e que irá influenciar diretamente na territorialização do capital monopolista em determinadas áreas e não em outras¹⁶⁰. Dessa forma, assim como a atividade canavieira, com suas características particulares da rigidez espacial (SILVA, 2016) explicada anteriormente, a mineração também possui uma rigidez locacional. Portanto, as atividades de exploração mineral se desenvolveram nos municípios goianos de Catalão e Ouidor por uma interrelação entre aspectos geológicos, geopolíticos e econômicos.

Apesar de atualmente a economia de Catalão estar profundamente associada à atividade mineradora, a cidade não foi criada sobre o padrão de povoamento do primeiro ciclo da

¹⁵⁹ De acordo com Scliar (1996, p.35), “essa localização exclusiva e privilegiada dos bens minerais em alguns locais da crosta terrestre é chamada de rigidez locacional”. Além disso, “a rigidez locacional dos depósitos minerais é o elemento que retrata tanto a riqueza mineral de alguns países, como a carência de minérios de outros”. (SCLIAR, 1996, p. 37).

¹⁶⁰ A exploração mineral, pela exigência de investimentos de grande envergadura em pesquisa, viabilidade econômica, estudos de qualidade e quantidade de minério a ser explorado, dentre outros, são instalados em locais de grande ocorrência mineral, independente de sua localização em relação à mão-de-obra e ao mercado consumidor, pelas próprias características da formação geológica da matéria prima (GONÇALVES, 2016).

mineração no século XVIII por não possuir ouro nos aluviões de seus rios¹⁶¹. A mineração só passa a ter relevância econômica e na formação socioespacial e territorial do município a partir da década de 70 e 80. Antes disso, Catalão se baseava no modelo agropecuário tradicional. Portanto, a atividade mineradora avança em Catalão “numa fase caracterizada pelos grandes projetos extrativos de nióbio e fosfato, inseridos no interior de um novo padrão territorial de apropriação do Cerrado em Goiás” (GONÇALVES, 2016, p.65).

Não tendo participação direta no primeiro ciclo da mineração, a formação histórica e socioespacial de Catalão acompanha o padrão de ocupação de outros territórios goianos baseado na atividade pecuarista e da fazenda tradicional. De acordo com Mendonça (2004), Catalão teve seu território formado historicamente como ponto de passagem entre as minas auríferas goianas e as cortes imperiais, aos poucos se tornou uma área com a pecuária extensiva como atividade mais relevante. A agricultura era de base camponesa e a criação de gado de dava em grandes latifúndios (geridos por seus proprietários nos moldes da economia e da sociedade senhoriais), ambos hegemonizados pelo capital mercantil. Os grandes latifundiários mantinham o controle sobre a propriedade privada da terra e sobre os trabalhadores (ex-escravos, parceiros, meeiros, agregados etc.) através de relações de favoritismo e por práticas coronelistas (MENDONÇA, 2004), enfim, evidenciando relações de dominação e exploração colonialistas sobre as populações locais.

Ainda, segundo Mendonça (2004), Catalão irá participar na primeira metade do século XX, de um processo de modernização econômica que outros municípios goianos não presenciaram naquele período. Isso devido, principalmente, por sua localização (e inserção aos mecanismos de acumulação de capital ainda no século XIX) e pela ferrovia construída no início do século XX, que terá efeitos profundos sobre a formação socioespacial de Catalão, alterando as relações sociais, econômicas e políticas¹⁶². As classes dominantes de Catalão souberam se

¹⁶¹ Assim, Gonçalves (2016, p.307) afirma que, “seja no decurso dos séculos XVIII e XIX ou na primeira metade do século XX, Catalão não havia participado das fases mineradoras em Goiás enquanto município minerador. Nas décadas de 1930 e 1940, o município conheceu apenas a descoberta e a exploração diamantina do Garimpo da Gamela, no rio Paranaíba e na divisa com o município de Coromandel, Minas Gerais, cuja história e a geografia são grafadas pelos garimpos de diamantes. De acordo com Póvoa Neto (1998), o Garimpo da Gamela atraiu centenas de garimpeiros que estavam nas lavras de Cristalina. Trabalhadores que deixaram o garimpo de cristal de rochas e se lançaram na mobilidade espacial para tentar a sorte nas margens do rio Paranaíba. No entanto, isso não representou nenhuma centralidade na dinâmica econômica de Catalão [...].

¹⁶² De acordo com Gonçalves (2016, p.315), “A travessia dos trilhos sobre o Rio Paranaíba - que divide a região do Triângulo Mineiro (Minas Gerais) e o Sudeste Goiano - no início da segunda década do século XX, promoveu efervescência econômica, política e cultural no Sudeste Goiano, transformando a vida cotidiana de Catalão, que tornou-se uma das mais importantes cidades goianas. Em 1920, por exemplo, Catalão chegou a ser o município

aproveitar dos trilhos e da posição privilegiada para organizar e desenvolver a produção capitalista, agrícola e industrial.

Dessa forma, Gonçalves (2016) destaca alguns elementos importantes para o crescimento socioeconômico e modernização capitalista e territorial de Catalão ao longo do século XX, que podemos sintetizar como: 1) construção da ferrovia no início do século XX; 2) construção de Goiânia, na década de 1930, e de Brasília, na década de 1960; 3) construção de rodovias (BR 050 e GO 330, por exemplo); 4) diversidade e abundância mineral do subsolo; 5) topografia plana dos chapadões do Cerrado; 6) posição geográfica.

No entanto, de acordo com Mendonça (2004), o dinamismo socioeconômico observado em Catalão teve crescimento apenas até os anos de 1940, momento em que a estrada de ferro foi ampliada até Anápolis, que passou, a partir de então, a disputar e reorientar a hegemonia política e econômica regional, fazendo com que as atividades comerciais e industriais de Catalão entrassem em estagnação. Concorre nesse sentido também a construção de Goiânia, como nova capital planejado do estado de Goiás, na década de 1930, e todas as redes técnicas e investimentos capitalistas e estatais subsequentes. Para Gomez, Chaul e Barbosa (1994, p. 179),

Goiânia tornou-se o meio de integração com o exterior e também da integração das diversas regiões do Estado de Goiás, servindo assim aos interesses do Sul e do Sudoeste goiano. Desta forma, o Sudeste que, com seu centro maior em Catalão, protagonizara o crescimento demográfico, comercial e mesmo agrícola nas três primeiras décadas do século, a partir de 30 vai ficando num desvio da corrente de modernização, que em ritmo acelerado vai transformando Goiás. Nas quatro décadas que se estendem entre 30 e 70 – data inicial do novo período de expansão em virtude da mineração -, Catalão continua seu crescimento, mas sempre ao passo moderado das áreas periféricas.

Atualmente, em relação às redes técnicas e à posição geográfica de Catalão, podemos dizer que o município é um dos principais pontos de passagem de quem vem de Minas Gerais e São Paulo, e isso graças a construção da BR-050 em 1960, ligando o DF a São Paulo, que se somou à ferrovia já existente desde 1913. Além disso, a GO-330 que liga Catalão à Goiânia, contribui também para garantir uma importante posição geográfica ao município. Segundo Silva (2002), a instalação de grandes empresas em Catalão teve forte influência dessa vantagem locacional, de proximidade de importantes centros consumidores:

mais populoso de Goiás, com 38.574 habitantes, enquanto o Estado contava com uma população de 511.991 pessoas”

Os seguintes dados esclarecem a importância da posição de Catalão, não apenas para a Mitsubishi e Cameco, mas também para outras empresas. As distâncias rodoviárias de Catalão para alguns importantes centros consumidores são as seguintes: em Goiás, 259 km de Goiânia, 287 km de Anápolis e 298 km de Brasília. Para cidades de outros Estados são: Uberlândia 110 km, Belo Horizonte 560 km, São Paulo 738 km, Rio de Janeiro 1171 km. Todos esses centros urbanos têm população acima de 300 mil habitantes. O rápido e fácil acesso a esses centros foi importante para a decisão locacional da Mitsubishi. (SILVA, 2002, p. 82).

É a partir dos anos 1970, com a modernização da agricultura e apropriação indiscriminada das áreas de chapadas do Cerrado pelas empresas rurais, bem como a modernização da mineração e a exploração das jazidas de fosfato e nióbio, que o município de Catalão retoma o seu crescimento e sua importância regional na acumulação capitalista (MENDONÇA, 2004).

Em relação à mineração, como explica Gonçalves (2016), foi ainda no ano de 1967, em plena ditadura, que se iniciou as pesquisas nos depósitos de fosfatos, nióbio, titânio, terras raras e vermiculita em Catalão, como resultado de investimentos governamentais e da investigação de geólogos da empresa estatal Metais de Goiás S.A (METAGO). Constatando as jazidas minerais, viabilizou-se três grandes minas a céu aberto, uma de nióbio e duas de fosfato.

Esse processo de desenvolvimento capitalista da indústria mineral em Catalão (GO) estava diretamente relacionado com as demandas internas da modernização capitalista da agricultura, assim como o êxodo rural decorrente do ciclo expropriatório modernizante das décadas de 1970/1980 foram essenciais para a formação do exército de reserva de mão-de-obra necessários ao trabalho industrial urbano¹⁶³. Como instrumento de crescimento econômico de Catalão e região, o Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC) foi implantado em 1979, através de parceria entre o governo estadual e o municipal¹⁶⁴.

¹⁶³ Segundo pesquisa de Mendonça (2004), em 1970 a população rural de Catalão superava a população urbana, sendo a primeira de 13.983 e a segunda de 13.355, realidade que se altera completamente no ano de 1990, quando a população rural diminui para 7.363 e a população urbana tem forte crescimento para 47.123. Porém, no caso da formação socioespacial de Catalão a partir dos anos 1970, esse crescimento da população urbana se daria pela conjugação da migração campo-cidade e intermunicipal, já que grande parte dessa população urbana viera de processos expropriatórios e êxodos rurais em outros municípios (MENDONÇA, 2014).

¹⁶⁴ Santana (2011, p. 91) enfatiza que “O DIMIC em Catalão é um dos distritos mais bem estruturados do estado. Localiza-se a sudoeste do perímetro urbano, às margens da rodovia BR-050 e da Ferrovia Centro Atlântica (FCA). Atualmente possui uma área de 244,82 ha e sua infraestrutura conta com pavimentação asfáltica com drenagem superficial; sistema de distribuição de água com poço profundo (estação de tratamento, captação e distribuição); rede de energia elétrica; rede telefônica; sede administrativa; sistema de tratamento de esgoto, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Seu parque industrial atualmente é diversificado, 25 empresas estão instaladas dos ramos de adubos e fertilizantes, peças e acessórios para veículos, equipamentos para irrigação agrícola, tecelagem de fios de algodão, fabricação de artefatos para uso na construção civil, montagem de veículos e montagem de máquinas agrícolas”. Além disso, Mendonça e Pedrosa (2005, p. 226) destacam que “O Distrito foi criado com o objetivo de atender as demandas exigidas pelo processo de verticalização das empresas

Em consonância com a política desenvolvimentista e industrialista do Estado ditatorial materializada no II PND, Ferreira Neto (1998, p. 69) enfatiza, que a criação do DIMIC estava no do bojo da “proposta de criação de Polos Industriais no interior do Estado de Goiás” e na ideia de descentralizar territorialmente e promover a atividade industrial. Era uma política estatal de colonização que, conjugada à modernização da agricultura, visava “evitar a evasão de divisas e a migração populacional para outros estados”. Uma série de incentivos foram proporcionados por parte do Estado,

Com a instalação do DIMIC em Catalão, o Governo de Goiás e a Prefeitura da cidade ofereciam isenção de impostos e taxas municipais por 5 anos, financiamentos do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás e do BNDE e, ainda, treinamento e qualificação de pessoal, como incentivo às indústrias que se instalassem na região. (FERREIRA NETO, 1998, p.69).

Uma particularidade do distrito industrial e mineral de Catalão, no bojo da política de industrialização colonialistas de Goiás nos anos 1970/1980, é que, diferente da maioria dos distritos industriais de Goiás, que possuem a denominação “agroindustrial” e a este setor estão associados majoritariamente, apenas o de Catalão é associado ao polo minero-industrial (SANTANA, 2011). Dessa forma, todos esses arranjos políticos e econômicos, levaram a constituição do Complexo Minero-Químico de Catalão/Ouvidor durante as décadas de 1970/1980, quando iniciaram a territorialização e exploração/exploração de fato das jazidas minerais pelas empresas Mineração Catalão de Goiás (capital privado, sul-africano e brasileiro¹⁶⁵), Fosfago – Fosfatos de Goiás S.A (capital privado)¹⁶⁶ e Goiasfértil – Goiás Fertilizantes S.A (estatal)¹⁶⁷.

mineradoras, bem como abrigar diversas outras atividades industriais (indústria de transformação e outras) que pudessem se instalar atraídas pelo pólo mineroquímico e pelas vantagens existentes”.

¹⁶⁵ De acordo com Gonçalves (2016), a Mineração Catalão de Goiás S.A foi a primeira empresa privada a iniciar a exploração mineral em Catalão. Por sua vez, Ferreira Neto (1998, p. 59) demonstra que em 1980 a Mineração Catalão de Goiás S.A já produzia “cerca de 170 toneladas de ferro-nióbio de alta qualidade, exportado para os Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Áustria, Inglaterra, México, Canadá, África do Sul e França. Empregava 430 trabalhadores diretos, entre técnicos de mineração, laboratoriais, topógrafos, geólogos, engenheiros de minas, mecânicos, metalúrgicos e químicos”.

¹⁶⁶ “Em 1983 a empresa de capital privado, Copebrás (atual empresa Anglo American Fosfatos Brasil Ltda., do conglomerado britânico Anglo American), se associou a Fosfago para a produção de concentrado fosfático” (GONÇALVES, 2016, p.328).

¹⁶⁷ Gonçalves (2016, p. 329) explica que “em 1977, o governo de Goiás buscou apoio junto ao presidente do país, o general Ernesto Geisel, que naquele momento estava empenhado nas políticas do II PND, como o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), para colocar em marcha a produção de insumos básicos, objetivando, assim, tornar o país um importante fabricante de adubos fosfatados”. Dessa forma, “em outubro de 1977, a METAGO fechou acordo com a PETROFÉRTIL e a FIBASE para a realização do empreendimento visando o aproveitamento econômico das jazidas de Catalão/Ouvidor. Por conseguinte, em abril de 1978 foi criada a Goiasfértil” (GONÇALVES, 2016, p.330).

Assim, portanto, a relação campo-cidade em Catalão envolvia uma aliança territorial de classe entre a modernização da mineração e a modernização da agricultura (intensificada em Catalão na década de 1980), ambas se apropriando de áreas cada vez mais expressivas do Cerrado. Sobre a territorialização do agronegócio em Catalão durante esse período de modernização territorial capitalista, Gonçalves (2016, p.127), afirma que,

Com isso, se deu a ocupação dos solos com topografia plana nos chapadões do Cerrado, como no entorno do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, em Catalão/GO, e instalação de empresas rurais, regidas pela reestruturação produtiva e conforme as demandas por produtos de interesse agroexportador, como a soja.

O município de Catalão (GO) chega, portanto, ao final do século XX, com distintos setores industriais no campo e na cidade: mineral, agropecuário, automobilístico, químico, dentre outros. De acordo com Gonçalves (2016), a posição do município de Catalão na divisão regional do trabalho é fortalecida nesse processo modernizante, seja pelas condições técnicas e tecnológicas criadas, seja pelas condições de formação da força de trabalho diante das novas exigências do mercado do trabalho¹⁶⁸.

Em Catalão, a partir do final da década de 1990, as grandes mineradoras passaram a dividir o espaço socioeconômico municipal com outras atividades industriais, tal como a Mitsubishi Motors Corporation Automotores do Brasil S.A e a John Deere Company. Também no final dos anos 90, no bojo das políticas neoliberais, ocorre o processo de privatização da empresa estatal Goiásfértil no ano de 1992. A empresa estatal de mineração foi comprada pela Fosfértil¹⁶⁹, que por sua vez era uma empresa estatal que havia sido vendida em leilão para o grupo Fertifós¹⁷⁰ no mesmo ano. Através da Fosfértil, compra-se também em leilão de privatização outra empresa estatal chamada Ultrafértil em 1993. Enquanto Goiásfértil explorava uma mina de rocha fosfática em Catalão (GO), a Ultrafértil era uma das maiores produtoras de

¹⁶⁸ Através de instituições educacionais públicas e privadas, superiores e técnicas, capturadas pelas exigências e interesses das empresas monopolistas territorializadas no município. Exemplos são alguns cursos da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

¹⁶⁹ “Fertilizantes Fosfatados S.A. (Fosfértil) era uma empresa do governo federal, criada em 1977 para promover a pesquisa, a lavra, a concentração e a comercialização da rocha fosfática da jazida de Patos de Minas, MG. [...] Privatizada em 1992, a Fosfértil adquiriu duas outras estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização: Goiásfértil e Ultrafértil. Com isso, agregou a extração de rocha fosfática em Catalão, GO, complexos industriais em Araucária, PR, e Cubatão, SP, e terminal marítimo em Santos, SP. Depois de atuar anos com o nome Fosfértil/Ultrafértil, unificou a marca em 2004.” (Fonte: http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/0,3916,1245091-1641-4,00.html, acessado em 12/07/2019).

¹⁷⁰ Conforme Lima (2003, p. 87-88), “O Consórcio Fertifós (então um grupo de sete empresas de adubos, dois bancos e um grupo de pequenos misturadores de fertilizantes), que havia adquirido a Fosfértil, a Ultrafértil e a Goiásfértil que passou a denominar Ultrafértil S.A como 99,99% das ações com sede em Cubatão (SP) e o restante, insignificante 0,01% ficou com a Metago”.

fertilizantes nitrogenados do país. Em 1995 a Goiásfertil incorporou os ativos, e adotou o nome da Ultrafertil S/A.¹⁷¹.

Já as outras empresas privadas, Fosfago e Mineração Catalão de Goiás, ambas eram controladas inicialmente pelo grupo Excibra (representante brasileiro do grupo multinacional Hochschild atuante desde início do século XX na exploração colonialista de minérios em vários países da América Latina¹⁷²). No ano de 1983 o capital da Fosfago foi fundido com a Copebrás (Companhia Petroquímica Brasileira), e em 1985 a Copebrás é comprada pelo grupo multinacional Anglo American.

Esse processo, de privatização e centralização monopolista de capitais ao longo das décadas de 1980/1990, leva a reorganização do capital da mineração em Catalão e Ouvidor através de três grandes projetos, centralizados por dois grupos multinacionais: Mineração Catalão de Goiás e Copebrás S.A (do grupo Anglo American) e Ultrafertil S.A (do grupo que viria a se tornar a Vale Fertilizantes¹⁷³). Ocorre também nos anos 90 a verticalização nas

¹⁷¹ Lima (2003, p. 87) ressalta as irregularidades e desvios no processo de privatização da Goiásfertil, citando um trecho de relatório do Congresso Nacional, de Julho de 1994 (Dário do Congresso Nacional – Suplemento ao nº 32, de 21 de julho de 1994, p. 113 – Relatório n. 3, de 1994 – CN). “O preço mínimo de venda foi fixado em US\$ 13 milhões, a empresa foi a leilão e não se apresentaram compradores. Posteriormente, o BNDS determinou, em correspondência do Sr. Eduardo Modiano à Petrobrás e Petrofertil, que realizasse a injeção de capital na empresa, no montante de US\$ 13 milhões, com o intuito de saneá-la. Em que pese os argumentos da Petrofertil, contrários a esta operação, seus dirigentes foram compelidos a realizá-la. A empresa foi, novamente, a leilão e, arrematada por US\$ 13 milhões, pelo mesmo grupo que havia adquirido a Fosfertil. A avaliação realizada pelos órgãos técnicos da Petrofertil, utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado e subtraindo-se a dívida líquida da empresa, resultou num valor, para o preço mínimo, na faixa de US\$ 71 a US\$ 78 milhões, não se computando o valor de outras jazidas minerais constantes do direito de lavra. Dos bens e ativos avaliados, foram omitidas as jazidas de titânio, metais de terras raras e nióbio, que entraram a custo zero, não caracterizando, portanto, uma doação de bens do setor público para o setor privado”.

¹⁷² Segundo matéria do Jornal de Brasília do dia 05/08/1987, “O grupo Hochschild, que desde 1937 atua no Brasil, controla a ExcibraExpansão Comércio e Indústria Brasileira. Configurando-se como um grupo essencialmente minerometalúrgico, foi responsável, em 1980 por 1,8% da produção mineral brasileira. A multinacional atua no setor de fosfato. Neste ano apresentou uma participação de 14 a 15% em relação à produção nacional de rocha fosfatada e de P2O2 respectivamente. No setor de níquel, o grupo atua através da Morro do Míquel e da Empresa de Desenvolvimento de Recursos Minerais. As empresas do grupo atuante no setor berilo são a Brasimet Comércio e Indústria e a Mineração Sertaneja, que apenas comercializam o minério, não efetuando a mineração. No setor de tungstênio, as empresas que fazem a extração, beneficiando e comercialização são a Mineração Acauan e a Mineração Sertaneja. A mineração Catalão de Goiás é a subsidiária responsável pela produção de nióbio. No setor metalúrgico o grupo atua através de quatro empresas: a Brasimet, a Açotemp, a Tratermig e a Termoligas Metalúrgicas” (Fonte: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/112464/1987_01%20a%2007%20de%20Abril_084d.pdf?sequence=3, acessado em 12/07/2019). A revista comemorativa de 40 anos da Anglo American de 2013, que afirma a proximidade desta com a multinacional Hochschild para operações no Brasil desde a década de 1970, afirma que “O Grupo Excibra era o gestor da Brasimet, indústria de fornos industriais, além de detentor das minas do Morro do Níquel (Pratápolis, MG), Mineração Catalão de Goiás (Ouvidor, GO), minas de tungstênio em Currais Novos (RN), da Fosfatos de Goiás (Fosfago) e da Copebrás, fabricante de negro de fumo e de fertilizantes instalada em Cubatão (SP).

¹⁷³ Em um texto explicando a sua história em um Edital de Oferta Pública para Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Vale Fertilizantes S.A. (2010), a empresa descreve o processo histórico de aquisições e compra da seguinte forma: “A Vale Fertilizantes, através de leilões de desestatização em outubro 1992, adquiriu o controle

empresas Copebrás e Ultrafertil, “com a finalidade de transformar a rocha fosfática extraída do subsolo para produção de adubos, que foi consolidado no início da década de 2000” (GONÇALVES, 2016, p.126). Para Deus (2003, p. 73), esses investimentos na virada do século “deram início a nova fase de desenvolvimento econômico regional, mas agora com indústria de alta tecnologia, voltada para abastecer o mercado interno”.

Ferreira (2012) demonstra que diversas comunidades camponesas são impactadas e desterritorializadas pelos grandes projetos da indústria extrativa mineral nos municípios goianos de Catalão e Ovidor a partir da década de 1960:

Dentre as comunidades afetadas pela territorialização das mineradoras desde a década de 1960 até hoje (2012) encontram-se as Comunidades Macaúba (município de Catalão), Chapadão (Ovidor), Taquara (Catalão), Coqueiros (Catalão), Morro Agudo (Catalão) e Mata Preta (Catalão). (FERREIRA, 2012, p. 34-35).

Nas comunidades camponesas, durante os dias de trabalho de campo, entrevistas e conversas com camponeses, pudemos perceber diversos efeitos da mineração no meio ambiente, no estado de saúde dos camponeses, na expropriação dos camponeses de suas terras, na destruição de recursos hídricos (secamente e poluição de córregos, nascentes, etc), cercamentos e fechamento de estradas e caminhos criados ao longo de gerações pelas famílias se encontrarem e transitarem pelas comunidades, poluição sonora, assalariamento de membros das famílias camponesas, dentre outros.

da Goiasfertil e, em junho de 1993, o da Ultrafertil. Em 1995, a Ultrafertil foi incorporada pela Goiasfertil, empresa controlada integralmente pela Vale Fertilizantes e dedicada à extração de rocha fosfática em Catalão (GO). Após a incorporação, a Goiasfertil assume a razão social Ultrafertil S/A. A partir de então, teve início um processo de ampliação, modernização tecnológica e ajuste operacional e administrativo nas empresas, que passaram a atuar de forma integrada e corporativa. Em 2004 foi adotado o nome Fosfertil como denominação única para a empresa. Em 10.09.2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil para Vale Fertilizantes S.A. Na mesma data de 10.09.2010 foi aprovada a incorporação da Fertifos pela Vale Fertilizantes com o intuito de simplificar a estrutura societária, tendo em vista que, após a aquisição indireta do controle da Vale Fertilizantes pela Vale S.A, a manutenção da Fertifos não mais se justificava, já que se tratava de mero veículo constituído pelos antigos acionistas controladores da companhia. (Fonte: http://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2010-09804/20101008_EDITAL_DE_OFERTA_P%C3%9ABLICA.doc., acessado em 11/07/2019).

FOTOS 3 E 4 – Moradia camponesa derrubada e casarão centenário ameaçado pelo avanço da mineração sobre a comunidade camponesa de Coqueiros, Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.

Autor: Azevedo (2019).

Apesar disso, Gonçalves (2016) ressalta que a territorialização das empresas mineradoras em Catalão e Ouidor não sofreram questionamentos políticos e públicos ao longo de décadas desde a sua instalação nos anos 1960/1970.¹⁷⁴

Nos movimentos sociais, universidade pública e privada, igrejas, escolas e sindicatos, nas associações de bairros ou nas Comunidades Camponesas, não houve problematização sistemática acerca dos efeitos da mineração. Durante aproximadamente quatro décadas, o discurso da modernidade, do emprego e do desenvolvimento sobrepuseram o diálogo coletivo diante dos efeitos socioambientais, que também são coletivos, afligindo a sociedade de Catalão e Ouidor (GONÇALVES, 2016, p.124).

Dessa forma, foi essencial o trabalho ideológico e as discursividades dominantes do Estado e do Capital, para justificar a territorialização e expansão da atividade mineradora sobre as diversas comunidades camponesas em Catalão e Ouidor¹⁷⁵. Como afirmado por Santos

¹⁷⁴ Isso, na nossa opinião, não deve significar *a priori* que não tenha havido formas de resistência e uma infrapolítica dos dominados (SCOTT, 2004) no caso, dos camponeses locais. As formas de resistência popular podem ser individuais ou coletivas, existem aonde existir relações de poder assimétricas, e não podem ser restringidas as suas manifestações públicas na forma de movimentos políticos ou sindicais. As resistências se expressam em diversos contextos de forma oculta e subterrânea, relativamente inacessíveis, portanto, ao mundo acadêmico, insitucional e burguês, bem como aos espaços e discursos públicos. Essas resistências ocultas não são menos importantes ou eficazes *a priori*, e podem se desenvolver (ou não) em movimentos mais ou menos organizados e públicos, podem se expressar como explosões de insurgência e rebelião, atos de sabotagem, construção de contra-ideologias e contra-poderes aos estabelecidos pelos poderes dominantes.

¹⁷⁵ Segundo Gonçalves (2016, p.124), “as elites locais e o poder político contribuíram e aproveitaram desta situação, controlando os meios de comunicação e reproduzindo o discurso ideológico do progresso incontestável”. Mais a frente, Gonçalves (2016, p.286) apresenta a visão geral da classe dominante local: “Para alguns, como os governantes locais, empresariado, especuladores do espaço urbano etc., a mineração arrancava Catalão do seu estado de latência, atraso e rudeza, para que adentrasse definitivamente na era civilizatória da indústria”.

(2001, p. 68), “tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade”. No entanto, Gonçalves (2016, p.125) atenta para o fato de que, “nos últimos cinco anos esse cenário começou a se modificar. As empresas mineradoras tornam-se alvos de questionamentos e reivindicações socioambientais”.

No entanto, é notório que as elites políticas estatais, em consórcio com as empresas multinacionais, ainda hoje permanecem firmes em seu projeto de expansão e legitimação da exploração e expropriação capitalista pela mineração. Em uma reunião, no dia 09/05/2019, para anúncio de investimentos de cerca de 1,2 bilhão pela mineradora chinesa CMOOC em Catalão, onde estiveram presentes diversos representantes empresariais e estatais, dentre ele o governador Ronaldo Caiado (DEM) e o prefeito de Catalão Adib Elias (MDB), momento em que o prefeito afirmou que, “entendo que outras empresas se instalaram lá. A Mitsubishi, Suzuki, mas somos o que somos graças ao setor mineral”¹⁷⁶.

A territorialização das empresas monopolistas internacionais de mineração nas comunidades camponesas de Catalão e Ouvidor estão perpassadas em sua formação histórico-geográfica por interesses geopolíticos mundiais. Como mencionado anteriormente, os municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO) estão entre os principais produtores de fosfato e nióbio no Brasil. No caso específico do nióbio, juntamente com Araxá em Minas Gerais, configuram-se como os maiores produtores do mundo, responsáveis por 92,81% da oferta mundial em 2013 (DNPM, 2014), com exportação para países da Europa, América do Norte e Ásia. Além disso, o destino do nióbio extraído em Catalão e Ouvidor é 100% para a exportação para países como China, Estados Unidos, Holanda, Japão e Índia (GONÇALVES, 2016).

Atualmente, dos minérios que compõem os Complexos Catalão I e II, apenas o nióbio e o fosfato são explorados pelas grandes mineradoras. A territorialização do grande projeto de mineração também pode ser denominada de Complexo Mínero-Químico de Catalão/Ouvidor, que compreende, como capital fixo, duas minas a céu aberto (Boa Vista e Chapadão), o terminal rodoferroviário e os terminais industriais (GONÇALVES, 2016, p.111). Além disso, Gonçalves (2016, p.111), ressalta as barragens e pilhas de rejeitos que são construídas em meio as

¹⁷⁶ Fonte: [http://www.goias.gov.br/noticias/43-economia/65184-caiado-articula-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-mineradora-que-pode-investir-r\\$-1,2-bi-em-catal%C3%A3o.html](http://www.goias.gov.br/noticias/43-economia/65184-caiado-articula-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-mineradora-que-pode-investir-r$-1,2-bi-em-catal%C3%A3o.html), acessado em 11/07/2019.

comunidades camponesas e “impactam as condições de sustentabilidade e relação com a terra e a água, além de transformar abruptamente as paisagens”.

Essa exploração mineral é levada a cabo, atualmente, pelas empresas monopolistas internacionais Mosaic Fertilizantes (EUA)¹⁷⁷ e a China Molybdenum - CMOC (China)¹⁷⁸. Um longo processo histórico em termos institucionais, econômicos e socioespaciais irá se desenrolar desde as décadas de 1970, com as primeiras atividades de exploração mineral na região, até os dias atuais. Modernização capitalista, monopólio, internacionalização, privatização e expansão da apropriação de terras e do subsolo são algumas marcas das transformações sofridas pela atividade durante essas décadas.

No ano de 2016, a multinacional chinesa CMOC compra os negócios de fosfato e nióbio em Catalão da sul-africana Anglo American, adquirindo o seu complexo mineiro-químico de exploração e beneficiamento de fosfatos e nióbio. No lugar das empresas subsidiárias de nome Anglo American Fosfatos Brasil Ltda. e Anglo American Nióbio Brasil Ltda. (ambas do grupo Anglo American), a CMOC irá retomar a “marca” Copebrás para a exploração de fosfatos, e irá criar a “marca” Niobrás para a exploração de nióbio.

De acordo com Gonçalves (2016, p.114), “a empresa possui minas a céu aberto (Mina Boa Vista e Mina Chapadão), e plantas de beneficiamento de fosfato e nióbio, localizadas em Catalão/Ouvidor (GO)”. Essa aquisição faz com que a CMOC se torne a segunda maior produtora de fosfatos no Brasil e a segunda maior mineradora de nióbio do país e do mundo, atrás apenas da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que extrai o nióbio no município de Araxá/MG (GONÇALVES, 2016).

¹⁷⁷ A empresa monopolista internacional, Mosaic Fertilizantes, surgiu em outubro de 2004 da união dos negócios de nutrição de safras da multinacional Cargill, Inc. com a multinacional IMC Global, Inc., ambas norte-americanas. Segundo o site da empresa: “Desde as suas minas de fosfato na Flórida (EUA) aos campos de soja na China, a Mosaic mantém presença global. Sua rede de produção e distribuição está nos principais mercados do mundo. A empresa atua em toda a cadeia produtiva, incluindo mineração, produção e comercialização. Com sede em Minnesota (EUA), a Mosaic possui operações na Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia e Paraguai, além de joint ventures no Peru e Arábia Saudita”. (Fonte: http://www.mosaicco.com.br/Who_We_Are/presen%C3%A7a_e_opera%C3%A7%C3%B5es.htm, acessado em 11/07/2010).

¹⁷⁸ A China Molybdenum – CMOC é uma empresa monopolista chinesa fundada como “sociedade anônima” em 25 de agosto de 2006. Possui atuação internacional no Brasil (exploração de fosfato e nióbio através da subsidiária CMOC Brasil), na Austrália (com um escritório corporativo em Sidney e exploração de cobre através da empresa Nothparkes), no Congo (exploração de cobre e cobalto através da empresa Tenke Fungurume) e nos Estados Unidos (com um escritório corporativo em Fenix). No Brasil, atua através da Niobrás e Copebrás, com um escritório corporativo e uma planta industrial em Cubatão (SP) e, principalmente, as plantas industriais em Catalão e Ouvidor (GO). (Fonte: <http://cmocbrasil.com>, acessado em 11/07/2019)

Os impactos da expansão territorial na apropriação de terras da Mina Boa Vista na comunidade camponesa Coqueiros são profundos, levando atualmente a um processo avançado de destruição da própria comunidade em si, como relataram diversos camponeses durante o trabalho de campo. De acordo com o relato de uma camponesa, em entrevista realizada no dia 21/02/2019, *“nós temos camponeses que na época da seca tinha condições de produzir o feijão, [...] que era comercializado, e hoje ele não consegue mais produzir esse feijão por que ele não tem água. Por que simplesmente as represas, as nascentes, sumiram, desapareceram. [...] Comunidade inteiras tão desaparecendo, sumindo do mapa. A exemplo aqui na [Mina] Boa Vista, que é da CMOC, né, uma comunidade inteira, que é a comunidade dos Coqueiros que está desaparecendo. Ela praticamente sumiu do mapa, ela não existe, por que a mineradora tomou conta, dominou. Então quer dizer, tem alguns [...] agricultores que ainda resistem, mas resiste sob pressão da mineradora ali, encurralando, e pressionando, e claro, com os impactos, dos barulhos, da poeira, [...] e é constrangido né, por que tem muitos que não tem nem direito de passar pra ir pras suas propriedades. Então quer dizer, ainda tem todo esse tipo de repressão que sofre por essas mineradoras. A gente sabe que o impacto ele é monstruoso, não tem outra palavra pra dizer que não seja isso”*.

Em uma entrevista durante o trabalho de campo, no dia 24/02/2019, conversamos com um camponês que foi nascido e criado na comunidade Coqueiros, e onde a fazenda que ele mora atualmente na comunidade já era da sua família desde o seu bisavô. A propriedade que ele passou a infância já foi apropriada pela CMOC, e hoje está no “pé do morro da mina”. Relatou que na vizinhança tinha amigos, primos, tios, e o seu próprio pai, que foram expropriados pelo avanço da Mina Boa Vista. Segundo o camponês: *“a maior parte, infelizmente, teve que ir pra a cidade. Porque acaba o vínculo, né. Bom é o lugar da gente, isso aí não resta dúvida, né. Dá tristeza de ver isso daí”*.

Em alguns momentos o entrevistado se emocionou ao lembrar de como era cheia a comunidade antigamente, com seus familiares, vizinhos, festas religiosas, trabalho. Em um questionamento profundo dos efeitos da mineração, o camponês falou, *“Nossa senhora! A transformação é muito grande, é brusca a modificação, né? Eu ainda fico aqui de frente, vendo a destruição total, né. E sem falar no outro lado, né, do sentimento da gente... por que isso é o principal, né? Vem progresso, mas vem mais coisa ruim do que boa, isso aí pode ter certeza”*.

Quando perguntado sobre os impactos trazidos pela mineração, o camponês de Coqueiros respondeu rapidamente: *“O principal é tirar a gente, do habitat da gente. O que*

mais dói é a gente ter que se desfazer do lugar da gente, da raiz da gente, esse é o principal. Depois vem inúmeros... igual eu tô aqui, acabou o gosto de morar. A água também... a água acabou". Isso coloca a centralidade que a apropriação de terras e recursos territoriais possui no processo de avanço dos grandes projetos de mineração. Sobre as indenizações e o discurso de que o dinheiro recompensa a terra, respondeu que *"a gente pensa que é um bom dinheiro, a venda e tal, mas isso é a pior coisa do mundo. Eu não penso nisso não. Eu não levo pra esse lado financeiro, o lugar da gente é sagrado"*. Isso evidencia o antagonismo de cosmovisões sobre a terra entre o campesinato e o capital. Em relação a essa ideologia mercantilista da expansão territorial, também surpreendeu a síntese que o camponês fez da relação do Estado com a mineração: *"O governo é o dinheiro, só isso, mais nada"*.

FOTOS 5 E 6 – Vista do interior da Mina Boa Vista e depósito de rejeitos da Mina Boa Vista observada da varanda de uma casa na comunidade Coqueiros, Catalão (GO).



**Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.
Autor: Azevedo (2019).**

Gonçalves (2016), analisando as relação capital-trabalho-natureza no complexo minero químico da Anglo American (atual CMOC), reforça que apesar da omissão da empresa em divulgar o número de terceirizados, é possível encontrar no Relatório à Sociedade 2015 que as ocorrências de acidentes de trabalho nos anos de 2013 e 2014 estão concentradas nos trabalhadores terceirizados¹⁷⁹. Dessa forma, Gonçalves (2016, p.115-116) conclui que,

¹⁷⁹ Gonçalves (2016) cita dois exemplos recentes e trágicos de intoxicação e morte de trabalhadores pela mineração de Catalão. Em julho de 2013, aproximadamente 25 terceirizados da Anglo American (atual CMOC), que trabalhavam na ampliação de obras para extrair minério de nióbio em Catalão/Ouvidor, foram intoxicados por

Os acidentes de trabalho nos empreendimentos de mineração evidenciam que para se reproduzir e assegurar as condições adequadas de mais valia, o capital articula renovadas estratégias de apropriação da natureza e dos trabalhadores, intrínsecos à acumulação primitiva permanente (BRANDÃO, 2010) no modo de produção capitalista, com efeitos deletérios do ambiente e da saúde de homens e mulheres no campo e nas cidades. Nos grandes projetos de mineração, por exemplo, os efeitos socioambientais, a precariedade e precarização do trabalho se aglutinam enquanto elementos fundamentais para fortalecer as condições de geração do lucro no interior do capitalismo contemporâneo.

A análise da precarização do trabalho e destruição/mercantilização da natureza, como expressões do processo de modernização capitalista e apropriação da terra e dos recursos territoriais, é fundamental para compreender o atual contexto das redes de produção da mineração e do neoextrativismo de forma geral. Segundo Gonçalves (2016, p.116), esses processos destrutivos da força de trabalho e para a natureza “são condições permanentes para auferir lucros aos empreendimentos de empresas [...] integradas ao contexto de transnacionalização da cadeia produtiva da mineração”.

Além disso, nas relações capital-trabalho-natureza é essencial refletir sobre a passagem para uma parcela da população camponesa, de um tipo de trabalho agrícola familiar, para um tipo de trabalho industrial assalariado. Com a expropriação de terras, um dos efeitos é a separação do trabalhador dos meios de produção, gerando um subproletariado que entra no exército de reserva, é uma nova fonte de energia humana para as engrenagens do sistema mundial capitalista. Sobre as mudanças laborais na vida dos camponeses da comunidade Chapadão nos anos 1960/1970, Silva (2003, p. 23) acrescenta que,

[...] a chegada das mineradoras exerceu grandes impactos em suas vidas. Enquanto meeiros, esses trabalhadores tinham consciência de que eram explorados pelos fazendeiros, e que essa exploração continuou existindo mesmo após o seu ingresso em um novo ambiente de trabalho que são as mineradoras. O processo de trabalho sofreu alterações, pois passaram de um trabalho totalmente agrícola para um trabalho industrial. O controle sobre a vida do trabalhador continuou existindo, porém agora não eram os fazendeiros que determinavam as atividades a serem realizadas, mas as mineradoras; esse processo continua existindo até os dias atuais. Isso nos leva a perceber que, com a vinda dos ex-meeiros para a cidade, alguns tiveram de acostumar ao novo convívio, pois na cidade o modo de vida é totalmente diferente daquele que existia na Comunidade Chapadão, no período de 1960 a 1980.

Em relação à apropriação da terra e do subsolo através dos negócios de fosfatos e nióbio da CMOC (adquiridos da Anglo American), os dados demonstram que a empresa através de

vazamento de ácido num acidente de trabalho. Em junho de 2015, um jovem trabalhador morreu soterrado nos empreendimentos da Anglo American Fosfatos Brasil Ltda. (atual Copebrás, da CMOC), em Catalão e Ouidor.

requerimentos e títulos minerários juntos aos órgãos do Estado se apropriou de 12.427,12 hectares de terras nos municípios goianos de Catalão e Ouidor (Tabela 7).

Além disso, Gonçalves (2016) destaca que a mineradora buscava em 2015 mais seis requerimentos de pesquisa para nióbio que somam 6.205,73 hectares. A CMOC controla áreas de subsolo com interesses voltados para o fosfato nos mesmos municípios. Para esse minério, são 2 requerimentos de pesquisa que somam 2.556,67 hectares, 1 requerimento de lavra com 455,91 hectares, e 1 autorização de pesquisa que totaliza uma área de 1.090,95 hectares. Em relação a expansão da exploração do fosfato, a empresa possuía em 2015 mais dois requerimentos de pesquisa que somam 2.556,67 hectares, um requerimento de lavra de 455,91 hectares, e mais uma autorização de pesquisa em 1.090,95 hectares.

TABELA 7 – APROPRIAÇÃO DO SUBSOLO NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO/OUVIDOR (GO) PELA EMPRESA ANGLO AMERICAN – FOSFATO, NIÓBIO – 2015.

EMPRESA	Nº DE TÍTULOS	ÁREA (HECT)	FASE	SUBSTÂNCIA MINERAL
Anglo American	6	2.117,86	Concessão de Lavra	Nióbio
	4	5.023,74	Requerimento de Pesquisa	Nióbio
	2	1.181,99	Requerimento de Pesquisa	Nióbio
	2	2.556,67	Requerimento de Pesquisa	Fosfato
	1	455,91	Requerimento de Lavra	Fosfato
	1	1.090,95	Autorização de Pesquisa	Fosfato
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Nióbio)				12
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Fosfato)				4
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Nióbio e Fosfato)				16
Área total (Hectares)				12.427,12

Fonte: DNPM (2015).

Organização: Gonçalves (2015).

Dentro desse projeto contínuo de expansão e apropriação de subsolo e recursos territoriais pela mineração, a multinacional chinesa CMOC anunciou, em uma reunião entre representantes empresariais e estatais¹⁸⁰ no dia 09 de maio de 2019, um plano de expansão que compreenderá um investimento de R\$ 1,2 bilhão na ampliação das atividades da empresa em Catalão (GO). Além disso, o presidente-executivo da CMOC anunciou que pretendem abrir novos projetos de exploração de fosfato, através da Copebrás, não apenas no estado de Goiás,

¹⁸⁰ O anúncio da ampliação dos negócios colonialistas de mineração se deu com a cúpula governamental do Estado de Goiás e de Catalão. Participaram da reunião o governador Ronaldo Caiado, o prefeito de Catalão, Adib Elias, e os secretários Andréa Vulcanis (Meio Ambiente), Wilder Moraes (Indústria e Comércio), Antônio Carlos Lima (Agricultura) e o presidente da AGR, Eurípedes Barsanulfo.

mas também outros estados do país. A última ampliação da empresa aconteceu em 2002, há 17 anos atrás.

Os novos investimentos internacionais da CMOC foram “santificados” pelas novas ideologias legitimadoras das relações assimétricas de poder, dominação e exploração do sistema mundial capitalista. Segundo o presidente-executivo da mineradora chinesa CMOC, Steele Li, os “valores” da empresa são: segurança, saúde, meio ambiente e a área social. Segundo o executivo, “Isso é pilar na nossa empresa. Fazemos as melhores práticas no padrão mundial”. O Estado “abençoou” as supostas práticas ambientais e sociais da empresa monopolista através dos elogios da secretária de meio ambiente: “É importante registrar a iniciativa porque consideramos uma atitude muito responsável do ponto de vista ambiental”

A reunião para anunciar essa expansão histórica da mineração de nióbio e fosfatos em Catalão expressou, também, a estratégia monopolista de aliança de classe intersetorial entre a mineração e o agronegócio para a expansão pelo território goiano e brasileiro. Nas palavras do representante da empresa e do governador de Goiás, a ampliação do fosfato seria uma importante alavanca para diminuir a dependência da importação de fertilizantes (que atualmente representa mais de 50% em Goiás) e, assim baratear o custo para o agronegócio em expansão. Por fim, surpreendeu a postura “entreguista” do governador Ronaldo Caiado que, ao final da reunião, pediu ao presidente da CMOC que leve ao governo chinês e a outros investidores a mensagem de que “Goiás está de braços abertos”. Em resposta, o empresário respondeu: “Nós temos muita confiança no Brasil e em Goiás. Vamos partilhar essa experiência com outras empresas. Tenham em nós uma ponte entre a província da China e o Estado de Goiás”¹⁸¹.

Outra empresa monopolista internacional atuante na indústria extrativa mineral nos municípios de Catalão e Ouidor é a norte-americana Mosaic Fertilizantes, que comprou da Vale Fertilizantes em janeiro de 2018¹⁸², adquirindo o complexo mineiro químico pertencente a empresa multinacional brasileira. De acordo com Gonçalves (2016, p.113), a empresa possui “uma mina de minério fosfatado a céu aberto; usina de beneficiamento e concentração; mineroduto; terminal rododiferroviário de manuseio de concentrados e expedição de rocha fosfática”.

¹⁸¹ Fonte: [http://www.goias.gov.br/noticias/43-economia/65184-caiado-articula-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-mineradora-que-pode-investir-r\\$-1,2-bi-em-catal%C3%A3o.html](http://www.goias.gov.br/noticias/43-economia/65184-caiado-articula-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-mineradora-que-pode-investir-r$-1,2-bi-em-catal%C3%A3o.html), acessado em 12/07/2019).

¹⁸² Fonte: <http://www.mosaicco.com.br/resources/3087.htm>, acessado e, 11/07/2019.

A mina a céu aberto e a usina de beneficiamento estão localizadas onde existia a comunidade camponesa Chapadão, vítima de contínuos processos expropriatórios e colonialistas que destruíram a comunidade e a existência camponesa. Hoje, permanece dela apenas o seu nome grafado na “Mina Chapadão”. Tendo a sua *geo* (terra) sido devastada e expropriada, a sua *grafia* (escrita) se torna uma lembrança triste nos estandartes dos conquistadores e saqueadores modernos¹⁸³.

De acordo com Gonçalves (2016, p.113), os concentrados de rochas fosfáticas produzidos na usina de beneficiamento, são bombeados via mineroduto (que possui uma extensão de 14,4 km de extensão), ao terminal rodoferroviário, onde passa por processos de classificação, filtragem e secagem.

Em relação às relações capital-trabalho, em 2011 a força de trabalho utilizada nesse empreendimento industrial mineral contava com 419 trabalhadores diretos e 928 trabalhadores terceirizados. A reestruturação produtiva do capital, baseada no regime de acumulação flexível (HARVEY, 1994) não podendo se livrar da rigidez locacional própria da atividade minerária, precisa criar mecanismos de flexibilidade com outros fatores de produção, como a força de trabalho, gerenciais, etc. Segundo Gonçalves (2016, p.113), “os terceirizados formam uma força de trabalho submetida a contratos de trabalhos precários, aglutinados com condições laborais cotidianas expostas a riscos para a saúde, instabilidade empregatícia e salários inferiores”.

¹⁸³ Sobre a comunidade Chapadão e o seu processo de apropriação pelas mineradoras nos anos 1970, Silva (1998, p.9) explica que: “Chapadão era uma Comunidade situada a aproximadamente 15 quilômetros da cidade de Catalão (GO). Esta Comunidade era composta por dezenas de famílias que ali moravam e que viviam todo um cotidiano de trabalho. [...] Hoje essa Comunidade não existe mais. A grande maioria das famílias que lá residiam transferiram-se para as cidades próximas e as terras foram desapropriadas em nome do chamado ‘progresso’. Por se tratar de uma comunidade rural, logicamente o trabalho desenvolvido por seus integrantes estava relacionado com o cultivo da terra ou com a lida do gado, ocupações estas desenvolvidas nas várias fazendas que compunham a Comunidade, de onde cada família tirava o seu sustento”. Ainda sobre a vida na comunidade, Gonçalves (2016, 355) ressalta que “O trabalho era o fundamento da reprodução da existência coletiva na Comunidade Chapadão, por isso, por intermédio dele diversas relações entre o grupo eram estabelecidas, como a festa, a ajuda mútua, a troca de dia e o mutirão”. Sobre o processo de expropriação dos camponeses da comunidade Chapadão, Gonçalves (2016, p.349) afirma que, “[...] essa Comunidade não conheceu outra solução arquitetada pelo capital, senão a violência, a expropriação e a usurpação dos seus territórios. [...] Camponeses, meeiros, agregados, pecuaristas, fazendeiros tradicionais, que viviam na terra de trabalho foram desterritorializados para efetivar a exploração dos minérios do subsolo nas minas a céu aberto, ou para dar lugar aos depósitos de rejeitos, estradas e cultivos industriais de eucaliptos. O progresso não veio para todos”.

TABELA 8 – APROPRIAÇÃO DO SUBSSOLO NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO/OUVIDOR (GO) PELA EMPRESA VALE FERTILIZANTES – NIÓBIO, TITÂNIO, FOSFATO – 2015.

EMPRESA	Nº DE TÍTULOS	ÁREA (HECT.)	FASE	SUBSTÂNCIA MINERAL
Vale Fertilizantes	1	242,39	Requerimento de Lavra	Nióbio
	2	497,28	Requerimento de Lavra	Titânio
Vale Fertilizantes	1	291,03	Requerimento de Lavra	Titânio
	1	903,47	Concessão de Lavra	Nióbio
	4	15,94	Autorização de Pesquisa	Fosfato
	2	194,72	Requerimento de Lavra	Fosfato
	1	2,45	Concessão de Lavra	Fosfato
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Nióbio)				2
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Titânio)				3
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Fosfato)				7
Total de Requerimentos e Títulos Minerários (Nióbio, Titânio e Fosfato)				12
Área Total (Hectares)				2.147,28

Fonte: DNPM (2015).

Organização: Gonçalves (2015).

A empresa Mosaic também se apropriou de milhares de hectares de subsolo em Catalão e Ouvidor através dos negócios de fosfatos, titânio e nióbio, e também protagoniza as estratégias de apropriação dos recursos territoriais nestes municípios. Os dados demonstram que a empresa através de requerimentos e títulos minerários juntos aos órgãos do Estado se apropriou de 12.427,12 hectares (Tabela 8).

Dessa forma, tanto CMOC quanto Mosaic compõem o cenário dos territórios em disputa pela terra e pelo subsolo em Catalão e Ouvidor, já que, como demonstra Gonçalves (2016, p.396) pela espacialização, os requerimentos e títulos minerários dessas gigantes da mineração internacional estão sobrepostos às comunidades camponesas de Macaúba, Coqueiros e Mata Preta, comunidades de trabalhadores da terra que ainda permanecem resistentes no território.

Como um processo dialético de conquista colonialista da terra, existe na territorialização das empresas mineradoras, uma face dramática, representado pelos camponeses que resistem pelas suas terras de trabalho e de existência, e uma face ambiciosa, representada pelas empresas monopolistas internacionais em conluio com o Estado que buscam lucro e poder, movidos pela lógica capitalista e estatista. As serras, a mata, os córregos, os animais, as casas, roças, festas e tradições camponesas, enfim, a sociobiodiversidade do Cerrado, é percebida também por subjetividades e lógicas antagônicas do capital e do trabalho. Para uns, vida, para outros, *commodities*.

Além disso, como pudemos constatar em nosso trabalho de campo e em pesquisa bibliográfica, a grande mineração produz em Catalão e Ouvidor, ininterruptamente, passivos ambientais por desmatamento, poluição sonora, do solo, do ar¹⁸⁴ e das águas. De acordo com Gonçalves (2016, p.391-392):

Os efeitos socioambientais decorrem da extração de minérios nas minas a céu aberto, a poeira e o barulho liberados pelo trânsito de caminhões e demais maquinários nas áreas de depósito de estéril (Comunidade Coqueiros e Macaúba), interferências e mudanças no ambiente decorrente da barragem de rejeitos (Comunidade Macaúba e Mata Preta), diminuição das fontes naturais de água, como as minas, regos, córregos e ribeirões (ambas as Comunidades – Coqueiros e Macaúba), destruição de estradas e mata-burros, decorrentes da expansão das atividades minerárias ou do trânsito de máquinas (ambas as Comunidades – Coqueiros e Macaúba) etc.

Além disso, Gonçalves (2016, p.401) destaca os profundos significados atribuídos pelos camponeses às transformações geomorfológicas pela ação do capital minerador em Catalão e Ouvidor:

O que demandou milhões de anos para se formar por processos geológicos e geomorfológicos foi transformado em um ritmo impiedoso pelas ações das mineradoras em menos de uma década. Essas constatações cotidianas levaram um dos camponeses a dizer: “aqui eu vi a serra nascer e crescer”. Outro disse também: “tudo foi modificado, serra virou buraco e baixada virou morro”.

Um dos efeitos socioambientais sentidos pela apropriação de terras e subsolo levada a cabo pela CMOC e Mosaic é nos recursos hídricos das comunidades camponesas e na própria cidade de Catalão. O depósito de estéril da empresa CMOC na serra “terra quebrada” na comunidade Macaúba, por exemplo, para além da destruição de uma representação simbólica dos camponeses, “localiza-se num divisor de água, onde estão algumas das principais nascentes

¹⁸⁴ Um dos simbólicos efeitos da poluição do ar, mas não o único, é o famoso “cheiro de barata” sentido nas áreas urbanas ou rurais dos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Em diversos momentos, e do início ao fim, da pesquisa de campo pudemos constatar, *in loco*, o mau cheiro despejado pelas indústrias mineradoras direto aos pulmões da população. As empresas nunca quiseram admitir que o “cheiro de barata” era da sua atividade exploratória. No entanto, como demonstra o retrospecto feito por Gonçalves (2016, p.459): “Desde meados de 2012, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão monitora e investiga as causas e a(s) possível(is) fonte(s) da emissão de mau cheiro conhecido popularmente como ‘cheiro de barata’. A apuração deste problema iniciou com a instauração de um Inquérito Civil Público (ICP 022/2010) pelo Ministério Público do Estado de Goiás em 2010. A partir de dois relatórios de fiscalização produzidos em junho e outubro de 2012 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão, o Ministério Público determinou à Anglo American Fosfatos Brasil Ltda., a contratação de uma empresa capacitada para o monitoramento da qualidade do ar no município com o intuito de desvendar os fatores que possibilitam a ocorrência do odor [...]. Após análise do portfólio de diversas empresas e o aval da SEMMAC e do MP, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, foi contratado para executar o serviço. O monitoramento foi efetuado em novembro e dezembro de 2013 no bairro Pontal Norte, o aglomerado urbano mais próximo dos terminais de produção de fertilizantes de Catalão. A conclusão do estudo revelou que o mau cheiro é, de fato, proveniente do processo de acidulação de rocha fosfática para a produção de fertilizantes fosfatados e ácido fosfórico. Assim, restou comprovado que o gás fluoreto, emitido neste processo é o composto que confere o caráter irritante aos poluentes atmosféricos lançados pela atividade produtiva da Anglo American e da Vale Fertilizantes no município”.

que irrigam os córregos, pequenas barragens e regos locais” (GONÇALVES, 2016, p.409). Essa e outras pilhas de estéril, bem como a poluição e interferência em lençol freático pela atividade das minas a céu aberto, tem atingido a principal fonte natural e coletiva de garantia das condições de existência camponesa, a água¹⁸⁵.

Como foi constatado em nossa pesquisa de campo e em conversas com os camponeses e cidadãos de Catalão, os riscos de rompimento das barragens de rejeitos, especialmente para aqueles que vivem a jusante das barragens, também tem sido alvo das preocupações dos camponeses. Isso ocorre em um momento onde dois grandes rompimentos de barragens em Minas Gerais (nas cidades de Mariana e Brumadinho) aterrorizaram o país. Em algumas entrevistas os camponeses também relembrou do desastroso rompimento da barragem de rejeitos da antiga Fosfértil (Vale Fertilizantes) em fevereiro de 2014, que atingiu territórios nos municípios goianos de Catalão e Ouidor.

É importante ressaltar que a nossa pesquisa de campo se deu em fevereiro de 2019, menos de um mês após o rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Feijão, pertencente a Vale S/A, que ocorreu no fatídico dia 25 de janeiro de 2019. O desastre, que ceifou centenas de vidas humanas, e que se caracteriza como mais um capítulo do genocídio e ecocídio perpetuado no modelo colonialista brasileiro de relações de poder e exploração, causou pressões sociais e políticas no sentido de uma visão crítica sobre a grande mineração e seu discurso de “progresso” e no sentido do questionamento da efetividade das fiscalizações ambientais e sociais, das relações de poder envolvendo corrupções, compra de laudos, etc.

Foi nesse contexto em que pude participar, durante a pesquisa de campo em Catalão (GO) no mês de fevereiro de 2019, de uma visita técnica à barragem de rejeitos da empresa Mosaic, organizada pelo GT sobre Mineração da Câmara de Vereadores de Catalão (GO)¹⁸⁶.

¹⁸⁵ De acordo com Gonçalves (2016), e como também pudemos constatar pelos relatos de camponeses durante a pesquisa de campo, a destruição das condições naturais de existência do campesinato gera efeitos expropriatórios “indiretos”, já que inviabilizam a continuidade da (re)produção da vida naqueles territórios invadidos pelos grandes projetos mineradores: “A combinação das atividades de mineração constitui um veículo de transformações e impactos indesejáveis aos camponeses, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos, comprometendo a continuidade da existência e trabalho do campesinato na Comunidade Macaúba. Em função disso, ao assorear as nascentes, poluir o ar, destruir as paisagens naturais, arruinar os córregos locais, afetar negativamente a biodiversidade animal e vegetal, os efeitos dos empreendimentos de mineração tornam inexecutável a reprodução coletiva dos camponeses na terra de trabalho” (GONÇALVES, 2016, p.420).

¹⁸⁶ Segundo nos explicou o vereador Marcelo Mendonça (REDE) o GT sobre Mineração da Câmara de Vereadores de Catalão (GO) é composto por movimentos sociais, membros das comunidades camponesas, UFG, Igreja, políticos e empresas mineradoras envolvidas. O GT atualmente possui 3 eixos principais de trabalho: 1) O “cheiro de barata” e a poluição decorrente da mineração; 2) A preservação dos recursos hídricos e a atividade mineradora; 3) A judicialização das famílias camponesas que se negam a vender as suas terras para as empresas mineradoras.

Na visita técnica estiveram presentes políticos, camponeses das comunidades atingidas, movimentos sociais e religiosos (MCP e CPT), estudantes e pesquisadores.

A comissão foi recebida inicialmente pelos técnicos e representantes da Mosaic em um auditório onde foi exposto principalmente os procedimentos e a política de segurança da empresa monopolista. Durante a apresentação foi explicado que a barragem de rejeitos da Mosaic possuía cerca de 32 milhões de metros cúbicos, o que significa três vezes maior do que a barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho (MG). Importante lembrar que a barragem de rejeitos da Mosaic foi herdada, nada mais nada menos, que da empresa Vale, antiga exploradora daquele projeto minerador. A barragem que visitamos possuía, portanto, o mesmo sistema “a montante”, altamente questionado após o crime da Vale em Brumadinho.

FOTOS 7 E 8 – Visita técnica da Câmara de Vereadores e “paredão” da barragem de rejeitos da Mina Chapadão da Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.

Autor: Azevedo (2019).

De acordo com o representante da Mosaic existe uma “área de auto salvamento” que significa que se houver ruptura na barragem não existe tempo hábil para a empresa atuar, cabendo às famílias camponesas tentar se salvar por conta própria. Nessa área mapeada de “auto salvamento” estão localizadas 6 propriedades camponesas com 11 residentes. Uma das problematizações levantadas pelos presentes é que alguns desses residentes são pessoas idosas e/ou crianças, o que dificultaria ouvir as sirenes de segurança, por exemplo.

Para além dessa “área de auto salvamento”, foi apresentado o mapeamento de que a ruptura da barragem de rejeitos da Mosaic ocasionaria um impacto socioambiental em vasta área até o Rio São Marcos. Até esse mapeamento seriam atingidas 10 propriedades com 20 residentes. Nesse caso, foi questionado também pelos presentes, a continuidade dos rejeitos ao longo do Rio São Marcos, podendo atingir a Usina Hidrelétrica Serra do Facão, podendo ocasionar uma ruptura da mesma e um desastre de ainda maiores proporções.

A visita técnica à barragem de rejeitos da Mosaic também evidenciou as estratégias discursivas da empresa monopolista em se apresentar como instituição preocupada com os “impactos” sociais e ambientais e a “segurança” da comunidade local, quando diversos outros efeitos inerentes à atividade mineradora já estão sendo sentidos e denunciados, sem nenhuma perspectiva de retificação por parte das empresas monopolistas mineradoras de Catalão.

Um dos efeitos mais perversos e explícitos das relações de poder e dominação colonialista envolvendo o atual ciclo de apropriação de terras e recursos territoriais é a “militarização das comunidades”. De certo que, assim como a apropriação de terras não é expediente novo no capitalismo, a militarização tampouco o é. No entanto, acreditamos que existe um novo padrão de exercício da violência, e discursos legitimadores da mesma, próprios das características do imperialismo e do colonialismo contemporâneos. Um deles são as relações de poderes e discursos dominantes que surgem da necessidade de se legitimar através da “democracia” e da “convivência harmônica com a sociedade”, e por outro lado a necessidade de exercer o poder de fato sobre a terra, os recursos territoriais, a natureza, e, por fim, como não poderia deixar de ser, dos corpos. De acordo com Gonçalves (2016, p.387):

Aos que permanecem nas Comunidades, defrontam cotidianamente com os efeitos socioambientais da mineração, seja na água, nas estradas, na paisagem, no ar, e na própria vida subjetiva, invadida perante a “militarização das comunidades” caracterizada pela atuação de seguranças privados a serviço das empresas, que entram nas propriedades, fotografam as casas, as terras e pertences (roças, currais, quintais, animais de criação etc.). Além de cercear o direito de ir e vim dentro de áreas das próprias Comunidades.

Durante a pesquisa de campo, do mês de fevereiro de 2019, foi possível perceber diversas maneiras como ocorre essa militarização das comunidades e os sistemas de controle exercido pelas grandes mineradoras.

Em relação a esse controle territorial e repressão estabelecido pelas empresas monopolistas internacionais da mineração nas comunidades camponesas em Catalão e Ouidor, uma liderança camponesa de Catalão (GO) relatou, em entrevista no dia 21/02/2019, que, “a

gente tem um exemplo aqui na Macaúba que tinha uma passagem, que era de muitos e muitos anos, [...] essa passagem da Mata Preta pro centro da Macaúba, então ao comprar as terras eles queriam fechar a estrada. Não fechou por que houve uma grande mobilização [...]. Mas a gente sabe que essa repressão ela existe, e que eles tentam intimidar mesmo, de fato, as famílias, tentam intimidar os movimentos, de todas as maneiras. [...] Eles fazem ronda, essas rondas elas são feitas nas propriedades, com caminhonetes, eu considero que não são vigilantes, nem guardas, eu considero que é uma polícia independente, [...] eles tem autoridade e poder de polícia, eles chegam e simplesmente impõe ali, que você tem que sair, sair, é um negócio complicado. E tem, como diz o outro, por fora, assim, há uma certa pressão, e é uma pressão individual que é mais dura. Por que a gente vê que os camponeses, se pelo menos eles fossem reunidos, pra ver uma fala num contexto geral, não, eles são individualizados e pressionados individualmente, ali a gente não sabe qual tipo de pressão e repressão que eles sofrem pra poder aceitar esse modelo dessas mineradoras”. Esse relato por parte de uma camponesa da comunidade local evidencia a violência do processo expropriatório levado a cabo pelo capital e pelo Estado¹⁸⁷.

FOTOS 9 E 10 – Placas e cercas em propriedade das mineradoras, indicando o exercício do controle sobre o território nas comunidades camponesas de Catalão (GO).



**Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.
Autor: Azevedo (2019).**

¹⁸⁷ Um caso que foi comentado na introdução dessa dissertação, e que fez parte da nossa pesquisa de campo, foi a ação da segurança privada da CMOC junto à polícia civil para tentar intimidar a realização da nossa pesquisa, mesmo que esta não tivesse qualquer ilegalidade.

Uma outra estratégia colonialista que tem sido utilizada recentemente pelas empresas mineradoras em Catalão (GO) é a chamada “judicialização das famílias”, que coloca a família camponesa na justiça, como ré, por se negar a vender a sua propriedade à empresa mineradora. O objetivo é realizar a expropriação forçada da propriedade camponesa através dos instrumentos legais de concessão do direito minerário e do respaldo da ideologia do “interesse nacional e público” em torno do subsolo e jazidas minerais.

O processo minerário, que compreende os procedimentos legais envolvendo a concessão de pesquisa, obras e serviços auxiliares, até a concessão de lavra junto aos órgãos de mineração (DNPM e MME) é descrito no trabalho de Gonçalves (2016). O processo minerário já possui em sua concepção uma brecha para a judicialização e a expropriação forçada das comunidades locais:

Diante dessa situação, ou o superficiário faz um acordo “amigável” com o minerador, aceitando uma indenização que poderá ser, no limite, o valor venal da propriedade, ou ela será feita por um juiz, intimando o proprietário ou posseiro da terra a permitir o trabalho de pesquisa “e comunicará seu despacho ao Diretor Geral do DNPM e, mediante requerimento do titular da pesquisa, às autoridades policiais locais, para garantirem a execução dos trabalhos”. (Brasil, 1967, Art. 27 XII).

Dessa forma, fica explícito que existem “poucas alternativas a disposição dos proprietários superficiários para suspender a territorialização de um empreendimento minerário” (GONÇALVES, 2016, p.273). Nesse caso, a luta pela terra e pela existência por parte do campesinato se torna alvo do interesse direto do Estado, que em muitos casos a coloca na ilegalidade e busca a sua criminalização. No entanto, a resistência na/pela terra por parte povos cerradeiros é parte vital de sua existência, e, ainda que seja tida como ilegal pelo Estado e pelo Capital, segue sendo legitimada pelos “discursos ocultos” e pela infrapolítica de resistência dos dominados (SCOTT, 2004).

É o caso da mobilização que tem se dado agora na comunidade camponesa de Macaúba, em Catalão (GO), contra a judicialização de uma família camponesa, que foi relatada por diversos entrevistados como uma profunda injustiça e vergonha cometida contra pessoas que são reconhecidas como trabalhadoras, honestas, tradicionais da região, onde muitos dos entrevistados possuem relações de amizade, afeto, reconhecimento e parentesco.

A família camponesa judicializada se nega a vender a sua propriedade à empresa mineradora internacional pelo preço injusto que a empresa oferece. Entrevistando um dos membros da família judicializada, no dia 26/02/2019, este nos relatou que a família exigiu o

valor com base na indenização que um grande latifundiário da região recebeu, o que foi negado pela empresa mineradora. Sobre esse processo de judicialização que a família vem sofrendo, um camponês da região nos disse que: *“Infelizmente, hoje tudo se vende, se é advogado se vende, não vou falar de juiz, por que pode até pesar pro nosso lado [risadas], você sabe o que eu quero dizer. Então as firmas, com o poder que elas têm, elas usam isso em cima da gente. Eu acho que a intenção deles é nos amedrontar. Mas é como eu falo pra mulher, eu não gosto de entrar na chuva, mas se entra na chuva é pra molhar. Eu não tô brigando pelo valor... claro, brigando pelo valor a gente tamo, por igualdade com os outros que vendeu. Mas mais por justiça! [...] Por que o grande consegue vender por um valor X e o pequeno não?”*. Isso evidencia o senso de justiça exigido pelo campesinato vítima da expropriação, mesmo quando este não questiona o processo em si da mineração. Por outro lado, evidencia a possibilidade de convivência (ainda que com contradições) entre latifúndio e mineração dentro da lógica geral de mercantilização da natureza. Ambos veem a terra como mercadoria, e os latifundiários, em geral, possuem maior capital político e jurídico para valorizar a sua terra frente ao avanço da mineração.

Já em relação ao campesinato e aos demais povos cerradeiros a terra possui outro valor que não aquele mediado pelo mercado e pelo capital. De acordo com um camponês expropriado da comunidade Macaúba pela empresa mineradora, este nos relatou emocionado que, a mudança trazida pela mineração *“foi exageradamente triste pra nós, né. Por que ali era o lugar que a gente tinha a intenção de sobreviver, começando na época do meu avô, passando pelo meu pai, as gerações viverem ali eternamente. Inclusive um dia... a gente até emociona, né [solução]... ocê desculpa... [...] Aí eu perguntei ao meu pai, e essa terra aí, se fosse vender que preço o senhor vendia? A meu filho, isso aqui não tem preço não. Isso é pra gente criar família, cuidar da família, e vai passando de geração pra geração”*.

Dessa forma, a pesquisa do processo de apropriação de terras e recursos territoriais pelas empresas monopolistas internacionais CMOC e Mosaic Fertilizantes em Catalão e Ouvidor, evidenciam diferentes estratégias expropriatórias, envolvendo diferentes mecanismos jurídicos, ideológicos, econômicos e políticos de pilhagem e exploração dos povos e da natureza. O resultado tem sido, como pudemos ver, o aprofundamento da inserção dos territórios goianos e do Cerrado nas lógicas mercantis e nas relações de poder imperialistas e colonialistas do atual sistema mundial capitalista.

5 APROPRIAÇÃO DE TERRAS POR USINAS HIDRELÉTRICAS NO SUL GOIANO

A apropriação e uso da água para produção de energia elétrica, recurso indispensável para a expansão da agroindústria e da indústria extrativa mineral, por exemplo, se tornam estratégicos para os objetivos colonialistas e industrialistas do capital e do Estado e, portanto, alvos de cobiça pelo capital nacional e internacional, envolto em relações de poder multiescalares, assim como conflitos e violações contra as comunidades locais atingidas por barragens. De acordo com Mesquita (2009, p. 17), além dos conflitos gerados no Cerrado pela modernização capitalistas da agricultura, “outro grande risco, hoje, é a expansão do modelo energético, que ameaça seus rios com a construção de barragens para Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)”.

Tal como evidencia Nascimento (2014, p.50), a técnica de barrar as águas de um rio para a criação de uma represa “é utilizada há séculos pela humanidade para os mais diferentes fins: irrigação de terras, controle de enchentes, abastecimento humano e geração de energia elétrica”. No Brasil e em Goiás, os fins são de abastecimento humano e geração de energia ou ambas as funções. No entanto, há que se problematizar essa técnica. Tal como ressalta Nascimento (2014, p.50),

[...] as barragens, independentemente de sua função ou tamanho, geram efeitos sociais, ambientais, econômicos e culturais que transformam o espaço geográfico e dão novos usos ao território com alteração das relações sociais e de trabalho a partir da expropriação camponesa.

Dessa forma, para aprofundarmos na compreensão das estratégias de apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional, é fundamental refletir também sobre a territorialização dos grandes projetos hidrelétricos em Goiás, bem como o papel que desempenha no processo global de modernização capitalista do Cerrado, transformando permanentemente os territórios, a natureza e bens comuns em mercadorias¹⁸⁸.

A energia elétrica por fontes hidráulicas tem uma história no Brasil que se inicia apenas no final do século XIX, através da geração para iluminação de vias públicas de capitais

¹⁸⁸ Aráoz, (2010), sobre a apropriação da água pelas relações de poder capitalistas, apresenta a relação entre o par dialético água-natureza e água-política. De acordo com Aráoz (2010, p. 65), a “agua-naturaleza” se refere às “[...] formas y funciones que naturalmente presenta en los ecosistemas; a la distribución y esquemas de circulación dispuestos en la morfología dada de los relieves, el clima y las características ecosistêmicas de los distintos territorios”. Por sua vez, a “agua-política”, diz Aráoz (2010, p. 65), “remite, em cambio, a los usos y sentidos socialmente inventados y asignados a este elemento de la naturaleza; cuestión que hace del agua un recurso de poder clave para la própria constitución de la sociedad”.

importantes como Rio de Janeiro e São Paulo¹⁸⁹. Estava associada a iluminação pública das áreas urbanas, geralmente aos centros e ambientes culturais das classes dominantes locais. Em 1883 entrou em operação a primeira usina hidrelétrica do Brasil, localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, na cidade de Diamantina (MG). Em 1899, é fundada em Toronto (Canadá) a primeira empresa subsidiária da multinacional canadense Brazilian Traction e Light and Power Company (Light), primeira empresa privada a explorar a hidroeletricidade no Brasil¹⁹⁰.

É a partir do início do século XX que a energia elétrica começa a ser concebida no Brasil como uma *commoditie* e como fator de produção estratégico para a modernização e industrialização capitalista. Este foi um fator econômico e político de grande relevância, que resultou da internalização nos territórios nacionais e locais dos padrões de acumulação capitalista mundial (técnicas, tecnológicas, das relações de poder, guerras, etc.), relacionadas ainda com os padrões do colonialismo e imperialismo clássico (HARVEY, 2003; FERREIRA, 2018). Portanto, é o processo de urbanização e o posterior desenvolvimento das atividades industriais no país, vinculado a uma inserção dependente no sistema mundial capitalista, que formam a mola propulsora das primeiras explorações tipicamente capitalistas sobre a energia hidrelétrica no país.

De acordo com Nascimento (2014, p.58), nas primeiras décadas do século XX, “com o incremento das atividades industriais, começaram a surgir, por todo o país, empresas que

189

Fonte:

http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/historia_da_eletricidade_no_brasil.aspx, acessado em 13/07/2019.

¹⁹⁰ A empresa Light tem uma longa história na geração, distribuição e comercialização de energia no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro até os dias atuais. Resumindo essa história, a empresa monopolista internacional construiu no país a sua primeira Usina Hidrelétrica no Rio Tietê entre 1899 e 1901. Durante a primeira metade do século XX se territorializou e avançou seus negócios monopolizando os mais importantes centros consumidores do país, Rio de Janeiro e São Paulo. No site da empresa, a seção de histórico “pula” de 1918 até o ano 1996. O fato é que durante os anos 1970 a ditadura civil-militar estatizou a Light, fazendo assim com que o próprio Estado assumisse o protagonismo no processo modernizante capitalista. Em 1996, com as políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, a Light é novamente privatizada e o controle acionário é formado por três multinacionais - Electricité de France (EDF), AES Corporation, Reliant Energy - e pela Companhia Siderúrgica Nacional. Em 2002 a multinacional francesa EDF assume o controle acionário. Durante a primeira década do século XXI, através de diversas reorganizações acionárias, a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) se torna a principal acionista e administradora da Light. Em relação a sua atuação nos últimos projetos do modelo neoextrativo e neodesenvolvimentista brasileiro, podemos citar em 2011 o anúncio da sua participação na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a participação em janeiro de 2014 de um Acordo de acionistas com a FURNAS para administrar a Sociedade de Propósito Específico Energia Olímpica S.A. objetivo de implantação, construção, operação e manutenção de uma subestação para fornecimento de energia elétrica ao Parque Olímpico do Rio de Janeiro, além de no mesmo ano ganhar destaque pelo fornecimento de Energia para a Copa do Mundo. (Fonte: <http://ri.light.com.br/a-companhia-/historico-e-perfil-corporativo>, consultado 13/07/2019). Atualmente, a Cemig, empresa estatal e maior acionista da Light, sofre um impasse com o governo de Minas Gerais, que apresenta uma política privatizante, em consonância com o governo Bolsonaro (PSL).

visavam à produção e comercialização de energia elétrica por meio de concessão estatal”. Se constituíram empresas nacionais e internacionais, no entanto, as maiores foram monopolizadas pela empresa Light, que controlava a produção de energia no eixo Rio de Janeiro e São Paulo e chegou a responder sozinha por cerca de metade da capacidade de energia elétrica no país. No interior do país, as maiores concessões foram adquiridas pela multinacional norte-americana American & Foreign Power Company (Amforp). Para Vieira e Vainer (2010, p.2), esse período:

Era o paraíso para as grandes empresas privadas estrangeiras: usavam a água à vontade, produziam a quantidade de energia que queriam e onde queriam. Cobravam o preço que achassem necessário [...] e, ainda por cima, o governo convertia isso em ouro para que elas pudessem enviar os lucros para as matrizes no exterior.

Esse papel do governo, de mero “concedente” do direito quase irrestrito da apropriação monopolista e imperialista da água e da energia no Brasil, começa a ser modificado com o período varguista e a ideologia nacionalista e desenvolvimentista nas décadas de 1930 e 1940. O fato é que o governo Vargas lança, em 1934, o Código de Águas, que buscava regular a atividade exploratória das empresas estrangeiras e, mais amplamente, garantia ao Estado a propriedade dos rios e do potencial hidrelétrico do país. Fato que, segundo Nascimento (2014), gerará contradições entre os interesses monopolistas estrangeiros e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No entanto, como explica Nascimento (2014, p.60), a partir da década de 1950, essa realidade começa a modificar com uma nova estratégia estatal-capitalista,

O segundo governo Vargas (1950-54), alinhado ao modelo keynesiano, teve como marca a intervenção do Estado na produção e distribuição de energia com o Plano Nacional de Eletrificação de 1954, a partir do qual, o governo federal e os estaduais começaram a criar as Centrais Elétricas, como a Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) em 1952, a Usina Elétrica de Paranapanema (USELPA) em 1953, a Companhia Elétrica do Rio Pardo (CHESP) em 1955, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) inaugurada em 1955 e muitas outras, buscando atender às necessidades do novo modelo de desenvolvimento.

Dessa forma, esse período é marcado pela estratégia estatal de assumir para si (junto ao capital internacional) a responsabilidade dos altos investimentos em capital fixo para geração e distribuição da energia elétrica por meio de usinas hidrelétricas, já que o capital nacional não se dispôs a assumir os investimentos numa atividade vista como de baixa rentabilidade a curto prazo. Sendo estratégica para a modernização capitalista, mais especificamente a industrialização, o Estado oferece a energia elétrica como um “serviço” aos grupos monopolistas, facilitando também a instalação de empresas multinacionais “produtoras de bens

de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis etc) que dirigiam as importações de bens de equipamentos industriais” (NASCIMENTO, 2014, p.60).

Durante a década de 1960 uma série de políticas governamentais caminharam para a estatização do setor elétrico. Essa política estatizante é assumida e aprofundada também pela ditadura civil-militar. Longe de significar algum benefício para a classe trabalhadora brasileira, o modelo estatal de apropriação da terra, água e energia, estava assentado na aliança de classe do Estado com uma burguesia monopolista nacional em ascensão e com uma burguesia monopolista internacional, principalmente norte-americana (MARINI, 1978). Para as comunidades camponesas locais, essa política significou um período de expropriação e violência sem precedentes. De acordo com Nascimento (2014, p.61), “o Estado levou adiante a estatização e escreveu um dos piores capítulos da história do país para a população atingida pelas barragens, especialmente para os camponeses”.

Com a crise mundial do petróleo na década de 1970, e a elevação global dos preços deste combustível fóssil, muitos países centrais passam a transferir indústrias que consomem muita energia para os países periféricos, dependentes, porém, ricos em potencial energético e recursos naturais. Nesse marco da reestruturação produtiva do capital e do imperialismo, o Brasil se torna um desses destinos das empresas monopolistas internacionais. A pilhagem das terras e recursos energéticos se conjuga com a dilapidação das forças de trabalho por meio da superexploração. O sangue, a lágrima e o suor do trabalhador superexplorado nos países semi-periféricos, se torna, também, um fluxo energético essencial para as alavancas modernizantes nacionais e para “irrigar/renovar” as engrenagens em crise do sistema mundial capitalista.

Sobre o papel cumprido pelo Brasil nas novas configurações mundiais do colonialismo e imperialismo, Leal (2005, p.6) traz um exemplo bem ilustrativo:

[...] na década de 1970 o Japão desativou, por efeito do choque do petróleo, nada menos que 84% de todo o seu parque produtivo de alumínio primário. Em contrapartida, imediatamente, ajudada pela Ditadura Militar brasileira, implantou-se a ALBRAS, controlada por capital japonês. Para que ela fosse implantada, essa mesma Ditadura fez construir, inteiramente custeada por recursos públicos brasileiros, a hidroelétrica do Tucuruy, que até hoje fornece à ALBRAS e à ALUMAR (controlada pela ALCOA, norte-americana) 11 bilhões de kilowatts/ano. O mais indecente, nisso tudo, é que custa 24 dólares produzir um megawatt no Tucuruy – mas a ELETRONORTE o vende por 15 dólares a essas duas multinacionais, com um prejuízo de aproximadamente quarenta por cento sobre o seu custo de produção (!). Outras hidroelétricas construídas pelos militares foram verdadeiros desastres, como é o caso de Balbina, no Amazonas, para suprir energia a Manaus como “pólo de desenvolvimento”, não só por causa da corrupção associada à obra, como por causa

da devastação ambiental que ela gerou, e da sua inutilidade como unidade de produção energética, o que a tornou sobretudo um gigantesco centro de desperdício de recursos.

Para a infelicidade dos apologistas do desenvolvimento das forças produtivas como condutor da “independência/soberania nacional”, ou como etapa necessária de “transições socialistas”, foi sob essas condições que se deram um ciclo essencial na industrialização e modernização capitalistas no Brasil. A década de 1970 será marcada pelo início de uma onda de expansão na apropriação de terra e recursos territoriais pela agroindústria, pela mineração e pelos grandes projetos hidrelétricos.

Nascimento (2014) ressalta que, durante a ditadura civil-militar brasileira, grande parte dos recursos financeiros dispendidos pelo Estado na construção de barragens hidrelétricas, foram frutos de empréstimos internacionais: “O próprio Banco Mundial foi um dos maiores financiadores de hidrelétricas na década de 1970 e consolidou o acordo: empréstimo, de um lado, e produção de energia elétrica para exportar e aquisição de dívida externa, de outro” (NASCIMENTO, 2014, p.62). Conforme também afirmam Vieira e Vainer (2010, p.5),

[...] os países centrais ficavam com o alumínio e os juros da dívida. As grandes empreiteiras construtoras de barragens e as empresas de consultoria ficavam com o dinheiro da obra (quase sempre superfaturada). Os políticos e os partidos dominantes ficavam com o dinheiro da corrupção... e o povo brasileiro ficava com a dívida externa, as florestas destruídas, os férteis vales inundados, as populações expulsas de suas terras.

Na década de 1980, no Brasil e em vários países periféricos no mundo, ocorre um processo mundial de transformação da correlação de forças políticas no sentido das descolonizações ainda existentes, do fim das ditaduras, da ascensão de movimentos de massas de esquerda ou “progressistas”, de bases populares, indígenas, camponesas e operárias com um forte teor de defesa da natureza e defesa dos territórios das populações originárias e comunidades locais frente à expansão do capital. Como já debatido anteriormente, Ferreira (2018) irá caracterizar esse período como um processo mundial de “territorialização dos povos” e do início do neoimperialismo, com novas discursividades e relações globais de poder. Nascimento (2014, p.62) irá ressaltar que, no Brasil, durante a década de 1980,

Criou-se uma pressão, juntamente com a sociedade civil, que culminou na incorporação das questões sociais e ambientais pela agenda do setor elétrico. Vários conselhos como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) foram criados para regulamentar as questões ambientais (e as sociais vieram a reboque) a partir da obrigatoriedade dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e dos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). Esse processo também ecoa nos estados da federação com avanço das legislações e consolidação das agências ambientais que até então nem mesmo existiam.

Por sua vez, contraditoriamente, os anos 1990 terá como marca a política neoliberal materializada em nosso país no Programa Nacional de Desestatização. Além disso, o final da década de 1990 também viverá a conclusão da interligação do sistema elétrico nacional, que, segundo Nascimento (2014, p.65), possibilitou “[...] às barragens hidrelétricas serem implantados cada vez mais longe das plantas industriais consumidoras de eletricidade, podendo-se aproveitar, assim, todos os potenciais hidráulicos do país”. O que gerava uma grande possibilidade de exploração capitalista do potencial hidrelétrico do Brasil.

E assim chegamos ao século XXI, onde o papel da água e da energia vem sendo novamente ressignificados no atual contexto do sistema mundial capitalista, relacionados às exigências econômicas, geopolíticas e sociais do modelo neoextrativista e da corrida global por terras. De acordo com Porto-Gonçalves (2004, p. 72),

A energia e a água vêm adquirindo uma importância cada vez maior, sobretudo com o desenvolvimento das indústrias químicas, de engenharia genética e eletrônica e com a expansão do agronegócio. A exploração de minerais raros, encontrados na natureza em proporções ínfimas, desagregados ou dispersos, exige um consumo elevado de energia e de água [...].

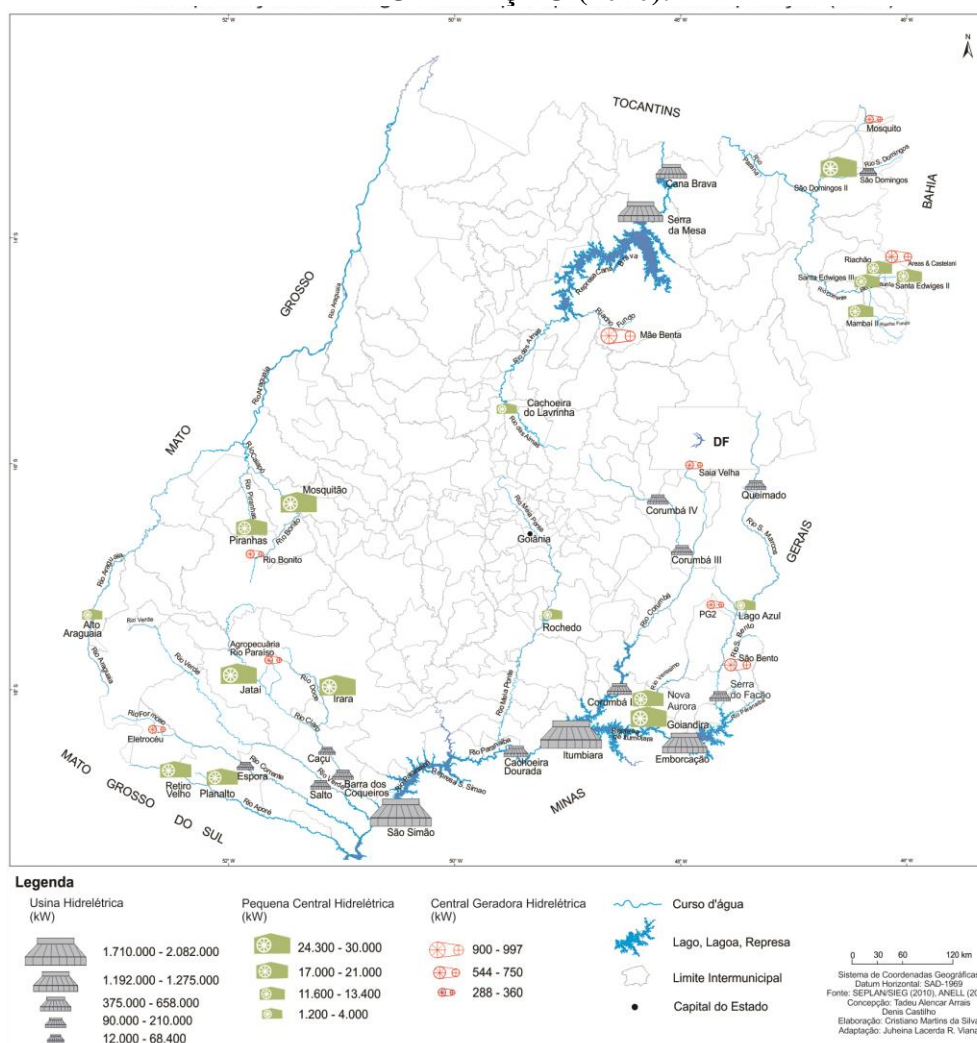
Essa ressignificação da importância da água e da energia para os interesses globais do capital e dos Estados possui um rebatimento concreto sobre o Cerrado e o estado de Goiás. Como comentamos no primeiro capítulo dessa dissertação, o Cerrado é conhecido como o “celeiro das águas”, possuindo uma riqueza hídrica importantíssima para a reprodução das condições de existências naturais e sociais. No entanto, esse recurso natural também é requerido e disputado cada vez mais pelos fluxos de acumulação capitalista e, portanto, se torna alvo das relações de dominação e exploração. Isso reforça também o conceito de recurso territorial e do Cerrado como bioma-território, evidenciando que a natureza não está isenta, impune ou ileso das relações de poder, políticas, econômicas e sociais. E é, nesse sentido, que a água e a energia são, também, “recursos que fazem do Bioma-Território palco da marcha imperialista do capital por meio dos grandes projetos extrativos e de produção de energia elétrica” (GONÇALVES, 2016, p.224).

No estado de Goiás, de acordo com Marra (2012, p.6), o crescimento da construção de usinas hidrelétricas se deve principalmente por duas razões,

[...] localização privilegiada do Estado em relação aos grandes centros consumidores das regiões Sudeste e Centro-Oeste, assim como a disponibilidade de bacias hidrográficas com bom potencial hídrico a ser explorado, como as dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia.

Dessa forma, a primeira década do século XXI será marcada pelo avanço da territorialização de grandes projetos hidrelétricos em Goiás. No ano de 2002 entrou em operação a UHE Cana Brava, no ano de 2004 a UHE Queimado, no ano 2006 a UHE Corumbá IV e Espora, no ano de 2009 a UHE Corumbá III, no ano de 2010 as UHE de Salto, Serra do Fação, Caçu, Foz do Rio Claro, Barra dos Coqueiros e Salto do Rio Verdinho. Todas essas hidrelétricas, exceto Cana Brava (no rio Tocantins, no norte do estado), distribuem-se pela bacia do rio Paranaíba, a maioria na mesorregião Sul Goiano. O mapa 8 demonstra como as usinas hidrelétricas tem se territorializado pelo estado de Goiás.

MAPA 8 – GOIÁS: PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR TIPO DE USINA EM OPERAÇÃO (2010).



Fonte: Castilho (2014, p. 159).

Como podemos ver no mapa 8, a mesorregião Sul Goiano possui a maior densidade e concentração de grandes projetos hidrelétricos. Isso se dará pelas características de localização, de redes técnicas e também pelas demais atividades capitalistas altamente dependentes de

energia que estão instaladas regionalmente. A análise geográfica pode e deve, portanto, contribuir para desvendar as estratégias de territorialização das empresas monopolistas internacionais do setor de hidroeletricidade como expressão concreta do neoextrativismo e do processo global de *land grabbing*.

Dessa forma, o mapeamento do polígono do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2015), relacionado ao mapeamento da produção de energia elétrica em Goiás (CASTILHO, 2014), evidencia e corrobora outro conceito importante e que ajuda a (re) pensar as estratégias territoriais do capital e do Estado em Goiás, que é o de “hidronegócio-energético” (ALVES, 2014). Ao investigar as revoltas dos operários em Jirau (RO), e a precarização do trabalho na produção de energia elétrica na Amazônia, considerou que,

[...] as disputas territoriais frente à construção de UHEs é um tema que permite compreender a inserção atual da Amazônia no contexto do chamado agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2009b), que no âmbito desta pesquisa articula-se com a energia, ou seja, ao território do hidronegócio-energético, no qual a água mais do que nunca passa a ser o foco de uma forte investida do capital nacional e internacional como um recurso econômico, matéria prima básica para a mercadoria energia, visto a partir da ótica da sua mercantilização (ALVES, 2014, p. 72).

Ou seja, a mercantilização dos bens naturais e coletivos, processo tipicamente colonialista que significa, na maioria das vezes, a apropriação de terras e recursos territoriais, é a base da territorialização das usinas hidrelétricas. A energia não é pensada pela ótica do seu valor de uso, para as populações e para a preservação e reprodução da natureza, é pensada em si mesma como uma atividade geradora de lucro e, também, como recurso estratégico para abastecer, principalmente, outros setores capitalistas altamente dependentes de energia.

Sevá Filho (2008), apresenta uma importante contribuição teórica para se (re) pensar as hidrelétricas, a natureza e os fluxos energéticos no processo de acumulação capitalista. Na concepção de Sevá Filho (2008), as hidrelétricas são engrenagens de acumulação do capital e representam uma ampla gama de disputas por lucros, relações de poder e expropriação compulsória de comunidades locais. Fazendo uma problematização crítica sobre a abordagem técnica do conceito de usina hidrelétrica, Sevá Filho (2008, p.44) irá dizer que,

A usina hidrelétrica é um objeto construído – em geral, maior ou bem maior que todas as demais construções existentes – e equipado com máquinas e sistemas sofisticados e caros, para produzir eletricidade usando a energia dos rios. Tecnicamente, costuma ser assim analisado, e nas faculdades é ensinado apenas com esta delimitação. Só que, passados cento e vinte anos de sua implantação pioneira, construiu-se um conjunto impressionante de milhares de usinas em quase todos os países do mundo [...] Assim, estamos imersos em um surto econômico que continua, com usinas em fase de construção e de projeto, e que vai desencadeando situações inéditas em cada local para

grupos humanos que ali residem, trabalham, convivem com as obras e as usinas; um surto com efeitos que vão se sobrepondo na dinâmica dos rios e das bacias fluviais”. (SEVÁ, 2008, p. 44).

Dessa forma, mais do que simplesmente um “instrumento”, neutro e puramente técnico, inserido em um processo econômico geral pensado de forma linear e sem contradições e assimetrias de poder, nós concordamos que a usina hidrelétrica deva ser (re) pensada internamente (a sua técnica, formas, fixos e fluxos) e em suas relações com o processo contraditório e conflituoso de acumulação capitalista, centralização do poder e apropriação de terras. Como transformador capitalista de recurso natural em mercadoria, as modernas usinas hidrelétricas se constituem como

[...] combustível clássico da cadeia financeira e produtiva da obra, ao mesmo tempo nas suas duas pontas – a de fornecimento durante a construção e a de despacho de eletricidade depois de pronta e operacional, ou seja, na etapa de avanço de capital e na etapa de realização da mercadoria a ser produzida. (SEVÁ FILHO, 2008, p. 47).

Além disso, Sevá Filho (2008, p. 43) explica que, sendo um capital fixo, “incorpora trabalho morto e materiais da natureza em escala ultra-intensiva, e é utilizado intensivamente, embora em condições objetivamente bastante variáveis ao longo das horas, dos meses e das décadas”. Por conseguinte, Sevá Filho (2008, p. 46) observa que

Para os que são ainda cientistas, investigadores da realidade e de suas contradições – os quais sabem que entre os pilares da ciência estão a dúvida sobre o conteúdo e a forma das coisas e o questionamento das aparências e das razões profundas – a situação hoje, após o surto das hidrelétricas, é outra, foi radicalmente alterada. Trata-se de rupturas e violações: a destruição dos monumentos fluviais mais maravilhosos do planeta; a acumulação primitiva de capital, fundada na expropriação dos pobres e dos nativos; a especulação e a concentração fundiária de milhares de hectares a cada represa.

A expansão desenfreada de usinas hidrelétricas para alimentar os apetites energéticos do sistema mundial capitalista, coloca novos desafios ao repensar científico e político. Sevá Filho (2008), escreve esse texto em pleno desenvolvimento do projeto neoextrativista dos governos petistas, ao qual será um crítico radical de suas profundas significações para as relações capitalistas de dominação e exploração no Brasil, de suas ideologias legitimadoras (como a ideia de energia renovável e limpa) e dos seus efeitos socioambientais.

No ano de 2011, segundo Nascimento (2014), o II PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo petista estabeleceu a meta de construir cerca de quinhentas novas Usinas Hidrelétricas até o ano de 2015. Para Nascimento (2014, p.57), o II PAC do governo petista “evidencia a opção do Estado em garantir a produção de energia elétrica, via barragens, para a permanente acumulação de capital”. Dessa forma, o modelo neoextrativista e

neodesenvolvimentista brasileiro se completa com a necessária geração de hidroeletricidade para garantir, à baixo custo, aos empreendimentos do capital monopolista internacionais na mineração, agronegócio, infraestrutura, construção civil, dentre outros.¹⁹¹

De acordo com o Informe Técnico do IMB¹⁹² existem hoje no Goiás 8.870 espelhos d'águas, representados por barragens, reservatórios e represas artificiais. Destes, 21 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 20 são Usinas Hidrelétricas (UHEs) e 8.829 são barramentos para outros usos. Tendo em vista a interferência de todas essas ações humanas sobre a natureza, mais especificamente a força/energia do curso dos rios ou a água como recurso As UHEs representam apenas cerca de 0,22% do total de barragens, no entanto, ocupam 32.6% da área total inundada. E o mais fundamental: das 17 empresas que operam essas UHEs a não ser a UHE do Paranoá, localizada em Brasília –DF (de propriedade exclusiva da CEB), todas as demais 16 empresas estão de alguma forma vinculadas à rede de acumulação do capital monopolista internacional, seja pela origem do capital estrangeiro, seja pelo caráter multinacional ou pelas estratégias de capitalização através da abertura das empresas para investimentos financeiros. Mais a frente, no quadro 3, exporemos e comentaremos essa configuração do capital das usinas hidrelétricas.

Segundo o Informe Técnico nº 14 (IMB, 2017) as 20 UHE juntas contabilizam uma área alagada de 292.479,70 hectares. A partir desses dados de relatórios, bem como de informações extraídas de páginas corporativas, acadêmicas (especialmente o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens - ETTERN/IPPUR/UFRJ) e sites de notícias, construímos a tabela abaixo com um perfil das empresas monopolistas internacionais que operam em diversas UHEs no estado de Goiás:

QUADRO 3 - EMPRESAS MONOPOLISTAS INTERNACIONAIS COM OPERAÇÕES NO SETOR HIDRELÉTRICO EM GOIÁS (2019)

Nº	EMPRESA	CARACTERÍSTICAS GERAIS	OPERAÇÕES EM GO
1	Spic Pacific Energy PTY	Empresa chinesa, do grupo chinês State Power Investment (Spic). Adquiriu por 7,18 bilhões em leilão a usina hidrelétrica de São Simão, antes controlada pela	A usina de São Simão tem potência instalada de 1.710 MW, está no Rio Parnaíba, localizada mais especificamente na divisa entre o município de São Simão (GO),

¹⁹¹ Ainda, sobre o II PAC, Nascimento (2014, p.57) afirma que: “A construção de barragens permite que empresas nacionais e multinacionais se apropriem dos recursos naturais, em particular da água, além de expropriarem milhares de famílias camponesas, indígenas, trabalhadores da terra, o que agrava ainda mais as desigualdades sociais existentes no país. Assim fica firmado o caráter neoliberal e burguês do Estado brasileiro”.

¹⁹² Instituto Mauro Borges - IMB. TEMA: Mapeamento de espelhos d'água do Estado de Goiás e Distrito Federal – Ano 2016. Informe Técnico nº 14/2017.

		CEMIG e vendida no ano de 2017 pelo governo federal.	mesorregião Sul Goiano, e o município de Santa Vitória (MG).
2	Kinross Gold	Empresa mineradora canadense. Efetuou a compra de duas centrais hidrelétricas em Goiás do grupo Gerdau no valor de R\$ 835 milhões, tendo o processo de aprovação dos órgãos competentes em andamento ainda em 2018.	Os complexos hidrelétricos Caçu e Barras dos Coqueiros estão localizados nos municípios de Caçu e Cachoeira Alta, ambos localizados na mesorregião Sul Goiano.
3	China Three Gorges Corporation (CTG)	Empresa multinacional chinesa focado no desenvolvimento e operação de hidrelétricas de grande porte. A CTG também atua em negócios de energia renovável, incluindo energia eólica e solar. Presente em mais de 40 países, a empresa é hoje a maior produtora de energia hidrelétrica do mundo, com capacidade total instalada (incluindo eólica e solar) de aproximadamente 124 GW, tanto em operação como em construção. A CTG iniciou sua história como a empresa responsável pela construção e operação da maior usina hidrelétrica do mundo: a Três Gargantas e de outras grandes usinas, no Rio Yangtze, na China.	Começou sua atividade em Goiás com a aquisição em 2015 da empresa Rio Verde Energia S.A. que opera a Usina Hidrelétrica Salto, localizada nos municípios de Caçu (GO) e Itarumã (GO), ambos na mesorregião Sul Goiano.
4	Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	Empresa especializada em exploração de alumínio. Faz parte da Votorantim S.A., <i>holding</i> brasileira. Até 2016, as operações da empresa estavam dentro da estrutura administrativa da Nexa Resources, anteriormente chamada Votorantim Metais. Naquele ano, foi feita a separação dos negócios e a CBA se tornou uma empresa independente, focada na oferta de soluções para seus clientes do mercado interno e externo.	Comprou no ano de 2011 da empresa Rio Verdinho Energia S.A. a UHE Salto do Rio Verdinho, localizada entre os municípios de Itarumã (GO) e Caçu (GO), ambos na mesorregião Sul Goiano. A proprietária é a CBA, mas a UHE é operada pela Votorantim Energia. Inaugurou em 2017 uma reserva ambiental privada (Legado Verdes do Cerrado), com área de 32 mil hectares.
5	Eletróbrás FURNAS	FURNAS é uma empresa de economia mista, subsidiária da Eletróbrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A FURNAS opera e mantém um sistema pelo qual passa 40% da energia que move o País. Integram seu parque gerador 21 usinas hidrelétricas - sendo quatro (4) usinas próprias, seis (6) sob administração especial, duas (2) em parceria com a iniciativa privada e nove (9) em regime de participação em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs). Além disso, possui operações em diversos países da América Latina: Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e futuras parcerias com Suriname, Guiana e Guiana Francesa. A Eletróbrás é dona, “em nome do governo brasileiro”, de metade do capital de Itaipu Binacional.	É proprietária da UHE de Batalha (Paulistas), localizada entre os municípios de Paracatu (MG) e Cristalina (GO), este último da mesorregião Leste Goiano. O início das suas operações ocorreram em março de 2014. Houve denúncias de superfaturamento e problemas ambientais. A área inundada é de 8.498 ha e estima-se uma população 754 pessoas atingidas e 399 propriedades. Proprietária da UHE de Itumbiara, usina que iniciou sua construção em 1974 e passou a funcionar em 1981. Localizada entre o município mineiro de Araporã (MG) e os municípios goianos Cumari (GO), Itumbiara (GO), Buriti Alegre (GO), Água Limpa (GO), Marzagão (GO), Corumbaba (GO), todos da mesorregião Sul Goiano. Teve uma área inundada de 50.149 ha. Também compõe o

			consórcio de exploração da UHE de Serra do Facão, que será melhor apresentada nesse quadro (nº16).
6	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA (Endesa Cachoeira)	A Endesa Cachoeira é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. Em novembro de 2016, a ENEL Brasil efetuou a melhor oferta financeira e comprou a CELG Distribuição no leilão realizado pelo governo federal para privatização da estatal.	A UHE Cachoeira Dourada iniciou seu projeto nos anos 1950 de maneira estatal. Foi privatizada em 1997 e é operada pela Endesa Cachoeira desde então. Está localizada nos municípios de Cachoeira Dourada e (GO), Itumbiara (GO) e Cachoeira Dourada (MG), sendo que os dois municípios goianos estão na mesorregião Sul Goiano. A área inundada foi de 5.784 ha, atingindo áreas predominantemente agrícolas (Observatório de Barragens).
7	ENGIE Brasil Energia	A ENGIE Brasil Energia possui participação de cerca de 6,2% no mercado brasileiro. Possui onze hidrelétricas, três termelétricas, três a biomassa, nove eólicas, duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e duas solares. Além disso, possui três usinas hidrelétricas e uma termelétrica em parceria com outras empresas. Seu controle acionário é detido pela ENGIE Brasil Participações Ltda, que é, por sua vez, controlada pelo grupo franco-belga ENGIE. A multinacional ENGIE possui cerca de 150.000 “colaboradores” e obteve receitas de 65,0 bilhões de euros em 2017.	A UHE Cana Brava está localizada nos municípios goianos de Colinas do Sul (GO), Minaçu (GO), Cavalcante (GO), todos localizados na mesorregião Norte Goiano. Iniciou sua operação no ano de 2002. A área inundada pelo reservatório da usina foi de 12.996 ha, ao todo foram atingidas 875 pessoas, dentre estas populações indígenas (remanescentes da tribo dos aváscanoeiros), quilombolas (Kalunga) e populações camponesas (povoado Vila Vermelha).
8	Consórcio Empreendedor Corumbá III	Empresa controlada pela Neoenergia. Após fusão da Neoenergia com a Elektro Holding em 2017, a Neoenergia passou ter a seguinte configuração de acionistas: Iberdrola (52,45%), Previ (38,21%) e Banco do Brasil (9,35%). A Neoenergia faz parte desde então do Grupo Iberdrola, multinacional espanhola do setor de energia.	A UHE Corumbá III, localizada no município de Luziânia (mesorregião Leste Goiano), teve suas obras iniciadas em agosto de 2006 e iniciou da operação é em 2009. A área inundada foi de 6.393 ha, atingindo 129 propriedades.
9	Corumbá Concessões S.A.	A Corumbá Concessões S.A. foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração da UHE Corumbá IV. Os acionistas da empresa Corumbá Concessões são: Serveng Civilsan (18,74%), CEB Holding (36,95%), C&M Engenharia (2,47%), Cia. Imobiliária Terracap (14,43%), Fundo de Investimento BRB (18,28%), Cia. Saneamento Ambiental D.F (7,22%).	Está localizada entre os municípios goianos de Silvânia (GO), Luziânia (GO), Novo Gama (GO), Abadiânia (GO), Alexânia (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO), todos estes localizados na mesorregião Leste Goiano. O total de área inundado para a instalação da usina foi de 16.456 ha, e, segundo estudos, pode ter chegado a 634 propriedades expropriadas.
10	CEMIG	A Cemig é uma empresa de capital aberto controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 114 mil acionistas em 44 países. Suas ações são negociadas nas Bolsas de Valores de Nova York, Madri e São Paulo, no primeiro nível de governança corporativa, possuindo suas	A UHE de Emborcação está localizada entre os municípios: Três Ranchos (GO), Ouvidor (GO), Catalão (GO), Cascalho Rico (MG), sendo que os municípios goianos estão localizados na mesorregião Sul Goiano. A área inundada foi de 28.046 ha.

		ações no ISE. O grupo Cemig é constituído por 209 empresas e 20 consórcios, desempenha suas atividades de geração, transmissão e distribuição em 23 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e possui operação de linha de transmissão no Chile, com a Transchile, no ano de 2007 e entrou em operação em 2010, em consórcio com a Alupar.	
11	Foz do Rio Claro Energia S/A	A multinacional Alupar Investimento S.A. detém o controle da Foz do Rio Claro Energia S/A. É uma holding de controle nacional privado que foi constituída em 2007, e além do Brasil, está presente na Colômbia através da Risaralda e da Transmisora Colombiana de Energia S.A.S. e no Peru através da La Virgen.	A UHE Eng. José Luiz Müller de Godoy Pereira, ou apenas “Foz do Rio Claro”, está localizada nos municípios de São Simão (GO) e Caçu (GO), ambos na mesorregião Sul Goiano. A área alagada é de 808 ha.
12	Espora Energética S.A.	A Espora Energética S.A. (Espora) foi constituída em maio de 2001, com objetivo de explorar a concessão da usina hidrelétrica UHE Espora. Os acionistas da Espora são: CMSA Participações (25%), J.Malucelli Energia S.A. (55%), Planex Engenharia Ltda. (12,5%), Lar Participações Ltda. (5%) e Mora Participações Ltda. (2,5%). A empresa J.Malucelli Energia S.A. (controlada pela <i>holding</i> e multinacional brasileira J.Malucelli) possui o controle das ações.	A UHE Espora está localizada nos municípios de Aporé (GO), Itarumã (GO) e Serranópolis (GO), todos na mesorregião Sul Goiano. A área inundada foi de 2.276 ha. Recebeu investimento do BNDES no valor de R\$ 30,8 milhões. Em janeiro de 2008, ocorreu o rompimento da barragem, ocasionando no prejuízo a 80 propriedades, 140 quilômetros quadrados inundados, duas pontes e estradas destruídas, três municípios afetados e graves impactos ambientais.
13	Consórcio Cemig-CEB	O Consórcio Cemig-CEB é formado pelas consorciadas Cemig Geração e Transmissão (82,5%) e CEB Participações S.A. (17,5%) com a finalidade de operar a UHE Queimado.	A UHE de Queimado fica localizada nos municípios de Cristalina (GO), Formosa (GO), Brasília (DF), Unaí (MG). Os dois primeiros estão localizados na mesorregião Leste Goiano. A área inundada foi de 1.859 ha.
14	Eletrobrás ELETROSUL	A Eletrosul é uma empresa pública controlada pela Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Criada em 1968, é uma sociedade de economia mista de capital fechado. Atua nas áreas de geração, transmissão, comercialização de energia, e ainda em telecomunicações. Possui participação societária em 18 empresas e <i>holdings</i> nacionais e internacionais.	Dona da UHE São Domingos, localizada no município goiano de São Domingos (GO), na mesorregião Norte de Goiás. A área inundada foi de 175 ha.
15	CPFL	Empresa brasileira que é controlada pela chinesa State Grid Corporation of China (SGCC). A multinacional chinesa é a segunda maior empresa do mundo, de acordo com a revista Fortune (ranking das 500 maiores do mundo – edição de 2017), e a número 1 do setor de Energia. Sediada em Beijing, a State Grid atende 88% da população da China – o que corresponde a 1,1 bilhão de pessoas – e possui operações em países como Filipinas,	A UHE Serra da Mesa está localizada entre os municípios goianos de Santa Rita do Novo Destino (GO), Minaçu (GO), Niquelândia (GO), Uruaçu (GO), Colinas do Sul (GO) e Campinaçu (GO). Todos estão na mesorregião Centro Goiano. A área inundada para a construção da usina foi de 68.748 ha, atingindo 3.000 pessoas. Dentre estas, as populações

		Portugal, Austrália, Hong Kong, Itália, Geórgia, Grécia e Brasil, onde já atua desde 2010 e atualmente está presente em 12 estados.	indígenas (Avá-canoeiro) tiveram 3.000 ha de suas terras alagadas.
16	Serra do Facão Energia S.A.	Constituída como Sociedade de Propósito Específico (SPE). A composição acionária da Sefac estabelece que Furnas Centrais Elétricas S.A. detém 49,4737% de participação no consórcio. A Alcoa Alumínio S.A. responde por 34,9737%, DME Energética S.A 10,0877% e Camargo Corrêa Energia S.A. 5,4649%. A construção da usina hidrelétrica conta com recursos de financiamento do BNDES.	A UHE Serra do Facão está localizada entre os municípios Davinópolis (GO), Campo Alegre de Goiás (GO), Catalão (GO), todos da mesorregião Sul Goiana. A área inundada foi de 11.558.

**FONTE: Sites corporativos e notícias.
Org: Leon Martins C. Azevedo (2019)**

Esses grandes projetos hidrelétricos, controladas pelo capital monopolista internacional, no seu processo de territorialização vão transformando profundamente as paisagens de importantes bacias hidrográficas, como, por exemplo, a Bacia do Alto Tocantins e do Rio Paranaíba, por usinas como Serra da Mesa e Casa Brava (ambas no Alto Tocantins), Emborcação, São Simão, Itumbiara e Cachoeira Dourada (todas na Bacia do Rio Paranaíba) (GONÇALVES, 2016).

Além disso, é importante ressaltar que, a atual a forma legal de apropriação dos recursos energéticos pelas empresas monopolistas passa pela formação de “consórcios” nos quais podem integrar bancos públicos ou privados, empresas (de capitais variados como mineradoras e agroindústrias), empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica (e de outras fontes energéticas), fundos de pensão, empreiteiras, dentre outros possíveis agentes que conformam uma trama de interesses políticos e econômicos em disputa e que possuem rebatimentos diretos nas estratégias de apropriação da terra e recursos territoriais das comunidades locais. Evidenciam também as relações promíscuas entre interesses estatais e capitalistas, que se desenvolveram desde os primórdios da geração de energia elétrica para fins comerciais no país. Tal como expõe Mendonça (2004, p.382),

A construção de grandes barragens evidencia a associação direta entre a indústria metal-mecânica e o capital financeiro mundializados, não fazendo parte de uma democrática opção brasileira, pois atendeu e atende, atualmente mais ainda, aos interesses dos grandes monopólios transnacionais. A construção de usinas hidrelétricas no Brasil expressou a opção do Estado, associada aos interesses do capital transnacional, de efetivar políticas energéticas centradas na produção de energia a partir d’água. Essa ação implicou em desconsiderar as fontes de energia alternativas que minimizam os impactos sociais e ambientais em relação às áreas atingidas pelos barramentos.

Apesar dos “barramentos para outros usos” estarem mais dispersos geograficamente e cada unidade atingir em geral uma pequena área, no total eles representam a maior parte da inundação de terras: 597.006,76 ha (IMB, 2017). E isso evidencia a importância da água para outras atividades da vida, mas também da acumulação de capital e apropriação de terras como o agronegócio. Segundo o Informe Técnico do IMB (2017):

A Bacia Hidrográfica Rio S. Marcos concentra a maior quantidade de área inundada (2.848,8422 ha) por barramentos de cursos d'água, e é nesta bacia que está localizado o município de Cristalina, conhecido pela vasta produção agropecuária e caracterizada por uma produção agrícola bastante diversificada em equipamentos de pivôs-centrais, destacando-se principalmente na produção de trigo, sorgo, feijão, batata-inglesa, cebola, alho e tomate. O município responde por 4,6% de toda agropecuária goiana e configura uma participação relativa de 1,2% no PIB estadual.

Existe por trás dos empreendimentos hidrelétricos ou de barramentos de água para outros usos pelo capital, não apenas uma aliança monopolista nacional-internacional, mas também uma aliança capitalista intersetorial de ramos de produção que antes se apresentavam mais corporativos e com menor diálogo e interpenetração em termos de origens do capital, fusões, compartilhamento acionário de empresas e setores diversificados. Tudo isso, tem retroalimentado a apropriação de terras e recursos territoriais pelo agronegócio, pela mineração através dos grandes projetos hidrelétricos.

Isso tem levado alguns intelectuais (ARÁOZ, 2010; GUDYNAS, 2009; FERREIRA, 2018; e outros) a questionar as lógicas mercantilistas e colonialistas sobre a natureza. Tem levado também a uma retomada para a teoria latino-americana de outras lógicas, comunitárias, indígenas, camponesas, periféricas, enfim, *desde abajo*, e, por conseguinte, desenvolvido uma abordagem radicalmente crítica às lógicas que organizam o poder/saber “de cima para baixo” (FERREIRA, 2016), típicas do desenvolvimento capitalista e estatista. Em relação à água, Araújo (2010, p.66) explica que “[...] cada cultura, con sus modos específicos de organización política, ha creado formas también específicas de concebir (valorar-asignar) el agua”.

Essa diversidade de concepções sobre a água (de acordo com as distintas culturas, saberes e cosmologias), que Araújo chama de “água sagrada”, no entanto, tem sido colonizada e destruída por uma outra concepção própria da modernidade do capital, que Araújo (2010) chama de “água científica”, de maneira que, “[...] en el nuevo sistema de creencias, la ciencia y la tecnología modernas se conciben como las principales herramientas de conocimiento, control y dominio que ‘deben’ ejercerse tanto sobre este, como sobre los restantes ‘recursos naturales’”. (ARÁOZ, 2010, p. 67). Servindo aos interesses de poder do capital e do Estado, a

ideologia do uso “racional” e “científico” dos recursos naturais tem como objetivo desqualificar todos os sistemas de saber-poder que não se enquadrem nas estratégias de acumulação capitalistas, através do crescimento contínuo da mercantilização dos recursos territoriais e das relações sociais.

Em relação aos discursos ideológicos de legitimação da apropriação de terras e águas pelas usinas hidrelétricas, Mesquita (2009, p. 17) irá questionar as ideias de “energia limpa” e “energia renovável” associadas a essa atividade,

A energia elétrica gerada a partir do barramento dos rios, com a formação de imensos lagos, é a destruição dos ecossistemas e o deslocamento compulsório das populações ribeirinhas. O discurso oficial e economicista de que a energia gerada a partir de grandes represamentos é “limpa” contribui para reduzir o conceito de degradação ambiental, ignorando muitas formas de poluição e tem negligenciado as pesquisas sobre fontes alternativas de geração de energia. Ao se afirmar que a energia hidrelétrica é “renovável” não se discute o tempo de duração de tal “renovação” vez que a vida útil de uma usina, nas áreas de Cerrado, fica muito comprometida com os processos de erosão dos entornos (agricultura modernizada) e o conseqüente assoreamento dos lagos.

Nessa mesma linha de abordagem, no dia 13 de julho de 2011, durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o cientista Arsênio Oswaldo Sevá Filho disse em sua palestra que “não existe fonte renovável de energia”. De acordo com Sevá Filho "a ideia de que a hidroeletricidade se renova, sem dissipação ou desperdício, é uma aberração. Mesmo que uma forma se converta em outra, sempre há perda. Nenhum processo garante eficiência de 100%". Além disso, a ideia de “energia renovável” deve ser questionada, segundo Sevá Filho, pelo fato de que os empreendimentos hidrelétricos são materialmente finitos, sejam por que, estatisticamente, várias construções se rompem ou colapsam por ano, também por que logicamente “um dia, todos os rios barráveis estarão barrados”. Sevá Filho, na palestra durante a reunião da SBPC, se referiu às barragens como “cirurgias na natureza”, onde, um rio barrado, não é mais um rio, e sim “um conjunto de ecossistemas parcialmente gerenciado" para fins de exploração e lucro¹⁹³.

Por tudo isso, se torna ainda mais importante questionar as relações da hidroeletricidade com as novas discursividades imperialistas e colonialistas. Santos (2004) compreende que:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto

¹⁹³ Fonte: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/07/nao-existem-fontes-renovaveis-de-energia-diz-professor-da-unicamp.html>, acessado em 30/07/2019.

que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 2004, p.217).

Ou seja, a abordagem crítica da apropriação de terras e recursos territoriais por meio de grandes projetos hidrelétricos também se torna essencial para uma análise mais profunda e completa da nova questão agrária e ambiental no Brasil e em Goiás. A água e a energia possuem outro estatuto nos processos de modernização e territorialização do capital e do Estado nesse início do século XXI. O aprofundamento durante a pesquisa de campo no processo de constituição e interesses envolvidos na construção da UHE Serra do Facão, na mesorregião Sul Goiano, foi fundamental para analisar melhor as estratégias de apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional.

5.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA SERRA DO FACÃO EM CATALÃO (GO)

A Usina Hidrelétrica que pesquisamos é a UHE Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos, pertencente oficialmente ao município de Catalão¹⁹⁴. No entanto, tal empreendimento capitalista, através da barragem de represamento formou um reservatório que inundou 214 km², atingindo a zona rural dos municípios goianos de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cristalina, Davinópolis, Ipameri e o município mineiro de Paracatu. Cerca de 600 famílias foram expropriadas e diversas comunidades camponesas foram desterritorializadas e/ou desestruturadas. Da mesma forma que fizemos com a pesquisa de campo sobre as empresas de mineração e do agronegócio, buscamos focar em um caso exemplar para aprofundamento nas particularidades do processo de territorialização, construindo assim uma análise geográfica dialética, multiescalar e multideterminada.

Nesse tópico buscaremos compreender, portanto, as transformações socioespaciais ocorridas no Vale do Rio São Marcos a partir da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão, onde analisaremos o papel que desempenharam o Estado e do capital no processo de apropriação de terras e recursos territoriais. Pretendemos contribuir, a partir desse caso emblemático de disputa por água e energia no município de Catalão e região, com a

¹⁹⁴ Apesar de estar na divisa entre os municípios goianos de Catalão e Davinópolis, e já ter sido alvo de disputas judiciais pela captura da renda extrativa pelo Estado, no caso as prefeituras.

compreensão mais ampla das contradições e estratégias do projeto neoextrativista no contexto de global de *land grabbing*.

FOTO 11 – Usina Hidrelétrica Serra do Facão, Catalão (GO)

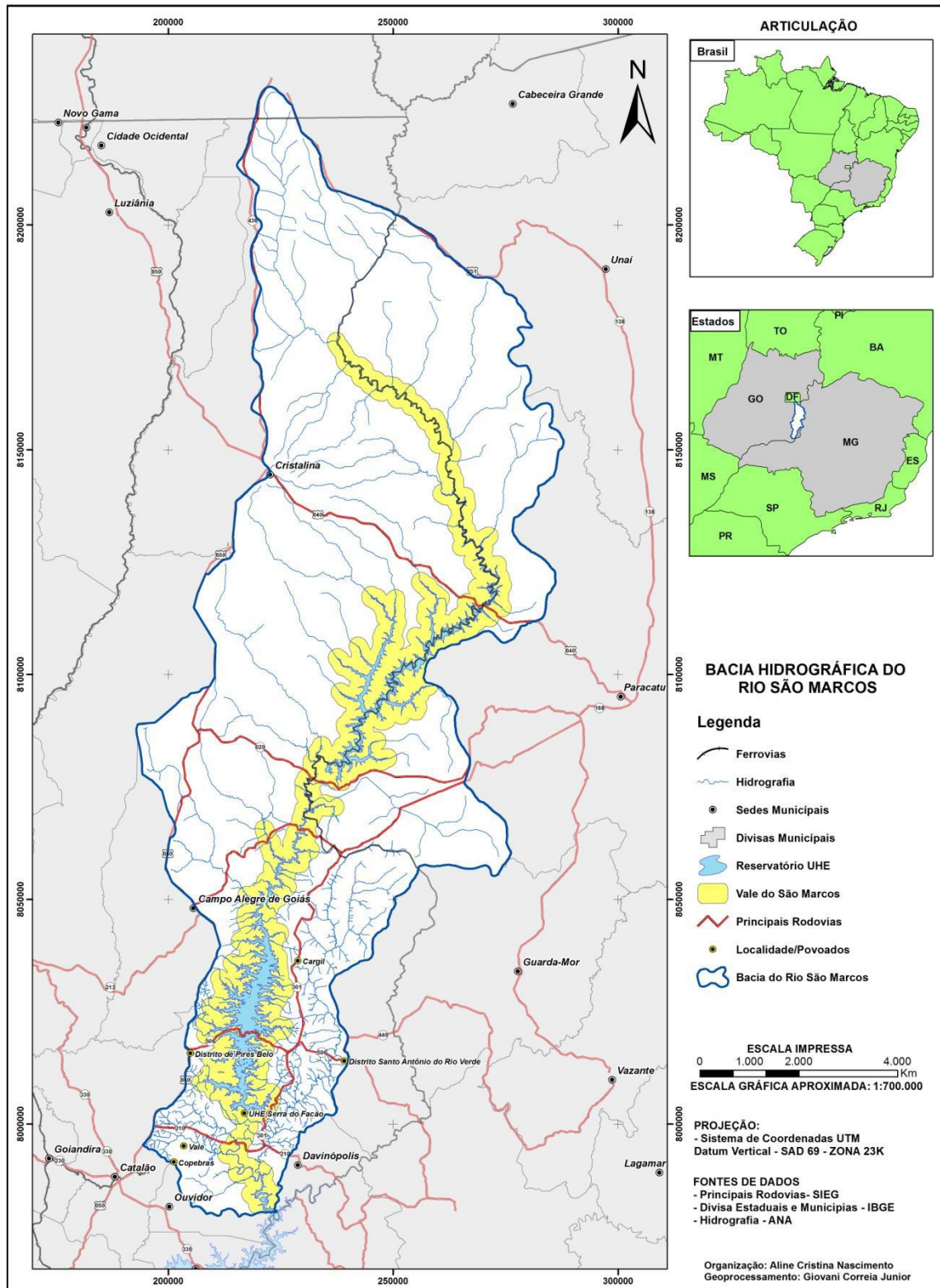


Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.

Autor: Azevedo (2019).

Como podemos ver no mapa 9, o Vale do Rio São Marcos se localiza na Bacia do Rio Paranaíba, na divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais. Abrange os territórios de dois municípios mineiros, Paracatu e Unai, e os territórios de cinco municípios goianos, Catalão, Davinópolis, Ouvidor, Campo Alegre de Goiás, Cristalina e Ipameri.

MAPA 9 - VALE DO RIO SÃO MARCOS/BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MARCOS



Fonte: Nascimento (2014).

A ocupação territorial das margens do rio São Marcos, a partir do processo colonialista português, está relacionada ao primeiro ciclo da mineração no século XVIII¹⁹⁵. Segundo Mello (1994), é com a expansão da mineração para o noroeste de Minas Gerais, e com a descoberta de ouro no próprio Vale do Rio São Marcos, que se instalou os primeiros povoamentos coloniais.

Esse povoamento, segundo Nascimento (2014), possuía as características socioespaciais próprias do primeiro ciclo minerador: ocupação irregular e puntiforme do território, centralizada economicamente pela atividade mineradora, mas tendo a pecuária e agricultura camponesas como atividades de subsistências das colônias mineradoras. Esse padrão geral de territorialização significou naquela fração territorial “um sem número de moradores em sítios e roças espalhavam-se irregularmente pela extensa área territorial do Vale do Rio São Marcos” (NASCIMENTO, 2014, p.23).

Como já debatido no primeiro capítulo, com a crise da mineração do ouro de aluvião no final do século XIX, há um reordenamento da sociedade e da economia em Goiás, onde as atividades pecuaristas em grandes latifúndios e a agricultura camponesa passam ter centralidade na formação socioespacial. Nesse contexto de crise, Nascimento (2014) ressalta que o donatário da colônia de Paracatu recebeu ordens de distribuir terras sob a condição de ser cristão e fazê-las produzir (regime de Sesmarias), fazendo com que,

Ao longo do Vale do Rio São Marcos, principalmente em áreas que hoje é território goiano, houve a ocupação independentemente de qualquer formalidade, inclusive de grandes áreas. Dessa forma, a apropriação do Vale também se deu de forma a concentrar a terra, conjugando-se concessões de posse com outras práticas e formas de uso da terra praticada por sujeitos como meeiros e posseiros. (NASCIMENTO, 2014, p.23).

Portanto, a estrutura fundiária característica do Vale do Rio São Marcos era o grande latifúndio colonialista. Mas será na primeira metade do século XX, com o crescimento das famílias e mudanças na dinâmica econômica regional que ocorreu um processo de fracionamento das grandes fazendas, dando lugar assim a diversas pequenas propriedades com características camponesas de vida e de trabalho (NASCIMENTO, 2014)¹⁹⁶. Esse fato não

¹⁹⁵ Caberia em outra pesquisa aprofundar as formas de ocupação anteriores ao processo colonialista português, ou seja, dos povos e sociedades indígenas habitantes do Vale do Rio São Marcos.

¹⁹⁶ Nascimento (2014, p.25) resume esse processo histórico da seguinte forma: “Como apontado, um dos caminhos que levou à desestruturação das grandes fazendas no Vale do Rio São Marcos foi o seu fracionamento por herança. Com famílias numerosas, a partilha da terra em diversas parcelas foi inevitável e forçou a maioria dos agregados a ganhar os rincões do país em busca de novas terras para trabalharem ou se assalariarem nos meios urbanos. O outro caminho foi o movimento de especulação e de transmissões fundiárias, que ocorreu em municípios como

extinguirá as grandes propriedades latifundiárias, dedicadas principalmente à criação de gado, mas integrará o Vale do Rio São Marcos nas dinâmicas contraditórias da questão agrária e do capitalismo brasileiro, mais especificamente o conflito entre a terra de trabalho e a terra de negócio.

Como debatido anteriormente, a modernização capitalista da agricultura a partir da década de 1970/1980 transformará profundamente a questão agrária e ambiental em Goiás (MENDONÇA, 2004; CASTILLO, 2007; GONÇALVES, 2016). De acordo com Nascimento (2014), esse contexto trará novas configurações espaciais para o Vale do Rio São Marcos, principalmente a apropriação extensiva das terras, para implantação do agronegócio de grãos, nas chapadas e áreas tidas como coletivas pelo campesinato local, e confinamento dos camponeses às áreas próximas à calha do rio¹⁹⁷.

Importante salientar aqui, como já identificado no caso de expansão do agronegócio em Jataí (GO), o elemento cultural-regional do colonialismo interno desenvolvido no Brasil após o fim do colonialismo português. Os “paulistas” ou “gaúchos” são identificados pelos camponeses do Vale do Rio São Marcos como agentes da apropriação das terras e recursos territoriais. Existe aí, portanto, novamente, uma relação assimétrica de dominação e exploração, patrocinada pelo Estado e pelo capital, envolvendo mais do que interações puramente econômicas, mas também hegemonias e ideologias étnico-culturais. Segundo um camponês relatou, em entrevista realizada por Nascimento (2014, p.27):

Até a década de 80 aqui nesse Vale morava muita gente, muita gente mesmo, que produzia de tudo o que ocê pensá. Mas, quando os paulista e gaúcho começô a chegá lá na chapada e o povo via aquele mundo de tratô, veneno e um mundo véio de roça de soja preferiu largá a rocinha que dava pouca renda e foi trabaiá de pião nas fazenda dos grande ou lá na cidade. As coisas mudô muito; a terra deixô de sê pra plantá e

Catalão e Ipameri ao terem suas economias integradas ao mercado nacional. O dinamismo do avanço dos meios de transporte e comunicação, na década de 1930, trouxe também interesse nas terras do Vale do Rio São Marcos. Muitos imigrantes de Minas Gerais e São Paulo que não conseguiam adquirir terras nas proximidades das cidades foram buscá-las nos vales dos rios por lá elas apresentarem preços menos inflacionados, solos férteis e grande quantidade de água. Os fazendeiros sem capital para nelas produzir vendiam parcelas”.

¹⁹⁷ De acordo com Nascimento (2014, p.37), a estruturação social dos camponeses do Vale do Rio São Marcos, expropriados pelo grande projeto hidrelétrico, pode ser descrita da seguinte forma: “As habitações estavam usualmente situadas em áreas planas do fundo do Vale, nas proximidades dos cursos d’água, cercadas de árvores frutíferas e benfeitorias, como paiol e curral, mas não se pode falar em um padrão, pois no Vale havia camponeses pobres, remediados e até alguns ricos, do ponto de vista da poupança em dinheiro. A maioria das casas era de alvenaria, com água encanada, energia elétrica, televisão, geladeira, fogão a gás etc., o que demonstrava que as famílias conseguiam auferir renda do trabalho na terra”. Além disso, mais a frente Nascimento (2014, p.42) explica que, “apesar de terem se territorializado no vale do rio, os camponeses no Vale do Rio São Marcos não utilizavam o rio para sua reprodução e por isso não podemos considerá-los ribeirinhos. O rio era utilizado para pescarias eventuais e lazer. [...] o uso agropastoril da terra é o que caracterizava o campesinato daquele lugar.

passô a sê pra ganhá dinheiro. Com a chegada desse povo mudô o jeito de vê a terra. (Sr. J.V., 49 anos. Campo Alegre (GO). 07/06/2009).

Além disso, nesse contexto, ocorre a desqualificação, por parte dos discursos dominantes, das formas de existência camponesa e de relações com a natureza, “tida como atrasada e sinônimo de pobreza” (NASCIMENTO, 2014, p.27). A descrição é de um típico processo colonialista moderno. E é através dessa ideologia de desqualificação dos outros modos de vida e relações territoriais, tidos como atrasados e irracionais, que o capital e o Estado irão forjar o elemento ideológico principal para justificar a apropriação das terras pela hidrelétrica Serra do Facão: a ideia de que o Vale do Rio São Marcos estava vazio, mesmo vivendo e trabalhando ali centenas de famílias camponesas (NASCIMENTO, 2014).

Vemos assim que, no processo colonialista de apropriação de terras, a necessária desqualificação do outro, como arsenal ideológico legitimador da primazia de um uso territorial sobre outro, pode chegar a negação total da existência outro¹⁹⁸. Essa é a “pré-história” da Usina Hidrelétrica Serra do Facão.

Dessa forma, os territórios do Cerrado que serão apropriados pelo capital hidrelétrico no Vale do Rio São Marcos, não eram homogêneos, nem em seu aspecto físico-natural, econômico, político e muito menos sociais. A apropriação pelo capital reduzia toda essa sociobiodiversidade à uma única forma-mercadoria, um recurso a mais a ser apropriado no processo de acumulação de capital¹⁹⁹.

Os diferentes momentos da territorialização de um grande projeto hidrelétrico (anúncio, construção, apropriação das terras e enchimento do reservatório) trazem diferentes impasses para as comunidades camponesas atingidas²⁰⁰. Nesse processo de expropriação (ou

¹⁹⁸ José de Souza Martins (1993) questiona esse efeito de negação da existência das comunidades locais para os grandes projetos capitalistas: “Não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (...). Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade”. (MARTINS, 1993, p. 61-63).

¹⁹⁹ “No território há sempre múltiplas territorialidades ali aportadas por diferentes sujeitos sociais que expressam suas racionalidades na (re)configuração do espaço. E esse processo é recheado de disputas e conflitos, pelo fato de diferentes sujeitos sociais atribuírem diferentes sentidos a uma mesma fração do território. Exemplo é o caso em estudo. O Vale do Rio São Marcos com seu relevo íngreme e rio perene não era o mesmo para os camponeses que há dezenas de anos viviam ali e para o grupo de empresas que construiu a hidrelétrica Serra do Facão” (NASCIMENTO, 2014, p.47).

²⁰⁰ Nascimento (2014), que desenvolveu uma pesquisa que abarcou historicamente antes e depois da territorialização da barragem no Rio São Marcos, relata que, ao iniciar o trabalho de campo, constatou que muitas delas não acreditavam que um dia a barragem iria se concretizar. Para os entrevistados, as notícias sobre a

desterritorialização) os sujeitos atingidos “perdem o investimento feito por uma ou várias gerações na propriedade, a tranquilidade do espaço vivido e construído socialmente, o sentido de ‘lugar’, seus valores e a identidade individual e/ou coletiva” (NOGUEIRA, 2007, p.24).

É no contexto de expansão do projeto neoextrativista e neodesenvolvimentista, em pleno ano de 2010, que se dá a formação do reservatório de água para a hidrelétrica Serra do Facão, com o objetivo de “fazer funcionar uma usina que produz energia elétrica a ser utilizada por grandes empresas” (NASCIMENTO, 2014, p.21).

Apesar de já ter pesquisas sobre o potencial hidrelétrico no Vale do Rio São Marcos desde a década de 1960²⁰¹, foi apenas na transição do século XX para o XXI que começou a sair do papel. Nos anos 1980, novos levantamentos do potencial energético foram realizados e a possibilidade de o Rio São Marcos abrigar uma hidrelétrica voltou a interessar ao Estado e ao capital. Em um processo de leilão entre os anos 2001 e 2007, envolvendo mais quatro pontos de aproveitamento hidrelétrico do Rio São Marcos (Paraíso, Serra do Facão, Paulistas e Mundo Novo), a Usina Hidrelétrica Serra do Facão foi a primeira delas²⁰².

No ano de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) abriu o leilão n. 002/2001 do ponto de aproveitamento Serra do Facão que foi arrematado pelo consórcio GEFAC – Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão, composto pelas empresas: Alcoa Alumínio S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, DME Energética Ltda e Votorantim Cimentos Ltda. O GEFAC, atualmente, se reorganizou e se chama Serra do Facão S.A.

construção da hidrelétrica já existiam há uns trinta anos, e, com o tempo, criou-se no imaginário das famílias a ideia de que a “tal barragem” nunca seria construída.

²⁰¹ “Segundo informações contidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) o potencial hidrelétrico do Rio São Marcos já vinha sendo avaliado desde 1965. Os primeiros estudos foram feitos pelo grupo CANANBRA Engineering Consultants Limited, com participação da estatal Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG. Em 1969, a Centrais Elétricas de Goiás – CELG retomou os estudos realizados pela CANANBRA e comprovou a viabilidade física e técnica da construção de uma barragem hidrelétrica no Vale do Rio São Marcos, mas o projeto não se viabilizou” (NASCIMENTO, 2014, p.85).

²⁰² Fonte: www.aneel.gov.br.

(SEFAC), tendo a seguinte composição acionária: Alcoa Alumínio S/A²⁰³, Grupo Camargo Corrêa²⁰⁴, DME Energética Ltda²⁰⁵ e Furnas²⁰⁶.

Apesar disso, até o ano de 2002 não havia qualquer anúncio oficial, seja governo ou pelas empresas aos camponeses, pesquisadores e população dos municípios e região de forma geral. Apenas com a chegada da empresa monopolista na cidade de Catalão que isso ocorre. E desde então se inicia um processo de questionamento e resistência em relação à territorialização do grande projeto hidrelétrico. Como relata Nascimento (2014, p.86), “em março de 2002, ocorreu a primeira reunião entre alunos e professores do CAC/UFG, Igreja e famílias que seriam atingidas”.²⁰⁷ A partir dessa articulação e desse conflito, é importante ressaltar o início da territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pelo Sudeste Goiano.

²⁰³ A Alcoa é uma empresa monopolista internacional norte-americana do setor de mineração. Surgiu em 1886 na cidade de Pittsburgh (EUA), e atua no Brasil desde 1965 em toda a cadeia produtiva do alumínio: desde a mineração da bauxita até a produção de pó de alumínio e químicos. Atualmente, é uma das três maiores empresas de alumínio do mundo. No Brasil a companhia possui três unidades produtivas (Juruti -PA; Poços de Caldas-MG; e São Luis -MA), dois escritórios e um centro de serviços compartilhados (GBS). A Alcoa também tem participação acionária na Mineração Rio do Norte (MRN) e em quatro usinas hidrelétricas (Barra Grande - SC / RS; Estreito - MA / TO; Machadinho - SC / RS; e Serra do Facão - GO / MG).

²⁰⁴ Criada em São Paulo no ano de 1936, o Grupo Camargo Corrêa é uma empresa monopolista internacional, de capital fechado, administrado pela holding Mover Participações S.A. (“MOVER”). Com sede na cidade de São Paulo, a MOVER tem atuação em setores fundamentais da economia: cimento (InterCement), engenharia e construção (Camargo Corrêa Infra), incorporação imobiliária (CCDI e HM), outsourcing (Vexia), transporte e mobilidade urbana (CCR) e indústria naval (Estaleiro Atlântico Sul), que operam no Brasil e no mercado internacional – América do Sul e África, com mais de 20 mil profissionais. A empresa esteve envolvida em diversos escândalos de corrupção no Brasil, motivo pelo qual em 2015 fechou acordos de leniência que somam R\$ 804 milhões a serem devolvidos pela empresa. (Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/camargo-correa-muda-nome-da-holding-para-mover.ghtml>, acessado em 14/07/2019).

²⁰⁵ As Empresas DME são um conglomerado de empresas públicas controladas pelo Município de Poços de Caldas, composto pela DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME, que tem como objetivo gerir e executar a política energética do Município de Poços de Caldas, atuando como holding; e por suas subsidiárias integrais: DME Distribuição S.A. – DMED, responsável pelas atividades de distribuição e geração de energia sob o regime de serviço público; e DME Energética S.A. – DMEE, responsável pelas atividades de geração, comercialização e transmissão de energia, diretamente ou através de outras sociedades ou consórcios empresariais.

²⁰⁶ Empresa brasileira do setor elétrico, atua no desenvolvimento de estudos, planejamento e gerenciamento da implantação e exploração de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. É uma empresa com administração indireta do Governo Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e controlada pela Eletrobrás.

²⁰⁷ Nascimento (2014, p.87) afirma que o movimento de luta contra a hidrelétrica Serra do Facão que se conformou em Catalão era formado “pela Diocese de Ipameri, com destaque para a Paróquia São Francisco de Assis em Catalão e para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Curso de Geografia, através de alunos e professores vinculados ao NEPSA, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Catalão, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão (AGB), pelo Sindicato METABASE e pela Associação dos Docentes do Campus Catalão (ADCAC)”. É importante salientar, que durante todo o processo, quem foi reconhecida como “representante oficial” do atingidos pelo Estado e pela empresa foi a Associação dos Proprietários Rurais Atingidos pelo AHE Serra do Facão (ARPRA-AHESF), uma organização criada e dirigida por grandes latifundiários, mas que não tinha legitimidade nem representatividade frente a grande maioria dos camponeses atingidos.

Em relação aos camponeses atingidos pela instalação da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, Gonçalves (2016, p.240-241) irá ressaltar o conflito que se desenrolou entre a ação expropriatória do Estado e do capital e a resistência dos camponeses locais,

Outro exemplo das (Re)Existências contra o caráter usurpador implementado na construção de hidrelétricas, diante das práticas de expropriação compulsória das famílias e Comunidades Camponesas ocorreu no município de Catalão. A construção da barragem Serra do Facão, no vale do Rio São Marcos, desencadeou lutas e questionamentos sobre o modelo energético brasileiro e territorializado no município.

As obras se efetivaram em 2007 e foram concluídas em 2009, sendo que o processo de indenização das famílias atingidas, segundo Nascimento (2014), não havia terminado até o ano de 2014. Durante a nossa pesquisa de campo em Catalão (GO), através de entrevistas com famílias atingidas e pesquisadores, fomos informados que até hoje (2019) muitas famílias camponesas não receberam indenização²⁰⁸.

Durante os anos precedentes de apropriação de terras e recursos territórios pelo consórcio de empresas capitalistas e estatais, ele buscou disputar a comunidade com a produção de um jornal, onde buscava usar táticas de desarticulação, convencimento e intimidação das comunidades camponesas. Um exemplo disso, de acordo com Vainer (2000), foi criar um “caso exemplar” para demonstrar o poder e a irreversibilidade do processo de apropriação das terras, onde a empresa estampou no jornal a compra da terra um grande pecuarista local. O movimento por sua vez, também criou meios de propaganda, como o programa de rádio “Barragem Serra do Facão: o outro lado da moeda”, no ano de 2004, onde trazia a violência do projeto de expropriação e a incerteza das famílias atingidas para Catalão e região (NASCIMENTO, 2014).

No ano de 2006, depois de “vai e vens” políticos em relação a Licença de Instalação (frutos das pressões exercidas até então pelo movimento camponês), uma mudança importante acontece com a entrada da Furnas no consórcio. Através dessa participação estatal, mais especificamente de uma empresa ligada ao governo federal, o consórcio garante o financiamento público da obra via BNDES.

Assim, com a mudança no consórcio responsável pela obra, com a aprovação das pendências sócio-ambientais e com a aprovação do financiamento público para a obra, que ganha destaque por fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento

²⁰⁸ Segundo Nascimento (2014, p.96), o motivo para que “alguns camponeses ainda não terem sido indenizados porque as suas terras, que agora estão debaixo de água, não tinham documentos regularizados”. No entanto, problematiza, que, “camponeses que eram legalmente proprietários da terra e aqueles que não tinham título da terra tiveram-nas igualmente inundadas, mas não os mesmos reconhecimentos por parte da empresa” (NASCIMENTO, 2014, p.99), ou seja, a chegada da hidrelétrica traz consigo a legitimidade única de ocupação da terra através da propriedade jurídica da terra, devidamente sacramentada pelo Estado.

(PAC), são retomados os trabalhos no Vale, com uma equipe formada por profissionais que já tinham atuado na construção de outras barragens em que o MAB tinha se organizado. Fortes ações de divulgação e propaganda da barragem como sinônimo de desenvolvimento econômico ganham as emissoras de rádio e de televisão. Farmácia popular, escolas e hospitais são financiados pela SEFAC. As obrigações legais frente aos impasses sociais e ambientais são apresentadas à sociedade como doações e apoio a fim de buscar a aceitação da hidrelétrica e a deslegitimação do movimento de resistência. (NASCIMENTO, 2014, p.93-94).

O consórcio estatal-capitalista dessa forma cria um forte aparato de legitimação da sua territorialização e de desarticulação de possíveis resistências, se utilizando inclusive de uma equipe com experiência na relação com movimentos sociais para levar o projeto expropriatório e colonialista a frente. De acordo com Nascimento (2014), três estratégias do consórcio são determinantes para atropelar o forte movimento de resistência popular em Catalão: 1º) Maior participação do Estado, na legitimação da violência expropriatória; 2º) Perseguição ao movimento popular, por meio de processos jurídicos contra lideranças²⁰⁹; 3º) Cooptação de entidades que faziam parte do movimento²¹⁰.

O poderio estatal cumpre, então, mais uma vez um papel estratégico no avanço colonialista da apropriação de terras e recursos territoriais em Goiás. Além dos investimentos financeiros do BNDES, e a inclusão do projeto como parte do PAC, segundo Nascimento (2014, p.94), o consórcio estatal-capitalista SEFAC buscava construir uma “imagem de que a usina é uma opção do governo popular e se o governo quer construir é porque é para o desenvolvimento de todo o país”. O neoextrativismo, sendo levado a frente pelos governos petistas, mostrava aí a sua perversidade, destruindo as condições de existência camponesa para centenas de famílias, a serviço dos interesses dos grandes monopólios internacionais, sob o manto de um discurso ideológico “democrático”, “popular”, “nacional”²¹¹.

²⁰⁹ Como exemplo, no ano de 2007, a SEFAC entrou com um processo judicial de “interdito proibitório” contra seis lideranças do movimento e de dois padres.

²¹⁰ Como exemplo, em 2009, o NEPSA/UFG/CAC, principal apoio institucional da luta contra as expropriações, sob nova coordenação e com outra perspectiva teórica e política, recebeu financiamento da Serra do Facão Energia S/A para desenvolver o projeto intitulado “Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do reservatório da UHE Serra do Facão”.

²¹¹ Nascimento (2014, p.79) afirma que, “o Estado brasileiro, ao optar pelas hidrelétricas para a geração de energia elétrica entrega os territórios camponeses ao capital, para que de seus recursos naturais o capital produza e acumule lucro. Assim, entrega também os próprios camponeses, ou para que eles não continuem sendo empecilho à expansão do capital, ou para que se tornem mão de obra à disposição do capital e consumidores dependentes do mercado, ou para que não sejam ‘maus exemplos’. Para o capital, o território é sempre um recurso material para o seu desenvolvimento econômico e seu domínio sobre ele mais cedo ou mais tarde tende a ser aumentado”.

FOTOS 12 E 13 – Placa com os financiadores na entrada da UHE Serra do Facão; Propriedade camponesa as margens do reservatório no Vale do Rio São Marcos.



**Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2019.
Autor: Azevedo (2019).**

Para o Estado e o capital a territorialização da Usina Hidrelétrica Serra do Facão cumpre hoje o seu objetivo de integração desta fração do território (e a mercadoria por ela produzida) à economia capitalista, nacional e internacional. Em nosso trabalho de campo, visualizamos a área do reservatório de água, tão grande como a sociobiodiversidade que foi ali destruída. De acordo com Vainer e Araújo (1990, p.19),

A natureza e a lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica: produção de eletricidade. Tudo o que contrarie ou escape a este fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica de custos. Nestes termos, compreende-se que sejam vistos como obstáculos a população que ocupa as áreas a serem inundadas, os usos da água feito por essa população, bem como todas as atividades econômicas que pré-existem ao projeto.

Dessa forma, as comunidades e as próprias características naturais são vistas como meros obstáculos a serem removidos pela modernização capitalista. As intencionalidades por trás das medidas “compensatórias” sociais e ambientais não podem ser levadas a sério, na medida em que as empresas só as tomam quando os problemas surgem, e suas ações “mitigadoras” dos danos não pretendem resolver o problema. Conforme bem coloca Nogueira (2007, p.21),

Somente depois de assinados os milionários contratos é que se vai realizar a avaliação dos impactos sociais na área a ser inundada. Então, é um complemento do ato consumado. E não uma investigação que orienta a justiça, propriedade ou adequação sócio-ambiental do empreendimento (NOGUEIRA, 2007, p.21).

Ou seja, toda a estrutura de saberes-poderes exercida pelo consórcio estatal-capitalista, ainda que tenha uma ideologia que se apresente como racional, justa e científica (desqualificando as demais formas pré-existentes de saberes-poderes construídos naquele território), só buscará acessar esses preceitos na medida em que eles não comprometerem o objetivo estratégico de apropriação territorial e modernização capitalista. Ou seja, não levará nunca até as últimas consequências a propagada “responsabilidade social e ambiental”, porque esta, no limite, é simplesmente incompatível com o desenvolvimento do capitalismo e do estatismo. Para tal, só haveria uma opção: a apropriação deveria ser cancelada e a empresa colonial deveria ser fechada.

Ambas, comunidades locais e natureza, são resumidos nesse processo colonialista a objetos de uma ação inevitável daqueles que “podem tudo”, dos “donos do poder”. É uma resistência de Davi contra Golias. Ou, para colocar mais nossos pés no chão, é uma resistência indígena contra o invasor europeu. Junto aos aparelhos jurídicos, repressivos, técnicos, tecnológicos, estão os aparelhos discursivos e ideológicos, que funcionam igualmente (e necessariamente para um processo tal) através de paradigmas epistemologicamente centralistas (FERREIRA, 2018) e epistemicidas (SANTOS, 2009)²¹².

²¹² Também, de acordo com Vainer (2003, p.192): “A naturalização do social, a recusa da condição de sujeito histórico às populações afetadas, a postulação de que o único sujeito efetivo – capaz de subjetividade, de projeto e de ação – é o empreendedor/empreendimento, mais além de uma representação ideológica da situação concreta, constitui, pois, condição tanto para o sucesso do projeto, quanto para a validação das previsões de impacto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinza, meu amigo, é toda teoria, mas verde é a árvore da vida. (Goethe)

Chegar ao final da dissertação nos leva a relembrar daquilo que passamos, objetiva e subjetivamente, para chegar até aqui. Desde os passos metodológicos escolhidos, aos momentos marcantes das leituras e do trabalho de campo, é natural desenvolver um balanço daquilo que pesquisamos, que se confunde de várias maneiras com aquilo que vivemos. De fato, chegar ao final da dissertação demarca não apenas um número ou um “produto final”, mas demarca uma transformação, de ideias, de abordagens, de informações, de pessoas. Demarca também novos inícios potenciais, em relação à temáticas e abordagens que instigam o pesquisador, já que como bem assinalou Goethe, a vida permanecerá sempre um passo a frente a apreensão teórica e científica, sempre instigante à curiosidade humana, em constante transformação.

A formação socioespacial de Goiás, mais especificamente da mesorregião do Sul Goiano, apresentou em seu processo histórico-geográfico de colonização e povoamento uma série de ciclos de apropriação de terras e recursos territoriais a serviço dos interesses das classes dominantes locais, e principalmente dos centros de acumulação capitalista nacionais e estrangeiros. O Estado cumpriu um papel central no desenvolvimento de um colonialismo interno, atuando como legitimador, parceiro e promotor dos grandes projetos mineradores, agropecuários e hidrelétricos que levaram a conflitos, violência, expropriação e exploração das comunidades locais, camponeses, indígenas e quilombolas.

Esse processo cíclico de apropriação de terras e recursos territoriais teve um novo impulso global a partir dos anos 2000. O boom das commodities no mercado financeiro, a industrialização chinesa e de outros países asiáticos, a necessidade estrutural de expansão capitalista nos territórios, dentre outros fatores, estimularam o que foi chamado por alguns intelectuais de “corrida global por terras” (ou *global land grabbing*), e foi melhor definido e traduzido como “apropriação de terras” por Sauer e Borras Jr. (2016).

Na América Latina esse processo foi debatido também em torno aos conceitos de neoextrativismo e neodesenvolvimentismo, e coincidiu com a chegada aos governos centrais de diversos países latinoamericanos de partidos socialdemocratas, de esquerda ou centro-esquerda. Esses governos mantiveram e/ou aprofundaram o modelo extrativista por meio de novos pactos e alianças de classe, inserções subordinadas no sistema mundial capitalista, protagonismo do

Estado, internacionalização de empresas nacionais (no caso do Brasil), dentre outras características.

Esse processo nos exigiu um esforço de análise multiescalar, buscando nos debates sobre o imperialismo e o colonialismo uma chave de interpretação para a questão da apropriação de terras. A partir de uma análise crítica do conceito de acumulação primitiva de Marx e, principalmente, de sua aplicação em determinados estudos marxistas, debatemos outras contribuições teóricas como o conceito de acumulação por espoliação em Harvey (2003) e de regimes de desapropriação em Levien (2014). Em ambos os conceitos os processos expropriatórios não estariam no início do processo de acumulação de capital, mas seriam continuamente reproduzidos no interior do processo de acumulação. No entanto, Harvey (2003) subestima o papel das ideologias e da violência no processo de espoliação modernos, fato nos levou a buscar outras abordagens do fenômeno.

Essas abordagens contribuíram para a compreensão dos processos a apropriação de terras e nos levaram a refletir sobre o imperialismo e o colonialismo modernos. Harvey (2003) apresentou a sua abordagem da acumulação por espoliação em torno ao que chamou de “novo imperialismo”. As contribuições anarquistas de Ferreira (2018) sobre o “neoimperialismo” indicaram a necessidade de pensar o ciclo mundial de apropriação de terras a partir dos anos 2000 como uma nova onda de colonização. No caso do Brasil esse processo ocorreu através das estruturas políticas, econômicas e culturais do colonialismo interno e de um projeto neodesenvolvimentista e neoextrativista assumido pelos governos do PT.

A partir da nossa pesquisa identificamos diferentes tipos de estratégias colonialistas de apropriação de terras e recursos territoriais. As estratégias podem ser das mais “brandas” (do tipo parceria agrícola e arrendamento, por exemplo), até as mais violentas e abruptas (como a judicialização e a grilagem, por exemplo). Exemplo disso é o processo de controle territorial através de arrendamento e parceria agrícola pela empresa Raízen em Jataí (GO), mas que levam também à processos expropriatórios decorrentes da fusão territorial monopolista, da exploração do trabalho e da destruição da natureza, relatados durante o trabalho de campo.

Também em Catalão e Ouidor (GO) evidenciou-se a ação das mineradoras multinacionais nas comunidades camponesas, buscando de várias formas expandir cada vez mais a sua territorialização, através de ameaças, intimidação, destruição das condições naturais, poluição sonora e do ar, fechamento de estradas, dentre outros. O mais novo expediente relatado pelos camponeses foi o processo de judicialização movido pelas mineradoras contra

camponeses de Catalão (GO). Também no caso da UHE Serra do Facão, a conjunção entre estratégias de perseguição política, criminalização da resistência camponesa, utilização de ideologias legitimadoras, divisão do movimento contrário ao empreendimento, dentre outros, demonstraram as estratégias expropriatórias do capital monopolista internacional.

Em todos os territórios pesquisados existe uma presença significativa do capital internacional no controle e apropriação de terras. Desenvolvemos um levantamento sobre a origem do capital das empresas do agronegócio, da mineração e das usinas hidrelétricas com presença no estado de Goiás, e as estratégias de territorialização destas na mesorregião Sul Goiano. Em relação ao agronegócio em Goiás nós identificamos investimentos de empresas multinacionais dos Estados Unidos, Argentina, Japão, França, Alemanha e Brasil.

A maior parte desses investimentos internacionais do agronegócio se deram na mesorregião Sul Goiano, motivados por: redes técnicas de transporte e energia; proximidade com os principais centros econômicos (especialmente São Paulo, e deste para o mundo); serviços urbanos voltados para a agroindústria capitalista; pacote tecnológico já consolidado desde a Revolução Verde nos anos 1970; protagonismo dos governos municipais em apoiar a expansão do processo de apropriação de terras e recursos territoriais; dentre outros.

Percebemos também um avanço significativo da produção de cana-de-açúcar nos territórios goianos estimulado pelo modelo neoextrativista e neodesenvolvimentista assumido pelos governos do PT, especialmente através das políticas voltadas ao etanol. Das 22 empresas com capital internacional levantadas na pesquisa, 11 produzem grãos e 11 empresas produzem cana-de-açúcar. Portanto, existe uma “invasão” da cana nos territórios do sul goiano (incluindo-o no Polígono do Agrohidronegócio) e a continuidade da expansão da soja por meio de uma nova configuração de diversas empresas, ambos os setores com uma presença cada vez mais significativa do capital monopolista internacional. A territorialização em Jataí (GO) da empresa Raízen, fusão entre a Shell e a Cosan, exemplifica a aliança de classe da burguesia brasileira e estrangeira para a constituição de grandes empresas monopolistas internacionais.

A disputa territorial entre os setores capitalistas da agroindústria canavieira e da sojicultura, identificada em Jataí (GO) no início da segunda década do século XXI, tendeu ao apaziguamento com a garantia da continuidade de expansão territorial dos dois setores (tendo em vista o não andamento de outros projetos de agroindústrias canavieiras no município). Por outro lado, esse avanço do agronegócio em Jataí tem significado um aprofundamento do modelo agropecuário monocultor e latifundiário, onde os arrendamentos e parcerias agrícolas são

utilizados como mecanismos de controle e apropriação de terras, bem como tem levado a uma série de efeitos socioambientais que tem afetado as comunidades camponesas e assentamentos sem terras da região (tal como o acampamento Padre Josimo, que hoje sofre com a falta da água pelo secamento de um rio em determinados meses do ano).

Em relação aos grandes projetos de mineração em Goiás, nós identificamos investimentos internacionais dos Estados Unidos, Canadá, China, Brasil, Reino Unido, Austrália, dentre outros. A maior parte desses investimentos ocorreram no norte do estado de Goiás, no entanto, o sul do estado também possui projetos estratégicos para o capital internacional, como os territorializados em Catalão e Ouidor (GO) que exploram fosfato e nióbio. Duas grandes empresas multinacionais desenvolvem a apropriação de terras e recursos territoriais em Catalão e Ouidor (GO): Mosaic Fertilizantes (EUA) e China Molybdenum - CMOC (China).

Em relação às Usinas Hidrelétricas (UHE) em Goiás, nós identificamos investimentos de empresas monopolistas internacionais do Canadá, China, Brasil, Bélgica, dentre outras. Das 17 empresas que operam essas UHEs, a não ser a UHE do Paranoá, localizada em Brasília –DF (de propriedade exclusiva da CEB), 16 empresas estão de alguma forma vinculadas à rede de acumulação do capital monopolista internacional, seja pela origem do capital estrangeiro, seja pelo caráter multinacional ou pelas estratégias de capitalização através da abertura do capital das empresas para investimentos financeiros.

Além da presença do capital monopolista internacional em quase todos os grandes projetos hidrelétricos em Goiás, existem duas características marcantes do processo histórico-geográfico de apropriação da terra e da água pelo capital hidrelétrico no estado. A primeira é que o início do século XXI, apontado por nós como marco temporal para um novo ciclo colonialista global de apropriação de terras, será marcado pela concretização de diversos projetos de Usinas Hidrelétricas. No ano de 2002 entrou em operação a UHE Cana Brava, no ano de 2004 a UHE Queimado, no ano 2006 a UHE Corumbá IV e Espora, no ano de 2009 a UHE Corumbá III, no ano de 2010 as UHE de Salto, Serra do Facão, Caçu, Foz do Rio Claro, Barra dos Coqueiros e Salto do Rio Verdinho.

A segunda característica é que todas essas hidrelétricas, exceto Cana Brava (no rio Tocantins, no norte do estado), distribuem-se pela bacia do rio Paranaíba, a maioria na mesorregião Sul Goiano. Ou seja, a mesorregião Sul Goiano possui a maior densidade e concentração de grandes projetos hidrelétricos. Isso se dará, além das condições naturais, pelas

características de localização, de redes técnicas e também pelas demais atividades capitalistas altamente dependentes de energia que estão instaladas regionalmente.

Através das pesquisas desenvolvidas questionamos as narrativas e teorias que apontam como “sustentáveis” e “ambientalmente corretas” a expansão territorial dos grandes empreendimentos do capital sucroenergético e hidrelétricos. Mais ainda, a partir das reflexões de Sevá Filho (2011) e Mesquita (2009) questionamos a principal ideologia justificadora do avanço capitalista das hidrelétricas em seu processo de apropriação da terra, água e energia: a de que a hidroeletricidade seria uma “energia renovável”. Os empreendimentos hidrelétricos são finitos, e levam também à morte e à destruição de comunidades locais, de animais e de vastas áreas de vegetação nativa.

Um exemplo das diferentes estratégias expropriatórias pelo Estado e o Capital é o aprofundamento de políticas de tipo colonial pelo atual governo Bolsonaro (PSL). São vários os exemplos que podemos citar: a política anunciada de não demarcação de terras indígenas, assim como a mercantilização das terras indígenas já demarcadas, ou de expansão da exploração mineral e do agronegócio sobre terras indígenas e áreas de proteção ambiental, ampliação do desmatamento e projetos de colonização da Amazônia junto aos Estados Unidos, retificação dos aparatos repressivos dentro de lógicas de ocupação colonial e contrainsurgentes no campo e na cidade, dentre outras.

A não demarcação de terras indígenas, por exemplo, de acordo com Ferreira (2018, p.36), atende a um duplo objetivo: “o controle das terras e a manutenção da oferta de força de trabalho barata do subproletariado indígena. Isso é imperialismo. É uma relação de poder local que depende de um sistema internacional”. Através da nossa pesquisa abrimos ainda mais os horizontes para outros processos relevantes que ainda devem ser analisados, futuramente, afim de compreender as atuais estratégias de apropriação de terras e recursos territoriais no interior da onda colonialista mundial a partir do século XXI.

Por outro lado, por meio da fala de campones entrevistados em Catalão e Jataí, revelou-se também a sabedoria adquirida no cotidiano de quem luta diariamente contra injustiças do sistema jurídico-legal capitalista. A vinculação negativa entre a justiça/política e o dinheiro/lucro no discurso camponês evidenciou um certo tipo de saber e discurso insurgente que nega enunciados centrais do Estado e do capital, tal como a neutralidade jurídica do Estado e a superioridade das relações mercantis sobre outras formas de se relacionar com os outros e

com a natureza. Isso demonstrou para nós uma sabedoria camponesa sobre as relações de poder e de exploração.

As resistências aos processos expropriatórios, não se evidenciaram em nossa pesquisa apenas na forma de movimentos sociais organizados, mas também por meio do que James Scott (2004) chamou de infrapolítica dos dominados, dos discursos ocultos, da resistência cotidiana dos camponeses. Isso pôde ser percebido nas entrevistas, mas principalmente nos momentos informais, com o gravador desligado, momento em que também pudemos aprender muito sobre os discursos e práticas de resistência.

Sobre os saberes camponeses insurgentes, nos surpreendeu uma entrevista realizada em Catalão (GO) com um camponês que apresentou a sua “Teoria da Porteira”. Nas palavras do próprio entrevistado, esta seria “uma teoria do poder”. O camponês apresentou uma proposta construtiva de autoorganização das comunidades camponesas, contra a lógica centralista em que estão organizadas, seja pela igreja, pelo Estado ou pelos movimentos sociais. Acreditamos que a Teoria da Porteira é uma importante contribuição para o pensamento e a prática transformadora das classes trabalhadoras, e é um dos aspectos que podem e devem ser alvos de análises futuras.

É importante reafirmar que o que está em jogo sob essas diferentes estratégias expropriatórias, é o impulso expansionista geral do sistema mundial capitalista a partir dos anos 2000, que assume uma diversidade de situações coloniais locais. Dessa forma, a pesquisa dos processos de territorialização dos grandes projetos de mineração, da agroindústria e das usinas hidrelétricas na mesorregião Sul Goiano, apresentam-se como diferentes expressões, sujeitos, origens do capital, discursividades, mas que ainda assim compõe uma totalidade no interior das relações de poder, dominação e exploração do atual sistema mundial capitalista.

Durante a pesquisa percebemos que quando falamos em colonialismo na atualidade, também esbarramos em algumas ideias e modelos mistificadores da colonização ibérica na América Latina, que desconsideram a importância de diferentes mecanismos de territorialização colonial como a negociação, cooptação, adaptação, aculturação, epistemicídio, que foram acionados como importantes expedientes de dominação e exploração dos povos e da natureza. Isso mistificou os processos coloniais reais, como se estes não tivessem tido (e ainda tem) importantes mecanismos de fazer os dominados colaborarem com o sistema geral de dominação. Um exemplo disso foi a posição de diretores dos dois sindicatos de trabalhadores rurais de Jataí que, apesar de discursos críticos específicos, se apresentaram como críticos das

“invasões das terras pelo MST” e se disseram parceiros do sindicato rural (patronal). Em grande medida, o efeito é a naturalização das relações de dominação e exploração de tipo imperialistas e colonialistas que ainda permanecem, sob novas formas e institucionalidades.

Durante a pesquisa desenvolvemos teoricamente uma abordagem geográfica crítica, levando a cabo um diálogo com diversos autores de diferentes matizes teóricas, buscando não cair em ecletismos e contradições, sempre nos guiando pelo “pensamento guia” anarquista para a incorporação das contribuições. No entanto, nos parece que uma abordagem geográfica anarquista, em termo de formulação de um conjunto estrutural de conceitos e teses para pensar e transformar o mundo, é uma tarefa ainda por ser desenvolvida. Retomar as contribuições do geógrafo, anarquista e *communard*, Elisee Reclus, por exemplo, é muito mais do citá-lo historiograficamente como “peça de museu”. Acreditamos que deve haver um trabalho sério em sistematizar as contribuições anarquistas para (re)pensar o atual sistema mundial capitalista, as insurgências, o colonialismo, os territórios, as classes, a natureza, bem como os métodos de interpretação da realidade e diversos outros conceitos e temáticas. Daí a necessidade de retomar também as contribuições para a Geografia no pensamento de Proudhon e Bakunin, mas também de uma série de outros teóricos anarquistas clássicos e atuais.

Observamos que, mesmo depois de um massacre populacional e destruição ecológica sem precedentes em Mariana (MG) e Brumadinho (MG), assim como todas as denúncias de efeitos socioambientais feitas pelas populações e movimentos camponeses em Catalão (GO), a política governamental em relação as “áreas de risco” pela mineração tem sido de remanejar as populações ou treiná-las para possíveis desastres, mas em nenhum momento se aponta como política nacional a desterritorialização desses grandes projetos neoextrativistas, nem mesmo a sua “nacionalização” ou “estatização”. Isso ficou claro na visita técnica que fizemos à empresa Mosaic em Catalão (GO). Naquela ocasião, os diretores da empresa se contentavam em apresentar os planos de segurança exigidos pela atual legislação, momento em que foram questionados por um membro da comissão de que as exigências atuais são falhas e foi isso que gerou o desastre de Brumadinho, ao que um diretor da empresa disse que a orientação e a obrigação deles é apenas seguir a legislação.

O que percebemos é que tais projetos capitalistas, nas narrativas dominantes, não podem ser questionados em sua raiz, as únicas críticas aceitas são aquelas que tem em vista o “melhoramento”, a “mitigação dos impactos”, para manter intacta a continuidade do processo geral de expropriação dos recursos territoriais e dos povos. Percebemos durante a pesquisa, que

tanto as mineradoras, hidrelétrica, quanto o agronegócio, se apresentam com discursos abertos as pesquisas científicas para “melhorar” seu desempenho e “reduzir impactos”, e a academia muitas vezes se ocupa em dar essas respostas pragmáticas a isso, mas não se propõe a ir à raiz do problema e buscar soluções estruturais, ou seja, reais, frente a expropriação do campesinato.

Se integrar ao sistema, ainda que com críticas parciais ao mesmo, é isso que se chama “ser pragmático e útil” na atual relação de poder-saber que hegemoniza muitos ambientes acadêmicos e políticos brasileiros. A minha pesquisa não se propõe a ser pragmática ou útil aos interesses do capital ou do Estado. Ela quis mostrar de forma estrutural, intersetorial e multiescalar as relações de poder, dominação e exploração engendradas pelo capital monopolista internacional na apropriação de terras no sul goiano. A partir dela chegou-se a conclusão que esse modelo é colonial e gerador de conflitos, pois apaga/nega os conhecimentos, desconecta da natureza, rouba a terra (que para o camponês e indígena não é só fator de produção, mas a expressão da vida).

Algumas importantes pesquisas têm sido desenvolvidas no sentido de analisar o desenrolar do modelo neoextrativista no Brasil, frente as mudanças políticas e econômicas desde o golpe parlamentar contra o governo Dilma (PT) (GONÇALVES, et al., 2018; PORTO-GONÇALVES, et al., 2018). A partir da nossa dissertação podemos contribuir com a compreensão do processo histórico geográfico do que se está conformando como um Neoextrativismo Liberal-Conservador” (GONÇALVES, et al., 2018). Isso, por que, ele não “caiu do céu”, mas nasceu no interior do próprio modelo neodesenvolvimentista e neoextrativista dos governos petistas.

O neoextrativismo progressista, no seu processo de autoafirmação e expansão territorial, ativou diversos mecanismos colonialistas (políticos, econômicos e ideológicos) que se tornaram, na atualidade, a ante-sala de um neoextrativista cada vez mais conservador e ortodoxo. Assim, o projeto colonial-imperial já naturalizado e legitimado em escala nacional, não se vê mais preso a determinados paradigmas “democráticos e ambientalistas”. É o que temos visto hoje no Brasil e na América Latina como um todo. É o que Zibechi analisou sobre “o fim do progressismo” (2017), onde a queda dos governos progressistas latinoamericanos, está diretamente relacionada com as condições estruturais por eles criadas. Assim, é essencial que as pesquisas do neoextrativismo tenham continuidade, compreendendo as suas (des) continuidades com o momento anterior desde os anos 2000, que como demonstrado durante a dissertação, foi fundamental para o seu estabelecimento.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; FILHO, Jorge Pereira (orgs). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016.

ACQUATELLA, J. **Rentas de recursos naturales no renovables em América Latina y el Caribe: evolución y participación estatal, 1990-2010**. Comissão Econômica para América Latina e Caribe, CEPAL, 2013.

ACSELRAD, H. **Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. 2013. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/323/319>. Acesso em: 20 de jun./2018.

ALVES, J. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 670f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, 2014.

ARAGÃO, Daniel Maurício de; SANTOS, Tiago Matos dos. A governança global do desenvolvimento e a despolitização do land grabbing: “there is no alternative”?. **Estudos internacionais**, v.5 n.2, p.57 – 73, Belo Horizonte, 2017.

ARÁOZ, H. M. Los dolores de Nuestra América y la condición neocolonial. Extractivismo y biopolítica de la expropiación.- **Revista OSAL Observatorio Social de América Latina**, Año XIII, N° 32, Noviembre de 2012.

_____. **Agua y Minería Transnacional: desigualdades hídricas e implicaciones biopolíticas**. 2010. Disponível em: <https://opsur.files.wordpress.com/2011/03/agua-y-minerc3ada-transnacional-desigualdades-hc3addricas-e-implicaciones-biopole3adticas.pdf>. Acesso em: 19 de abr./2018.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional**. Belém: Anpur (2007).

ARRIGHI, Giovani; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Movimientos Antisistémicos**. Editorial Akal. Madrid, 1999.

ARRIGHI, Giovani; SILVER, BEVERLY J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

AZEVEDO, Leon M. C. **No território da luta de classes toda paz é uma trégua: A revolta camponesa em trombas e formoso (1950-1964) e as possibilidades de ruptura com a territorialidade do capital**. Monografia – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. DF, novembro de 2013.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Siglo XXI, 1999.

BARBOSA, A. S. Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Goiânia, N 105, p. 41-48, 10 de Nov., 2009.

_____. et. al. **O piar da Juriti Pepena: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2014.

_____. **O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água**. 2015. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>>. Acesso em: 03 de Nov./2015.

BARRETO, M. J.; THOMAZ Jr., A. A territorialização do agrohidronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema – SP. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 19, p. 287-307, out., 2014.

BERTRAN, Paulo. (Org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: ICBC, 2010.

_____. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora da UNB, 2011.

BORGES, B. G. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais, 1909-1922.** Goiânia: Editora da UFG, 1990.

BORGES, M. **O Golpe em Goiás: história de uma grande traição.** Mauro Borges. Civilização Brasileira, 1965.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014.

BRITO, Luciana. OS ANARQUISTAS ORDENAM O MUNDO: a filosofia de Proudhon e Bakunin. **Em curso**, v. 3. Revista da Graduação em Filosofia da UFSCar: São Carlos/SP, 2016.

BRF. **Relatório Anual e de Sustentabilidade – 2018.** Disponível em: <https://www.brf-global.com/wp-content/uploads/2019/06/Relatorio-Anual-e-de-Sustentabilidade-BRF-2018-v2.pdf>. Acesso em: 10 de jun./2019.

CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Política Mineral Goiana (1960 – 1986).** Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CASTILHO, D. **Modernização territorial em Goiás.** 224f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE.** v. 3, 2007.

CASTRO, Rômulo de Souza. **Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012.** 296p. TESE (Doutorado CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Setembro de 2016.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** 3.ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHAVEIRO, E. F. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M, G de.; CHAVEIRO, E, F.; BRAGA, H, C. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia, Vieira, 2008. p.75-97.

_____. **Notas sobre o pensar engajado: práxis e diásporas**. Goiânia, 2014. Mimeografado.

_____. **Práticas de aprendizagens: o curso da luz e o pé de abacate**. Goiânia, 2014. Mimeografado.

_____.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.

_____.; CALAÇA, M. Por uma abordagem territorial do cerrado goiano. In: SAQUET, M. A. et al. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COELHO, T. P. **Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá: Editorial iGuana, 2015.

COMPOSTO, C.; NAVARRO, M, L. **Estados, transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias en torno de la minería a gran escala en América Latina**. Revista Theomai, Buenos Aires/Argentina, n. 25, 2012, p. 58-78.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

_____. **Conflitos no campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017.

CUNHA. Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais – A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. Editora UNESP, 2007.

DATALUTA. **Banco de Dados de Luta pela Terra**, 2016.

Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas** / Coord. Geral Wagner Fernandes Pinheiro, Osvaldo Barbosa Ferreira Filho, Carlos Augusto Ramos Neves; Equipe Técnica por Marina Dalla Costa... [et. Al.]; – Brasília: DNPM, 2018.

DEUS, J. B. de. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2015.

ÉLIS, B. **Obra reunida de Bernardo Élis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2 ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 8 nº 6. 2005.

FERREIRA, Andrey C. Poderes científicos, saberes Insurgentes: rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica. In: **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes do capitalismo no século XXI**. Org: FERREIRA, A.C. Niterói: Editora Alternativa. 2016.

_____. **Estatismo, colonialismo e imperialismo: crítica e (re) definições teóricas**. 31ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília – DF, 9 a 12 de dezembro de 2018.

_____. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 255-288, 2014.

_____. **Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea**. Anais. Seminário do trabalho: trabalho, educação e sociabilidade (24 a 28 de maio 2010). Marília, SP: UNESP, 2010.

FERREIRA NETO, M. C. **Política, razão e desrazão: dimensões políticas e históricas do Insucesso do Pólo Mineiro-Industrial de Catalão/Ouvidor (1962-1992)**. Dissertação (mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O debate na esquerda – 1960-1980**. Ed. Expressão Popular. 2ª Ed. São Paulo, 2012.

_____. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Montly Review, vol.18, nº4, setembro de 1966.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e transnacionalização das megaempresas argentinas. In: **Globalização do Agronegócio e Land Grabbing – a atuação das empresas argentinasno Brasil**, p.12-32. Editora Lamparina, janeiro de 2017.

GOMEZ, L.; CHAUL, N.; BARBOSA, J. C. **História Política de Catalão**. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

_____.; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. NEOEXTRATIVISMO LIBERAL-CONSERVADOR: a Política Mineral e a Questão Agrária no Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRATIVISMO – Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In_____: **“Extrativismo, política y sociedad”**, vários autores, p.187-225. CAAP y CLAES. Quito, Equador. Novembro, 2009.

_____. **Debates em torno do extrativismo. Colonialismo “simpático” e as contradições dos nossos progressismos**. Publicado em: <http://www.ihu.unisinos.br>. 26 de novembro de 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. RJ: Paz e Terra, 1968.

GRAIN. **The global land grab**: how big, how bad?. [S. l.]: GRAIN, 14 jun. 2016. Disponível em: < <https://www.grain.org/article/entries/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-bad> >. Acesso em: 10 de junho de 2017.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Condição Pós-Moderna**. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017** - Resultados preliminares. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 12 de jan./2019.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

IMB - Instituto Mauro Borges. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2016**. Informe Técnico – Ano VIII – Número 14 – dezembro de 2018.

_____. **Mapeamento de espelhos d'água do Estado de Goiás e Distrito Federal – Ano 2016**. Informe Técnico nº 14/2017.

LEITE, L. de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014.

LEITE, T. S. **Encontro produtivo e ancoragem territorial: 203 coordenação e relações firma-território em arranjos produtivos agroindustriais**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – ICHS – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.04.01: 21 – 53, junho, 2014.

LOURENÇO, E. **Naqueles morros, depois da chuva**. São Paulo: Hedra, 2011.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. Ed. Boitempo. **Margem Esquerda**, nº 14. 2010.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuições ao estudo econômico do imperialismo. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MALERBA, J.; MILANEZ, B. **Um novo código mineral para quê?** 2012. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/artigo.php?id=1317>. Acesso em: 20 de Abril de 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **O Estado de Contrainsurgência**. Cuadernos Políticos n. 18, Ediciones Era, México, outubro-diciembre, 1978. Tradução: Alex Agra Ramos. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1978/07/20.htm>. Acesso em: 09 de dez./2018.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1983.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARX, K. Prefácio da Edição Francesa. In: MARX, K. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p.93.

MENDONÇA, Marcelo R. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada** – vol. 16, n. especial. maio/2015.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MESQUITA, Helena A. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do Cerrado brasileiro? O agro/hidronegócio comeu!. **Terra Livre** - n. 33 (2): 17-30, 2009.

MILANEZ, B. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: Julianna Malerba. (Org.). **Novo marco legal da mineração no Brasil: Para que? Para quem?** 1ed. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2012, v. 1, p. 19-88.

_____. **Preço de commodity pode ter relação com o desastre em MG**, diz engenheiro. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1716199-preco-de-commodities-pode-ter-relacao-com-desastre-em-mg-diz-engenheiro.shtml>>. Acesso em: 5 de mar./2019.

_____.; SANTOS, R. S. P. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo**: duas faces da mesma moeda?. In: Anais, 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil** – estudos sobre sociedade e espaço. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

NASCIMENTO, Aline C. **E cadê o campesinato que estava aqui?** A transformação do território no Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Geografia, 2014.

Observatório Sócio-Ambiental da Baragens - ETERN/IPPUR/UFRJ – Site: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OSÓRIO, Luiz F. B. **O Sistema Mundo no pensamento de Arrighi, Walerstein e Fiori**: um estudo comparativo. IV Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas Mundo, Florianópolis. (2010)

PALACIN, L. **Goiás 1722 – 1822**: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. 2.ed. Goiânia: Oriente, 1976.

PCE – FURNAS – SPEC. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2005)** AHE Paulistas - Rio São Marcos (GO/MG) Vol.1 e 2. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>, em julho de 2010.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n.1-3, p. 111-131, 2000.

PLANO NACIONAL DE MINERAÇÃO 2030 (PNM – 2030). Brasília: MME, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **Geografia e giro decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Org. Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira. – 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20PortoGoncalves.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P.; LADEIRA, J. N.; SILVA, M. N.; LEÃO, P. C. R. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 708-730, 2018

PÓVOA NETO, H. **No caminho das pedras**: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás. 1998. 363 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

_____. **A Revolução Brasileira**. Editora Brasiliense, São Paulo, 5ª Edição, 1977.

QUEIROZ, A. M.; ET AL. Os incentivos fiscais do produzir e a concentração de investimentos no setor sucroenergético em Goiás, 2000-2012. **Revista de Economia da UEG** - vol. 14, n.º 2, jul/dez. 2018.

SANT'ANA, D. **Estado, direito e produção de alimentos**: análise a partir do “ponto de estrangulamento” no setor de fertilizantes. 347 f. Tese (doutorado), Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTANA, A. T. de. **A territorialização da indústria automobilística em catalão e as mudanças no trabalho**. 280f. Dissertação (mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. Editora Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 35-59, 1977.

_____. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. et. al. (Org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995. p. 13-20.

_____. **A natureza do espaço** – 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____.; SILVEIRA, María L. O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI. 10ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, R. S. P. **Fundamentos para a criação de um fundo social e comunitário da mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 2012

_____. **Plano de Mineração Nacional e os impactos sociais no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517837-plano-de-mineracao-nacional-e-os-impactos-sociais-no-brasil-entrevista-com-rodriigo-salles-pereira-dos-santos>>. Acesso em: 26 de Abr./de 2015.

SAUER, Sérgio. Modelo agrário e agropecuário brasileiro: processo histórico de expropriação das terras e concentração das riquezas. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, p. 3 - 4, 05 nov. 2012.

_____.; BORRAS JR, Saturnino (Jun). 'Land grabbing' e 'Green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016.

SCLIAR, C. **Geopolítica das minas do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ediciones Era, 2004.

SEVÁ FILHO, A. O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e Cultura, Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, ano 60, v. 3, p.44-50, julho/agosto/setembro, 2008.

SILVA, Selmo Nascimento da. **Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário**. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

SILVA, William Ferreira da. **Da agroindústria canavieira ao setor sucroenergético em Goiás: a questão técnico-gerencial e as estratégias de controle fundiário**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

_____. **O avanço do setor sucroenergético no cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, 2011.

SILVA, R. da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90**. 202f. Dissertação (mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SILVA, J. B da. **Mineradoras: mudanças na Comunidade Chapadão – Catalão 1960-1980**. 38 f. Monografia (graduação em História), Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Departamento de História, 2003.

SOBRINHO, Liton Lanes Pilau; PIRES, Nara Suzana Stainr. Biodemocracia: uma leitura a partir da decolonialidade do saber. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**. V. 8 n. 1. P 7-23, 2018.

TEIXEIRA NETO, A. **O território goiano-tocantinense: formação e processo de povoamento e urbanização.** Goiânia, 2009. Mimeo.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **O agrohidronegócio e os conflitos pelo acesso e uso da água.**VII SINGA, Goiânia, 2015.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO**, Uberlândia/MG, v.5, n.10, ago. 2010. p. 92-122.

VAINER, C. **Águas para Vida.** Jornal do Brasil, de 4 de abril de 2000.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. A New Model or a New Form of Imperialism. In: _____. **The New Extractivism: A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century?**. United Kingdom: Zed books Ltd, 2014. Cap.1, p.19-48.

VIA CAMPESINA. **Como definimos acaparamiento de tierras.** 2016. <https://www.eurovia.org/es/como-definimos-acaparamiento-de-tierras/>. Acessado em 26/07/2019.

VIEIRA, F. B.; VAINER, C. **História da Luta Internacional contra barragens: ultrapassando as fronteiras nacionais para combater o inimigo em comum.** Manual do Atingido – Movimento dos Atingidos por Barragem, 2010.

ZAAR, Miriam Hermi. Élisée Reclus e o seu método geográfico. **Biblio 3w** (Barcelona), v. 20, p. 1, 2015.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo** – Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.